

Henri Pirenne

Maomé e Carlos Magno

O impacto do Islã sobre
a civilização europeia



CONTRAPONTO

EDITORIA
PUC
RIO



Reitor

Pe. Jesus Hortal Sánchez, S.J.

Vice-Reitor

Pe. Josafá Carlos de Siqueira, S.J.

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Pe. Francisco Ivern Simó, S.J.

Decanos

Prof^a Maria Clara Lucchetti Bingemer (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Reinaldo Calixto de Campos (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBM)

Henri Pirenne

Maomé e Carlos Magno

O impacto do Islã sobre a civilização europeia

TRADUÇÃO

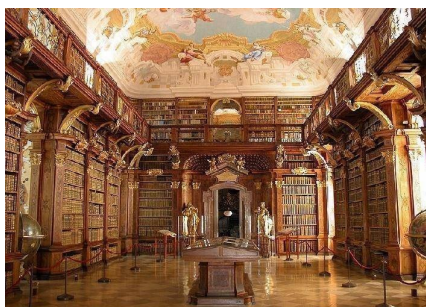
Regina Schöpke e Mauro Baladi

APRESENTAÇÃO

Flávia Maria Schlee Eyler

TRADUÇÃO DAS EXPRESSÕES EM LATIM

Antônio Mattoso



Minha Impalpável Biblioteca

CONTRAPONTO



© Contraponto Editora, 2010
Título original: Mahomet et Charlemagne

Vedada, nos termos da lei, a reprodução total ou parcial deste livro, por quaisquer meios, sem a aprovação por escrito das Editoras.

Contraponto Editora Ltda.
Caixa Postal 56066
Rio de Janeiro, RJ – Cep 22292-970
Telefax: (21) 2544-0206 / 2215-6148
Site: www.contrapontoeditora.com.br
E-mail: contato@contrapontoeditora.com.br

Editora PUC-Rio
Rua Marquês de S. Vicente, 225 – Projeto Comunicar
Praça Alceu Amoroso Lima, casa Editora
Gávea – Rio de Janeiro, RJ – Cep 22451-900
Telefax: (21) 3527-1760 / 3527-1838
Site: www.puc-rio.br/editorapucurio
E-mail: edpucurio@puc-rio.br

Conselho Editorial
Augusto Sampaio, Cesar Romero Jacob, Fernando Sá, José Ricardo Bergmann,
Luiz Roberto A. Cunha, Maria Clara Lucchetti Bingemer, Miguel Pereira,
Reinaldo Calixto de Campos

1ª edição: maio de 2010
Tiragem: 2.000 exemplares

Revisão de originais: César Benjamin
Revisão tipográfica: Tereza da Rocha
Projeto gráfico: Regina Ferraz

CIP-BRASIL CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P742m Pirenne, Henri, 1862-1935

Maomé e Carlos Magno : o impacto do Islã sobre a civilização europeia / Henri Pirenne ; tradução Regina Schöpke e Mauro Baladi ; apresentação Flávia Maria Schlee Eyler ; tradução das expressões em latim Antônio Mattoso. – Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2010.

312p.

Tradução de: Mahomet et Charlemagne
Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7866-032-1

1. Europa - História - 476-1492. 2. Império Islâmico. I. Título.

10-3861

CDD 940.1
CDU 94(4)"375/1492"

Apresentação	7
 Parte I • A Europa Ocidental antes do Islã	
1. Continuação da civilização mediterrânea no Ocidente após as invasões germânicas <i>A România antes dos germanos • As invasões • Os germanos na România • Os Estados germânicos no Ocidente • Justiniano (527-565)</i>	17
2. A situação econômica e social após as invasões e a navegação mediterrânea <i>As pessoas e as terras • A navegação oriental. Sírios e judeus • O comércio interno • A moeda e a circulação monetária</i>	71
3. A vida intelectual após as invasões <i>A tradição antiga • A Igreja • A arte • O caráter laico da sociedade • Conclusão</i>	109
 Parte II • O Islã e os carolíngios	
4. A expansão do Islã no Mediterrâneo <i>A invasão do Islã • O fechamento do Mediterrâneo ocidental • Veneza e Bizâncio</i>	139

5. O golpe de Estado carolíngio e a meia-volta do papa	177
<i>A decadência merovíngia • Os prefeitos do palácio carolíngio • A Itália, o papa e Bizâncio. A meia-volta do papado • O novo Império</i>	
6. Os primórdios da Idade Média	223
<i>A organização econômica e social • A organização política • A civilização intelectual</i>	
Conclusão	269
Apêndice	271
Notas	281

Apresentação

Flávia Maria Schlee Eyler

Departamento de História da PUC-Rio

Como Italo Calvino¹ sugere, o dia de hoje, por mais banal e mortificante, é sempre o ponto em que nos situamos para olhar para a frente ou para trás. Para poder ler os clássicos, temos de definir “de onde” eles estão sendo lidos, caso contrário tanto o livro quanto o leitor se perdem numa nuvem atemporal. Assim, a presente edição de *Maomé e Carlos Magno* suscita algumas indagações que devem abrir caminho para uma reflexão sobre a própria escrita da história. É no cruzamento de temporalidades diversas que podemos atualizar o persistente rumor que a obra de Henri Pirenne provoca, na medida em que nos faz entender quem somos e aonde chegamos. Como diz Marc Bloch,² é tal a força da solidariedade das épocas, que os laços de inteligibilidade entre elas se tecem verdadeiramente nos dois sentidos. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja mais útil nos esforçarmos para compreender o passado, se nada sabemos do presente.

Os acontecimentos mais recentes apenas confirmam a ausência de um sentido preciso para os termos *civilização* e *barbárie*. Como nomear aquilo que, na Europa, entre 1914 e 1945, produziu – com guerras, deportações, limpezas étnicas, Auschwitz e Gulag – em torno de 100 milhões de mortes? O 11 de setembro seria o emblema não apenas de uma crise, mas da morte, ou passagem, para outro tipo de civilização?³

Situamos a relevância da presente edição de *Maomé e Carlos Magno* nas palavras do próprio Henri Pirenne: “Se eu fosse um antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um his-

toriador. É por isso que amo a vida.”⁴ Só o contato vigoroso com as questões do tempo presente educa a sensibilidade necessária ao historiador. Para Pirenne, de acordo com Bloch,⁵ o erudito que não tivesse o gosto de olhar em volta de si mesmo, nem para os homens, nem para as coisas, nem para os acontecimentos, mereceria que o chamassem de um prestimoso anti-quário. Mas deveria ter o bom senso de renunciar ao nome de historiador.

Assim, presa à inevitável fratura do tempo, entre aquilo que já passou e aquilo que ainda não chegou, encontramos a escrita de Henri Pirenne (1862-1935), um homem que compartilhou as circunstâncias e as motivações de seu tempo, que, de modo geral, podem ser identificadas com a crise dos nacionalismos, do liberalismo, do humanismo europeu e, sobretudo, com o fim da esperança do esclarecimento universal pela prometida razão. A filosofia da história, mesmo em sua diversidade, como fruto dos ideais e das experiências modernas, já não conseguia sustentar sua reflexão diante do novo e violento esgotamento de nações que convocavam civis a matarem-se uns aos outros no espaço europeu. Afinal, o próprio Henri Pirenne ficou exilado em Kreuzberg durante a Primeira Guerra Mundial, e ainda assim organizou conferências para seus companheiros de cela.

Precisamos então situar as questões vitais que encaminham o trabalho de Henri Pirenne em seu tempo para que suas hipóteses possam iluminar a nossa reflexão presente e os seus problemas. Os debates historiográficos desencadeados por sua análise ainda são vigorosos, na medida em que colocam em cena a possibilidade de novas perspectivas históricas sobre a vida, as transformações e o desaparecimento de grandes civilizações. Neste caso, trata-se da formação da Europa Ocidental, sob condições que nosso autor analisa de modo inovador.

A leitura de *Maomé e Carlos Magno* permite o contraponto necessário à reflexão sobre as crises e possibilidades que a ideia de civilização e barbárie assumiu ao longo da história ocidental.

Certamente, a obra de Henri Pirenne trouxe uma “virada” no conceito de civilização na medida em que, para explicar a derrocada do Império Romano, não responsabilizou os invasores bárbaros. Para ele, ao contrário, os germanos não alteraram a religião existente, e seus chefes, pelo menos os mais instruídos, trataram de cultivar e manter o latim como escrita culta e fala diplomática. Para o nosso autor, as invasões germânicas não puseram fim à unidade mediterrânica do mundo antigo, nem fizeram danos à civilização; os bárbaros romanizaram-se. Na primeira parte da obra, Pirenne desconstrói a ideia vigente de uma ruptura violenta entre a civilização romana e uma Europa barbarizada. Em sua pesquisa, enumera sinais que evidenciam que os reinos bárbaros do século V ao VII não acabaram com o Império Romano, mas continuaram com a civilização mediterrânica no Ocidente por uma evidente “vontade de romanização”. Assim, Pirenne relativizou a oposição intransponível entre civilização e barbárie. Afinal, para ele, mesmo a conversão de alguns bárbaros ao arianismo era um indício positivo de integração e fusão com o cristianismo. Pirenne aponta também a crise imperial do século III como uma conjuntura que, apesar das primeiras invasões germânicas, assegurou a manutenção dos contatos do império do Ocidente com o Oriente de sírios, gregos e armênios. Os reis merovíngios mantiveram-se ligados, cultural e economicamente, à civilização mediterrânica. A cidade de Marselha aparecia, nesse caso, como um importante centro de diálogo entre as duas partes do Império Romano.

Henri Pirenne constata que os bispos cristãos, atuantes nos diversos reinos bárbaros, foram herdeiros e continuadores da tradição. Ali eles puderam conservar e transmitir os valores da Antiguidade latina aos chefes bárbaros, que os incorporavam como forma de legitimar sua autoridade. Por outro lado, Pirenne reconhece um movimento em sentido oposto, ao mostrar até que ponto as populações góticas e germânicas também foram capazes de influenciar a sociedade romana. Essa via de

mão dupla é também uma inovação na escrita da história de sua época.

Depois dessa parte dedicada a demonstrar a perenidade de uma civilização mediterrânica para além das invasões bárbaras, Pirenne concentra-se no momento da ruptura, no qual associa a expansão islâmica à construção do Império Carolíngio. A segunda parte de *Maomé e Carlos Magno* trata, assim, das consequências do fechamento do Mediterrâneo para uma nova possibilidade de formação social que inaugura o que ele identifica como Idade Média.

Segundo Henri Pirenne, somente com o “rápido e imprevisto” avanço dos árabes islamizados sobre o antigo Mare Nostrum, entre os anos 650-750, é que houve a “grande fenda”, ou seja, a separação entre as margens do Mediterrâneo, que deixou de ser um fator de sincretismo cultural e comercial, comum aos povos, e tornou-se uma fronteira entre duas civilizações distintas e inimigas. Dava-se, então, a separação entre Oriente e Ocidente. Para nosso autor, com o Mediterrâneo transformado num “lago árabe”, até o papado viu-se obrigado a buscar proteção junto ao reino dos bárbaros francos.

Para Pirenne, a possibilidade de restauração do Império Romano, com a coroação de Carlos Magno pelo papado, teria sido uma resposta às pressões do Islã. Por isso Carlos Magno só pode ser compreendido no espelho de Maomé. No entanto, apesar de reconhecer o caráter inassimilável do Islã em relação ao mundo cristão, em nenhum momento ele privilegia a diferença religiosa ou cultural como causa das mudanças que ocorreram na ordem econômica, mental, política e social da Europa. Na verdade, Pirenne constata que os árabes nada tinham contra a civilização que haviam conquistado. Aliás, até assimilaram algumas de suas instituições, na medida em que precisavam ultrapassar sua própria organização tribal. Tal tese é certamente inovadora, na medida em que escapa de apontar um inimigo externo para a derrocada da civilização mediterrânica.

No entanto, não podemos deixar de perceber que, embora o Islã tenha convivido até de modo pacífico com o Ocidente, a questão crucial é que tal encontro é responsável pela construção de um imaginário, até hoje vigente, do que seriam o Ocidente e o Oriente, quase sempre em contraposição.

Segundo Pirenne, as consequências da expansão dos árabes islamizados marcam o deslocamento da civilização das margens do Mediterrâneo para a bacia do Sena, para o vale do Reno e para o canal da Mancha. O eixo da vida histórica sai do Mediterrâneo para o norte. Tal movimento, para ele, além de marcar o começo da Idade Média, como ruptura com a ordem tradicional, é visto também como um “recuo” que fez com que o horizonte econômico dos europeus encolhesse e obrigou a procura de novas soluções para a manutenção da ordem carolíngia. A ideia de uma mudança de curso no movimento da história e, sobretudo, o seu julgamento como “regressão” nos permite compreender que, para Pirenne, a história teria um sentido determinado, mas que este podia ser modificado por forças contingentes. Para ele, a missão assumida pelos francos na construção da Europa não teria acontecido “se a evolução histórica não tivesse sido afastada do seu curso e, por assim dizer, saído fora dos eixos por causa da invasão muçulmana”.⁶ Porém, Pirenne soube avaliar a importância desse acontecimento, situando-o entre a crença em uma linearidade da história e a complexidade que as possibilidades do acaso apresentavam.

O início da Idade Média, segundo nosso autor, foi marcado pela estagnação das cidades e pela redução do consumo a um consumo local. Depois de Carlos Magno, diante da fraqueza do poder dos reis em favor dos barões e dos duques, o particularismo da feudalidade acirrou-se, o que, para Pirenne, coroava a regressão. Contudo, segundo ele, nesse cenário de desmembramento do Império Carolíngio continuava a se desenvolver um sistema capaz de estabelecer ligações entre as regiões mais distantes do Império e a Igreja. Mesmo depois da fragmentação

política, mantinha-se uma unidade cultural, com elementos romanos e germânicos, que ultrapassava os particularismos.

A presente edição de *Maomé e Carlos Magno* nos convida a pensar a respeito do conceito de “civilização”, que tem múltiplas acepções entre as nações europeias⁷ e que, em Henri Pirenne, deixa transparecer certo orgulho francês aliado a um progresso do Ocidente e da humanidade. Por outro lado, em *Maomé e Carlos Magno* esse mesmo conceito transcende as linhas da raça e da nacionalidade, que ele sabia dominantes em seu tempo, na medida em que apresenta a possibilidade de integração das diversas etnias germânicas à civilização romana.

Por outro lado, Pirenne também faz coincidir o conceito de civilização com lugares vivificados pelo comércio, por pessoas que se movimentam em função das trocas. Assim, Pirenne desvaloriza o próprio título de Império Carolíngio — mas não os francos —, que aparece apenas como uma organização política fraca e transitória que sucumbe na feudalidade.

Enfim, na narrativa civilizacional de Pirenne, a Idade Média europeia representa uma nova forma de organização política, social e econômica diferente dos antigos impérios (Roma, Bizâncio e Arábia). Uma Europa animada por vários centros urbanos que trocavam entre si e compartilhavam um mesmo horizonte cultural. Do mesmo modo que ele não faz coincidir o fim da Antiguidade com a queda de Roma, ele não identifica o fim da Idade Média com a tomada de Constantinopla, e sim com o século XII, com a revolução comercial e a expansão das cidades. Nesse sentido, Pirenne apostava na possibilidade desafiadora da unidade na diversidade e vice-versa.

A presente edição é um passo significativo diante dos desafios atuais ao pensamento em tempos de tantas incertezas que atingem, sobretudo, a escrita da história e o lugar do historiador.

NOTAS

- ¹ Italo Calvino. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 14-15.
- ² Marc Bloch. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965, p. 42.
- ³ Aداuto Novaes. “Crepúsculo de uma civilização”. In: *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 7-8.
- ⁴ *Apud* Marc Bloch, *op. cit.*, p. 43.
- ⁵ *Ibid.*, p. 44.
- ⁶ Henri Pirenne. *As cidades da Idade Média*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977, p. 26. Do ponto de vista da obra de Henri Pirenne, *Maomé e Carlos Magno* já aparece delineado no capítulo II, “A decadência comercial do século IX”, de *As cidades medievais*, no qual o autor contrapõe as economias de troca e de consumo, associadas a modos distintos de organização política.
- ⁷ Ver Norbert Elias. *O processo civilizador*, v. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

PARTE I

A Europa Ocidental antes do Islã

Continuação da civilização mediterrânica no Ocidente após as invasões germânicas

A România antes dos germanos

De todas as características dessa admirável construção humana que foi o Império Romano,* a mais impressionante e também a mais essencial é seu caráter mediterrânico. Embora grego no Oriente e latino no Ocidente, pelo Mediterrâneo sua unidade se comunica ao conjunto das províncias. O mar, em toda a força do termo, é o Mare Nostrum, veículo de ideias, religiões e mercadorias.** As províncias do Norte — Bélgica, Bretanha, Germânia, Rétia, Nórica, Panônia — são trincheiras avançadas contra a barbárie. A vida se concentra nas margens do grande lago, indispensável ao aprovisionamento de Roma com os trigos da África. Graças à desapareição da pirataria secular, a navegação nele é segura. Para ele converge também, por estradas, o movimento das províncias. A civilização se faz mais rarefeita à medida que se afasta do mar. A última grande cidade no norte é Lyon. Treves deveu sua grandeza à condição de capital momentânea. Todas as outras cidades importantes — Cartago, Alexandria, Nápoles, Antióquia — estão no litoral ou perto dele.

Esse caráter mediterrânico afirma-se ainda mais depois do século IV, pois Constantinopla, a nova capital, é antes de tudo uma cidade marítima. Por sua natureza de entreposto, de fábrica e de grande base naval, opõe-se a Roma, que não é senão

* É no século IV que aparece a palavra România para designar todos os países conquistados por Roma.¹

** O Mediterrâneo, sem dúvida, impediu que a diarquia, após Teodósio, desse lugar a dois impérios.

consumidora. E sua hegemonia é maior pelo fato de que o Oriente é mais ativo: a Síria é o ponto de chegada dos caminhos que colocam o Império em contato com a Índia e a China. Pelo mar Negro, Constantinopla se liga com o Norte. O Ocidente depende dela para objetos de luxo e manufaturas.

O Império não reconhece nem Ásia nem África nem Europa. Existem civilizações diversas, mas o fundo é o mesmo em toda parte: os mesmos modos, os mesmos costumes, as mesmas religiões nessas costas que, outrora, conheceram civilizações tão diferentes, como a egípcia, a tiriana e a púnica.

No Oriente se concentra a navegação.* Os sírios, ou aqueles chamados assim, são os peregrinos dos mares. Por meio deles, o papiro, as especiarias, o marfim e os vinhos de luxo espalham-se até a Bretanha. Tecidos preciosos chegam do Egito, assim como ervas para os ascetas.³ Em toda parte existem colônias de sírios. Marselha é um porto metade oriental.

Junto desses sírios encontram-se os judeus, espalhados, ou antes agrupados, em todas as cidades como marinheiros, agentes comerciais e banqueiros. Naquele tempo, sua influência era tão essencial na vida econômica quanto a influência oriental estava presente na arte e nas ideias religiosas. O ascetismo chegou do Oriente ao Ocidente pelo mar, assim como, antes dele, o culto de Mitra e o cristianismo.

Sem Óstia, Roma é incompreensível. Por outro lado, se Ravenna tornou-se a residência dos imperadores *in partibus occidentis*, foi por causa da atração de Constantinopla.[†]

* Essa supremacia do Oriente, desde o século III (mas já antes), é posta em relevo por Bratianu.² Ele vê nisso o ponto de partida da separação entre o Ocidente e o Oriente que o Islã completará.

† Óstia Antica foi uma cidade costeira durante o Império Romano e hoje integra o município de Roma. Ravenna, na região da Emília Romana, foi a terceira cidade a tornar-se capital do Império Romano do Ocidente (402-476), depois de Roma e de Milão. Nela, o último imperador romano, Rômulo Augústulo, foi capturado e destronado por Odoacro. [N.T.]

O Império constitui uma unidade econômica através do Mediterrâneo. É um grande território com pedágios, mas sem alfândegas. Beneficia-se da imensa vantagem da unidade monetária, com o soldo de ouro constantiniano — peça de 4,55g de ouro fino — sendo aceito em toda parte.⁴

Depois de Diocleciano[†] há uma retração econômica geral. Mas parece certo que o século IV conhece um reerguimento e uma circulação monetária mais ativa.

Para garantir a segurança desse Império cercado de bárbaros foi suficiente, durante muito tempo, a guarda das legiões nas fronteiras ao longo do Saara, no Eufrates, no Danúbio e no Reno. Porém, a água se acumula atrás do dique. No século III, com a ajuda das perturbações civis, existem fissuras, depois brechas. Por todos os lados irrompem francos, alamanos e godos que pilham a Gália, a Rétia, a Panônia e a Trácia, chegando a descer até a Espanha.

A varredura dos imperadores ilírios reprime tudo isso e restabelece a fronteira. Porém, do lado dos germanos, já não basta o *limes*,^{††} é necessária agora uma resistência em profundidade. Fortificam-se as cidades do interior, centros nervosos do Império. Roma e Constantinopla tornam-se duas praças-fortes modelares.

Não está mais em questão fechar-se aos bárbaros. A população diminui, o soldado torna-se mercenário. Tem-se necessidade dos bárbaros para o trabalho nos campos e para a tropa. Estes só querem se engajar a serviço de Roma. Nas fronteiras, o Império germaniza-se pelo sangue, mas não quanto ao resto, pois tudo aquilo que nele penetra se romaniza.* Todos esses

[†] Diocleciano (244-311) estabeleceu as bases para a afirmação do Império Romano do Oriente, ou Império Bizantino, que durou mais de mil anos. [N.T.]

^{††} Palavra latina que designava a zona de fronteira de uma província do Império Romano. [N.T.]

* No entanto, em 370 ou 375 (?), uma lei de Valentiniano e Valêncio interdita os casamentos entre *provinciales* e *gentiles*, sob pena de morte.⁵

germanos que nele entram, entram para servi-lo, mas usufruindo dele. Têm por ele o respeito dos bárbaros pelo civilizado. Mal estão nele, desde o século IV, adotam sua língua e sua religião, o cristianismo. Ao se cristianizarem, perdendo os seus deuses nacionais e frequentando as mesmas igrejas, confundem-se pouco a pouco com a população do Império.

Logo o Exército será composto quase inteiramente de bárbaros. Muitos, como o vândalo Estilicon, o godo Gainas ou o suevo Ricimer, farão carreira nele.^{6*}

As invasões

No decorrer do século V, como se sabe, o Império Romano perde as suas partes ocidentais para os bárbaros germânicos.

Não é a primeira vez que ele é atacado ali. A ameaça era antiga. Para evitá-la, estabelecera-se a fronteira militar Reno-limes-Danúbio, suficiente para defender o Império até o século III. Porém, depois da primeira grande investida dos bárbaros, foi necessário renunciar à bela confiança de outrora, adotar uma atitude defensiva e reformar o Exército — finalmente quase todo constituído por mercenários bárbaros —, enfraquecendo as unidades para torná-las mais móveis.⁸

Graças a isso, o Império ainda se defende durante dois séculos. Por que, finalmente, cede?

Ele tinha a seu favor fortalezas contra as quais os bárbaros eram impotentes, estradas estratégicas, a tradição de uma arte militar de muitos séculos, uma diplomacia consumada que sabia dividir e comprar os inimigos — esse foi um dos aspectos essenciais da sua resistência — e a incapacidade de seus agressores para se entenderem. Acima de tudo, tinha a seu favor o mar, do qual, veremos, soube tirar vantagem até os vândalos se estabelecerem em Cartago.

* Já no reinado de Teodósio, Arbogasto é mestre dos soldados.⁷

A diferença de armamento entre o Império e os bárbaros não era o que seria hoje em dia. Mesmo assim, a superioridade romana era manifesta contra pessoas sem diretriz e sem disciplina. Os bárbaros, sem dúvida, eram superiores em número, mas não sabiam se abastecer: basta lembrar os visigodos morrendo de fome na Aquitânia e Alarico na Itália!

Além da obrigação de manter exércitos em fronteiras na África e na Ásia ao mesmo tempo que devia combater na Europa, o Império enfrentava perturbações civis, numerosos usurpadores que não hesitavam em se entender com os bárbaros, intrigas na corte — que, a um Estilicon, opunham um Rufino — e passividade de populações incapazes de resistência, sem espírito cívico, que desprezavam os bárbaros mas estavam prontas a se submeter ao jugo deles. Não havia resistência moral, nem entre as tropas nem na retaguarda. Felizmente, não existiam igualmente forças morais no lado do ataque. Nada animava os germanos contra o Império, nem motivos religiosos, nem ódio de raça, menos ainda considerações políticas. Em vez de odiá-lo, eles o admiravam. Tudo o que desejavam era estabelecer-se ali e desfrutar dele. Seus reis aspiravam às dignidades romanas. Nada de semelhante ao contraste que mais tarde oporia muçulmanos e cristãos. Seu paganismo não os incitava contra os deuses romanos e não devia incitá-los mais contra o Deus único. Desde meados do século V, um godo, Ulfila, convertido em Bizâncio ao arianismo,[†] havia transportado essa doutrina para seus compatriotas do Dnieper, que a haviam introduzido, eles mesmos, entre outros germanos, vândalos e burgondes.⁹ Heréticos sem saber, seu cristianismo os aproximava dos romanos.

Esses germanos orientais, por outro lado, não deixavam de ser iniciados na civilização. Descendo para as margens do mar

[†] Variante do cristianismo defendida por Arius, líder religioso de Alexandria, que afirmava a existência de um único Deus e negava o caráter divino de Jesus. O Concílio de Niceia (325) condenou essa doutrina, considerando-a herética. [N.T.]

Negro, os godos haviam entrado em contato com a antiga cultura greco-oriental dos gregos e sarmatas da Crimeia. Havia aprendido a arte ornamental, aquela ourivesaria cintilante que espalhariam pela Europa com o nome de *Ars barbarica*.

O mar os tinha colocado em contato com o Bósforo, onde, em 11 de maio de 330, acabava de ser fundada Constantinopla, a nova grande cidade, no lugar da grega Bizâncio.¹⁰ A partir dela, com Ulfila, o cristianismo chegou até eles. É forçoso admitir que Ulfila não foi o único atraído pela brilhante capital do Império. O curso natural das coisas os destinava a sofrer pelo mar a influência de Constantinopla, assim como, mais tarde, deveriam sofrê-la os varegues.

Não foi espontaneamente que os bárbaros se lançaram sobre o Império. Foram impelidos pela investida hunna, que deveria assim determinar toda a sequência das invasões. Pela primeira vez a Europa sentia, através da imensa passagem da planície sarmata, o contragolpe dos choques de populações na extrema Ásia.

A chegada dos hunos impeliu os godos para o Império. Parece que a maneira de combater, seu aspecto e o nomadismo, tão terrível para os sedentários, tornaram os hunos invencíveis.¹¹

Os ostrogodos derrotados foram repelidos para a Panônia, e os visigodos fugiram para o outro lado do Danúbio. Foi em 376, no outono. Era preciso deixá-los passar. Quantos eram?¹² Impossível precisar. L. Schmidt supõe 40 mil almas, entre as quais 8 mil guerreiros.¹³

Eles transpuseram a fronteira com seus nobres, como um povo, com o consentimento do imperador, que os reconheceu como federados que deviam fornecer recrutas para o Exército romano.

Eis aí um fato novo de extrema importância. Com eles, um corpo estranho entra no Império. Conservam o seu direito nacional. Não são divididos, mas deixados como um grupo com-

pacto. É uma operação apressada e mal concluída. Não lhes foi designada uma terra. Instalados em montanhas ruins, revoltam-se a partir do ano seguinte (377). Cobiçam o Mediterrâneo e se lançam em sua direção.

Em 9 de agosto de 378, em Andrinópolis, o imperador Valêncio, derrotado, é morto. Toda a Trácia é pilhada, salvo as cidades que os bárbaros não puderam tomar. Eles chegam a Constantinopla, que lhes resiste, como mais tarde resistirá aos árabes.

Mesmo sem ela, os germanos poderiam instalar-se à beira do mar e tocar assim o ponto vital do Império. Mas Teodósio os afasta dali. Em 382, após tê-los vencido, os estabelece na Mésia, onde continuam a constituir um povo. Durante a guerra, sem dúvida por motivos militares, substituem seus nobres por um rei, Alarico. Nada mais natural que ele tenha desejado expandir-se e arriscar a tomada de Constantinopla, que o fascina. Não é preciso ver nisso, como faz L. Schmidt, com base na palavra de Isidoro de Sevilha(!),¹⁴ uma tentativa de constituir no Oriente um reino nacional germânico. Embora o seu número deva ter aumentado consideravelmente pelas populações vindas de além do Danúbio, o caráter germânico dos godos já está bem enfraquecido pelo acréscimo de escravos e de aventureiros que se juntaram a eles.

O Império não toma nenhuma precaução contra eles, a não ser a lei de Valentiniano e Valêncio, de 370 ou 375, que proíbe, sob pena de morte, o casamento entre romanos e bárbaros. Impedindo assim sua assimilação pela população romana, o Império os mantém na condição de corpo estranho dentro dele e provavelmente contribui para lançá-los em novas aventuras.

Encontrando o campo livre, os godos pilham a Grécia, incluindo Atenas e o Peloponeso. Estilicon, por mar, vai combatê-los e os faz recuar até o Épiro. No entanto, permanecem no Império. Arcádio os autoriza a se instalar, sempre como federados, na Ilíria. Esperando assim, sem dúvida, submeter Alari-

co à autoridade do imperador, ele o condecora com o título de *Magister militum per Illyricum* [comandante do Exército em favor da Ilíria].¹⁵ Eis aí, pelo menos, os godos afastados de Constantinopla, mas próximos da Itália, que ainda não foi assolada. Lançam-se sobre ela em 401. Estilicon os vence em Pollenza e em Verona, e os faz recuar em 402. De acordo com L. Schmidt, Alarico invadiu a Itália para realizar seus “planos universais”. Supõe, portanto, que com os 100 mil homens que lhe atribui ele teria tido a ideia de substituir o Império Romano por um império germânico.

Na realidade, trata-se de um *condottiere*[†] que procura lucros. Tem tão poucas convicções que se põe a soldo de Estilicon, mediante 4 mil libras de ouro, para agir contra esse tal Arcádio, com o qual ele mesmo negociou.

O assassinato de Estilicon vem no momento oportuno para os interesses de Alarico. Com seu exército engrossado por uma grande parte das tropas de Estilicon, ele retoma em 408 o caminho da Itália.* Já com Alarico, o bárbaro se transmuda em um intrigante militar romano. Em 409, como Honório se recusasse a negociar, ele faz proclamar imperador o senador Priscus Attalus,¹⁶ que o eleva ao grau superior de *Magister utriusque militiae praesentialis* [comandante supremo das duas operações militares]. Depois, para se aproximar de Honório, ele trai a cria. Mas Honório não quer se tornar um segundo Attalus. Alarico pilha Roma, da qual se apodera de surpresa. Ao deixá-la, carrega consigo Galla Placídia, irmã do imperador. Volta-se então, imediatamente, contra Ravena? Ao contrário. Mergulha em direção ao sul da Itália, que ainda não foi pilhado, contando passar para a África, o celeiro de Roma e a mais próspera das províncias ocidentais. É sempre uma marcha de pilhagens para

[†] Palavra italiana que designa o capitão de um grupo de mercenários. [N.T.]

* Alarico queria deter-se nisso, mas não pôde. Precisava ter autorização do imperador, o qual queria evitar que os bárbaros dispusessem da Itália. No Oriente eles também não puderam dispor da Trácia.

viver. Morre no final de 410 sem alcançar a África. Seus funerais, no Busento, lembram os de um herói de epopeia.¹⁷

Seu cunhado, Ataulfo, que o sucede, retoma o caminho do Norte. Após alguns meses de pilhagem, marcha para a Gália, onde o usurpador Jovino acaba de tomar o poder. Ataulfo necessita a qualquer custo de um título romano. Brigado com Jovino, que será morto em 413,¹⁸ e despachado por Honório, que permanece inquebrantável, ele desposa em 414, em Narbona, a bela Placídia, o que o torna cunhado do imperador. Ele teria pronunciado então a famosa oração relatada por Orósio:^{19*}

Desejei inicialmente, com ardor, apagar o nome dos romanos e transformar o Império Romano em império gótico. A România, como dizem vulgarmente, teria se tornado Gothia. Ataulfo teria tomado o lugar de César Augusto. Porém, uma experiência prolongada ensinou-me que a barbárie desenfreada dos godos é incompatível com as leis. Ora, sem leis não existe Estado [*respublica*]. Portanto, tomei o partido de aspirar à glória de restaurar em sua integridade e de fazer crescer o nome romano graças à força gótica. Espero passar à posteridade como o restaurador de Roma, já que me é impossível suplantá-la.^{22**}

É uma reconciliação com Honório. Porém, o imperador, inflexível, recusa-se a negociar com um germano que, de Narbona, pode pretender dominar o mar.

Incapaz de fazer conferir a si mesmo a dignidade imperial, Ataulfo reconduz Attalus à condição de imperador do Ocidente, tendo em vista reconstruir o Império com ele.

* L. Schmidt atribui a Ataulfo a ideia de uma *antirömische, nationalgotische Politik*.²⁰ E. Stein não diz uma palavra sobre isso, mas observa que Ataulfo confere, depois do seu casamento, uma maneira *Römerfreundlich* à sua política.²¹

** Foi certamente sobre essas célebres palavras que L. Schmidt construiu a tese do “germanismo” de Ataulfo. Porém, se Ataulfo pensou em substituir o Império por um “Estado gótico”, ele não diz “um estado de espírito germânico”. De fato, teria sido um império romano no qual ele e os godos teriam exercido o governo. Se não fez isso é porque viu que os godos eram incapazes de obedecer às leis, ou seja, às leis romanas. Agora ele quer pôr a força de seu povo a serviço do Império, o que demonstra que a ideia de destruir a România lhe é estranha.

Mas o desgraçado precisa continuar os saques, pois morre de fome. Como Honório mandou bloquear a costa, ele passa para a Espanha, dirigindo-se depois para a África, onde morre assassinado em 415 por um dos seus. Antes de morrer, recomenda a seu irmão Wallia que permaneça fiel a Roma.

Também esfaimado na Espanha pelo bloqueio dos portos, Wallia busca passar para a África, mas é rechaçado por uma tempestade. O Ocidente está em uma situação desesperadora. Em 406, os hunos, avançando sempre, haviam empurrado diante deles, dessa vez para além do Reno, vândalos, alanos, suevos e burgondes, que, atropelando francos e alamanos, haviam descido através da Gália até o Mediterrâneo, atingindo a Espanha. Para resistir, o imperador apela a Wallia, que, impelido pela necessidade, aceita. Tendo recebido de Roma 600 mil medidas de trigo,²³ volta-se contra a vaga dos bárbaros que, como os seus visigodos, buscam abrir caminho para a África.

Em 418 o imperador autoriza os visigodos a se estabelecerem na Aquitânia, concedendo a Wallia, como outrora a Alarico, o título de federado. Fixados entre o Loire e o Garonne, nas margens do Atlântico, afastados do Mediterrâneo que eles não mais ameaçam, os godos obtêm, enfim, as terras que não haviam cessado de reclamar.*

Dessa vez eles são tratados como um exército romano. As regras do alojamento militar lhes são aplicadas a título permanente.** Ei-los, portanto, fixados no solo e espalhados entre os romanos. Seu rei não reina sobre os romanos, é apenas rei do seu povo, *rex Gothorum*, ao mesmo tempo que é seu general. Não é *rex Aquitaniae*. Os godos estão acampados no meio dos romanos e unidos entre si pela identidade do rei, acima do

* No princípio, isolam-se os federados em províncias ruins: os visigodos na Mésia e, mais tarde, na Aquitânia Segunda, os burgondes na Savoia e os ostrogodos na Panônia. Compreende-se que eles tenham desejado sair dali.

** Segundo H. Brunner, a aplicação das regras da *tercia* aos godos teria sido em data posterior.²⁴

qual o imperador subsiste. Mas, para a população romana, esse rei germano não passa de um general de mercenários a serviço do Império. A população considera a fixação dos godos uma prova do poder de Roma. Em 417, Rutilius Namatianus ainda enaltece a eternidade de Roma.*

O reconhecimento dos visigodos como “federados de Roma” e sua instalação legal na Aquitânia não produzem, no entanto, uma pacificação. Vinte anos depois, quando Estilicon chama as legiões da Gália para defender a Itália, e quando Genserico conquista a África, os visigodos lançam-se sobre Narbona (437), vencem os romanos em Toulouse (439) e dessa vez obtêm um tratado que, provavelmente, os reconhece como independentes e não mais como federados.²⁶

Um fato essencial determina esse desmoronamento do poder imperial na Gália: a passagem dos vândalos para a África no reinado de Genserico.

Realizando aquilo que os godos não haviam podido fazer, Genserico, em 427, graças aos navios de Cartagena, consegue atravessar o estreito de Gibraltar e desembarcar 50 mil homens na costa africana. Para o Império, é o golpe decisivo. É a própria alma do Império que desaparece, diz Salviano, quando Genserico, em 439, toma Cartago, ou seja, a grande base naval do Ocidente e, pouco depois, a Sardenha, a Córsega e as Baleares. A situação do Império no Ocidente fica profundamente abalada. Ele perde o Mediterrâneo, que até então fora o seu grande meio de resistência.

O aprovisionamento de Roma está em perigo, assim como o abastecimento do Exército. Esse será o ponto de partida da sublevação de Odoacro. O mar está em poder dos bárbaros. Em 441, o imperador envia contra eles uma expedição que, dessa vez, fracassa, pois entre as forças de oposição a partida está

* Lot, Pfister e Ganshof constataam que em 423, quando morre Honório, o Império restabelece sua autoridade na África, Itália, Gália e Espanha.²⁵

igualada. Os vândalos não hesitam em combater a frota de Bizâncio com a de Cartagená. Valentiniano é obrigado a reconhecer o estabelecimento deles nas partes mais ricas da África, em Cartago, na Bizacênia e na Numídia (442).²⁷

É apenas uma trégua.

Genserico tem sido considerado um homem de gênio. Seu grande papel deve-se, sem dúvida, à posição que ocupa: ele triunfa onde Alarico e Wallia fracassaram. Possui a província mais próspera do Império. Vive na abundância. Está alojado e, do grande porto que domina, pode entregar-se a uma frutuosa pirataria. Ameaça tanto o Oriente quanto o Ocidente e sente-se bastante temível para desafiar o Império, cujos títulos não ambiciona.

O que explica a inação do Império diante dele, durante vários anos após a trégua de 442, são os hunos. Em 447, das planícies do Theiss, Átila pilha a Mésia e a Trácia até as Termópilas. Depois volta-se contra a Gália, transpõe o Reno na primavera de 451 e devasta tudo até o Loire.

Apoiado por germanos, francos, burgondes e visigodos,²⁸ que atuam como bons federados, Aécio o detém nas cercanias de Troyes. A arte militar romana e a valentia germânica colaboram. Teodorico I, rei dos visigodos, concretizando as palavras de Wallia sobre a glória de restaurar o Império, se deixa matar. A morte de Átila, em 453, arruína sua obra efêmera e liberta o Ocidente do perigo mongol. Então o Império se volta na direção de Genserico, que se dá conta do perigo e toma a iniciativa: em 455, aproveita-se do assassinato de Valentiniano e se recusa a reconhecer Máximo. Entra em Roma em 2 de junho de 455 e submete a cidade à pilhagem.²⁹

Agarrando o mesmo pretexto, Teodorico II, rei dos visigodos (453-466), rompe com o Império, favorece a eleição do imperador gaulês Avitus, faz com que este o envie contra os suevos, na Espanha, e logo empreende a marcha em direção ao

Mediterrâneo. Vencido e preso por Ricimer, Avitus torna-se bispo,³⁰ mas a campanha dos visigodos continua. Os burgundes, que, depois de terem sido vencidos por Aécio, se estabeleceram como federados na Savoia em 443,* apoderam-se de Lyon (457).

Majoriano, que acaba de subir ao trono, faz frente ao perigo. Retoma Lyon em 458. Depois, indo ao mais premente, volta-se contra Genserico. Para combatê-lo, atravessa os Pirineus em 460 a fim de chegar à África por Gibraltar, mas morre assassinado na Espanha (461). Lyon recai nas mãos dos burgundes, que se estendem por todo o vale do Reno até os limites da Provença.

Teodorico II retoma as conquistas. Depois de ter fracassado diante de Arles, cuja resistência salva a Provença, apodera-se de Narbona (462). Depois dele, Eurico (466-484) ataca os suevos da Espanha, os expulsa para a Galícia e conquista a península. Uma trégua fingida e alguns barcos armados prevalecem diante do cabo Bon. A partida está perdida.

É preciso que o Império retome o domínio do mar, custe o que custar. O imperador Leão prepara em 468 uma grande expedição contra a África, na qual teria despendido 9 milhões de *solidi* e equipado 1.100 navios.

Em Ravena, o imperador Antemius está paralisado por um chefe de milícia, Ricimer. Não tem mais frota. Tudo o que pode é retardar, com negociações, a ocupação da Provença, ameaçada por Eurico, senhor da Espanha e da Gália, que conquistou até o Loire (em 469).

A queda de Rômulo Augústulo entregará a Provença aos visigodos (476). Todo o Mediterrâneo ocidental, a partir daí, estará perdido.

* Seu estabelecimento na Savoia se faz segundo o princípio da *tercia*. Como faz notar Brunner, eles são vencidos.³¹ Esse gênero de estabelecimento, estendido aos visigodos e aos ostrogodos, é, portanto, de origem romana.

Como o Império conseguiu durar tanto tempo? Não podemos deixar de admirar a sua obstinação em resistir à fortuna. Um Majoriano, que retoma Lyon dos burgondes e marcha sobre Genserico pela Espanha, é ainda digno de admiração. Para se defender, o Império só tem alguns federados que não param de traí-lo, como os visigodos e os burgondes, e algumas tropas de mercenários cuja fidelidade não suporta a desgraça. A posse da África e das ilhas pelos vândalos impede que essas tropas sejam bem abastecidas.

O Oriente nada pode: ele próprio está ameaçado ao longo do Danúbio. Seu único esforço é feito contra Genserico. Os bárbaros só precisavam se entender para conseguir destruir o Império.* Mas não quiseram.

Depois de Majoriano (morto em 461), só existem em Ravena imperadores ridículos, vivendo à mercê dos senhores bárbaros e das suas tropas de suevos: Ricimer (morto em 472), o burgonde Gundobaldo, que, retornando à Gália para lá tornar-se o rei do seu povo, é substituído por Orestes, de origem hunna, o qual depõe Julius Nepos e dá o trono ao seu próprio filho, Rômulo Augústulo.

Mas Orestes, que recusa terras aos soldados,** é massacrado, e o general Odoacro é proclamado rei pelas tropas.*** Só tem diante de si Rômulo Augústulo, cria de Orestes, que envia para a cidade de Lucullus, no cabo Miseno (476).

Zenão, imperador do Oriente, na falta de coisa melhor, reconhece Odoacro como patrício. De fato, nada mudou: Odoacro é um funcionário imperial.

* L. Halphen fala equivocadamente dos esforços "metódicos" dos bárbaros.³²

** É por isso que os armazéns imperiais não podem abastecê-los. Sempre o Mediterrâneo! Eles queriam se estabelecer, mesmo permanecendo soldados romanos.³³

*** Em 23 de agosto de 476, Odoacro comanda não um povo, mas todo tipo de soldados. Ele é rei, mas não nacional. Apodera-se do poder com um golpe militar, mas remete as insígnias imperiais a Constantinopla; não as toma para si.

Em 488, para desviar os ostrogodos da Panônia, onde são ameaçadores,^{34*} Zenão os lança sobre a Itália a fim de reconquistá-la, usando germanos contra germanos, depois de ter concedido ao seu rei Teodorico o título de patrício. Eis, então, Verona em 489, o Adda em 490 e, por fim, em 493, a captura e o assassinato de Odoacro em Ravena. Teodorico, com a autorização de Zenão, assume o governo da Itália, permanecendo rei do seu povo, segundo o princípio da *tercia*.

Acabou-se. A não ser por um breve momento, no século VI, não haverá mais imperador no Ocidente antes de Carlos Magno. Agora todo o Ocidente é um mosaico de reinos bárbaros: ostrogodos na Itália, vândalos na África, suevos na Galícia, visigodos na Espanha e, no sul do Loire, burgondes, no vale do Reno. No norte da Gália, aquilo que ainda restava de romano no reinado de Syagrius é conquistado por Clóvis[†] em 486, que arrasa os alamanos no vale do Reno e expulsa os visigodos para a Espanha. Na Bretanha fixam-se os anglo-saxões. Assim, no começo do século VI, não existe mais uma polegada de terra no Ocidente que obedeça ao imperador. A catástrofe parece enorme à primeira vista, tão enorme quanto a queda de Rômulo, como que um segundo ato fundante do mundo. Olhando-a de perto, no entanto, ela parece menos importante.

Pois o imperador não desapareceu de direito. Nada cedeu em soberania. A velha ficção dos federados continua. E os novos afortunados reconhecem a sua primazia.

Só os anglo-saxões o ignoram. Para os outros, ele permanece como um soberano eminente. Teodorico governa em seu no-

* Embora os ostrogodos tivessem sido estabelecidos ali como federados em 487, depois da morte de Átila haviam ameaçado Constantinopla.³⁵

† Clóvis (c. 466-511) sucedeu ao pai, Childerico I (458-481), em 481 como rei dos francos salianos e, depois de conquistar os outros grupos que existiam na Gália, tornou-se o primeiro rei que uniu os francos. Converteu-se ao catolicismo, fato que teve grande importância na história subsequente da atual Europa Ocidental. O reinado de Clóvis inaugurou a dinastia merovíngia, que governou um território semelhante ao da atual França durante dois séculos. [N.T.]

me. O rei burgonde Sigismundo escreve-lhe em 516-518: *Vester quidem est populus meus* [Vosso, em verdade, é o meu povo].³⁶ Clóvis se glorifica por receber o título de cônsul,³⁷ mas ninguém ousa adotar o título de imperador.* Será necessário, para isso, esperar Carlos Magno. Constantinopla permanece a capital desse conjunto. Os reis visigodos, ostrogodos e vândalos a adotam como árbitro das suas querelas. O Império subsiste de direito por meio de uma espécie de presença mística. De fato — e isso é muito mais importante — sobrevive a România.

Os germanos na România

Na realidade, a România perde pouca coisa: uma faixa de fronteira no norte e a Grã-Bretanha, onde os anglo-saxões tomam o lugar dos bretões, mais ou menos romanizados, dos quais uma parte emigra para a Bretanha. A parte perdida no norte** pode ser avaliada comparando-se a antiga linha *limes*-Reno-Danúbio com a fronteira linguística atual entre a língua germânica e a língua romana. Ali houve um deslizamento da Germânia sobre o Império. Colônia, Mogúncia, Treves, Ratisbona e Viena são hoje cidades alemãs, e os *extremi hominum* estão na região flamenga.³⁹ Sem dúvida, a população romanizada não desapareceu de vez. Se ela parece ter se apagado completamente em Tongres, Tournai e Arras, em compensação subsistem cristãos — portanto, romanos — em Colônia e em Treves, embora eles tenham pouco a pouco se germanizado. Os *romani*, visados pela Lei Sállica,[†] atestam a presença desses sobreviventes

* Nem mesmo Odoacro ousou fazer isso, o que prova que é inexato acreditar, como Schmidt, que Alarico e Wallia teriam desejado substituir o Império Romano por um império germânico. Todos os que tiveram a força — Ricimer etc. — fizeram nomear fantoches romanos como imperadores. Odoacro foi o primeiro que renunciou a isso e reconheceu o imperador de Constantinopla.

** F. Lot a estima em 1/7 para a Gália.³⁸ É necessário notar que ela não compreende nenhuma região essencial.

† Lei Sállica é o código legal datado do reinado de Clóvis I, no século V, usado depois nas reformas introduzidas por Carlos Magno. [N.T.]

tes, e a *Vita Sancti Severini* permite surpreender, na Nórica, a condição intermediária.⁴⁰ Sabe-se, além disso, que alguns romanos se mantiveram por longo tempo nas montanhas do Tirol e da Baviera.⁴¹ Portanto, houve colonização, substituição de uma população por outra, germanização. O estabelecimento em massa dos germanos ocidentais em suas próprias fronteiras contrasta estranhamente com as formidáveis migrações que conduziram os godos do Dnieper para a Itália e para a Espanha, os burgundes do Elba para o Reno e os vândalos do Theiss para a África. Os primeiros limitaram-se a atravessar o rio no qual César os tinha fixado. Existiria aí uma questão de raça? Não creio. Os francos, no século III, haviam avançado bastante até os Pirineus, e os saxões invadiram a Inglaterra.

Creio que isso se explica pela situação geográfica. Instalando-se nas fronteiras, eles não ameaçam diretamente Constantinopla, Ravena e a África, os pontos vitais do Império. Portanto podem estabelecer-se no solo, fixar-se nele, aquilo que os imperadores sempre recusaram aos germanos orientais antes do acantonamento dos visigodos na Aquitânia. Para conservá-los nas fronteiras, Juliano, além disso, organiza expedições contra os francos e os alamanos. A população romana recua diante deles. Não se instalam como tropas mercenárias, segundo o sistema da *tercia*, mas colonizam lentamente a região ocupada, fixando-se no solo como um povo que cria raízes. Por isso, em 406, quando as legiões são retiradas, eles se deixam reter pelos pequenos postos e *castella* da fronteira romana da linha Bavai-Courtrai-Bolonha e Bavai-Tongres.⁴² Só muito lentamente avançam para o sul, apoderando-se de Tournai em 446. Não constituem um exército conquistador, mas um povo em movimento que se fixa paulatinamente em terras férteis disponíveis. Não se misturam com a população galo-romana, que, pouco a pouco, lhes cede lugar. Isso explica que eles conservem aquilo que se poderia chamar de espírito germânico, seus costumes, suas tradições épicas. Trazem a religião e a língua, dando no-

vos nomes às localidades da região. Os vocábulos germânicos, em *ze(e)le* e em *ingham*, recordam os nomes das famílias dos primeiros colonos.

Infiltram-se lentamente no sul do território que passam a dominar, criando assim uma zona de população mesclada que corresponderia mais ou menos à Bélgica valônia, ao norte da França, e à Lorena. Ali, os nomes de lugares atestam em muitas partes a presença de uma população germânica que se romani-zaria depois.*

Essa infiltração se adianta até as proximidades do Sena.⁴⁵ Porém, a germanização só se realiza em massa ali onde a língua se conserva. A România só desaparece nas conquistas mais tardias de Roma, ao longo da trincheira avançada que protegia o Mediterrâneo: as duas Germânicas, uma parte das Bélgicas, a Rétia, a Nórica e a Panônia.

Tirando isso, a România conserva-se intacta. Não podia ser de outro modo. O Império Romano permanece romano, assim como os Estados Unidos da América, apesar da imigração, permanecem anglo-saxões.

Os recém-chegados eram uma ínfima minoria. Seria preciso apresentar cifras para permitir alguma precisão científica, mas não temos nenhum documento que nos permita fazer isso. Qual seria a população do Império?*** Setenta milhões de habitantes? Não parece que se possa seguir C. Jullian, que atribui à Gália uma população de 20 milhões a 40 milhões de almas.*** Qualquer precisão é impossível. A única coisa evidente é que os germanos desapareciam na massa.

Dahn estima que os visigodos, admitidos no Império por Valêncio, seriam 1 milhão.⁴⁹ Seguindo Eutrópio e fundamen-

* São os nomes em *baix*, *stain* (*stein*) etc.⁴³ G. Kurth quase não identifica nomes francos na Touraine.⁴⁴

** E. Stein aponta 50 milhões no final do século III.⁴⁶

*** C. Jullian estima em 40 milhões a população da Gália no século II;⁴⁷ ele admite que no século IV esse número havia diminuído para a metade.⁴⁸

tando-se nos números apresentados para a batalha de Andrinópolis, L. Schmidt admite 8 mil guerreiros e, ao todo, 40 mil almas, no início.⁵⁰ É verdade que eles devem ter recebido reforços de germanos, escravos, mercenários etc. Schmidt afirma que, quando Wallia entrou na Espanha (416), os visigodos eram 100 mil.

Gautier avalia em 80 mil as tribos reunidas dos vândalos e dos alanos — homens, mulheres, velhos, crianças e escravos — quando eles transpuseram o estreito de Gibraltar.⁵¹ Victor de Vita dá esses números em *Transiens quantitas universa*.⁵² Gautier⁵³ acredita que ele é exato porque é fácil avaliar a capacidade da frota.* Por outro lado, admite com bastante verossimilhança que a África romana podia contar com uma população igual à de hoje:⁵⁵ entre 7 milhões e 8 milhões de habitantes. Nesse caso, a população romana seria cem vezes mais numerosa que os bandos dos invasores vândalos.

É difícil admitir que os visigodos fossem muito mais numerosos em seu reino, que se estendia do Loire a Gibraltar, o que pode tornar verossímil a cifra de 100 mil apresentada por Schmidt.

Os burgondes dificilmente parecem ter contado com mais de 25 mil almas, das quais 5 mil eram guerreiros.^{56**}

No século V, segundo Doren,⁶⁰ estima-se a população total da Itália em 5 a 6 milhões, mas essa é uma estimativa grosseira. Quanto ao número de ostrogodos, Schmidt⁶¹ avalia em 100 mil almas, das quais 20 mil são guerreiros.^{***}

Tudo isso é conjectural. Estaremos, sem dúvida, acima da verdade se, para as províncias ocidentais na parte exterior

* E. Stein também admite essa cifra.⁵⁴

** Em 406, eles estavam estabelecidos na Germânia.⁵⁷ Seu rei, Gundachar, tendo desejado estender-se na Bélgica, foi esmagado em 435-436 por Aécio.⁵⁸ Coville chega a 263.700 cabeças, por meio de algumas combinações arbitrárias.⁵⁹

*** Para L. Hartmann, que segue Dahn, Teodorico deve ter conduzido centenas de milhares de homens com ele.⁶²

do *limes*, estimarmos a contribuição germânica em 5% da população.

Uma minoria pode transformar um povo quando quer dominá-lo, quando o despreza e o considera matéria a ser explorada. Esse foi o caso dos normandos na Inglaterra, dos muçulmanos em toda parte onde surgiram e mesmo dos romanos nas províncias conquistadas. Mas os germanos não queriam nem destruir nem explorar o Império. Em vez de desprezá-lo, o admiravam. Não tinham forças morais a lhe opor. O período heroico cessou com a sua instalação. As grandes recordações poéticas que deviam restar dele,⁶³ tais como os Nibelungos, só foram desenvolvidas mais tarde, e na própria Germânia. Assim, os invasores triunfantes oferecem aos provincianos, em toda parte, uma situação jurídica igual à sua, pois em todas as áreas eles têm o que aprender com o Império. Como resistiriam à ambiência?

Se pelo menos formassem grupos compactos! Porém, com exceção dos vândalos, eles são dispersos pela “hospitalidade” no meio dos romanos. A divisão dos domínios os obriga a se dobrarem aos usos da agricultura romana.

E os casamentos ou as relações com as mulheres? É bem verdade que houve ausência de *connubium* [matrimônio] até o século VI, no governo de Reccared. Mas esse obstáculo jurídico não era um obstáculo social. O número de uniões entre germanos e mulheres romanas deve ter sido constante, e, como se sabe, a criança fala a língua da mãe.⁶⁴ Os germanos devem ter se romanizado com espantosa rapidez. Admite-se que os visigodos conservaram a língua natal,⁶⁵ mas não é possível citar nada que o confirme. Quanto aos ostrogodos, Procópio diz que alguns deles falavam gótico no exército de Totila, mas deviam ser casos raros e isolados do Norte.

Para que a língua se conservasse, teria sido necessária uma cultura comparável àquela que se encontra entre os anglo-saxões, mas ela falta totalmente. Ulfila não teve sucessor. Não

temos um texto, nem mesmo uma carta, em língua germânica. A liturgia nas igrejas antigas se fazia em língua germânica e, mesmo assim, não deixou nada. Talvez os francos tenham redigido sozinhos a Lei Sállica, na época antemerovíngia, em língua vulgar; as glosas malbérgicas[†] seriam os vestígios disso. Mas Eurico, o mais antigo legislador germânico do qual nos chegaram alguns textos, escreve em latim, assim como todos os outros reis germanos.

Quanto à arte ornamental original, não encontramos mais vestígios disso entre os visigodos depois da adoção do catolicismo em 589. Zeiss admite que ela só existiu no meio do povo.⁶⁶

Sem dúvida, o arianismo pôde impedir durante certo tempo um contato íntimo entre romanos e germanos. Mas não devemos exagerar a sua importância. Os únicos reis que favoreceram de fato o arianismo foram vândalos, por motivos militares. Gondobaldo é suspeito de ter sido católico. Sigismundo o é desde 516. Ainda há arianos, no entanto, em 524. E depois existe a conquista franca que assinala o triunfo do catolicismo ortodoxo. Em suma, o arianismo foi fraco mesmo entre os burgundos.⁶⁷ Desaparece cedo. Os vândalos o abandonam com a conquista de Justiniano, em 533; entre os visigodos, ele é abolido por Reccared (586-601).^{*} Esse arianismo, além do mais, estava só à flor da pele, pois não se percebe agitação quando ele é suprimido. Segundo Dahn,⁶⁸ a língua gótica teria desaparecido quando da adoção do catolicismo por Reccared, ou pelo menos só teria vegetado depois no povinho miúdo.

Não vemos como o elemento germânico poderia ter-se conservado. Para isso, teria sido necessário um reforço constante de forças frescas vindas da Germânia, o que não ocorreu. Os

[†] A Lei Sállica foi escrita na língua dos francos e mais tarde traduzida para o latim. Nessa tradução, o texto é intercalado com expressões não latinas, chamadas glosas malbérgicas, que seriam reminiscências da língua original. [N.T.]

^{*} A conversão de Reccared [rei visigodo estabelecido na Espanha, N.T.] ocorreu em 589.

vândalos não recebem nenhum reforço; nem os visigodos, separados de todo contato com a Germânia. Será que os ostrogodos mantêm ligação com os germanos pelos Alpes? Quanto aos francos da Gália, encerrada a conquista, a contribuição bárbara não aumenta mais. Basta ler Gregório de Tours para se convencer disso.

Há mais um argumento irrefutável. Se a língua tivesse sido conservada, teria deixado vestígios nas línguas latinas. Com exceção do empréstimo de algumas palavras, isso não se constata. Nem a fonética nem a sintaxe indicam a menor influência germânica.*

Pode-se dizer a mesma coisa do tipo físico. Onde encontramos o tipo vândalo na África** e o visigótico na Itália? Existem alguns louros na África, mas Gautier nota que eles já existiam antes da chegada dos bárbaros.⁷¹ No entanto, dirão, existe o direito que é personalizado — romano para os romanos, germânico para os germanos —, e isso é verdadeiro. Mas esse direito germânico já está totalmente interpenetrado de romanismo na legislação de Eurico. Depois dele, a influência romana não para de crescer.

Entre os ostrogodos não existe código especial para aqueles que estão submetidos ao direito territorial romano. Porém, como soldados, eles são da alçada apenas dos tribunais militares, puramente góticos.⁷² Eis aí o fato essencial. Os germanos são soldados e arianos, e talvez os reis tenham protegido o arianismo para mantê-los como soldados.

Entre os burgondes e os vândalos, a influência do direito romano sobre o direito germânico é tão manifesta quanto entre

* No que concerne ao vocabulário emprestado, ele só é encontrado em francês, isto é, lá onde desde o século IV a população está em contato com os germanos.⁶⁹ Nada semelhante acontece na Aquitânia, na Espanha (visigodos), na África (vândalos) ou na Itália (ostrogodos). Para o francês, a contribuição germânica seria de trezentas palavras.

** A Espanha não nos mostra uma população que tenha conservado o tipo germânico.⁷⁰

os visigodos.^{73*} Como, aliás, admitir a conservação do puro direito germânico onde a família consanguínea, o *Sippe* [clã], célula essencial da ordem jurídica, desapareceu?

Deve ter ocorrido com as leis o mesmo que se deu com o *connubium*. Só se conservou o direito germânico nas regiões colonizadas pelos anglo-saxões, os francos salianos e ripuários, os alamanos e bávaros.**

Acreditar que a Lei Sállica constituiu o direito da Gália, depois de Clóvis, é certamente um erro. Fora da Bélgica quase não havia salianos, com exceção dos grandes no séquito do rei. Não se vê uma única alusão a essa lei e aos seus procedimentos em Gregório de Tours. É preciso, portanto, restringir sua esfera de aplicação ao extremo Norte.

Não encontramos rachimbargos[†] no sul do Sena. Será que vemos ali alguns *sculteti* ou *grafiones*? A glosa malbérgica prova que estamos lidando com um código estabelecido por um procedimento que se faz em germânico. Quantos condes, quase todos romanos, teriam podido compreendê-lo? Tudo o que ela nos informa sobre os usos agrários e sobre a disposição das casas só vale para o norte, colonizado pelos germanos. É preciso estar cego pelo preconceito para supor que uma lei tão rudimentar quanto a Lei Sállica pudesse ser aplicada ao sul do Loire.

Seria possível dizer que os germanos traziam consigo a moralidade de um povo jovem, no qual os laços pessoais de fidelidade levavam vantagem sobre a sujeição ao Estado? Este é,

* Embora tenham se passado apenas cinquenta anos entre o estabelecimento dos burgondes na Gália e a redação da *Lex Gundobada*, esta trai os *Starke Einflüsse des Römischen Kultur* e carece da *frischen germanischen Ursprünglichkeit*, que será encontrada mais tarde nas leis lombardas.

** Aquilo que diz F. Lot sobre a interpenetração da população na época merovíngia parece-me inteiramente inexato.⁷⁴ Ele se contradiz quando afirma: "Se etnicamente a França (contemporânea) contém alguns elementos germânicos, eles são anteriores à conquista da Gália por Clóvis."⁷⁵

[†] Termo que, no direito franco, designava os indivíduos notáveis com os quais os duques se cercavam quando se dispunham a distribuir justiça. [N.T.]

ao mesmo tempo, um tema romântico e um dogma em certa escola germânica. Tem-se o trunfo de citar Salviano e o paralelo que fez entre a decadência moral dos romanos e as virtudes dos bárbaros. Porém, essas virtudes não resistiram à fixação dos germanos no meio dos romanizados. *Mundus senescit* [o mundo envelhece], lê-se, no início do século VII, na crônica do pseudo-Fredegário.^{76†} Basta folhear Gregório de Tours para encontrar em sua obra, a cada passo, os vestígios da mais grosseira decadência moral: bebedeira, devassidão, cupidez, adulterios, assassinatos, crueldades abomináveis e uma perfídia que reina de cima a baixo na ordem social. A corte dos reis germânicos exhibe crimes tanto quanto a de Ravena. Hartmann faz notar que a *Germanische Treue* é uma fábula conveniente.⁷⁷ Teodorico manda assassinar Odoacro depois de ter-lhe jurado que sua vida estava salva. Gontran pede ao povo que não o assassine. Todos os reis visigodos, salvo raras exceções, morrem pela faca.

Entre os burgondes, em 500, Godegísilo trai seu irmão Gondebaudo em favor de Clóvis.⁷⁸ Clodomiro, filho de Clóvis, manda atirar em um poço Sigismundo, rei dos burgondes, seu prisioneiro.⁷⁹ O rei visigodo Teodorico I trai os romanos. E vejamos como Genserico se conduz em relação à filha do rei dos visigodos, sua nora.

A corte dos merovíngios é um lupanar; Fredegonda, uma megera assustadora. Teodahato manda assassinar a mulher. As emboscadas se sucedem. Por toda parte reina uma falta de moralidade quase inacreditável. A história de Gondebaudo, nesse aspecto, é característica. A embriaguez é a maneira de ser de todos. Algumas mulheres induzem os amantes a assassinar os

[†] Fredegário, morto em 660, foi um historiador franco que escreveu uma espécie de "história universal" que começa na criação do mundo, destacando sempre o reino dos francos e povos vizinhos. Essa *Crônica de Fredegário* também é conhecida como "pseudo-Fredegário", pois alguns historiadores acreditam que ela foi escrita por mais de um autor. [N.T.]

maridos. Todos estão à venda em troca de ouro, sem distinção de raça, tanto entre os romanos quanto entre os germanos. O próprio clero está corrompido — e até as religiosas⁸⁰ —, ainda que a moralidade tenha se refugiado na casa deles. No povo, a religiosidade não se eleva acima de uma grosseira taumaturgia. O que desapareceu parcialmente foram os vícios urbanos, os mimos, as cortesãs, mesmo assim não em toda parte. Tudo isso se conserva entre os visigodos e sobretudo na África, entre os vândalos, os mais germânicos bárbaros do Sul. Eles são afe-minados, apreciadores de banhos e de *villas* luxuosas. As poesias escritas nos reinados de Hunerico e Trasamundo são adornadas com traços priapescos.

Quando se estabelecem no Império, os bárbaros perdem todos os aspectos heroicos e originais de caráter, impregnando-se de romanidade. O solo da România bebe a vitalidade bárbara. Como poderia ter sido de outro modo quando o exemplo vem do alto? No início, sem dúvida, os reis só se romanizam imperfeitamente. Eurico e Genserico mal sabem o latim. Mas o que dizer do maior de todos, Teodorico? O que predomina nele é a influência bizantina.

Aos sete anos, seu pai o entregou como refém ao imperador;⁸¹ ele foi educado em Constantinopla até os dezoito anos. Zenão faz dele *magister militum* e patrício e chega até mesmo a adotá-lo, em 474. Ele desposa uma princesa imperial.* Em 484, é feito cônsul pelo imperador. Depois, no fim de uma campanha na Ásia Menor, erguem-lhe uma estátua em Constantinopla. Sua irmã é dama de honra da imperatriz.

Em 536, Evermudo, seu enteado, se rende a Belisário, preferindo viver como patrício em Constantinopla a defender a causa de seus compatriotas bárbaros.⁸³ Sua filha Amalasonta é totalmente romana.⁸⁴ Teodahato, seu genro, se gaba de ser platônico.⁸⁵

* Ver sua carta ao rei dos túrquios ao enviar-lhe a sua sobrinha.⁸²

Mesmo entre os burgondes, que belo tipo de rei nacional é esse Gondebaudo (480-516) que, em 472, depois da morte de Ricimer, o sucedeu como patrício de Olibrius e, com a morte deste último, fez nomear Glicério.⁸⁶ Depois, em 480, sucedeu ele próprio a seu irmão Chilperico como rei dos burgondes!

De acordo com Schmidt,⁸⁷ ele é altamente culto, eloquente, instruído, interessa-se por questões teológicas e está em constante relação com Santo Avit.

Ocorre a mesma coisa com alguns reis vândalos.

Entre os visigodos observa-se a mesma evolução. Sidônio enaltece a cultura de Teodorico II. Cita entre os seus cortesãos o ministro Leão — que tinha sido historiador, jurista e poeta — e Lampridius, professor de retórica e poeta.⁸⁸ É Teodorico II quem, em 455, faz de Avitus imperador. Esses reis estão inteiramente divorciados das velhas lembranças de seus povos, que Carlos Magno reunirá novamente.

E, entre os francos, existe o rei poeta Chilperico!⁸⁹

Quanto mais se avança, mais a romanização se acentua. Gautier observa que, depois de Genserico, os reis vândalos entram na órbita do Império.⁹⁰ Entre os visigodos, os progressos da romanização são incessantes. O arianismo desapareceu em toda parte no final do século VI.

Só no norte o germanismo se mantém, ao mesmo tempo que o paganismo, que só se eclipsará ali no século VII. Quando os exércitos da Austrásia[†] chegam à Itália em socorro dos ostrogodos, eles causam horror a estes últimos,⁹¹ que, provavelmente, ainda preferem pertencer a Bizâncio a pertencer aos francos.

Em suma: a România, levemente reduzida no norte, subsiste em seu conjunto.* Evidentemente, foi muito atingida. Em to-

[†] Região localizada no nordeste da atual França, mas compreendendo também partes da atual Alemanha e dos Países Baixos. Era um reino governado pela dinastia dos merovíngios. [N.T.]

* Apenas os nomes próprios foram tomados de empréstimo aos germanos. Eles não provam nada quanto à nacionalidade, pois são dados por cortesia.

dos os domínios — artes, letras, ciências — a regressão é manifesta. *Pereunte... liberalium cultura litterarum* [Desaparecendo... a instrução das artes liberais], diz muito bem Gregório de Tours.⁹² A România vive por sua massa. Mas nada a substituiu. Ninguém protesta contra ela. Não se concebe, nem entre os leigos nem na Igreja, que exista outra forma de civilização. Em meio à decadência, apenas uma força moral resiste: a Igreja. E, para a Igreja, o Império subsiste. Gregório, O Grande escreve ao imperador, dizendo que ele reina sobre homens e os bárbaros, sobre escravos.⁹³ Por mais que a Igreja tenha contas a ajustar com os imperadores de Bizâncio, ela permanece fiel a eles. Será que ela não sabe, por meio dos seus Padres, que o Império Romano é desejado por Deus e que é indispensável ao cristianismo? Ela não modelou nele a sua organização? Não fala a sua língua? Não conserva o seu direito e a sua cultura? E seus dignitários não são todos recrutados nas antigas famílias senatoriais?

Os Estados germânicos no Ocidente

Por ser evidente, não preciso insistir em que as instituições tribais dos germanos não puderam ser conservadas nos novos reinos fundados no solo do Império,* no meio de uma população romana. Elas só podiam ser mantidas em pequenos reinos, como os dos anglo-saxões, povoados de germanos.

Sem dúvida, os reis germânicos instalados no Império são reis nacionais para seus povos, *reges gentium*, como diz Gregório, O Grande.⁹⁴ Eles são chamados de *reges Gothorum, Vandalarum, Burgondionum, Francorum*. Porém, para os romanos, são generais romanos aos quais o imperador entregou o governo da população civil. É sob essa etiqueta romana que eles lhes

* Não pode estar em questão falar, como fazem alguns autores, da política social desses reis e de sua *Konservative Haltung* [atitude conservadora] em relação às instituições imperiais.

surgem.* E sentem-se gloriosos de ostentá-la: basta recordar a cavalcada de Clóvis quando foi feito cônsul honorário.

O estado de coisas mais simples aparece no governo de Teodorico. Ele é, de fato, um vice-rei romano. Publica apenas éditos, não leis.

Os godos só estão no Exército.** Todas as magistraturas civis são romanas, e toda a administração romana é conservada tanto quanto é possível. O Senado subsiste. Mas o poder está concentrado no rei e em sua corte, ou seja, no palácio sagrado. O próprio Teodorico adota apenas o título de *rex*, como se quisesse fazer desaparecer a sua origem bárbara. Reside em Ravena, como os imperadores. A divisão das províncias com seus *duces*, *rectores*, *praesides*, a constituição municipal com os *curiales* e *defensores*, a organização dos impostos, tudo é conservado. Ele cunha moeda, mas em nome do imperador. Adota o nome de Flavius,*** sinal de que assume nacionalidade romana. Algumas inscrições o denominam *semper Augustus, propagator Romani nominis* [Augusto para sempre, o que propaga o nome romano]. A guarda do rei é organizada com base no modelo bizantino, assim como o cerimonial da corte. A organização judiciária é romana, mesmo para os godos; o édito de Teodorico é totalmente romano. Não existe nenhum direito especial para os godos. Teodorico combate as guerras privadas e a barbárie germânica. O rei não protege o direito nacional do seu povo.⁹⁷ Os godos formam as guarnições das cidades, vivendo das rendas com a terra**** e recebendo um soldo. Não podem obter empregos civis. Não têm acesso ao governo, a não ser aqueles que fazem parte, como os romanos, do séquito do rei. Nesse

* Procurou-se inutilmente conservar-lhes um caráter germânico. Ver a alegre história do carro de bois.⁹⁵

** Cassiodoro os chama oficialmente de *barbari* ou *milites*.⁹⁶

*** Seu título é Flavius Theodoricus Rex.

**** Os godos estão submetidos ao imposto fundiário, mas o rei zela para que tenham trigo barato.

reino, onde o seu rei comanda, eles são na realidade estrangeiros, mas estrangeiros dotados de bons rendimentos, uma casta militar vivendo confortavelmente do seu emprego. É isso, e não um suposto caráter nacional, que os prende uns aos outros e explicará a sua enérgica resistência no governo de Justiniano. L. Schmidt⁹⁸ reconhece que, desde o seu estabelecimento na Itália, a concepção gótica da realeza está perdida.* Teodorico não é mais do que um funcionário de Zenão. Mal ele chega à Itália, a Igreja e a população o reconhecem como representante da legalidade. O poder pessoal do rei é exercido por alguns *sajones*, cujo nome gótico não impede que sejam uma imitação dos *agentes in rebus* romanos.⁹⁹ Em suma, os godos são a base militar do poder real que, com exceção disso, é romano.

Sem dúvida, não se encontra uma marca romana tão profunda entre os outros bárbaros. Entre os vândalos, a despeito da ruptura com o Império, todo o caráter germânico está ausente da organização do Estado. Aqui, no entanto, apesar da ficção dos tratados, existe mesmo uma ruptura completa com o Império: seria uma zombaria ver em Genserico um funcionário. Ele contrasta com Teodorico. Em vez de poupar e adular a população romana, ele a trata com rigor e persegue sua fé. Aqui não existe *tercia*. Os vândalos se estabelecem em massa na Zeugitana (Tunísia setentrional), onde expropriam os proprietários romanos. Vivem dos colonos, como rendeiros. Estão isentos de impostos. Sua organização em *tausendschaften*,^{100†} que Procópio chama de *quiliarcas*, é totalmente militar.

Porém, todo o direito germânico, ou melhor, todas as instituições desaparecem quando, em 442, Genserico estabelece a monarquia absoluta, depois de ter vencido uma insurreição da nobreza que procurava conservar para o seu proveito al-

* Quando se estabeleceram na Itália, no entanto, os ostrogodos eram mais germânicos que os visigodos.

† Grupos de mil indivíduos. [N.T.]

guns restos da organização tribal.¹⁰¹ Seu governo é romano. Ele cunha algumas moedas com a efígie de Honório. As inscrições são romanas. Genserico estabelece-se em Cartago tal como Teodorico em Ravena; ele tem ali um *palatium*. Não mexe nem na vida econômica nem nas realidades da existência cotidiana.

Parece mesmo que os reis vândalos continuam a pagar os tributos em azeite a Roma e a Constantinopla.¹⁰² Quando Genserico estabelece a ordem de sucessão ao trono, ele o faz por meio de um codicílio redigido segundo as prescrições da legislação romana.¹⁰³

No governo dos vândalos, os bárberes romanizados continuam a viver a mesma vida que na época anterior.¹⁰⁴ A chancelaria é romana;¹⁰⁵ na sua direção existe um *referendarius*, Petrus, do qual foram conservados alguns versos. No governo de Genserico são construídas as termas de Túnis. A literatura permanece viva.* Victor Tonnennensis ainda acredita na imortalidade do Império.¹⁰⁶ Os reis marcham pelos caminhos de Roma, assim como, muito depois, a Restauração o fará pelos caminhos de Bonaparte. Por exemplo, em 484, o édito de Genserico contra os católicos é copiado do de Honório, de 412, contra os donatistas.¹⁰⁷ Por esse mesmo édito, podemos ver que as classes da população permanecem as mesmas. Em poucas palavras, entre os vândalos ainda existem menos traços de germanismo que entre os ostrogodos. É verdade que a África, no momento em que eles lá se estabelecem, é a mais viva das províncias do Ocidente, e ela imediatamente se impõe a eles.

A Espanha e a Gália tinham sofrido algumas invasões e, além disso, não eram tão romanizadas quanto a Itália e a África. No entanto, também ali o caráter germânico dos invasores cede diante dos costumes e das instituições romanas. Entre os visigodos, antes da conquista de Clóvis, os reis vivem à romana

* Ver adiante, p. 155 e seguintes.

em sua capital de Toulouse; mais tarde, será Toledo. Os visigodos, estabelecidos segundo a “hospitalidade”, não são considerados juridicamente superiores aos romanos. O rei denomina o conjunto dos súditos de *populus noster*. Porém cada um conserva o seu direito e não existe *connubium* entre romanos e germanos. Talvez a diferença de culto, pois os visigodos eram arianos, fosse uma das razões dessa ausência de união legal entre os antigos cidadãos romanos e os invasores. A interdição do *connubium* desaparecerá no governo de Leovigildo (morto em 586) bem como o arianismo no governo de Reccared. A comunhão do direito entre romanos e godos estabelece-se no governo de Reccesvinth.

As *sortes* dos godos estão livres de impostos. As províncias são conservadas com os seus *rectores* [governadores], ou *judices provinciarum* [juizes das províncias], *consulares* [consulares], *praesides* [chefes]; são divididas em *civitates* [cidades]. Nada de germânico também, segundo Schmidt, na organização agrícola.

O rei é absoluto: *dominus noster gloriosissimus rex* [o nosso senhor é o rei gloriosíssimo]. Ele é hereditário, e o povo não participa do poder. Os vestígios de assembleias do Exército — que Schmidt assinala, sem poder descobrir verdadeiras assembleias nacionais — são fatos de pouca importância, como há muitos, aliás, durante o Baixo Império.

O rei nomeia todos os seus agentes. Na corte existem alguns grandes germânicos e romanos — estes últimos, aliás, muito mais numerosos. O primeiro-ministro de Eurico e de Alarico II, Leão de Narbona, une as funções de *quaestor sacri palatii* [questor do palácio sagrado] e de *magister officiorum* [chefe dos serviços] da corte imperial. O rei não tem um “truste” guerreiro, mas alguns *domestici* à romana. Os duques das províncias e os *comites* das cidades são, sobretudo, romanos.

Nas cidades, a *curia* subsiste com um *defensor* ratificado pelo rei. Os visigodos se dividem em *Tausendschaften*, *Fünfhundert-*

schaften, Hundertschaften, Zehnschaften,[†] com chefes militares cujas atribuições não conhecemos bem. Não parece que os romanos tenham sido submetidos ao serviço militar durante o reino de Toulouse. A situação é, portanto, igual à dos ostrogodos. Parece que, durante um tempo, os visigodos tiveram no *millenarius* um magistrado à parte, como os ostrogodos. Porém, já no governo de Eurico, eles estão submetidos à jurisdição do *comes*, que julga à romana com alguns *assessores*. Não existe o menor traço de germanismo na organização do tribunal.*

O código de Eurico, promulgado em 475 para regular as relações entre godos e romanos, é redigido por juristas romanos. É um documento totalmente romanizado. Quanto ao Breviário de Alarico (507), feito para os romanos, é praticamente puro direito romano. O imposto romano permanece, e o sistema monetário também é romano.

Os funcionários do rei recebem soldo. Quanto à Igreja, está submetida ao rei, que ratifica a nomeação dos bispos. Não existe perseguição contra os católicos, a não ser como exceção. À medida que o tempo avança, a romanização aumenta. Leovigildo (568-586) suprime os restos da jurisdição especial que existia para os godos, autoriza o casamento entre os dois grupos e introduz o parentesco romano para os visigodos.

No início, o rei tem insígnias germânicas, que ele troca mais tarde por insígnias romanas.** Sua autoridade é um poder público e não uma simples tirania pessoal. O antigo caráter militar dos bárbaros também se desvanece. O efetivo dos visigodos está de tal maneira diminuído que, em 681, Ervige obriga os proprietários a mandarem para o Exército 1/10 dos seus escravos armados.

[†] Grupos de mil, de quinhentos, de cem e de dez indivíduos. [N.T.]

* M. Bloch assinalou quão grotesca é a crença em determinadas pseudopersistências do germanismo.¹⁰⁸

** Reccesvinth, por volta de 630, adota os trajes bizantinos.¹⁰⁹

No governo de Reccared (586-608) o amálgama judiciário está completo. O *Liber judiciorum*, promulgado por Reccesvinth em 634, atesta isso. O seu espírito é romano e eclesiástico, pois, depois da conversão de Reccared, a Igreja desempenha um papel enorme. Os dezoito concílios que se reúnem de 589 a 701 são convocados pelo rei, que chama para eles, além disso, alguns laicos da corte ao lado dos bispos. Consultam-se os concílios não somente em matéria eclesiástica, mas também civil.¹¹⁰

Essa Igreja, cujos dignitários o rei continua a nomear, é muito realista, mesmo em relação aos reis arianos. Quando Atanagildo se revolta contra Leovigildo, ela permanece fiel a este último. Proclama a nomeação do rei por ela e pelos grandes (633), e introduz a sagração.*

Isso não modifica em nada, aliás, o absolutismo real que a Igreja sustenta: *Nefas est in dubium deducere ejus potestatem cui omnium gubernatio superno constat delegata judicio* [Não é justo, na dúvida, diminuir o poder dele, com o qual está de acordo o governo de todas as coisas, delegado por juízo supremo].¹¹²

Chindasvinth, eleito em maio de 642, manda matar ou reduzir à escravidão setecentos aristocratas que pretendem se opor à sua onipotência.¹¹³

O rei se apoia na Igreja para fazer frente à aristocracia.¹¹⁴ Mas essa Igreja, cujos bispos ele nomeia, é servil em relação a ele. Não existe teocracia. A realeza evolui para o sistema bizantino. O rei legifera como os imperadores em matéria religiosa. Sua eleição, que Lot¹¹⁵ parece levar a sério, é considerada por Ziegler uma fantasmagoria. Na realidade existe ali, como em Bizâncio, uma mistura de hereditariedade, de intrigas e de lances de força. Leovigildo desposa uma princesa bizantina, o que não o impede de repelir os bizantinos. E esses reis visigodos têm alguns *spatharii*, tal como os imperadores.¹¹⁶

* A unção real, atestada por Wamba em 672, é sem dúvida mais antiga e remonta talvez a Reccared (586-608).¹¹¹

Os reis burgondes, cujo efêmero reino foi anexado pelos reis francos em 534,¹¹⁷ estão nos melhores termos com o Império, após terem conseguido se apoderar de Lyon. Os burgondes se estabelecem, assim como os ostrogodos e os visigodos, segundo a *hospitalitas*.*

No momento em que se estabelecem, Sidônio os descreve como bárbaros, ingênuos e brutais. Mas seus reis são absolutamente romanizados. Gondebaudo foi *magister militum praesentialis*. Em sua corte abundam poetas e oradores. O rei Sigismundo se gaba de ser um soldado do Império e diz que seu país é parte do Império.¹¹⁹ Esses reis têm um *quaestor palatii* e alguns *domestici*. Sigismundo, um instrumento de Bizâncio, recebe do imperador Anastácio o título de patrício. Os burgondes são os soldados do imperador contra os visigodos.

Assim, eles se consideram parte do Império. Usam as datas definidas pelo ano dos cônsules, ou seja, dos imperadores; o rei é *magister militum* em nome do imperador.

Quanto ao resto, o poder real é absoluto e único. Ele não se divide; quando o rei tem vários filhos, os nomeia vice-reis.¹²⁰ A corte, sobretudo, é composta de romanos. Nenhum traço de bando guerreiro; à frente dos *pagi* ou *civitates* encontra-se um *comes*. Ao lado dele, para distribuir a justiça, existe um *judex deputatus*, igualmente nomeado pelo rei e julgando segundo o uso romano.

O *Sippe* [clã] primitivo desapareceu, embora a sua lembrança subsista no nome de *Faramanni* [livres]. A organização municipal romana subsiste em Vienne e em Lyon. Do mesmo modo, a organização dos impostos e a da moeda são inteiramente romanas.

O rei burgonde, assim como o rei visigodo, paga um ordenado aos seus agentes. Nesse reino tão profundamente romanizado, os burgondes e os romanos têm a mesma condição

* Em 443, em Sapaudia.¹¹⁸

jurídica, “*una conditione teneantur*”.¹²¹ Parece que, diferentemente dos outros Estados germânicos, ditos federados, os romanos servem no Exército e têm *connubium* com os burgondes.

Ostrogodos, visigodos, vândalos e burgondes governam à romana. De “princípios germânicos” não há vestígio, ou tão pouco que é nada. É o antigo regime que perdura, com o governo de novos reis, sem dúvida com muitas perdas. Uma única novidade: um exército gratuito graças à partilha das terras. O Estado é aliviado desse terrível orçamento da guerra que esmagava as populações.

A administração, tornada rudimentar, também custa menos. A Igreja se encarrega do resto. Porém, mais uma vez, tudo aquilo que vive e funciona é romano. Das instituições germânicas, das assembleias de homens livres, nada subsiste. Pelo menos no direito encontram-se, aqui e ali, algumas infiltrações germânicas, tais como o *Wehrgeld*.[†] Mas é um pequeno riacho que se perde no rio da romanização jurídica: processo civil, contratos, testamento etc. O Ocidente lembra esses palácios italianos que se transformam em moradias de aluguel e que, por mais degradados que estejam, conservam a antiga arquitetura. Decadência certamente, mas decadência romana, na qual nenhum germe de civilização nova aparece. A única característica dos germanos, o arianismo, é ela mesma uma velha heresia sem nada de original e que só alcançou os vândalos.

Acredita-se que tudo se passou de outra maneira entre os francos,¹²² aos quais atribui-se desde o início das invasões uma importância extraordinária, pois eles refizeram a Europa na época carolíngia. Porém, teria sido assim desde o século VI? Creio que é necessário responder muito claramente.

Sem dúvida, o Estado franco é o único que conserva uma população puramente germânica nas regiões do Norte. Porém,

[†] Mecanismo de reconciliação entre culpado e vítima mediante indenização pecuniária. [N.T.]

durante o período merovíngio, ela não desempenha nenhum papel. Mal iniciada a conquista, os reis instalam-se no sul, em terras romanas: Paris,* Soissons, Metz, Reims, Orleans e seus arredores.** Se não vão mais para o sul é, sem dúvida, para que possam resistir melhor à Germânia, diante da qual adotam a atitude defensiva dos imperadores romanos.¹²⁷

Em 531, Thierry,[†] com a ajuda dos saxões, destrói os turíngios.¹²⁸ Em 555, Clotário faz uma expedição ao Saxe e à Turíngia e submete a Baviera.¹²⁹ Em 556¹³⁰ e em 605¹³¹ novas guerras são empreendidas contra os saxões. Em 630-631 ocorre a expedição de Dagoberto contra Samo.¹³² Em 640 a Turíngia se insurge e torna-se novamente independente.¹³³ Em 689 Pepino combate os frísios.

Desses países germânicos não vem, durante o período merovíngio, nenhuma influência. Até ser submetido aos carolíngios, o Estado franco é essencialmente neustriano e romano, desde a bacia do Sena até os Pirineus e o mar. Poucos francos se estabelecem ali.

Não temos informações sobre as instituições merovíngias depois da época da conquista das terras visigóticas e burgondes. É certo que o estado de coisas que havia lá, assim como no território que era governado por Syagrius, exerceu influência sobre as instituições francas.*** Uma grande diferença, no entanto, separa francos de visigodos e burgondes; eles não conheceram a *hospitalitas*, nem, por conseguinte, a proibição do

* Quando um rei da Austrásia torna-se rei de todo o reino, ele apressa-se a ir se estabelecer em Paris.¹²³ As observações arqueológicas de Aberg¹²⁴ e filológicas de Gammillscheg¹²⁵ provam que, depois de meados do século VI, os francos da Gália não exercem mais influência sobre as regiões da Germânia.

** De acordo com R. Buchner, Clóvis difere dos outros reis germanos puramente mediterrânicos porque visa ao mesmo tempo ao Mediterrâneo e à Germânia. Ele não vê que, nesse aspecto, a sua atitude e, sobretudo, a de seus sucessores é puramente defensiva.¹²⁶

† "Thierry" é a versão francesa de "Teodorico". [N.T.]

*** Os agentes do rei merovíngio são chamados de *judices*, como os do imperador.

connubium com os romanos. Além disso, os francos são católicos. Misturam-se facilmente com a população galo-romana.

No entanto, é verdade que sua romanização foi menos efetiva porque seus reis viveram em Paris, em um meio menos romanizado do que eram as cidades de Ravena, Toulouse, Lyon ou Cartago. Além do mais, a Gália setentrional acabava de atravessar um período de guerras e de invasões sucessivas que haviam acumulado devastações.

No entanto, eles conservam tudo o que podem das antigas instituições romanas. Não lhes falta boa vontade. Seu Estado é mais bárbaro, mas não é mais germânico.¹³⁴ Aqui também se conserva a organização dos impostos e da moeda.* Aqui também existem condes em cada cidade, e as províncias desapareceram.

O *grafio*, o *thunginus*, os *rachimburgi* existem apenas no Norte.** O *leudesamio*, germânico segundo Waitz, é de origem romana de acordo com Brunner;¹³⁹ a *commendatio* também é de origem romana.¹⁴⁰

Quase todos os agentes do rei, se não todos, são recrutados entre os galo-romanos. Mesmo o melhor general da época, Mummolus, parece ter sido um galo-romano.¹⁴¹ O rei tem alguns *referendarii* galo-romanos até mesmo nas repartições que o cercam.¹⁴²

Não subsiste vestígio de assembleias públicas.¹⁴³ O próprio rei parece mais germânico do que os reis dos outros povos bárbaros. No entanto, o que ele tem de especificamente germano? Seus longos cabelos?*** O preconceito é tão forte que se che-

* Waitz alega a recusa dos germanos em pagar o imposto pessoal porque ele é considerado incompatível com a *ingenuitas*.¹³⁵ Porém, isso não tem nada de germânico. Ele cita um texto de concílio que prova isso até a evidência.¹³⁶

** Waitz esforça-se para provar que os funcionários merovíngios não são romanos.¹³⁷ Não existe mais separação entre o militar e o civil; o rei lhes dá o *ban*, eles não têm tratamento! Além disso, ele reconhece que a administração era estranha aos germanos¹³⁸ e esquece os funcionários escravos e romanos.

*** O que diz Waitz acerca do caráter germânico do rei não tem pertinência.¹⁴⁴

gou ao ponto de invocar em favor da sua natureza germânica a caricatura feita por Eginhard dos últimos reis merovíngios. De todos os merovíngios, somente Thierry, filho mais velho de Clóvis (morto em 534), deixou seu nome na poesia germânica, por causa de sua terrível expedição à Turíngia. Ele é o Hugdietrich da epopeia.¹⁴⁵ Os outros não deixaram, na memória do seu povo, a lembrança de heróis nacionais.

O poder real, aliás, está bem na concepção imperial. O rei franco, como os outros reis germânicos, é o centro de toda autoridade.* Trata-se de um déspota absoluto. Ele inscreve em suas *praeceptiones* [prescrições]: *Si quis praecepta nostra contempserit oculorum evulsione multetur* [Se alguém tiver desprezado nossas ordens, seja punido com a extração de seus próprios olhos],¹⁴⁶ afirmando assim esta noção romana entre todas do *crimen laesae majestatis* [crime de lesa-majestade].¹⁴⁷

Se é verdade que o rei se considera proprietário do seu reino, a realeza não tem, no entanto, um caráter tão privado quanto se tem sustentado. O rei distingue a sua fortuna privada e o fisco público.¹⁴⁸ Sem dúvida, a noção do poder real é mais primitiva do que entre os visigodos. Com a morte do rei, seus Estados são partilhados entre os filhos, mas isso é uma consequência da conquista; não tem, aliás, nada de germânico.**

Sem dúvida, também, os reis francos não têm títulos romanos, a não ser esporadicamente no governo de Clóvis. Porém, eles procuram manter contato com os imperadores de Bizâncio.*** Assim, pois, mesmo entre os francos, o romanismo tradicional se conserva.

* Embora a palavra *ban* designe o poder, este não é germânico. A velha palavra militar conservou-se, e isso é tudo.

** Só há partilhas entre os francos, talvez porque no momento da sucessão de Clóvis não exista mais imperador no Ocidente e porque, em todo caso, os francos não se lembram, nesse momento, de um imperador.

*** Teodeberto teria pensado em atacar Bizâncio.¹⁴⁹

Se considerarmos o conjunto desses reinos bárbaros, encontraremos neles três traços em comum: são absolutistas e laicos, e os instrumentos do reinado são o fisco e o tesouro.

São características romanas ou, se preferirem, bizantinas. Sem dúvida, o absolutismo vem por si mesmo. Quando é implantado, o rei já é muito poderoso como chefe militar. Depois disso, essa força, por causa dos provinciais, tem que assumir a forma do absolutismo.* Para que fosse de outro modo, teria sido necessário que o rei estivesse na situação dos soberanos anglo-saxões. Nada é menos germânico do que a realeza desses chefes militares. É o poder pessoal, ou seja, exatamente aquilo que existe no Império.

Em todos esses reinos o absolutismo do rei explica-se por seu poderio financeiro. Em toda parte, como que sucedendo ao imperador, ele dispõe do fisco e dos impostos. Ora, a fortuna do fisco é imensa. São os domínios imperiais, as florestas, as terras vagas, as minas, os portos, as estradas. São também os impostos e a moeda. O rei é um imenso proprietário fundiário e desfruta ao mesmo tempo de um formidável tesouro em ouro amoeado. Nenhum príncipe no Ocidente, antes do século XIII, deve ter sido tão provido de dinheiro quanto esses reis. A descrição dos seus tesouros é uma resplandecência de metal amarelo. Antes de mais nada, eles permitem que o rei pague os seus funcionários.¹⁵⁰ Com seu tesouro os reis merovíngios concedem algumas consignações importantes: antes de 695, o abade de Saint-Denis obtém uma renda de duzentos soldos de ouro do tesouro e outra de cem soldos dos *cellarium fisci* [armazéns do fisco].¹⁵¹ Eles fazem empréstimos às cidades,¹⁵² pagam missionários, corrompem ou compram quem querem. A conservação do imposto romano e o *tonlieu*[†] são as fontes essenciais do seu

* Não há nenhuma hereditariedade nas funções. O rei escolhe quem ele quer, como o imperador.

† Pagamento que um comerciante devia fazer pelo direito de ocupar um lugar em um mercado. [N.T.]

poder. Considerá-los, como muitas vezes se faz, apenas grandes proprietários fundiários é um erro manifesto que só se explica porque eles são vistos sob o aspecto dos reis posteriores.¹⁵³ Mas, por sua riqueza amoedada, assemelham-se muito mais aos reis bizantinos do que a Carlos Magno.

Eles fazem tudo para aumentar esse tesouro que os sustenta. Daí os inumeráveis confiscos. Chilperico manda fazer, em todo o seu reino, *discriptiones novas et graves* [divisões novas e severas].¹⁵⁴ Existe aí toda uma administração financeira complicada, com registros, revisores etc. É para se apoderar dos seus tesouros que os reis massacram uns aos outros.¹⁵⁵

Além do mais, eles dispõem dos enormes subsídios bizantinos. O imperador Maurício envia 50 mil soldos de ouro a Childeberto para pagar sua aliança contra os lombardos.¹⁵⁶ O dote concedido a Rigunthis em 584,¹⁵⁷ a esmola de 6 mil soldos dada por Childeberto à abadia de Saint-Germain para os pobres¹⁵⁸ e a generosidade de Dagoberto I, que recobre de prata a capela-mor de Saint-Denis,¹⁵⁹ dão uma ideia da riqueza dos reis francos. Como os bizantinos, eles usam largamente o seu tesouro para fins políticos. É assim que Brunehilde, em 596, desvia por *pecunia* um ataque dos ávaros contra a Turíngia.¹⁶⁰ Portanto, é impossível dizer que os reis só entesouraram para si.

Os soberanos ostrogodos são ainda mais ricos. Basta pensar nas suntuosas construções erguidas por Teodorico. Ocorre a mesma coisa com os visigodos: em 631, o pretendente Sisenando oferece 200 mil soldos de ouro a Dagoberto para obter seu apoio contra Svinthila;¹⁶¹ e Leovigildo promete 30 mil soldos ao lugar-tenente do imperador para que ele o apoie contra o filho desse.¹⁶²

Os abusos dos cobradores do *tonlieu* são punidos com a morte, tal como no direito romano, o que mostra a importância dessa renda entre os visigodos.¹⁶³ Os livros de impostos estão sempre na casa deles,¹⁶⁴ e os reis pagam os seus funcioná-

rios.¹⁶⁵ A descrição, por Venâncio Fortunato, dos tesouros trazidos por Galswinthe nos mostra a sua grandeza.¹⁶⁶

Em resumo, a intervenção do ouro é contínua nessa política, assim como na de Bizâncio. Os reis compram e se fazem comprar.

Porém, há outro aspecto no qual os Estados bárbaros dão continuidade à antiga tradição: o seu caráter laico. Toda administração, em todos os graus, é secular. Se os reis geralmente se entendem bem com os bispos, nenhum destes, diferentemente daquilo que ocorrerá na Idade Média, é investido em um cargo. Ao contrário, muitos bispos são antigos representantes reais.* Existe aí um contraste evidente com a política de Carlos Magno, baseada nos *missi*, dos quais a metade são necessariamente bispos, ou com a de Oton, que confia as rédeas do governo aos bispos imperiais. Isso se dá porque, no período imediatamente posterior às invasões, os leigos — como veremos adiante — ainda são instruídos.**

Assim, o Estado profano merovíngio opõe-se claramente ao Estado religioso carolíngio. O que é verdadeiro para os merovíngios também o é para os outros: ostrogodos, visigodos, vândalos, burgondes. Nesse aspecto, portanto — e ele é essencial —, a antiga ordem das coisas continua. O rei é, ele próprio, um puro leigo, e nenhuma cerimônia religiosa contribui para o seu poder.

A Igreja está submetida a ele. Em teoria, os bispos são nomeados pelo clero; de fato, quase sempre o rei os nomeia diretamente. Ainda aqui, é a antiga tradição da Igreja de Estado. Tal como no Oriente, os bispos francos marcham de mãos dadas com seus soberanos.¹⁶⁹ Os reis convocam os concílios. Os merovíngios se abstêm de dirigi-los, mas entre os visigodos, em

* Desidério de Cahors foi tesoureiro do rei e prefeito de Marselha. Santo Ouen foi referendário na Nêustria.

** H. Bresslau cita alguns referendários que se tornaram bispos.¹⁶⁷ Loening vê muito bem que o Estado é laico, ainda que se engane na explicação do fato.¹⁶⁸

compensação, os concílios são associados ao governo desde Reccesvinth. A Igreja nem por isso deixa de ser submissa e servil ao rei.*

Mas os reis têm o maior respeito por essa Igreja que eles mesmos dominam. O ideal real é, segundo Gregório de Tours, favorecer as igrejas e os pobres.¹⁷² Eles a acumulam de favores e de riquezas, a cercam de sinais de respeito, ainda que — com a exceção de algumas mulheres — não entrem para o claustro. Não parece que sua devoção pessoal seja grande. Mas eles veem nos bispos os chefes da Igreja, ou seja, de uma enorme força divina. Além do mais, esses bispos desfrutam de imenso prestígio junto do povo. Eles podem ser e são — entre os godos, por exemplo — um útil contrapeso à aristocracia laica.

Justiniano (527-565)

Não existe erro maior do que acreditar que a ideia do Império tenha desaparecido depois do desmembramento das províncias ocidentais pelos bárbaros. Ninguém pode duvidar de que Basileus, que reina em Constantinopla, ainda estende a sua autoridade, teoricamente, a todo o conjunto. Não governa mais, mas ainda reina. Todos os olhos se voltam para ele.

Sobretudo a Igreja, para a qual o Império é uma construção providencial, não pode dispensá-lo. Seu chefe em Roma e a cidade de Roma o reconhecem como o soberano legítimo da *ecclesia*.**

* Ver a curiosa anedota contada por Gregório de Tours.¹⁷⁰ Existe aí uma combinação de eleição anulada pelo rei, que nomeia, no entanto, o candidato desejado, mediante grandes presentes, fazendo celebrar um banquete na cidade episcopal. Em suma, tudo depende do rei. Ver a vida de São Niceto, bispo de Treves, nomeado por um rei, enviado para o exílio por outro e restabelecido por um terceiro.¹⁷¹

** Ver a obra de Gregório, O Grande — que data, é verdade, de depois de Justiniano. Basta ler os escritos de Marius de Avenches (morto em 594), de Victor Tonnennensis (morto em 569) e de João de Biclaro (morto em 590) para ver que o Império, para eles, continua.¹⁷³

Com exceção do rei dos vândalos, os reis bárbaros o consideram senhor, cunham sua efígie nas moedas, solicitam e obtêm dele títulos e favores. Justiniano adota Teodeberto,* assim como Maurício adotará Childeberto.

É a Constantinopla que os reis submetem seus litígios, é lá que procuram urdir intrigas. O imperador nada cedeu. Portanto, é muito natural que, apresentando-se a oportunidade, ele busque retomar seus bens. A essa vontade soma-se, para Justiniano, a preocupação de restabelecer a ortodoxia religiosa. Apesar da perda de quase todo o litoral mediterrânico, Bizâncio está preparada para tentar a grande empreitada da reconstituição do Império.

Ela tem uma frota que lhe dá o domínio do mar. É apoiada pela Igreja, com a qual Teodorico acaba de se indispor. Na Itália, pode contar com o apoio das grandes famílias romanas e na África, com a clientela dos refugiados da aristocracia vândala, que buscam na corte imperial um refúgio contra as perseguições reais. Talvez ela contasse também com a rebelião das populações provinciais.

A fim de reunir o máximo de chances de sucesso, Justiniano, antes de realizar suas campanhas, faz a paz com o Império Persa (532) e, com alguns subsídios, fixa os bárbaros que rondam as fronteiras.

Bizâncio não tem que fazer face a uma frente única. Não existe nenhuma política germânica. Teodorico bem que havia tentado agrupar sob sua hegemonia os outros Estados. Porém, seu objetivo tinha sido, pura e simplesmente, salvaguardar a Itália. Para isso, defendera os visigodos contra os francos e impedira que eles fossem dizimados depois da batalha de Vouillé; fizera com que Clóvis lhe cedesse a Provença em 509; em 523, impedira os francos de aniquilar a Borgonha.¹⁷⁵

* Teodeberto escreve tão humildemente quanto possível a Justiniano.¹⁷⁴

Longe de conciliá-lo com os reis francos, sua política transforma os merovíngios em seus irredutíveis inimigos.

Se Bizâncio não impede Teodorico de estabelecer-se tão fortemente na Itália é porque não percebe sua força. Tolerava a ocupação, mantém com Teodorico relações pacíficas, mas não aceita o fato consumado.

Contra os ostrogodos, Bizâncio encontra aliados naturais nos francos.

Em 526, Teodorico morre. Como um imperador romano,¹⁷⁶ e em contradição absoluta com o costume germânico, ele, antes de morrer, designa como sucessor o neto Atalarico, então com dez anos de idade, sob a regência de sua mãe, Amalasonthe.

Esta só assume o poder com o consentimento de Justiniano. Nessa ocasião, ela lhe mostra tamanha deferência que ele talvez tenha considerado o retorno da Itália ao centro do Império sem sacar a espada.

É, portanto, contra os vândalos que Justiniano direciona a sua ofensiva. Em 533, em uma única campanha, Belisário triunfa sobre o usurpador Gelimer, que ocupava o trono naquele momento, e se apodera de toda a costa da África, até Ceuta.

Justiniano apressa-se a estabelecer ali um *limes*. Quanto ao resto, retoma imediatamente o governo do país no qual todo o sistema administrativo romano tinha sido conservado.

Os vândalos não reagem. Fundem-se imediatamente na massa da população romana e nunca mais causam problema.

A África, a mais rica das províncias do Império, está novamente unida a ele. Só os mouros resistem, até que são finalmente submetidos em 548.¹⁷⁷

Quando Justiniano acaba de apoderar-se da África (533), morre Atalarico, o jovem rei dos ostrogodos (534). Sua mãe, Amalasonthe, para conservar o poder, desposa o primo Teodahato; mas, no ano seguinte (535), este último a conduz à morte.

Logo Justiniano intervém. Belisário apodera-se da Sicília (535), completando assim a conquista da África; aclamado pela população, marcha para o norte, torna-se senhor de Nápoles e entra em Roma em 536.

A dinastia romanizada dos ostrogodos não oferece resistência. Teodahato se orgulha de ser platônico e de desdenhar as armas, e seu irmão Evermudo se rende imediatamente a Belisário, preferindo ir viver como patrício em Roma a defender a causa dos seus compatriotas bárbaros.¹⁷⁸

No entanto, Belisário encontra bruscamente uma resistência encarniçada. Sentindo-se ameaçados na posse das terras que lhes haviam sido concedidas como indenização, os soldados ostrogodos erguem sobre seus escudos um de seus oficiais, Vitiges, e o aclamam rei.

De imediato ele marcha sobre Roma, onde Belisário se enclausurou (537), mas não consegue penetrar na cidade. Forçado a se retirar, se entrincheira em Ravena. Temendo ser assaltado ao norte pelos francos, ele lhes cede a Provença, que Justiniano apressa-se a reconhecer como deles.¹⁷⁹

Depois, incapaz de defender-se contra as tropas de Belisário, Vitiges negocia. Com a condição de que lhes sejam deixadas a vida e as terras, os godos oferecem a Belisário a coroa real. Belisário aceita, ou finge aceitar, e entra na cidade (540). Um tratado é assinado. As guarnições góticas prestam juramento ao seu novo rei. Tendo terminado a missão, Belisário é chamado pelo imperador. Para estupefação dos godos, que não compreendem que ele vá obedecer quando pode ser um rei independente, Belisário acede. Carrega Vitiges e uma grande quantidade de godos que o seguem e que com ele participarão nas guerras contra os persas.

Essa conduta de Belisário, que leva para a Itália um prefeito do pretório e o governo regular de Roma, constitui uma traição aos olhos dos godos. Os do norte da Itália, cujo território ainda não foi ocupado pelos imperiais, se sublevam, oferecen-

do a coroa a um oficial, Uraias, que a recusa, e depois a Ildibaldo, sobrinho do rei visigodo Teudis;¹⁸⁰ esse tentará reconquistar a Itália.

Nesse momento, a população italiana está arrasada pelos impostos. Belisário carregou a maior parte das tropas. As que restam estão repartidas em guarnições, sem um comando geral.

Partindo de Pávia com mil homens, Ildibaldo alcança importantes sucessos graças à hostilidade da população contra o novo governo imperial. Triunfa sobre o exército romano comandado pelo *magister militum per Illyricum*, mas nesse momento morre assassinado.¹⁸¹

Seu sucessor, Erarico — que não é godo, mas rugiano —, procura negociar com Justiniano, oferecendo-se para trair o seu exército e ir viver em Constantinopla, mediante a obtenção do título de patrício. Assassinado antes de ter conseguido colocar o projeto em execução (541), tem como sucessor Totila, um primo de Ildibaldo. Pronto a reconhecer a autoridade de Justiniano antes de subir ao trono, ele, uma vez rei, mostra notável energia.*

Seu exército é engrossado por desertores imperiais, por escravos e por colonos italianos, levados a ele pela hostilidade para com os grandes proprietários. Com ele, Totila apodera-se de Roma em 17 de dezembro de 546. Tenta, então, negociar com Justiniano, que o considera um tirano e não se digna ouvi-lo. Para fazer a paz, só pede que Justiniano aceite que ele pague tributo e lhe forneça o serviço militar.¹⁸⁴ Parece difícil, nessas condições, ver nele um herói nacional. Porém, ele é certamente um dos mais inteligentes e mais civilizados reis germânicos, cujos sucessos se deveram, em grande parte, à sua humanidade, que pôs do seu lado as populações romanas, exasperadas e infelizes.

* Lot, Pfister e Ganshof dizem que ele é cavaleiresco e só pensa em salvar seu povo.¹⁸² Hartmann parece-me ver melhor, dizendo que ele só se identifica com o povo na medida dos seus interesses.¹⁸³

Obrigado a guerrear, pela recusa do imperador em negociar com ele, Totila retoma a Sicília, a Sardenha e a Córsega; constituindo uma frota com navios bizantinos capturados, domina o Adriático e, tendo reconquistado toda a Itália, a governa como Teodorico.

Justiniano, no entanto, não havia renunciado à Itália. Em 551, Narses desembarca ali com 20 mil homens e arrasa Totila, que perece na batalha. Teias, seu sucessor, depois de ter lutado como um desesperado, é vencido e morto em 553, ao pé do Vesúvio.

No fim de suas forças, os godos recorrem aos francos e aos alamanos.

Porém, os bandos francos e alamânicos que respondem ao seu apelo, após terem pilhado indiferentemente godos e romanos, são arrasados pelos bizantinos perto de Cápua em 554. O restante dos godos, finalmente, se submete e é enviado à Ásia para combater os persas.

A Itália é reorganizada como província romana. O exarca ou patrício[†] instala-se em Ravena. Porém, o país está exangue.

Durante essa luta de vinte anos entre bizantinos e ostrogodos, a política franca procura tirar proveito da situação. Em 532, os francos apoderam-se da Borgonha; em 535, a ameaça que eles fazem pesar sobre Vitiges lhes vale a cessão da Provença, que Justiniano logo reconhece como deles.

Apesar disso, em 539, Teudeberto desce para a Itália com um grande exército e, com Vitiges sitiado em Ravena, apodera-se da maior parte da Venécia e da Ligúria. Obrigado a se retirar por causa das doenças que dizimam as tropas, Teudeberto conserva, no entanto, uma parte da Venécia e deixa ali um duque, que mais tarde ele faz ser reconhecido por Totila. Talvez pensasse em atacar dali Constantinopla.¹⁸⁵

[†] Exarcas ou patrícios eram delegados dos imperadores bizantinos na Itália ou na África, na qualidade de vice-reis. [N.T.]

Da Venécia se espalham pela Itália, em 552-553, os bandos franco-alamânicos que, por fim, são arrasados pelos bizantinos. Os francos perdem então a Venécia.

Em nenhum momento foi considerada uma aliança entre francos e ostrogodos para formar um bloco contra o Império, que não encontrará, para lhe resistir, nenhuma solidariedade germânica.

Com a África e a Itália reconquistadas, Justiniano se volta para a Espanha. Uma luta interna permite que ele intervenha. Chamado por Atanagildo contra o rei Agila, ele dá ordem a Líbero, que acaba de reconquistar a Sicília, para desembarcar na Espanha. Agila, derrotado em Sevilha, é morto por seus soldados, que aclamam Atanagildo, fiel servidor do imperador, em 554.

Os romanos ocupam agora toda a costa do mar Tirreno, com exceção da Provença. A realeza visigótica — que, aliás, reconhece a suserania imperial* — está isolada do mar. O Mediterrâneo torna-se novamente um lago romano.

O Império realiza um esforço prodigioso. Para triunfar, está presente em todas as frentes: enquanto combate na Itália, os persas,¹⁸⁷ socilitados pelos ostrogodos, entram em guerra contra ele; nos Bálcãs, os eslavos são repelidos das fronteiras que atacam.

No meio dessas incessantes guerras vitoriosas, o Império, por outro lado, adapta-se à evolução profunda que transforma a sociedade e os costumes. O Código que leva o nome de Justiniano é uma das grandes obras jurídicas de todos os tempos.

Novamente, a civilização romana brilha com fulgor e, para comemorar esse admirável renascimento do Império, a catedral de Santa Sofia é erguida no meio da capital como um imenso arco do triunfo erigido à glória de Deus e de Bizâncio.

* Leovigildo, sucessor de Atanagildo (567), solicita do imperador Justino II que confirme a sua subida ao trono.¹⁸⁶

Quando morre Justiniano, o Império está reconstituído, cercado de fortalezas, mas profundamente esgotado. Mesmo assim, será obrigado a enfrentar novas e terríveis lutas.

O período que se estende de 565 a 610, logo depois do reinado de Justiniano, é um dos mais desolados da história bizantina.¹⁸⁸ A guerra grassa em todas as fronteiras: os persas, os eslavos e os ávaros se lançam sobre o Império e, em 568, os lombardos invadem o norte da Itália.

No entanto, para os contemporâneos, Bizâncio não parece decaída; ninguém prevê a catástrofe. Em suma, ela torna a se firmar em todo o Ocidente e dispõe de poderosos meios de ação: sua frota — graças à qual mantém contato com Ravena, com a África e com a Espanha —, seu tesouro, sua diplomacia. Além disso, tem a seu favor a incapacidade de seus adversários em se entenderem uns com os outros.

No entanto, o Império logo cede em todas as frentes. O acontecimento mais importante desse período é, sem dúvida, a invasão lombarda.

Os lombardos invadem a Itália. Embora, em 575, eles atinjam Espoleto e Benevento, não conseguirão apoderar-se nem de Roma nem de Ravena ou de Nápoles.

Por outro lado, os visigodos reconquistam a Espanha; em 614, o Império só conserva as ilhas Baleares.¹⁸⁹

Mas o Mediterrâneo não está perdido: a África, a Sicília e o sul da Itália permanecem romanos.

Os lombardos que entraram na Itália são quase tão germânicos quanto os anglo-saxões fixados na Bretanha. São, pela primeira vez no continente, puros invasores que não têm nada de um exército romano, nem de *foederati*. Eles se impõem à população, tomam suas terras, reduzem-na à condição de vencida. Sua ocupação faz um contraste gritante com a dos godos de Teodorico. Seus duques e seus reis, eleitos pelo exército, são puramente germânicos. O povo vive ainda sob o regime dos

fares, ou seja, dos *Sippen* [clãs]. Seus costumes e seu direito não sofreram influência romana.

Com Bizâncio paralisada pela guerra contra os persas e pelas invasões eslavas, eles levam a melhor. Mas são bandos de saqueadores, incapazes de se apoderar das praças-fortes romanas; por causa das depredações e da estupidez da sua política, levantarão contra eles a Igreja e os francos.

Sua chegada à Itália lança nas mãos de Bizâncio o papado, que não vê mais apoio possível a não ser no imperador. A partir desse momento, na cidade arruinada, o papa se torna, sem dúvida, o verdadeiro governador de Roma, mas ele a guarda para o Império. Aplauda a eleição do abominável Focas. Gregório, O Grande prodigaliza promessas de devotamento ao imperador. Essa reaproximação entre o papa e o imperador se faz com tanta facilidade porque desde o cisma de Acácio[†] (489-519) não existem mais conflitos religiosos, graças a Justiniano. Eles não existirão mais, aliás, até a crise do monofisismo^{††} (640-681). A eleição do papa é ratificada pelo exarca, o que indica bem a subordinação ao Império. Ele continua a viver no Império e a se considerar como súdito.

Do mesmo modo, a invasão lombarda estreitou os laços entre o imperador e os francos, cuja conduta havia sido tão hostil no governo de Justiniano. As expedições infelizes dos lombardos na Gália, de 569 a 571, levam a um entendimento entre os francos e Bizâncio. Em 576, quando o Senado romano pede socorro ao imperador, este só pode enviar algumas tropas, insuficientes; aconselha a chamar os francos para ajudar e a corromper pelo ouro os duques lombardos.

Em 574, um novo ataque dos lombardos contra a Gália¹⁹⁰ — que culmina, aliás, com uma derrota total — os leva a assinar

[†] Patriarca de Constantinopla. [N.T.]

^{††} Doutrina, condenada pelo Concílio da Calcedônia, que admitia em Cristo apenas uma única natureza. [N.T.]

um tratado de paz com Gontran da Borgonha e seu aliado Childeberto II da Austrásia. Isso representa um grave perigo para o Império.

A diplomacia imperial — que não poupa o ouro — esforça-se para alimentar o antagonismo entre os francos e os lombardos, a única maneira de conservar a Itália para Bizâncio. Apoiado pelo papa, o imperador entra em contato com Chilperico da Nêustria que, em 581, afasta Childeberto de Gontran. Ao mesmo tempo, o pretendente Gundovaldo, que vive em Constantinopla, é enviado com os bolsos cheios para a Gália a fim de disputar o trono com Gontran.

Por seu lado, o duque Grasulfo de Friuli, conquistado a peso de ouro, estabelece relações com Childeberto e com sua mãe, Brunehaut — à qual, em 583, o imperador remete 50 mil soldos de ouro.¹⁹¹ Ele convence Childeberto a empreender uma campanha na Itália contra os lombardos. Este volta de lá depois de ter feito, à custa de dinheiro, a paz com eles.

Nesse momento, numerosos duques lombardos estão cooptados por Bizâncio. Os duques que permanecem independentes, percebendo sem dúvida o perigo que vem da aliança entre o Império e os francos, reconstituem em 584 a realeza em favor de Authari, que logo retoma a luta. Se não fosse a intervenção da frota imperial, ele teria se tornado senhor de Ravena.

Porém, Authari ameaça tanto os francos quanto o imperador. Assim, em 588-589, Childeberto e sua mãe, Brunehaut, enviam alguns embaixadores a Constantinopla para preparar com o imperador a guerra contra os lombardos.*

Em 590, um grande exército franco, sob o comando de 22 duques, desembarca na Lombardia.

O exarca de Ravena marcha contra Authari, que se refugia em Pávia. O reino lombardo, a um passo de ser perdido, é sal-

* O duque Gontran havia sido enviado em 587 como embaixador ao imperador Maurício.¹⁹²

vo pela falta de entendimento entre seus inimigos. A guerra contra os persas acaba de terminar. O exarca retoma a ofensiva e apodera-se de Altinum, de Módena e de Mântua.¹⁹³

O Império, com as forças livres, esperando a possibilidade do retorno completo da Itália ao Império,* afasta-se dos francos. Essa foi uma manobra nefasta.

O fim da aliança ativa entre Bizâncio e os francos abre um período de grande sucesso para os lombardos. Além disso, o Império é obrigado a voltar-se novamente contra os persas e a fazer frente à invasão dos ávaros, deixando o campo livre para os lombardos.

Os francos, por seu lado, deixam de intervir na Itália. Fracassa uma expedição organizada por eles em 662-663, a última antes de Carlos Magno.

Uma série de tréguas havia preparado a paz, assinada no mais tardar em 680 entre o imperador e os lombardos, consagrando a partilha da Itália entre eles.

Esse meio fracasso do Império na Itália não o impede de conservar intacto o seu formidável prestígio. Em 629, Heraclius triunfa sobre os persas e Dagoberto envia uma embaixada para congratulá-lo por isso.¹⁹⁵ Gregório, O Grande se faz de intermediário do imperador junto aos visigodos católicos.¹⁹⁶ Ebroin (morto em 680-683) permite a passagem de peregrinos anglosaxões através da Gália, quando se convence de que não se trata de uma *legatio imperatorum contra regnum* [delegação dos imperadores contra o reino].¹⁹⁷

Para Constantinopla convergem todos os intrigantes da política e da Igreja,¹⁹⁸ como para um grande centro internacional e intelectual.**

* Na própria Itália, esse retorno parecia provável. Em 590, o patriarca de Aquileia propõe adiar para essa ocasião a solução da dificuldade que existia entre ele e Roma a propósito dos três capítulos.¹⁹⁴

** Parece que se estuda medicina em Constantinopla.¹⁹⁹

Apesar das perdas, o Império permanece a única potência mundial,²⁰⁰ assim como Constantinopla é a maior cidade civilizada. Sua política estende-se a todos os povos. Domina absolutamente a política dos Estados germânicos. Até o século VIII²⁰¹ não há outro elemento positivo na história a não ser a influência do Império, que já se tornou oriental.

O processo de orientalização, que se manifesta sem tréguas desde Diocleciano, é cada vez mais dominante. Pode-se observá-lo até na Igreja, na qual provoca, aliás, dissensões perigosas.

No entanto, não devemos exagerar. À parte algumas rupturas momentâneas, Roma permanece a capital da Igreja. Desde que os imperadores não sustentem a heresia, os papas se conciliam com eles.

O bizantinismo se espalha pouco a pouco de Constantinopla para o Ocidente, que nada tem a lhe opor. Suas modas e sua arte propagam-se por meio da navegação. Ele se firma em Roma, onde existe uma multidão de monges gregos, e em toda a Itália do Sul. Sua influência é visível na Espanha e toma conta, naturalmente, de toda a África. Na Gália, os *cellarium fisci* [armazéns do fisco] fazem pensar nos comerciários bizantinos. Veneza gravita na órbita de Constantinopla. Os padres gregos são indispensáveis ao pensamento religioso do Ocidente. No século VIII, sem dúvida, a fissura será definitiva entre gregos e latinos. É possível datar do monofisismo (640-681) e, sobretudo, da iconoclastia[†] (726-843) o início da grande crise, mas quantas tergiversações antes da ruptura completa!

A influência dos sírios cresce consideravelmente em Roma, onde chegam em grande número. Diversos papas serão sírios. Evidentemente, uma bizantinização do Ocidente, mais ou menos mitigada de irlandismo e de anglo-saxonismo, estava na direção do futuro. A diferença das línguas não teria representado nada. A superioridade de uma cultura sobre a outra era muito

[†] Doutrina que rejeita as imagens sagradas (ícones). [N.T.]

grande. Desde que o Mediterrâneo continuasse a ser o maior meio de comunicação entre Oriente e Ocidente — e ele continuava a sê-lo —, a preponderância do primeiro sobre o segundo era inevitável. O mar, que os bizantinos continuavam a dominar, espalhava por toda parte a sua influência. Por meio do mar, toda a civilização da época vivia tão bem no Ocidente quanto no Oriente. Do germanismo não havia ainda nada a esperar. Os lombardos, no século VII, estavam em pleno processo de romanização. Um novo foco de cultura, no entanto, acabava de se animar entre os anglo-saxões, mas vinha diretamente do Mediterrâneo.

A situação econômica e social após as invasões e a navegação mediterrânea

As pessoas e as terras

Tal o regime das pessoas e das terras era antes das invasões, tal ele permaneceu depois delas na România. Sem dúvida houve pilhagens e violências. O *Carmen de providentia divina*, que foi escrito no sul da Gália na chegada dos visigodos de Ataúlfo, compara as suas devastações às de uma inundação oceânica.²⁰² Mas a calma retorna depois da tempestade. Paulino de Pelle, que a invasão arruinou e que fugiu diante dela, conta que foi salvo por um godo que comprou dele uma pequena propriedade perto de Marselha.²⁰³ Não se pode ilustrar melhor o fato do equilíbrio tomando o lugar da pilhagem: os invasores não se apoderam de um bem abandonado. Com a “hospitalidade”, com o estabelecimento dos germanos, a estabilidade reaparece. Como se faz essa operação? É possível supor que os germanos levam vantagem nela. Mas ela não causa uma verdadeira desordem. Não acarreta um remanejamento das terras. Não introduz um novo modo de cultivo. Os colonos romanos permanecem fixados ao solo ao qual o imposto os havia vinculado. Em vez de pagar a um senhor romano, pagam a um germano. Os escravos são partilhados. Os camponeses, por sua vez, não devem ter percebido grande mudança. Ao contrário do que ocorreu na Inglaterra, não se observa em nenhuma região da România a substituição de um sistema de cultivo por outro.

Os domínios imperiais passam ao fisco real, sem outra mudança.²⁰⁴ A grande propriedade galo- ou hispano- ou ítalo-romana subsiste. Continuam a existir imensas propriedades. Al-

gumas mantêm 1.200 escravos. Os grandes proprietários conservam as suas *villae*, seus castelos fortificados. As terras da Igreja, já tão importantes na época romana, subsistem sem mudança. Não se vê que o arianismo tenha modificado em nada a situação anterior.

Mesmo entre os vândalos há uma simples substituição dos antigos proprietários pelos recém-chegados. Os vândalos vivem nas cidades romanas como os romanos antes deles.

Albertini mostrou que o regime das terras e as prestações de azeite pagas ao Tesouro não variam na África durante a conquista.*

Se há mudanças de regime, se alguns usos comunitários desconhecidos dos romanos são implantados, isso só ocorre nos territórios de colonização, no extremo norte do Império.

Tudo subsiste na mesma condição. Os impostos fundiários, que se conservam, atestam que nenhum transtorno profundo teve lugar.

Quanto à organização da grande propriedade, ela permanece tal como era. Está confiada a alguns *conductores* que a alugam e recebem as rendas dos colonos.

Todo o sistema das *tenures*[†] romanas também subsiste, sob a forma dos benefícios. Os formulários mostram alguns contratos de aluguel perpétuos e um sistema de posseção idêntico, ou quase idêntico, ao sistema romano.

A grande propriedade fundiária permanece cheia de vigor. Gregório de Tours fala de um Chrodinus que funda algumas *villae*, planta vinhas, constrói prédios e organiza cultivos para dá-los aos bispos.²⁰⁵

Gregório, O Grande, recolocando em ordem os bens da Igreja romana, reconstitui exatamente o sistema anterior. Os

* Ver p. 58.

† Termo de uso feudal que designa a condição de dependência de um feudo. [N.T.]

grandes domínios da Igreja são administrados por *conductores* que pagam uma renda, de forma que os monges têm que se ocupar *de sola anima*.²⁰⁶

Esses *conductores*, como os *juniores* dos domínios do bispo de Mans em Ardin,* no Poitou, são leigos. São responsáveis pelos rendimentos, adiantam seu montante ao proprietário, prestam contas — sabem, portanto, escrever.

As prestações são quase sempre em dinheiro, o que demonstra que ainda existe circulação de bens, vendas no mercado. Ainda não se vê surgir a economia própria dos *curtes* da Idade Média.

Na Provença, na época merovíngia, o sistema das *tenures* é totalmente romano.^{207**} Lá só existem, ao que parece, pequenas explorações de colonos. Em contrapartida, vê-se no Norte o papel que desempenha a *terra indominita*. O cartulário de São Vicente de Macon apresenta, para a época do rei Gontran (561-592), uma lista dos *servientes* desse domínio, que é explorado por escravos e pelas corveias dos foreiros.²⁰⁹

Ainda se faz transporte a granel de cereais. Em 510, Teodoro envia grande quantidade de grãos para a Provença por causa dos estragos causados ali pela guerra, e sabe-se que Gregório, O Grande centraliza os produtos dos domínios da Igreja.²¹⁰

É certo que nessa época a grande propriedade ainda produz muitos rendimentos em dinheiro. Em 593, Dinamius envia de Provença para Gregório, O Grande 400 *solidi*;²¹¹ dois anos depois, o mesmo papa aguarda a chegada de vestimentas e de escravos anglo-saxões comprados na Provença com os produtos desses domínios.²¹² Do mesmo modo, em 557, o papa Pelágio havia esperado de Provença alguns recursos para aliviar a miséria de Roma.²¹³

* Departamento de Deux-Sèvres, distrito de Niort, cantão de Coulouges-sur-Autise.

** R. Buchner acredita que a agricultura ainda é bem desenvolvida e rentável.²⁰⁸

Existe, além do mais, um comércio normal de trigo. Apesar dos seus imensos recursos, Gregório, O Grande compra esse bem.²¹⁴

Em 537-538, na Ístria, vê-se que um *peregrinus acceptor* [receptor estrangeiro] dedica-se a grandes compras; só pode ser um mercador de trigo.²¹⁵

A África deve ter conservado no governo dos vândalos a prosperidade que lhe deu a cultura do azeite e dos cereais, já que reencontramos essa prosperidade depois do retorno dos bizantinos.

Não há indícios de que a Gália tenha retomado um aspecto mais selvagem. Parece que o cultivo das vinhas se conserva nos lugares onde já existia no tempo dos romanos. Lendo Gregório de Tours não se tem a impressão de um campo em decadência. Não se compreenderia, sem isso, a riqueza dos proprietários.

A conservação da libra romana é, além disso, uma prova indireta da estabilidade da situação econômica.

As classes sociais permanecem as mesmas. Acima existem os *ingenui* [livres],* que abrangem notadamente uma aristocracia de *senatores* [grandes proprietários].²¹⁷ A classe dos livres provavelmente constitui uma minoria.

Abaixo dela encontram-se os colonos, numerosos sobretudo entre os visigodos, os *lites*[†] e os libertos.**

Também há muitos escravos, sobretudo bárbaros estrangeiros, anglo-saxões ou outros, prisioneiros de guerra.

Além disso, há uma população urbana da qual falaremos depois.

* Não é possível se deixar levar pela pretensa subestimação do número dos livres. Sua característica essencial é que eles devem integrar o Exército. Ver a Lei de Ervige, em termos da qual cada um deve mandar para o Exército 1/10 dos seus escravos.²¹⁶

† Os *lites* constituíam, entre os germanos, uma classe social intermediária entre os escravos e os homens livres. [N.T.]

** Segundo Verlinden, os colonos não desempenham um papel importante.²¹⁸

Nas grandes propriedades encontram-se oficinas onde as mulheres fiam e outros artesãos, escravos ou servos dominiais, exercem diversos ofícios. Isso já era assim nos últimos séculos do Império.*

A população conserva a inscrição dada pela organização fiscal, embora a fiscalização tenha diminuído muito por causa da redução quase completa das despesas militares e administrativas. Nesse sentido, a conquista germânica talvez tenha sido um benefício para o povo.

Em suma, nessa época, o grande domínio permanece como o elemento econômico e social essencial. Com dele, a base econômica da feudalidade está constituída. Porém, para a grande maioria dos homens, as relações de subordinação que se estabelecem perante os grandes proprietários ainda se manifestam somente no direito privado. Entre o rei e seus súditos, o *senior* ainda não se interpôs. Além disso, a constituição da sociedade é sobretudo agrária, mas não o é inteiramente. O comércio e as cidades desempenham um papel considerável no conjunto da vida econômica, social e intelectual.

A navegação oriental. Sírios e judeus

Das duas partes do Império, a grega sempre foi mais avançada, em civilização, do que a latina. É inútil insistir sobre esse fato evidente. Pelo mar, ela se comunica com o Ocidente e a Venécia. A Síria é particularmente ativa: ali chegam as caravanas da Índia, da China e da Arábia.

Os sírios são os transportadores do mar, como serão os holandeses no século XVII. Por meio deles se exportam as especiarias e os produtos industriais das grandes cidades orientais: Antióquia, Damasco, Alexandria etc. Estão em todos os portos, mas são encontrados também no interior. Sob o Império, têm

* Gregório de Tours assinala a existência de gineceus.²¹⁹

estabelecimentos em Alexandria, em Roma, na Espanha, na Gália, na Grã-Bretanha e até em Carnuntum, às margens do Danúbio.²²⁰

As invasões não mudam essa situação. Talvez Genserico, por causa das suas piratarias, tenha incomodado um pouco a navegação, mas em todo caso ela ressurge em plena atividade depois dele.

Salviano (morto c. 484), sem dúvida generalizando aquilo que vê em Marselha, fala dos *negociatorum et Syricorum omnium turbas quae majorem ferme civitatum universarum partem occupant* [turbas de negociantes e de todos os sírios, as quais ocupam geralmente a maior parte de todas as cidades].²²¹

A arqueologia confirma essa expansão síria, e os textos são ainda mais significativos.²²²

No século VI, os orientais abundam no sul da Gália. A vida de São Cesário, bispo de Arles (morto em 542), diz que ele compôs para o povo alguns hinos em grego e em latim.²²³ Também havia grande quantidade deles no Norte, já que Gregório de Tours fala dos mercadores gregos de Orleans que chegam cantando ao encontro do rei.²²⁴ Segundo a vida de Santa Genoveva (morta em 512), São Simeão Estilita (morto em 460) teria interrogado sobre ela os *negociatores euntes ac redeuntes* [negociantes que vão e voltam].²²⁵

Porém, ao lado desses mercadores que vão e vêm, há muitos que se estabelecem.²²⁶ Eles são mencionados em diversas inscrições; uma provém da capela de Santo Elói no Eure,²²⁷ próximo da embocadura do Sena. O sírio a que ela se refere fazia, sem dúvida, o comércio com a Bretanha.

Entre esses mercadores há pessoas muito ricas que se fixam no país depois de terem feito fortuna. Gregório de Tours conta a história de um *negociator* de Bordeaux²²⁸ que possuía uma grande casa na qual havia uma capela com relíquias e que oferece cem e depois duzentos soldos de ouro para que não sejam levadas. Assim também é em Paris esse Eusebius *negociator*, ge-

*nere Syrus*²²⁹ que, à força de ouro, compra a dignidade episcopal e depois, recuperando a *scola* de seu predecessor, junta-se aos sírios. Portanto, esses últimos são abundantes. Eles fervilham, sobretudo, no Sul.

Em 589, a população de Narbona é composta de godos, romanos, judeus, gregos e sírios.²³⁰

O acaso nos recusou semelhantes informações para a Itália, a África e a Espanha, mas ninguém acreditará que aquilo que é verdadeiro para a Gália não o seja também para essas regiões. Devia haver alguns sírios e gregos entre os *transmarini negotiatores* [comerciantes de além-mar], dos quais falam Teodoro e a lei dos visigodos. Sabe-se, pela *Vita Patrum Emeritensium*, que alguns comerciantes gregos chegam do Oriente à Espanha por mar: *negociatores graecos in navibus de Orientibus advenisse* (c. 570).^{231*}

Procópio assinala a existência em Nápoles, nos tempos de Belisário, de um grande mercador sírio, Antiochus, que é o chefe do partido romano ali.²³³ Sabe-se, por outro lado, que vários desses sírios são encontrados nos arredores de Paris.²³⁴ Duchesne²³⁵ cita um padre sírio monofisista, circulando pela Gália por volta de 560 e relacionando-se com São Nizier, bispo de Lyon (morto em 573), que se deixa persuadir por ele de que o imperador é nestoriano.[†]

Existem também influências egípcias na Gália: elas explicam a popularidade, no país, de alguns santos egípcios,^{236**} o fato de que as igrejas das Gálias desfrutem de um direito de asilo tão extenso quanto o das igrejas do Egito e, sem dúvida, também a presença de um escultor em Yvoy.²³⁸

* P. de Moreau assinala por volta de 585 a presença de gregos em Córdova. A reconquista de Justiniano no século VI contribuiu muito para aumentar essa navegação.²³²

† Adepto da doutrina de Nestório, que pregava a dupla natureza de Cristo, que seria, ao mesmo tempo, humano e divino. [N.T.]

** Adamnan, o biógrafo de São Columbano, relata que alguns monges irlandeses iam à Síria para lá estudar a arquitetura dos mosteiros.²³⁷

Porém, os sírios e os gregos não são os únicos orientais no Ocidente. Ao lado deles, e quase tão numerosos, existem os judeus, que também estavam espalhados por toda parte desde antes das invasões e permanecem depois delas.

Em Nápoles, quando do cerco por Belisário, eles constituem uma grande parcela da população mercantil da cidade.²³⁹ Porém, são numerosos já no governo de Teodorico. Em Roma e em Ravena, quando o povo destrói a sinagoga, o rei intervém e condena os católicos a reparar os danos que causaram.²⁴⁰ Mais tarde, eles são encontrados em Palermo (598),²⁴¹ em Terracina (591)²⁴² e em Cagliari, na Sardenha (598); ali eles são numerosos, pois há sinagogas em toda parte.

Do mesmo modo, na Espanha eles existem em Merida, e o bispo os recebe na mesma condição que os cristãos.²⁴³

A *Lex Wisigothorum* ocupa-se deles,²⁴⁴ limitando-se a impedir que façam propaganda. Vê-se que eles têm a mesma situação que tinham no Império, já que a lei dos visigodos diz que vivem sob a lei romana.²⁴⁵ Mais tarde, as leis sobre a perseguição mostram que seu número era considerável. Ocorreu o mesmo na Itália.²⁴⁶ Mas, naturalmente, graças a Gregório de Tours, estamos mais bem informados sobre a Gália. Eles existem em Clermont, Paris, Orleans, Tours, Bourges, Bordeaux e Arles.²⁴⁷ Seu centro é Marselha. É lá que se refugiam quando são perseguidos.²⁴⁸ É possível avaliar o seu número quando se pensa que quinhentos se convertem em Clermont.²⁴⁹ Após o século VI a situação continua a mesma. Em meados do século VII, a *Vita Sancti Sulpicii* os menciona em Bourges.²⁵⁰

O povo não gosta deles,²⁵¹ mas as autoridades, de início, não os incomodam. Em 582, no entanto, o rei faz com que se convertam à força na Gália.²⁵² Heraclius teria pedido a Dagoberto que mandasse batizá-los.²⁵³ Uns aceitam se converter,²⁵⁴ outros fogem para Marselha, onde são deixados em paz. Por vezes são acusados de algum sacrilégio.²⁵⁵ Em Bourges, na primeira me-

tade do século VII, São Sulpício manda batizar grande número deles.* Em Clermont, o bispo Avito faz com que vários sejam batizados, mas sem recorrer a coação.²⁵⁶ Chilperico também faz com que eles sejam batizados;²⁵⁷ como um deles recusa, é aprisionado. Porém, Gregório, O Grande, em 591, repreende os leigos de Arles e de Marselha que batizam os judeus à força.²⁵⁸ Do mesmo modo, ele censura o bispo de Terracina que os expulsou das suas sinagogas. É necessário, diz, conduzi-los por meio da brandura.²⁵⁹ Ele não quer nem mesmo que o bispo de Nápoles os impeça de trabalhar nos feriados.²⁶⁰ A única restrição que quer lhes impor é a de terem escravos cristãos.²⁶¹ Pede a Brunehaut que promulgue uma lei para proibi-los disso.²⁶²

Alguns concílios, como o de Clermont, em 535, proíbem que eles sejam juízes.²⁶³ Muitas determinações de concílios merovíngios interditam os casamentos entre judeus e cristãos, a presença de cristãos nos banquetes dos judeus e a posse, pelos judeus, de *mancipia Christiana* [coisas adquiridas pelos cristãos]. Um édito de 614 proíbe que eles movam ações públicas contra os cristãos.²⁶⁴

Na Espanha, após a conversão de Reccared, a legislação contra eles torna-se severa. Sisebuto (612-621) força alguns a se tornarem cristãos, o que lhe traz a censura de Isidoro.²⁶⁵ Crutela (636-640) ordena que só católicos permaneçam no reino. Reccesvinth (649-672) proíbe a circuncisão, o sabá e as festas judias. Ervige (680-687) ordena que os judeus abjurem em um ano, sob pena de confisco e de exílio. Egica (687-702) lhes proíbe o comércio com o estrangeiro e com os cristãos. Uma revolta popular é desencadeada contra os judeus. Na sequência dela, todos são declarados escravos dos cristãos (696). Isidoro de Sevilha, além disso, compôs contra eles um *contra Judaeos*.²⁶⁶ Eles haviam oferecido dinheiro a Reccared, que o recusou.²⁶⁷

* Ver adiante, p. 106.

Quando da perseguição de Sisebuto, grande quantidade de judeus se refugia na Gália.²⁶⁸

Alguns judeus são marinheiros ou, pelo menos, proprietários de navios;²⁶⁹ outros possuem terras cultivadas por colonos ou *originarii*;²⁷⁰ outros são médicos.²⁷¹ Mas a imensa maioria deles se dedica ao comércio e, sobretudo, aos empréstimos a juros. Muitos são mercadores de escravos, por exemplo, em Narbona.²⁷²

Alguns fazem comércio marítimo.²⁷³ Gregório de Tours cita vários que vendem especiarias em Tours, a um preço elevadíssimo, com a cumplicidade do bispo.²⁷⁴ Em Paris, o judeu Priscus, que é *familiaris* do rei Chilperico, é seu fornecedor de especiarias,²⁷⁵ ou pode ser que seja seu banqueiro, porque a palavra *species*, usada por Gregório de Tours, em certo trecho parece ter o sentido de numerário.* Os *Gesta Dagoberti*^{277**} falam de um *negociator* Salomão que é judeu. Mas muitos — sem dúvida, a maioria — ocupam-se da banca, e grande número deles parece muito rico.

Ao lado dos sírios e dos judeus há, sem dúvida, alguns africanos entre os *transmarini negotiatores* dos quais falam Cassiodoro e a lei dos visigodos. Cartago era uma grande cidade, etapa da navegação para o Oriente, e provavelmente de lá vinham os camelos usados como bestas de carga na Gália.²⁷⁸

Se a navegação é ativa no Mediterrâneo, ela é igualmente importante em Bordeaux e em Nantes, de onde se dirige pelo Atlântico para as ilhas Britânicas — com as quais se faz comércio de escravos saxões — e para a Galícia.²⁷⁹ A navegação da Bélgica, tão viva no governo dos romanos,²⁸⁰ deve ter sofrido muito com a invasão da Inglaterra pelos anglo-saxões. Mas subsiste. Tiel, Duurstede e Quentowic conservam um movimento

* Note-se que a palavra, em francês, deu ao mesmo tempo origem às palavras *épices* [especiarias] e *espèces* [moeda de ouro ou de prata].²⁷⁶

** É preciso observar, no entanto, que esses *Gesta* só foram escritos no século IX.

marítimo que talvez seja alimentado pelas fábricas de tecidos flamengas.²⁸¹ Aqui, porém, parece que o comércio está nas mãos da gente do país.* No Mediterrâneo, a Gália tem diversos portos. Ao lado de Marselha existem Fos,²⁸² Narbona, Agda e Nice.

Ali, a organização romana parece ter sido conservada. Ao longo do cais — *cataplus*²⁸³ — parece se situar uma espécie de bolsa. Em Fos, por exemplo, encontra-se um entreposto do fisco. Na Itália, sabemos que no reinado de Teodorico todos os tipos de funcionários se preocupam com a regularização do comércio.** Do mesmo modo, na Espanha existem alguns *thelonearii* constituídos especialmente para os *transmarini negotiatores*. Os comerciantes bizantinos, introduzidos em Cartago após a reconquista,²⁸⁵ devem ter exercido alguma influência em todo o mar Tirreno.

Todas essas menções provam que seria um erro querer considerar que esse comércio se restringe apenas a objetos de luxo. Sem dúvida, a arqueologia só nos conservou esses últimos, e o *Liber Judiciorum* visigótico fala do *transmarinus negotiator* que traz o ouro, a prata, as vestimentas e todo tipo de objetos de luxo.²⁸⁶ Porém, ainda poderíamos citar aqui muitas coisas: os marfins de proveniência egípcia representados em nossos tesouros,²⁸⁷ a túnica litúrgica ornamentada com gravuras de Saqqesara,²⁸⁸ as bolsas da Fenícia²⁸⁹ — que, segundo Gregório, eram de uso corrente entre os mercadores — e os véus orientais com os quais se adornavam os altares.²⁹⁰ Sem dúvida, o grande-luxo era todo oriental, e a moda de Constantinopla dava o tom, tal como hoje em dia a de Paris. Sabe-se que o luxo era muito grande entre os merovíngios.²⁹¹ São abundantes os textos que nos informam sobre o uso da seda tanto entre homens quanto entre mulheres.²⁹² De onde poderia vir essa seda senão

* As raras moedas de ouro anglo-saxãs cunhadas no Sul atestam uma certa atividade comercial.

** Cassiodoro publica um regulamento do *tonlieu* para os *transmarini*.²⁸⁴

do Oriente? Ela era enviada da China até a época em que Justiniano estabeleceu a sua fabricação no Império.

O luxo da mesa era igualmente fornecido pelo Oriente. Gregório²⁹³ fala dos vinhos da Síria exportados pelo porto de Gaza.²⁹⁴ Eles eram encontrados por toda parte e a granel. Gregório de Tours conta que uma viúva colocava todos os dias um quartilho desse vinho sobre o túmulo do marido em Lyon²⁹⁵ e assinala, por outro lado, que em Tours ele mandou buscá-lo na loja para deleitar um hóspede.²⁹⁶ Era encontrado, portanto, no comércio corrente. Talvez seja desse vinho que trata uma carta de Desidério de Cahors anunciando a Paulo, bispo de Verdun, que está lhe enviando dez tonéis de Falerno²⁹⁷ — o que indica, diga-se de passagem, um forte comércio interno.*

Havia outras bebidas de luxo. Em 597, Gregório, O Grande escreve ao bispo de Alexandria sobre uma bebida chamada *Cognidium*,²⁹⁹ exportada por mercadores estabelecidos em Alexandria, como é forçoso inferir pelo destinatário da carta.

Também existiam, sem dúvida, produtos alimentícios importados do Oriente. Em todo caso, os ascetas comiam durante a quaresma algumas ervas amargas importadas do Egito. Gregório de Tours fala de um eremita da região de Nice que só se alimentava de raízes trazidas de Alexandria.³⁰⁰

Isso supõe um comércio cuja amplitude vai além da simples importação de joias e de vestimentas. Porém, o grande negócio do comércio oriental, aquilo que faz dele um comércio verdadeiramente ligado à vida cotidiana, é a importação das especiarias.³⁰¹ Nunca é demais insistir na sua importância. O Império Romano as tinha recebido de todos os tipos, da Índia, da Arábia e da China. As especiarias tinham feito a prosperidade de Palmira e de Apameia. Plínio, O Antigo estima em pelo menos 100 milhões dos nossos francos a soma que o Império vertia anualmente para adquiri-las. Sua difusão no Império Romano

* Fortunato cita igualmente o vinho de Gaza.²⁹⁸

não foi interrompida pelas invasões. Elas continuam, depois como antes, a fazer parte da alimentação corrente.*

Podemos nos dar conta disso pelo tratado de Antimo, médico grego, banido de Bizâncio em 478, que foi enviado por Teodorico como embaixador junto a Thierry I, rei da Austrásia (511-534).³⁰³

Um diploma, concedido à abadia de Corbie em 29 de abril de 716 por Chilperico II, lança sobre esse comércio uma luz fulgurante.³⁰⁴ Esse ato confirma alguns documentos análogos entregues a Corbie por Clotário III (657-673) e Childerico II (673-675). O soberano autoriza essa igreja a retirar algumas mercadorias nos *cellarium fisci* [armazéns do fisco] de Fos. Leio ali a seguinte enumeração:

- 10.000 libras de azeite;
- 30 pipas de *garum* (espécie de condimento);**
- 30 libras de pimenta;
- 150 libras de cominho;
- 2 libras de cravo-da-índia;
- 1 libra de canela;
- 2 libras de nardo;
- 30 libras de *costum* (planta aromática);³⁰⁵
- 50 libras de tâmaras;
- 100 libras de figos;
- 100 libras de amêndoas;
- 30 libras de pistaches;
- 100 libras de azeitonas;
- 50 libras de *hidrio* (espécie de aromatizante);***
- 150 libras de grão-de-bico;
- 20 libras de arroz;

* F. Lot, Pfister e Ganshof estimam que só eram usadas na corte e na aristocracia.³⁰²

** Ducange, *Glossarium*, verbo *garum*.

*** Ducange, verbo *hidrio*. Só aqui se encontra essa palavra; será que pode ser um erro de leitura?

10 libras de *auro pimento*;
 10 peles *seoda* (peles lubrificadas?);*
 10 peles de Córdova;
 50 mãos de papiro.

Sem dúvida, nem todas essas mercadorias — o azeite, por exemplo — são especiarias vindas do Oriente. Mas, na maioria, vêm de lá. O ato nos permite tirar diversas conclusões. Em primeiro lugar, que o depósito do fisco estava sempre abundantemente provido dessas especiarias, já que a permissão concedida aos monges não especifica a época: eles vão quando querem. Depois, dificilmente se acreditará que estamos lidando aqui com uma liberalidade concedida apenas ao mosteiro de Corbie. Porém, mesmo que assim fosse, é necessário deduzir disso que o uso das especiarias era de tal modo difundido que mesmo a cozinha dos monges não podia dispensá-las.

Isso é de tal modo verdadeiro que o rei prevê o emprego pelos *missi* do mosteiro, em Fos, de uma libra de *garum*, uma onça de pimenta e duas onças de cominho. Ou seja, mesmo pobres-diabos não podiam mais dispensar a pimenta e o sal. Essas prestações aos *missi* deviam ser feitas em todas as etapas ou, se preferirem, em todos os pontos de parada na ida e na volta, o que equivale a dizer que as especiarias eram encontradas por toda parte.

É possível fazer uma constatação análoga lendo a *tractoria* que Marculfo conservou para nós.³⁰⁶ Encontram-se nela praticamente as mesmas especiarias que no ato para Corbie. Eu bem sei que Krusch³⁰⁷ sustentou que a fórmula de Marculfo foi pura e simplesmente copiada do diploma para Corbie. Ele se diverte ao dizer que os funcionários reais não comeram tudo isso; sem dúvida, tem razão.** Mas é impossível admitir, por outro lado,

* Ducange, *sub verbo seoda*.

** Em compensação, na época carolíngia nenhuma especiaria está prevista na alimentação dos funcionários.³⁰⁸

que Marculfo tenha podido introduzir a enumeração de todas essas especiarias em sua fórmula se elas fossem raras. Para ele, tudo aquilo devia ser de uso corrente, e isso é ainda mais significativo porque ele escreve no Norte. Além disso, será exato afirmar que Marculfo nada fez além de copiar o diploma de Corbie?³⁰⁹ Observamos que ele acrescenta alguns animais comestíveis à lista que aparece no ato de Corbie. E se ele tivesse pura e simplesmente copiado essa peça, por que teria omitido a menção relativa ao papiro?*

Em todo caso, o diploma de Corbie e o que é possível concluir dele são suficientes para ressaltar a importância essencial do comércio de especiarias na época merovíngia. E não há dúvida de que o que é verdadeiro para a Gália também o é para as outras costas do mar Tirreno.

Outro artigo de grande consumo vindo do Oriente é o papiro.³¹¹ O Egito tem o monopólio do fornecimento para todo o Império do material corrente da escrita, sendo o pergaminho reservado para os escritos de luxo. Ora, depois das invasões, assim como antes delas, a prática da escrita conserva-se em todo o Ocidente. Faz parte da vida social. Toda a vida jurídica, toda a vida administrativa — ou seja, o funcionamento do Estado — a supõem, assim como as relações sociais. Os mercadores têm contadores, *mercenarii litterati*. São necessárias grandes quantidades de papiro para manter os registros do fisco, para os notários dos tribunais, para as correspondências privadas e para os mosteiros. O de Corbie — como já se viu — consome por ano cinquenta *tomí* [mãos] de papiro obtido nos *cellarium fisci* [armazéns do fisco] de Fos. Manifestamente, é por carregamentos inteiros que essa mercadoria é despejada nos cais dos portos.

* Quanto às especiarias, o comércio merovíngio se parece com aquele ao qual se entregam as cidades italianas desde o século XII. Gregório de Tours assinala que algumas especiarias são vendidas pelos mercadores em Paris.³¹⁰

A apóstrofe de Gregório a seu colega de Nantes, cujas injúrias não poderiam ser inscritas nem sobre todo o papiro que é desembarcado no porto de Marselha,³¹² é uma prova manifesta da abundância das remessas. Além disso, ainda se empregava o papiro para confeccionar mechas de lampiões e também, ao que parece, para forrar as paredes das lanternas depois de tê-las lubrificado;³¹³ o fato de que era possível se abastecer dele nas lojas de Cambrai atesta que podia ser encontrado em todo o país.³¹⁴ Era, portanto, objeto de grande consumo, matéria de comércio a granel, irradiando-se da Alexandria a todo o Mediterrâneo. Ainda temos a prova material disso nos belos diplomas reais conservados nos arquivos nacionais de Paris³¹⁵ e em alguns fragmentos de cartas privadas; restos dos inumeráveis *scrinia* nos quais os particulares conservavam os seus papéis de negócios e sua correspondência, assim como as cidades guardavam os atos inseridos nos *gesta municipalia*.

A fragilidade do papiro nos climas do Norte explica facilmente que reste tão pouco deles — o que não deve nos iludir sobre a quantidade que outrora esteve em uso. E o número de informações que, graças a Gregório de Tours, possuímos sobre a Gália não deve nos fazer esquecer o consumo certamente mais significativo que dele se fazia na Itália e na Espanha e que devia, portanto, alimentar uma importação singularmente ativa.

Outra mercadoria também figurava muito amplamente no comércio daquele tempo: o azeite. Ele era de necessidade corrente para a alimentação, em primeiro lugar, pois parece que na Gália meridional a cozinha se fazia, sobretudo, com o azeite, tal como na Espanha e na Itália. As oliveiras nativas não eram suficientes para o consumo, sendo necessário recorrer ao exterior. E era ainda mais necessário porque a iluminação das igrejas naquela época — sem dúvida, justamente por causa da abundância do azeite — exigia não a cera, como ocorreria mais tarde, mas o azeite. Ora, a África era a grande produtora de azeite no Império e devia continuar a sê-lo até a conquista mu-

çulmana. Ele era expedido da África em *orcae*. Teodorico, entre 509 e 511, escreve ao bispo de Salona³¹⁶ para lhe recomendar o mercador Johannes, que forneceu a esse bispo *sexaginta orcas olei ad implenda luminaria* e que pede para ser pago. E a sequência da carta mostra que isso não passava de uma *parvitas*, uma bagatela. Gregório de Tours dá informações sobre o comércio do azeite em Marselha;³¹⁷ fala de um mercador do qual roubaram no cais setenta *orcae* de azeite.³¹⁸ Um diploma de Clóvis III, de 692, renovado em 716, mas que remonta a Dagoberto I (morto em 639), concede ao mosteiro de Saint-Denis uma renda anual de cem soldos, com a qual os *actores regii* comprarão o azeite nos *cellarium fisci* [armazéns do fisco], seguindo o *ordo cataboli*.³¹⁹ Uma fórmula de Marculfo cita Marselha como o porto no qual se tem o costume de comprar o combustível das *luminaria*.³²⁰

Esse azeite sobe, portanto, até o Norte. O texto de Corbie, de 716, relativo às 10 mil libras de azeite, estabelece a mesma coisa. Ora, não é possível pensar que se trate aqui do azeite da Provença, já que ele se encontra armazenado nos *cellarium fisci*.^{*} Um texto que fala da exportação de azeite por Bordeaux permite acreditar que o produto era expedido de Marselha.³²²

Tudo isso atesta ativas relações com a África. Mas o fato, muito curioso, de que alguns camelos sejam empregados como animais de transporte na Espanha e na Gália também lança sobre essas relações uma luz viva. Pois esses camelos só podem vir da África, onde Roma os introduziu no século II. Evidentemente, eles se espalharam do outro lado do mar antes das invasões. Gregório de Tours³²³ menciona os camelos e os cavalos carregados *cum ingenti pondere auri atque argenti* [com grande peso de ouro e prata] e abandonados pelo exército de Gondevaldo durante a sua retirada. Do mesmo modo Brunehaut,

* O cálculo de Buchner, que estima que a importação de azeite em Fos eleva-se a 200 mil libras por ano, não pode ser levado em consideração.³²¹

antes do seu suplício, desfila diante do exército sobre um camelo³²⁴ — o que prova, ao que parece, por comparação com o texto precedente, que os exércitos transportavam as bagagens sobre camelos. A *Vita Sancti Eligii*³²⁵ fala de um camelo que acompanha o bispo em viagem. Na Espanha, o rei Wamba manda conduzir a Toledo o rebelde Paulus *abrasis barbis pedibusque nudatis, subsqualentibus veste vel habitu induti, camelorum vehiculis imponuntur* [com barba raspada e pés descalços, vestido com roupa e traje desleixados, colocado sobre transportes de camelos].^{326*}

Tudo isso evidencia a existência de um movimento muito ativo de navegação no mar Tirreno, com o Oriente e com as costas da África. Cartago parece ter sido a etapa de parada para o Oriente. Fazia-se assim uma navegação de cabotagem ao longo das costas da Itália, da Provença e da Espanha. A gente do Norte, quando ia a Roma, embarcava em Marselha para Porto, na embocadura do Tibre.³²⁷ Os viajantes para Constantinopla iam por mar. A estrada de terra através do Danúbio, atulhada de bárbaros, não era frequentada.³²⁸ Era possível também ir por Ravena e Bari. Talvez existisse uma navegação regular entre Marselha e a Espanha, análoga à dos nossos cargueiros. É possível concluir isso da expressão *negotio solito* usada por Gregório de Tours.³²⁹ Creio que é possível dizer que a navegação permanece no mínimo tão ativa quanto no governo do Império. Depois de Genserico não se ouve mais falar em pirataria. Com toda a evidência, o comércio ao qual se dedicam é o grande comércio por atacado. É impossível duvidar disso se levarmos em conta o gênero das importações, a sua regularidade e a fortuna que alcançam os mercadores.

O único porto que conhecemos bem, Marselha, nos dá a total impressão de um grande porto. É uma cidade cosmopolita.

* Ducange, *sub verbo* Camelus, cita um texto da *Vita SS. Voti et Felici* relativo à Espanha no qual é necessário ler *Camelus* e não corrigir para *rupicapra* (camurça), como faz Ducange.

Sua importância pode ser deduzida do desejo que demonstram os reis de possuir a cidade, quando das partilhas do reino.³³⁰ Ali se encontram judeus e sírios em quantidade, sem contar os gregos e seguramente também alguns godos. Os *Annales Peta-viani*³³¹ nos falam de um *negociator* anglo-saxão, Botto, que, tendo seu filho morrido em 790, deve ter se estabelecido ali no começo do século VIII, ou seja, na época em que começa a decadência. A cidade devia ser populosa e ainda conservar grandes sobrados, como aqueles cujas ruínas subsistem em Óstia. Gregório de Tours³³² fala de oito pessoas que moram em uma mesma casa, o que permite crer em uma espécie de grande moradia de aluguel. Chegaremos à mesma conclusão se observarmos a frequência das epidemias nessa cidade marítima nos tempos do bispo Teodoro (c. 566 – c. 591). Um navio proveniente da Espanha leva para lá uma epidemia que dura dois meses.³³³ Ela se espalha pelo interior até os arredores de Lyon.³³⁴ Outras epidemias são frequentemente citadas³³⁵ na Provença e em Narbona. Em 598-599, Fredegário descreve uma epidemia que faz pensar na peste negra.³³⁶

O comércio interno

É impossível admitir que os mercadores orientais, judeus e outros limitam-se a importar na bacia do mar Tirreno sem dali nada exportar. Seus barcos evidentemente carregam frete de retorno. O principal deve ter consistido em escravos. Sabe-se que a escravidão doméstica e rural ainda é muito difundida depois do século V. Sou tentado a crer que as invasões germânicas lhes deram um revigoramento de prosperidade. Os germanos a conheciam como os romanos e devem ter levado consigo não poucos escravos. Suas guerras contra os bárbaros de além-Reno e contra os lombardos podem ter contribuído para isso.

A Igreja, em princípio, não condena nem ataca a instituição servil. Porém, ao admitir o escravo nos sacramentos e reconhe-

cer o seu direito — ou melhor, a sua obrigação — de se casar, eleva a sua condição.* Os *mancipia* estão em toda parte, não somente nos grandes domínios, mas a serviço de todos os indivíduos que têm alguma fortuna. Por mais que sejam libertados, sempre restam muitos, e seu número é alimentado por chegadas contínuas.**

A grande fonte são os povos bárbaros. Certamente, trata-se de um mercador de escravos esse Samo do qual Fredegário^{339***} conta que chegou entre os vênedos, à frente de uma tropa de mercadores aventureiros, em 623-624. Esses mercadores vão até lá como os varegos do século IX irão à Rússia para capturar escravos e trazer peles. Os vênedos, sendo pagãos, podiam ser comprados e vendidos sem escrúpulos, pois os concílios só haviam criado obstáculos à venda de escravos cristãos para fora do reino, o que prova justamente que se vendem escravos no estrangeiro.****

Samo não é, aliás, o único da sua espécie. Tornando-se rei dos vênedos, ele manda massacrar alguns mercadores francos, o que provoca a guerra entre ele e Dagoberto. Sua ascensão à realeza torna manifesta a assimilação entre ele e os varegos. Por outro lado, é possível supor que ele próprio vende armas aos bárbaros, assim como fazem os mercadores contrabandistas da fronteira, contra os quais as *Capitulares* tanto legiferam. De resto, embora Fredegário chame Samo de *negucians*, e seus companheiros de *negutiantes*, não é possível ver nele um mercador de profissão, mas sim um aventureiro.

* Seu ponto de vista permaneceu absolutamente o que era no Império Romano.³³⁷

** A *Lex Wisigothorum* menciona alguns escravos na casa dos *pauperes*. Entregam a eles, com efeito, as prostitutas reincidentes para que elas estejam *in gravi servitio*.³³⁸

*** Fustel de Coulanges compara Samo a um chefe de uma grande companhia comercial.³⁴⁰

**** O Concílio de Chalon, de 639-654, proíbe que sejam vendidos escravos fora do reino franco.³⁴¹

Também são vendidos na Gália alguns escravos mouros; outros são turingios ou provêm da Inglaterra.^{342*}

Em 595, Gregório, O Grande manda comprar uma boa quantidade de escravos ingleses no mercado de Marselha para serem enviados a Roma com fins de conversão.³⁴⁷ Provavelmente são prisioneiros feitos durante as guerras dos bretões com os saxões e que a navegação transportara para a Gália. Talvez seja esse tipo de gente que Santo Amand (morto em 674-675) resgata na região de Gand.³⁴⁸ Sem dúvida, esses escravos conduzidos por um mercador nas cercanias de Cambrai, de que nos fala a *Vita Gaugerici*, são também gente do Norte.³⁴⁹

Por toda parte são encontrados escravos à venda. Gregório de Tours³⁵⁰ fala de escravos saxões pertencentes a um mercador de Orléanais.

Fredegário conta que Bilichildis, que se torna a mulher de Teudeberto, fora comprada de alguns *negociatores* por Brunehaut, sem dúvida, por causa da sua beleza.³⁵¹

Os *tonlieux* de Arras e de Tournai revelam igualmente a passagem dos escravos, pelos quais os mercadores devem pagar alguns direitos.**

Todos esses escravos, capturados*** pelos êmulos de Samo ou trazidos da Bretanha, são levados aos portos do Mediterrâneo³⁵⁶ e colocados à venda em Narbona.³⁵⁷ São encontrados em

* Verlinden pensa que eles provavelmente também eram vendidos na Espanha.³⁴³ Santa Bathilde havia sido de *partibus transmarinis... vili pretio venundata*.³⁴⁴ Em Clermont, Sigivaldus tinha como escravo (*in cujus servitio erat adolescens quidam nomine Brachio*) um criado para a caça ao javali que era turingio.³⁴⁵ P. Guilhiermoz certamente erra ao querer fazer dele um soldado particular.³⁴⁶

** O *tonlieu* de Arras deixa ainda reconhecer sob o revestimento do século XII o velho fundo merovíngio.³⁵² O texto o atribui a um *rex Theodericus*.³⁵³ Ora, a venda do *servus* e da *ancilla* é mencionada no parágrafo intitulado *De Bestiis*. Observa-se a mesma coisa na tarifa do *tonlieu* de Tournai: *si servus vel ancilla vel auri uncia vendantur...*³⁵⁴

*** Paulo Diácono diz que da populosa Germânia muitos bárbaros são enviados para serem vendidos aos povos do Sul.³⁵⁵

Nápoles,³⁵⁸ para onde vêm, sem dúvida, de Marselha, o seu grande mercado.*

Grande quantidade de mercadores se ocupa do comércio de escravos.** Parece que eles eram, sobretudo, judeus. O Concílio de Macon, em 583, permite aos cristãos que resgatem dos judeus os seus escravos por doze soldos, seja para lhes dar a liberdade, seja para tomá-los a seu serviço. Citam-se alguns mercadores judeus de escravos em Narbona³⁶² e em Nápoles.³⁶³

Um importante comércio de escravos existia, pois, nas costas do mar Tirreno. Não parece improvável que os navios que carregam as especiarias, a seda e o papiro os exportem como frete de retorno para o Oriente.

A Gália, aliás, parece ter entregue ao Oriente, além dos escravos, vestimentas, tecidos, madeira para construção e talvez também a garança:† Gregório, O Grande compra algumas vestimentas em Marselha e em Arles, mandando expedir para Alexandria madeiras compradas na Gália.³⁶⁴

Em todo caso, a grande circulação do ouro nos força a admitir uma exportação significativa.

Ao lado desse comércio internacional no qual os estrangeiros têm uma participação preponderante, até mesmo exclusiva, o comércio interior desempenha um papel importante na vida econômica do Ocidente. Aqui, o espetáculo muda. Evidentemente, como acabamos de ver, os judeus nele se distinguem, e ocorre certamente a mesma coisa com os sírios estabelecidos na região e que foram citados acima. Porém, ao lado deles, os nativos ocupam um lugar considerável. É evidente que entre eles

* A *Vita S. Eligii* fala dos cativos libertados por Santo Elói em número ora de vinte ou trinta, ora de cinquenta.³⁵⁹

** Uma fórmula de Sens é relativa à compra de um escravo por um *homo negotians*.³⁶⁰ Uma fórmula de Angers é um mandato de busca para o escravo fugitivo de um *negociens*.³⁶¹

† Planta com propriedades corantes. [N.T.]

se encontram não somente lojistas, mas também mercadores de profissão.*

A anedota que Gregório de Tours relata sobre os mercadores de Verdun³⁶⁶ é característica em relação a isso: como a miséria tomasse conta da cidade nos tempos do bispo Desideratus (primeira metade do século VI), este pede emprestados 7 mil *aurei* ao rei Teodeberto e os distribui aos *cives* [cidadãos]: “*at illi negotia exercentes divites per hoc effecti sunt et usque hodie magni habentur*” [eles, contudo, exercendo negócios, tornam-se ricos por causa disso e até hoje são considerados importantes]. Isso comprova um comércio muito vivo.** E é notável que o bispo fale ao rei de reerguer o comércio da sua cidade *sicut reliquae habent* [como as outras cidades têm]. É forçoso concluir disso que a atividade comercial é própria de todas as cidades.***

Gregório de Tours³⁶⁹ relata, entre outros, um fato corriqueiro que lança uma luz muito viva sobre a vida comercial da época:

Durante uma escassez, o mercador Cristoforus de Tours foi informado de que um grande estoque de vinho acabava de chegar a Orleans. Ele logo parte, bem provido de dinheiro pelo sogro (sem dúvida, ele também mercador), compra o vinho e faz com que seja carregado em algumas barcas. Depois, se dispõe a voltar para casa a cavalo, mas é assassinado na estrada por dois escravos saxões que o acompanham.

Eis aí um exemplo de especulação mercantil que não tem nada de medieval. Esse Cristoforus é evidentemente um grande

* A. Dopsch refuta a ideia de que só teria havido negociantes estrangeiros.³⁶⁵

** Os bispos interessavam-se pelo comércio. Em Nantes, o bispo Félix manda ampliar o porto.³⁶⁷

*** Lot cita justamente o exemplo de Verdun para provar a insignificância do capitalismo.³⁶⁸ Porém, se fizermos algumas comparações semelhantes entre a nossa época e o século XIII, chegaremos a conclusões idênticas para esse último período. É bem certo, além disso, que o que está em questão aqui são os varejistas e, portanto, varejistas muito ativos.

mercador, quero dizer, um atacadista que quer dar um belo golpe, esvaziando o mercado em seu proveito. Observem que está sozinho. Nada nesse comércio lembra as guildas ou as bolsas; é o comércio individualista à romana.* Gregório de Tours assinala que outros mercadores se entregavam às mesmas especulações.³⁷⁰

A fraude também dava bom rendimento. O mesmo Gregório de Tours³⁷¹ conta a história de um mercador que, com um *trians*, ganhou 100 *solidi* falsificando vinho. Trata-se aqui, sem dúvida, de um varejista.

Também existiram na Itália alguns mercadores de profissão; como prova disso, faremos menção tão somente aos mercadores lombardos que servem o Exército. Eles constituem uma classe social independente, vivendo da compra e da venda. A prova de que são muito numerosos é que seu serviço militar é regulamentado à parte.^{372**}

O comércio, com certeza, proporcionava grandes benefícios. Parece que o butim obtido em Poitou com alguns mercadores roubados pelos filhos de Wado foi muito considerável.³⁷⁵

Mas temos provas mais seguras. O epitáfio de um mercador de Lyon diz que ele era “o consolo dos aflitos e o refúgio dos pobres”; devia, portanto, ser muito rico.³⁷⁶

Em 626, o mercador Jean lega algumas propriedades à abadia de Saint-Denis e a diversas igrejas da diocese de Paris.³⁷⁷ Como o rei confirma a doação, trata-se de bens importantes. Fortunato escreve um epitáfio para o mercador Julianus, conhecido por suas generosas esmolas.³⁷⁸ Em 651, Leodebodo, abade de Saint-Aignan em Orleans, lega à abadia de Saint-

* Também existem alguns mercadores que viajam em bando no século VI; ver, adiante, o que é dito sobre Wado.

** Esses mercadores são evidentemente os sucessores daqueles em favor dos quais Teodorico legiferava em 507-511: “*ne genus hominum, quod vivit lucris, ad necem possit pervenire dispendiis*”.³⁷³ Doren³⁷⁴ faz observar que essas leis de Astolfo devem remontar a textos mais antigos, pois os mercadores já aparecem aí divididos em diversas categorias.

Pierre em Fleury-sur-Loire algumas propriedades urbanas que ele comprara de um mercador; este último era, portanto, proprietário de casas situadas na cidade.³⁷⁹

O *Rodulfus negotiens*, cujo nome está inscrito em uma libra romana, é certamente um mercador merovíngio.³⁸⁰ Gregório de Tours fala ainda de um mercador de Comminges, no qual sou tentado a ver um proprietário de lojas.³⁸¹

Conhecemos também um mercador de Poitiers que vai a Treves e a Metz,³⁸² onde encontra outro mercador que compra e vende sal e navega pelo Mosela.

Eis aí o suficiente para que se possa afirmar como não duvidosa, certamente até o final do século VII, a presença de numerosos mercadores nativos, ao lado de judeus e de mercadores orientais. Entre eles certamente havia alguns muito ricos; será preciso esperar muito tempo para encontrar novamente outros tão importantes.

O comércio, tal como existia no Império antes das invasões, se mantém depois delas.

Onde se faz o comércio? Evidentemente, nas cidades. De acordo com todas as informações que temos, é lá que habitam os *negociatores*, instalados no interior das muralhas, no *oppidum civitatis*.³⁸³

As cidades têm um aspecto eclesiástico e ao mesmo tempo comercial. Mesmo em cidades do Norte, como Meaux, há ruas com arcadas que se prolongam às vezes até os subúrbios.* Essas casas com arcadas devem dar, mesmo no Norte, um aspecto italiano às cidades. Elas servem, sem dúvida, para abrigar as lojas, que geralmente estão agrupadas. No dizer de Gregório de Tours, é notadamente o caso em Paris.**

* São Faron herdou em Meaux algumas *casas cum areis, tam infra muros quam extra muros civitatis*.³⁸⁴

** Gregório de Tours nos fala dos *apotecae* e dos *prumptuaria* de Comminges.³⁸⁵ Em Paris, Gregório de Tours nos mostra Leudaste: *domus negutiantum circumiens, species rimatur, argentum pensat atque diversa ornamenta prospicit*.³⁸⁶ Ele fala também desses *domus necutiantum*, que parecem colocados em fila.³⁸⁷

Nessas cidades, ao lado dos comerciantes, vivem artesãos sobre os quais estamos muito mal informados. São Cesário os menciona em Arles, no século VI.³⁸⁸ A indústria do vidro parece ter sido importante: as tumbas merovíngias contêm numerosos objetos de vidro.

O *curator civitatis* e o *defensor civitatis* fazem a polícia dos mercados e das mercadorias.³⁸⁹ Em Ravena parecem ter se conservado restos dos colégios de artesãos da Antiguidade.

Será que é possível estabelecer a importância das cidades após as invasões? A esse respeito só temos informações esporádicas. Na Gália, as muralhas das cidades são muito pouco desenvolvidas. Vercauteren³⁹⁰ estima a sua população em 6 mil almas, e algumas vezes em muito menos.

A população está bem espremida, e talvez as grandes casas, como em Marselha, não sejam raras.³⁹¹ Em Paris há casas construídas sobre pontes.³⁹²

As cidades do Sul são mais consideráveis. Em Frejus, pelas ruínas, vê-se que a cidade antiga devia ser cinco vezes maior que a cidade atual. Nîmes cobria um espaço de cerca de 320 hectares.³⁹³ A muralha romana de Toulouse teria tido um perímetro de três quilômetros.³⁹⁴ Hartmann admite para Milão, na época de Teodorico, 30 mil habitantes.*

Certamente, as cidades sofrem com as invasões. Pontes desabam, sendo substituídas por barcos amarrados uns aos outros. Porém, todas as cidades subsistem. Os bispos, além disso, as restauram. Do mesmo modo como são os centros da administração religiosa e civil, não é duvidoso que sejam também centros permanentes de comércio. Também desse ponto de vista, a economia antiga continua. Não se encontra nada que se assemelhe às grandes feiras reguladoras da Idade Média, como as de Champagne.

* Vê-se pela *Lex Visigothorum* que as prostitutas profissionais, livres e escravas, abundavam nas cidades espanholas.³⁹⁵

Existem feiras, mas, sem dúvida, são feiras locais.^{396*} No Norte, novas feiras são criadas: a de Saint-Denis é citada pela primeira vez em 709.^{397**} Mas essas feiras têm um papel secundário. Segundo L. de Valdeavellano,³⁹⁹ não são encontradas na Espanha. Em todo caso, não são encontrados em parte alguma esses pequenos mercados que abundarão no período carolíngio. Não é preciso ver nisso uma prova de fraqueza comercial. Ao contrário. Os mercados não são um elemento essencial nas cidades onde existem mercadores de profissão e que são locais de comércio permanentes. Só quando o comércio tiver desaparecido serão organizados todos esses pequenos centros econômicos de abastecimento, com área restrita e frequentados apenas por mercadores ocasionais. Ao ler Gregório de Tours, temos a impressão, ao contrário, de que estamos em uma época de comércio urbano. Os *conventus* dos mercadores são feitos nas cidades.⁴⁰⁰ Não se encontra nenhum no campo. É certamente um erro, como Waitz⁴⁰¹ observou, considerar como locais de mercado os inumeráveis lugares inscritos nas moedas merovíngias pelos *monetarii*. O que se encontra no período merovíngio, assim como na Antiguidade, são os *portus*, quer dizer, pontos de parada e desembarcadouros, mas não mercados. O rei cobra *tonlieux*[†] nas cidades e nos *portus*.^{***} São os antigos *tonlieux* romanos, conservados nos mesmos lugares.^{****} Constatam-se

* Uma carta endereçada por volta de 630-655 a Desidério, bispo de Cahors, fala de *istas ferias in Rutenico vel vicinas urbes*, ou seja, das feiras de Rodez, cuja frequência está proibida aos habitantes de Cahors por causa da peste que reina em Marselha.

** Segundo Levillain, essa feira foi instituída em 634 ou 635.³⁹⁸

† Ver nota na p. 55 desta edição. [N.T.]

*** Os diplomas falam do *tonlieu* cobrado *per civitates seu per castella seu per portus, seu per trexitus*.⁴⁰² Vê-se, por esse mesmo texto (diploma de Sigeberto III, de 652), que ali se exercia um *negotiantum commertia* e que o rei tinha ali alguns *telonearii*.

**** A fórmula n. 1 do suplemento de Marculfo enumera os *tonlieux* da bacia do Reno: Marselha, Toulon, Fos, Arles, Avignon, Soyon, Valence, Vienne, Lyon e Chalon-sur-Saône.⁴⁰³

abusos. Alguns condes procuram estabelecer novos *tonlieux* em proveito próprio, o que leva Clotário II a intervir em 614, ordenando que os *tonlieux* subsistam tais quais eram no governo de seu predecessor.*

Teodorico escreve do mesmo modo aos seus agentes na Espanha, a fim de impedir as fraudes do *tonlieu* em detrimento dos *transmarini*.⁴⁰⁵

O *tonlieu* compreende todos os tipos de taxas: *portaticum*, *rotaticum*, *pulveraticum* etc. O caráter do *tonlieu* é claramente fiscal e não econômico. Parece ter sido cobrado exclusivamente em dinheiro.** O rei pode relaxá-lo para algumas abadias, mas, exceto no período de decadência, não abre mão dele. O *tonlieu* é um imposto em proveito do rei. Além disso, rende muito, como se vê pela importância das rendas constituídas pelo rei em cima dos *cellarium fisci* [armazéns do fisco] em proveito, notadamente, de certas abadias.

A cobrança é possível porque o rei dispõe de agentes que sabem ler e escrever, os *telonearii*. Sem dúvida, eles cobram o *tonlieu* por arrendamento, e é provavelmente por isso que os judeus, apesar da reprovação dos concílios, recebem os seus rendimentos.***†

Os grandes portos têm entrepostos**** e funcionários, como nos ensina a legislação de Teodorico. Quanto aos postos de parada, eles subsistem em toda a bacia do mar Tirreno.

* Édito de Clotário II, 18 de outubro de 614.⁴⁰⁴

** Waitz diz — por algumas razões que acredito errôneas — que ele era cobrado *in natura*.⁴⁰⁶

*** Temos um exemplo disso no *negociator Salomon*, certamente um judeu, que era o *Hoflieferant* de Dagoberto e ao qual este último havia cedido o *tonlieu* recebido em uma das portas de Paris.⁴⁰⁷

† Nesse sistema, o recebedor pagava antecipadamente ao rei pelo direito de cobrar as taxas e os impostos, ficando com a diferença entre o que foi pago e o que era efetivamente arrecadado depois. [N.T.]

**** Ver o que dissemos, acima, do *cellarium fisci*.

A circulação se faz pelas estradas romanas. Pontes de barcos substituem as antigas pontes romanas em ruínas. A autoridade zela para que as margens dos cursos de água sejam deixadas livres em um espaço de pelo menos uma *pertica legalis* de cada lado para permitir o reboque das barcaças.

A moeda e a circulação monetária

O soldo de ouro romano, reajustado por Constantino, é a unidade monetária em todo o Império no momento das invasões.* Os bárbaros evitam mexer nesse sistema monetário que conhecem há muito tempo graças aos subsídios que o Império lhes pagava.

Em nenhuma das regiões ocupadas por eles observa-se, no início, a menor modificação na circulação monetária. Ainda mais do que isso, é com a efígie dos imperadores que os reis germânicos cunham moeda.**

Não há nada que ateste melhor a persistência da unidade econômica do Império. É impossível tirar dele o benefício da unidade monetária. Até o cataclismo contemporâneo dos carolíngios, tanto o Oriente grego como o Ocidente conquistado pelos germanos compartilham o monometalismo do ouro, que tinha sido o do Império. Os navegadores sírios, ao desembarcarem nos portos do mar Tirreno, encontram ali as moedas com as quais estão acostumados no mar Egeu. Mais do que isso, as moedas de ouro dos novos reinos bárbaros adotam as modificações introduzidas na moeda bizantina.***

Naturalmente, existem moedas de prata e de bronze, mas não se pode ver nisso, como Dopsch,⁴¹¹ a prova da introdução

* O soldo de ouro de Constantino pesava 4,48 g; uma libra era dividida em 72 soldos. O valor-ouro do soldo era de 15,43.⁴⁰⁸

** Gunnar Mickwitz conclui que é impossível considerar o século IV como um século de *Naturalwirtschaft*.⁴⁰⁹

*** Quando, no final do século VI, a cruz substitui a vitória nas moedas imperiais, os moedeiros de Marselha, e depois os outros, seguem esse exemplo.⁴¹⁰

do bimetalismo. O ouro é a única moeda oficial. O sistema monetário dos bárbaros é o de Roma. O sistema carolíngio, que será o monometalismo da prata, é o da Idade Média.

Só existe a exceção dos anglo-saxões, entre os quais a prata desempenha o papel principal. No entanto, são cunhadas algumas moedas de ouro nas partes meridionais da ilha, aquelas que mantêm relações comerciais com a Gália, e parece que essas moedas foram obra dos moedeiros merovíngios.⁴¹²

No reino de Mércia, mais afastado, só foram encontradas moedas de prata, algumas das quais com legendas rúnicas.⁴¹³

Os reis merovíngios cunham moedas pseudoimperiais, cuja série se encerra com o reinado de Heraclius (610-641), o primeiro imperador que tem contas a ajustar com os árabes.⁴¹⁴

Em geral, elas se distinguem, ao primeiro golpe de vista, da cunhagem imperial. Em contrapartida, se assemelham muito entre si. Quase nunca é possível dizer se foram cunhadas por visigodos, burgondes ou francos.⁴¹⁵ A necessidade econômica faz com que os bárbaros conservem a moeda romana.⁴¹⁶ O que prova isso é que a imitação das moedas romanas continua em Marselha e nas regiões vizinhas por mais tempo que em outros lugares.⁴¹⁷ É raro achar o nome dos reis francos nas moedas. É encontrado pela primeira vez, para grande escândalo de Procópio, quando da guerra de Teodeberto I na Itália contra Justiniano, em 539-540. Elas trazem inclusive a palavra "Victor", que é de um uso excepcional na numismática romana.⁴¹⁸ Como essas moedas são muito mais belas do que todas as outras moedas francas, Prou⁴¹⁹ supõe que Teodeberto tenha mandado cunhá-las durante sua expedição à Itália, ou que elas tenham sido cunhadas nas regiões que ele conservou durante algum tempo após essa expedição. Só a partir de Clotário II (584-629/630) o nome real toma o lugar do nome do imperador nas oficinas de Marselha, Viviers, Valence, Arles e Uzès. A fórmula *Victoria Augustorum* é nelas substituída por *Victoria Chlotarii*.⁴²⁰

Na Gália, no governo de Justino II (565-578), os moedeiros, primeiramente na Provença, adotaram para o soldo de ouro o peso de 21 sílicos em vez de 24. Talvez sejam esses os *solidi Gallicani* que uma carta de Gregório, O Grande parece dizer que não têm aceitação na Itália.⁴²¹

A moedagem do ouro dos bárbaros é abundante sobretudo entre os francos e os visigodos. Os vândalos não têm moedas de ouro; os ostrogodos praticamente só têm as de Teodorico. É forçoso explicar isso pela grande difusão das moedas de ouro romanas entre eles. Pois, ao menos no caso dos vândalos, sabe-se que seu país era muito rico.

A moedagem conservou naturalmente o seu caráter real, mas a organização das oficinas de cunhagem é, se podemos dizer assim, descentralizada. Os reis visigodos abrem casas da moeda em diferentes cidades.^{422*}

Entre os francos existe uma oficina no palácio e em diversas cidades. Mas existem também moedas cunhadas pelas igrejas e por uma infinidade de *monetarii*. Sem dúvida, essa diversidade de moedas nasce do modo de recebimento do imposto.

Era cômodo autorizar o coletor de um imposto particular, o arrendatário de uma salina, o gerente de um domínio real, o ecônomo de um mosteiro etc. a receber quando fosse preciso, como pagamento, prestações *in natura*, moedas estrangeiras ou antigas, metais a peso, e a entregar o montante das suas receitas ou das suas arrecadações em moedas cunhadas no mesmo lugar, levando com elas uma assinatura que servia como garantia de qualidade e de valor, e um nome de lugar que evocava sua origem.⁴²⁵

Nessa moedagem do ouro fornecido pelo imposto, Luschin⁴²⁶ crê discernir um uso romano. Para ele, os moedeiros não são da ralé, mas arrendatários do imposto.

* Havia quatro oficinas na Gália na época romana: Trèves, Arles, Lyon e Narbona.⁴²³ F. Lot diz que os soldos de ouro provenientes do imposto eram convertidos imediatamente em lingotes pelos moedeiros. Isso já se fazia na época romana.⁴²⁴

É necessário supor, como Luschin, que se exerce um controle sobre a cunhagem dessas moedas, pois dessa diversidade não resulta a desordem das moedas feudais que a Idade Média conheceu.

Para Prou,⁴²⁷ os moedeiros são operários evadidos das antigas oficinas imperiais, que se puseram a trabalhar para o público.

Lê-se em algumas moedas cunhadas pelos moedeiros as palavras *ratio fisci* ou *ratio domini*,⁴²⁸ o que parece indicar que a moeda foi cunhada sob controle do fisco. O fato de que os moedeiros cunhem não somente em um grande número de cidades, mas em *vici*, *castra*, *villae* parece por outro lado confirmar a hipótese de que essas moedas foram cunhadas por ocasião do recebimento do imposto. É impossível acreditar, como Prou,⁴²⁹ que tenham existido casas da moeda em todos esses lugares. Ele próprio reconhece que os moedeiros não eram funcionários públicos.⁴³⁰ Muito raros depois de Pepino, eles desaparecem definitivamente em 781,⁴³¹ ou seja, na época em que também desaparece o imposto romano. Não existe concessão de cunhagem da moeda na época merovíngia.* Segundo monsenhor Lesne, as igrejas teriam cunhado moeda simplesmente para mobilizar os seus recursos.

A moedagem eclesiástica parece ser menos o exercício de um direito regalista do que a faculdade deixada ao clero e aos monges de transformar as suas economias em valores de troca e em dinheiro líquido.⁴³²

Essas cunhagens constantes e, por outro lado, aquilo que sabemos da riqueza em ouro dos reis,** da Igreja e dos particulares⁴³⁴ provam que havia um considerável estoque de ouro no Ocidente. No entanto, não se dispunha ali de minas de ouro, e é preciso considerar como bem pouca coisa o que se podia extrair

* Prou, no entanto, duvida disso.

** As coroas de ouro encontradas em Guarrazar, perto de Toledo (século VII), comprovam a riqueza do tesouro real nessa época.⁴³³

das areias auríferas. Como é possível falar de “economia natural” na presença de tesouros tão consideráveis e tão móveis?

Quantos fatos característicos em relação a isso!⁴³⁵ O bispo Balduíno de Tours distribui 20 mil soldos de ouro aos pobres. O ouro abunda nas vestimentas e também entre os particulares, como provam os contínuos confiscos do rei.^{436*}

O tesouro real, alimentado além do mais pelo imposto, também o é pelos subsídios consideráveis dos imperadores, que chegam a enviar para ele até 50 mil soldos de ouro. É uma formidável bomba aspiradora. Mas é ao mesmo tempo uma bomba compressora, pois o ouro do rei não fica estagnado em cofres. Serve para constituir opulentas rendas, dotes para as filhas, doações para os fiéis, generosas esmolas para os pobres. Também serve para conceder empréstimos a juros, como aquele que o rei concede ao bispo de Verdun para consignar rendas — como fazemos com um cheque, quando há uma conta corrente — em proveito de eclesiásticos necessitados, para abastecer de dinheiro Santo Amand que vai evangelizar os francos, para comprar, como faz Brunehaut, a paz com os bárbaros,⁴³⁸ para cobrir de prata, como faz Dagoberto, a capela-mor de Saint-Denis, para comprar alguns *missoria* em Constantinopla, para pagar as despesas da chancelaria, da *scola* e sabe-se lá mais o quê. Reconheço que uma parcela de todos esses imensos recursos tenha sido produzida pelo butim de guerra conquistado dos germanos e dos eslavos, pelos subsídios bizantinos, por alguns tributos pagos pelos godos após Teodorico e, mais tarde, pelos lombardos,** mas tudo isso ainda é insuficiente para explicar tanta abundância. Só consigo ver que o comércio é que pôde trazer continuamente tanto ouro para o Oci-

* Os tesouros das igrejas serviam, em caso de necessidade, para fazer moeda. Encontramos em Gregório de Tours um exemplo disso, quando o bispo manda transformar um cálice de ouro em moeda para livrar a sua cidade de uma pilhagem.⁴³⁷

** Do mesmo modo, vê-se o pretendente Sisenando oferecer 200 mil soldos a Dagoberto em 631.⁴³⁹

dente. É preciso considerá-lo bem mais importante do que se tem feito até hoje, e sobretudo recusar-se a admitir que ele tenha se limitado a uma importação em troca de dinheiro vivo.

Quiseram explicar o tesouro de ouro dos reis como uma acumulação, em suas mãos, de todo o ouro do país. Prou,^{440*} para defender essa tese, invoca uma lei dos imperadores Graciano, Valentiniano e Teodósio proibindo que os bárbaros fossem pagos em ouro. Mas é visível que essa lei não podia ser aplicada aos bárbaros, que eram independentes do imperador. Segundo Luschin, o estoque de ouro dos reis bárbaros teria consistido em moedas romanas e em ourivesarias. Se tivesse sido assim, é certo que a reserva de ouro da Gália não teria continuado a existir de Clóvis a, pelo menos, Carlos Martel, ou seja, durante dois séculos e meio.⁴⁴² Houve entradas de ouro. Como? Pelo comércio.

Os reis bárbaros, além disso, importam ouro. A lei visigótica prova isso.⁴⁴³ Gregório de Tours mostra o rei comprando ouro em Constantinopla⁴⁴⁴ e conta a história de um naufrágio diante de Agda, o que demonstra o transporte de ouro por mar. A venda do trigo, por outro lado, certamente traz ouro para o país.** A passagem do ouro, assim como a dos escravos, é assinalada nas tarifas de *tonlieux*.⁴⁴⁶

Já citamos o texto que mostra o papa Gregório, O Grande ordenando ao padre Candidus que comprasse na Provença vestimentas e escravos anglo-saxões com peças de ouro gaulesas que não são aceitas em Roma e que ele lhe remeteu.

Sem dúvida, temos poucos textos. Mas se os historiadores tivessem que se ater, quanto a isso, apenas às fontes literárias da Idade Média, como teriam podido conhecer o grande desenvolvimento do comércio nessa época? Ele só lhes aparece nas

* Lot também acredita nessa drenagem do ouro.⁴⁴¹

** Teodorico, dirigindo-se à gente da Ístria, lhes diz que se eles não têm trigo para vender, não poderão receber ouro.⁴⁴⁵

fontes de arquivos. Ora, para o período merovíngio, com exceção de alguns diplomas reais e de um reduzido número de cartas privadas, todos os arquivos desapareceram. Devemos, portanto, raciocinar por analogia.

A presença desse grande estoque de ouro precisa ser explicada. Se ele tivesse sido drenado pelo comércio exterior, deveríamos vê-lo diminuir com o tempo. É o que não se vê.

É certo que existe uma grande circulação monetária. É preciso renunciar à ideia de que a época merovíngia vive sob o regime da economia natural. Lot,⁴⁴⁷ para sustentar esse ponto de vista, cita o exemplo da cidade de Clermont, que paga o imposto em cereais e em vinho. Porém, precisamente esse imposto *in natura* transforma-se em um imposto-moeda a pedido do bispo. Essa história, contada por Gregório de Tours, refere-se ao século IV, portanto à época imperial. Gregório se limita a recordá-la, ressaltando que a intervenção do bispo foi um benefício, o que prova que naquele tempo o imposto era pago normalmente em moeda. Aliás, na obra de Gregório de Tours só há referência a pagamentos feitos em dinheiro, e nós já mostramos que todos os pagamentos de impostos ao rei são feitos em ouro.

Há certamente grandes quantidades de numerário em circulação e que se procura fazer frutificar. Não é possível, sem isso, compreender como diversos ambiciosos oferecem ao rei somas consideráveis para se tornarem bispos. O costume de arrendar a receita dos impostos comprova a mesma coisa.⁴⁴⁸ Uma anedota, contada por Gregório de Tours,⁴⁴⁹ põe em evidência a importância do comércio em dinheiro. O judeu Armentarius, um correligionário e dois cristãos foram a Tours para exigir as cauções que eles haviam adiantado — como *propter tributa publica* [arrendatários do imposto] — ao *vicarius* Injurius e ao conde Eonomius. Estes últimos haviam prometido reembolsá-los *cum usuris* [com juros]. Esses arrendatários do imposto tinham, além disso, emprestado dinheiro ao *tribunus* Medard, a quem

também pediam o reembolso da dívida. Os poderosos devedores acharam que não haveria nada melhor do que convidar os seus credores para um banquete, no decorrer do qual fizeram com que fossem assassinados.

Ao que tudo indica, esses judeus e cristãos associados, credores de altos funcionários, tinham constituído o seu capital por meio do comércio. Notemos que eles o emprestam a juros: *cum usuris*. É uma prova, e da maior importância, do fato de que o juro é lícito no governo dos merovíngios. Todo mundo o pratica, mesmo o rei, que concede à cidade de Verdun um empréstimo a juros.⁴⁵⁰

De acordo com uma fórmula de Marculfo,⁴⁵¹ os juros são de 1 *triens* por soldo, o que representa 33,5%. Segundo o Breviário de Alarico, eles são de apenas 12,5%.⁴⁵² Talvez seja necessário concluir disso que houve uma restrição na oferta entre as duas épocas. Mas será bem certo que estejamos aqui na presença de juros comerciais?

A Igreja, é verdade, não cessa de proibir os clérigos e mesmo os leigos de praticarem o juro usurário, o que parece indicar que a taxa de juros tendia a aumentar.⁴⁵³

São, sobretudo, os judeus que se envolvem no comércio de dinheiro.* Já assinalamos que alguns judeus recebem o *tonlieu* e parece, inclusive, que deve ter havido muitos, já que os concílios protestam contra isso.⁴⁵⁶ Também há judeus entre os moedeiros: encontramos os nomes de alguns nas moedas.⁴⁵⁷ Sua clientela, assim como a dos emprestadores de dinheiro em geral, devia ser muito considerável. Pois, além dos recebedores de impostos, ela devia estender-se ainda aos *locatores* dos domínios da Igreja, que também pagavam a sua receita antecipadamente. O crédito devia, sem dúvida, chegar também ao

* Em Clermont, o padre Eufasius, filho de um senador, oferece ao rei, a fim de ser nomeado bispo, as riquezas que tomou emprestado de alguns judeus: "*Susceptas a Judaeis species magnas.*"⁴⁵⁴ O bispo Cautinus é "*Judaeis valde carus ac subditus...*" porque lhes pede dinheiro emprestado ou compra objetos de luxo.⁴⁵⁵

comércio. Sidônio⁴⁵⁸ relata a história de um *lector* [clérigo] de Clermont que vai a Marselha comprar por atacado dos importadores da praça com dinheiro emprestado. Ele revende a varejo em Clermont e, com os ganhos, reembolsa o credor e obtém bom lucro. Eis aí, sem dúvida, um exemplo desse *turpe lucrum* que os concílios interditam ao clero.*

De tudo isso resulta, até a evidência, a continuação da vida econômica romana na época merovíngia em toda a bacia Tirrena. Pois aquilo que acabamos de constatar para a Gália ocorre também na África e na Espanha.

Todas as características estão aí: preponderância da navegação oriental e importação de seus produtos, organização dos portos, do *tonlieu*, do imposto, circulação e cunhagem da moeda, continuação do empréstimo a juros, ausência de pequenos mercados e persistência de uma atividade comercial constante nas cidades, mantida por alguns mercadores profissionais. No domínio comercial, assim como nos outros, sem dúvida há um recuo causado pela “barbarização” dos costumes, mas não há ruptura com aquilo que havia sido a vida econômica do Império. O movimento comercial mediterrânico continua com uma singular insistência. O mesmo ocorre com a agricultura, que, sem dúvida, permanece a base da vida econômica, mas ao lado da qual o comércio conserva um papel essencial tanto na vida cotidiana (pela venda das especiarias, das vestimentas etc.) quanto na vida do Estado (pelos recursos que lhe proporciona o *tonlieu*) e na vida social (pela presença de mercadores e pela existência do crédito).**

* O Concílio de Orleans de 538 proíbe os clérigos, a partir do grau de diácono, de *pecuniam commodere ad usuras*.⁴⁵⁹ Em 626-627, o Concílio de Clichy reitera a mesma proibição com relação ao clero e acrescenta: “*Sexcuplum vel decoplum exigere prohibemus omnibus christianis*.”⁴⁶⁰

** Depois das perturbações do século V, certamente houve um período de reconstrução, caracterizado pelo enorme número de monumentos novos que foram edificados. Só podemos explicar isso se admitirmos um grau considerável de prosperidade econômica.

A vida intelectual após as invasões

A tradição antiga*

É inútil insistir sobre a decadência da ordem intelectual e da cultura antiga depois do século III. Ela se afirma por toda parte na ciência, na arte e nas letras. Dir-se-ia que o próprio espírito é atingido. Pessimismo e desencorajamento estão em toda parte. A tentativa de Juliano[†] fracassa e, depois dela, o gênio antigo não procura mais escapar da influência cristã.

A nova vida da Igreja conserva por muito tempo as vestimentas da vida pagã, que não foram feitas para ela. Ainda se conforma a uma tradição literária cujo prestígio respeita. Conserva a poesia virgiliana e a prosa dos retóricos. Se o conteúdo muda, a forma permanece idêntica. A aparição de uma literatura cristã é bem posterior ao nascimento do sentimento cristão.

O triunfo oficial e definitivo do cristianismo no governo de Constantino não coincide, aliás, com a sua vitória clara, que já estava concretizada. Ninguém mais se opõe a ele. A adesão é universal, mas a ascendência só é completa em uma minoria de ascetas e de intelectuais. Muitos entram na Igreja por interesse. Os grandes, como Sidônio Apolinário, para conservar a influência social; os desgraçados, para encontrar um abrigo.

* Aqui, naturalmente, só se encontrará um resumo, cujo único objetivo é mostrar a continuação dessa tradição.

† Flávio Cláudio Juliano (331-363), homem de notável formação intelectual, foi o último imperador pagão do Império Romano. Seu reinado, de apenas vinte meses, foi marcado pela pretensão de harmonizar a cultura e a justiça com os valores da antiga religião pagã de Roma. [N.T.]

Em muitos, a vida espiritual já não é mais a antiga e ainda não é a cristã, e para todos esses se compreende que não exista outra literatura além da tradicional.* As antigas escolas de gramática e de retórica ainda determinam a atitude de toda essa gente frouxa.

As invasões germânicas no Ocidente não podem mudar nada e não mudam nada nesse estado de coisas.** Como poderiam? Os germanos não somente não trazem nenhuma ideia nova, mas em toda parte onde se estabelecem mantêm — com exceção dos anglo-saxões — a língua latina como único meio de expressão. Aqui, como em todos os outros domínios, deixam-se assimilar. Sua atitude é a mesma na esfera intelectual e na esfera política ou econômica. Seus reis, mal se instalam, cercam-se de oradores, juristas e poetas. Os reis fazem-nos escrever suas leis, redigir sua correspondência, corrigir, seguindo os modelos antigos, os atos das chancelarias. Em poucas palavras, conservam intacto o estado de coisas. Com eles, a decadência continua e se acelera, pois se compreende que a barbarização foi ainda mais funesta para a cultura espiritual do que para a cultura material. Sob as dinastias dos novos Estados da bacia ocidental do Mediterrâneo, o que se efetua é a decadência de uma decadência.

Confirmam nesse aspecto o reino ostrogodo. Tudo ali continua como no governo do Império. Basta lembrar os nomes dos dois ministros de Teodorico: Cassiodoro e Boécio. Existem outros. O poeta Rusticus Elpidius, autor de um *Carmen de Christi Jesu Beneficii*, foi médico e favorito de Teodorico.⁴⁶⁴ Citemos ainda Ennodius, nascido em Arles em 473 e totalmente profano — embora tenha se tornado bispo de Pávia em 511 —,

* Ebert⁴⁶¹ coloca Claudius, Flavius Merobaudes e Sidônio Apolinário entre os cristãos que o são apenas de nome. Característico é também, em relação a isso, Ennodius, nascido provavelmente em Arles e cuja educação é toda em retórica.⁴⁶²

** R. Buchner diz muito bem aquilo que é necessário dizer desse ponto de vista: continuação da *Spätantike*.⁴⁶³

a ponto de celebrar os amores de Pasifaé.⁴⁶⁵ É, se preferirmos, um orador transformado em professor de eloquência sacra. Vê-se por ele que as escolas de retórica em Roma estão em plena atividade. Escreve o panegírico de Teodorico entre 504 e 508 no mesmo estilo enfatuado e pretensioso da sua biografia de Antônio, monge de Lérins.⁴⁶⁶ Ainda pratica a gramática e a retórica que “comanda o Universo”, as bases da educação do cristão. Para cuidar da educação dos jovens, recomenda retóricos de Roma, assim como a casa de uma dama “tão devota quanto espiritual”.⁴⁶⁷ Essa literatura se sustenta, em grande parte, pela frase. Por isso mesmo, prova que ainda existem não poucos letrados na alta sociedade da Itália teodoriciana.

Boécio, nascido em Roma em 480, pertencia à grande família dos Anicii. Cônsul em 510, torna-se ministro de Teodorico, que lhe confia o cuidado de pôr ordem no sistema monetário. É executado em 525 por causa de um complô tramado com Bizâncio. Traduz Aristóteles, e seus comentários influenciarão a Idade Média; traduz igualmente o *Isagoge* de Porfírio, assim como obras de músicos e de matemáticos gregos. Depois, na prisão, escreve *De consolatione philosophiae*, no qual o cristianismo mistura-se com uma moral estoico-romana. É um espírito distinto e um pensador.

Cassiodoro é um grande senhor nascido por volta de 477. Foi o principal ministro de Teodorico, cuja simpatia conquistou por meio de um panegírico composto em sua homenagem. Por vinte anos foi questor e secretário de Teodorico, depois cônsul. Mesmo depois de Teodorico e até sob o reinado de Vitiges manteve sua posição na corte, mas sua influência deixa de ser preponderante após a regência de Amalasonthé (535). Em 540 retira-se do mundo para se consagrar à vida religiosa no claustro de Vivarium, que fundara em suas terras do Bruttium, aquelas que seu bisavô havia outrora defendido contra Genserico. Quis que os monges reunissem nos claustros todas as obras da literatura clássico-antiga. Talvez essa ideia de fazer a cultura

refugiar-se nos mosteiros lhe tenha sido inspirada pela guerra de Justiniano, que o impediu, além disso, de estabelecer a escola de teologia que ele pensava fundar.

É necessário também mencionar aqui Arator, que entra para o serviço do Estado sob o reinado de Atalarico e foi *comes domesticorum* [encarregado dos membros da casa] e *comes rerum privatarum* [encarregado dos assuntos privados]. Entra para a Igreja, provavelmente, durante o cerco de Roma por Vitiges, para conseguir asilo. Em 544 declama publicamente o seu poema *De actibus apostolorum* na igreja de Saint-Pierre-ès-Liens.

Venâncio Fortunato, nascido entre 530 e 540, estuda gramática, retórica e jurisprudência em Ravena. Em 560, parte para a Gália, onde conquista as boas graças de Sigeberto da Austrásia e de outros grandes personagens. Em Poitiers estabelece relações com Santa Radegunda, que acabara de fundar o mosteiro da Santa Cruz. Ali ele foi padre e morreu bispo de Poitiers.

Seus poemas são panegíricos. Devemos-lhe notadamente os de Chilperico, do qual ele louva o talento, e de Fredegunda. Exalta a eloquência romana de Cariberto.⁴⁶⁸ Louva o duque Lupus, um romano que gosta de atrair para a corte de seu senhor os compatriotas que se distinguem pela erudição, como Andarchius.⁴⁶⁹ Celebra a eloquência de Gogo, que compôs um epitalâmio por ocasião do casamento de Sigeberto e de Brunehaut, pondo em cena Cupido e Vênus. É autor do epitáfio de uma bárbara, Vilithuta, morta no parto aos dezessete anos e cuja cultura a transformara em uma romana. Também escreve hinos religiosos.

Parthenius, que estudou em Roma, foi *magister officiorum* de Teodeberto. Gregório de Tours⁴⁷⁰ conta como foi apedrejado pelo povo que o acusava pelo peso dos impostos. Estava ligado a Arator.⁴⁷¹

O papel desempenhado pelos retóricos romanos não é menos importante entre os vândalos. Dracontius dedica ao rei Gunthamund (484-496) um poema intitulado *Satisfactio*. Ele

tinha sido aluno do gramático Felicianus; vê-se em suas obras que até mesmo os vândalos assistiam, na companhia dos romanos, às lições dos gramáticos. Observamos, além disso, que sua família havia mantido a posse de seus bens. Depois de ter aprendido gramática e retórica, dedica-se à carreira jurídica. Mais tarde é perseguido por Gunthamund, que manda atirá-lo na prisão e confisca seus bens por causa de uma obra em versos na qual ele parece ter celebrado demais o imperador, em detrimento do rei.⁴⁷²

Também nos governos de Thrasamund (496-523) e de Hilderico (523-530) atuam os poetas da *Antologia*: Florentinus, Flavius Felix, Luxorius, Mavortius, Coronatus e Calbulus, que, embora cristãos, fazem a literatura panegírica antiga.⁴⁷³ Celebram as magníficas termas de Thrasamund e os monumentos construídos em Aliana;⁴⁷⁴ falam do gramático Faustus, amigo de Luxorius. Nesses poemas, o cristianismo se mistura à obscenidade.⁴⁷⁵

O conde vândalo Sigisteus, protetor do poeta Parthenius, é poeta.⁴⁷⁶ Não podemos esquecer também Fulgêncio, gramático de profissão, que escreve em Cartago nos vinte últimos anos do século V. Enfatuado e incorreto, faz mitologia alegórica, único meio de salvar os ouropéis ainda caros aos gramáticos.

Entre todos os germanos encontramos o mesmo estado de coisas. Sidônio é o grande homem entre os burgondes.⁴⁷⁷ Entre os visigodos, Eurico está cercado de retóricos. Os reis Wamba, Sisebuto, Chindasvinth e Chintila são escritores. Autores como Eugênio de Toledo, João de Biclano e Isidoro de Sevilha escrevem em latim, até mesmo em uma boa linguagem.*

Entre os francos, lembremos que o rei Chilperico escreve poemas latinos.⁴⁷⁹

É necessário, enfim, levar em conta a influência de Constantinopla, centro de atração intelectual e de estudos. Ela parece,

* A literatura visigótica é superior à dos outros germanos, pelo que diz Manitius.⁴⁷⁸

sobretudo, ter sido a escola dos médicos, como se pode constatar em diversas passagens de Gregório de Tours.

Em suma, as invasões não modificam o caráter da vida intelectual na bacia do Mediterrâneo ocidental. A literatura continua a florir, ou pelo menos a vegetar, em Roma, Ravena, Cartago, Toledo e na Gália, sem que nenhum elemento novo apareça até o momento em que se fará sentir a influência dos anglo-saxões. A decadência é manifesta, mas a tradição subsiste. Se existem alguns escritores é porque ainda há um público relativamente letrado. Os poetas transportam para os reis germânicos as bajulações que eles outrora faziam ao imperador. Tirando o fato de que são mais aborrecidos, repetem os mesmos temas.

Essa vida intelectual à antiga tem continuidade no século VII, visto que o papa Gregório, O Grande censura Desidério, bispo de Vienne, por só se dedicar à gramática. Na Espanha há historiadores bastante bons até a conquista árabe.

Em tudo isso, a contribuição dos germanos é nula.*

A Igreja

Há evidências de que a Igreja tenha continuado a seguir a mesma linha depois da queda dos imperadores no Ocidente. De fato, ela representa, por excelência, a continuidade do romanismo. Para ela, o Império é o plano providencial. Todo o seu pessoal é romano, recrutado nessa aristocracia que incorpora aquilo que subsiste da civilização.** Só muito mais tarde nela entrarão alguns bárbaros.

Do ponto de vista social, sua influência é imensa. O papa em Roma, o bispo na cidade, eis aí os personagens principais. Quem quer fazer carreira ou se pôr ao abrigo das tempestades,

* Para encontrar, como Ebert, um reflexo da alma germânica na obra de Fortunato, é evidente que é necessário vê-lo *a priori*.⁴⁸⁰

** Hélène Wieruszowski apresenta uma estatística para os bispos da Gália do século VI, da qual se evidencia que eles são quase todos romanos.⁴⁸¹

é na Igreja que deve se refugiar, quer seja um grande senhor, como Sidônio ou Avitus, ou um arruinado, como Paulino de Pelle. Quase todos os escritores que acabamos de assinalar terminam em seu seio.

Mas existem aqueles que entram nela por convicção, empurrados pela fé. Aqui, sem dúvida, é necessário atribuir uma participação muito grande ao ascetismo oriental, que se espalha desde cedo pelo Ocidente e constitui um dos traços essenciais da época.*

São Martinho, nascido na Hungria, que foi bispo de Tours (372-397), funda por volta de 360 o mosteiro de Ligugé, perto de Poitiers. São João Cassiano, monge em Belém, depois no Egito e em Constantinopla, cria Saint-Victor de Marselha por volta de 413. Por volta de 410, Honorato, que se tornaria bispo de Arles, funda o mosteiro de Lérins na diocese de Grasse. Ali se faz sentir profundamente a influência do ascetismo egípcio que, ao mesmo tempo que o monacato oriental, vemos espalhar-se pela Gália mais ou menos na mesma época.**

Os bárbaros não se intrometem nisso. Deve-se mesmo admitir que as perturbações que provocam contribuem amplamente para desenvolver o monacato, atirando para os claustros, para fora de um mundo que se tornava insustentável, um grande número dos melhores espíritos daquele tempo. Cassiodoro funda Vivarium em suas terras; São Bento (480-543) lança as bases da célebre abadia do Monte Cassino e lhe dá a famosa regra “beneditina”, que Gregório, O Grande difundiria.

O movimento estende-se do sul ao norte. Santa Radegunda vai buscar em Arles a regra de São Cesário, que introduz em seu mosteiro de Poitiers.

* A influência do monaquismo egípcio é visível. O inglês São Patrício, que converteu a Irlanda em 432, viveu em Lérins, no Egito, e transportou de lá para a Irlanda algumas influências religiosas e artísticas egípcias.⁴⁸²

** Gregório de Tours menciona um estilista em Eposium (Yvoy).⁴⁸³

Cesário é representativo de seu tempo.⁴⁸⁴ Oriundo de uma grande família de Chalon-sur-Saône, em 490, aos vinte anos de idade, ele busca um asilo em Lérins. Toda a sua vida revela o cristão entusiasta. De 502 a 543 é bispo da antiga Arles — que Ausônio chama de “a Roma gaulesa”. O rei dos visigodos, Alarico II, o expulsa para Bordeaux. Mais tarde estabelece relações com Teodorico. Orienta-se para o papado, no qual, em meio às mudanças de dominação que assistiu, vê o símbolo do Império desaparecido. Encara a vida religiosa com o ideal do monge, dedicada à caridade, às pregações, ao canto dos hinos e ao ensino. Realiza numerosos sínodos para reformar a Igreja. Por causa dele, a mediterrânica Arles torna-se a base da Igreja franca. Praticamente todo o direito canônico da França merovíngia sai de Arles no século VI,⁴⁸⁵ e as reuniões conciliares de Arles são o modelo de todas as seguintes.⁴⁸⁶ Em 513, o papa Símaco concede a Cesário o direito de usar o *pallium*[†] e faz dele o seu representante na Gália. Já em 500, ele havia assumido a direção de um mosteiro desfeito em uma ilha do Reno, perto de Arles, estabelecendo ali uma regra.⁴⁸⁷ Depois, em 512, funda em Arles um mosteiro de mulheres que, em 523,^{††} já conta com duzentas freiras. Estabelece regras, mas evita torná-las rigorosas demais; prevê leituras, trabalho de costura, canto dos hinos e cópias caligráficas. Coloca-o sob a proteção de Roma.

Seus sermões, simples e populares, cujos manuscritos envia para toda parte, têm uma enorme influência na Gália, na Espanha e na Itália.

Como São Cesário na Gália, São Bento é a grande figura religiosa do século VI na Itália. Nascido provavelmente perto de

[†] Benzido pelo papa, o *pallium* é entregue aos arcebispos como um sinal da sua jurisdição. Trata-se de um ornamento confeccionado em lã branca e salpicado de cruzes negras que é usado, em certas ocasiões, por sobre as vestes cerimoniais. [N.T.]

^{††} O texto original traz 423, o que é obviamente um erro. Corrigimos para a data mais provável. [N.T.]

Espoieto, é criado em Roma antes de se retirar para a solidão de Sobiaco. Alguns ascetas agrupam-se em torno dele. Em 529, estabelece-se com eles no Monte Cassino. Sua regra usou as de Cassiano, Rufino e Agostinho. Ela não prescreve o estudo, embora fale de livros para se ler na quaresma; tem um caráter prático, sem austeridade excessiva. A vizinhança de Roma, sobretudo, seria responsável por sua futura importância universal.

Nessa época, a difusão do monacato é extraordinária.* Reis,** aristocratas e bispos⁴⁹² criam abadias.

Os grandes propagadores do monacato serão, na Espanha, São Frutuoso, bispo de Braga (morto em 665), e, em Roma, Gregório, O Grande.

A impressão é forte, sobretudo, nas margens do Mediterrâneo. Parece associar-se aí à evangelização dos pagãos, como mostram as biografias desses grandes aquitanos, Santo Amand (morto em 675-676) e São Remacle (que atuou entre 650 e 670), ao mesmo tempo evangelizadores e monges.

Também são monges os que evangelizam os anglo-saxões. A missão conduzida por Agostinho, que leva com ele quarenta monges, chega ao reino de Kent por volta da Páscoa de 597.⁴⁹³ Em 627, o cristianismo já se espalha de Kent a Northumberland. A cristianização está completa em 686.⁴⁹⁴

Assim, do Mediterrâneo se difunde essa extensão setentrional da Igreja que teria consequências tão profundas. Foi obra de homens totalmente romanizados e de grande cultura, como Agostinho e seus companheiros.

Em 668, o papa Vitélio envia Teodoro de Tarso, que estudara em Atenas, a Canterbury, como arcebispo. Seu amigo

* São Columbano (morto em 615) chega à Gália em 590.⁴⁸⁸ Veremos em Hauck o grande número de mosteiros fundados à imitação de Luxeuil no século VII, sobretudo no Norte.⁴⁸⁹ É preciso notar essa influência ao lado da do Mediterrâneo. Parece que Luxeuil leva a melhor em fama sobre Lérins.⁴⁹⁰ No entanto, a regra de São Columbano, muito ascética, não se conservou e foi substituída pela de São Bento.

** Por exemplo, Sigeberto III, que funda a abadia de Stavelot-Malmédy.⁴⁹¹

Adriano, que o acompanha, é africano, conhece o grego e o latim. Com os irlandeses, ele propaga a cultura antiga entre os anglo-saxões.⁴⁹⁵

O Mediterrâneo é a sede do cristianismo vivo. Nicetius, bispo de Treves, é originário de Limoges. Podemos citar muitos outros. Thierry I envia clérigos de Clermont para Treves.⁴⁹⁶

O homem desse tempo que exerceu maior influência sobre o porvir foi Gregório, O Grande. Trata-se de um patrício, como Cassiodoro. Começa como pregador. Por ascetismo, vende seus bens e, com o produto deles, funda sete conventos. Embora monge, é enviado pelo papa como núncio a Constantinopla em 580. Torna-se papa em 590. Morre em 604. Como escritor, busca a simplicidade. Desdenha as flores da retórica profana, que considera uma verborragia estéril.⁴⁹⁷ É culto, mas nele o conteúdo prevalece sobre a forma, de modo que sua obra constitui uma verdadeira ruptura com a tradição da retórica antiga. Isso devia ocorrer não somente porque essa retórica era evidentemente estéril, mas também porque o ascetismo que convocava a Igreja para sua missão a conduzia ao povo.

Já Eugippius, em sua descrição da vida de São Severino, recusa-se a usar um estilo que a gente do povo não pudesse compreender.⁴⁹⁸ E São Cesário de Arles diz expressamente que se esforça para escrever de maneira a ser compreendido pelos iletrados.⁴⁹⁹

A Igreja adapta-se. Faz da literatura um instrumento de cultura para o povo, ou seja, um instrumento de edificação.

Gregório, O Grande rompe, diz Roger,⁵⁰⁰ com as letras antigas. Ele censura Desidério, bispo de Vienne, por se dedicar ao ensino da gramática e por, sendo cristão, cantar louvores a Júpiter.⁵⁰¹

Assim, a Igreja, consciente da sua missão, serve-se do latim vulgar, ou melhor, de um latim sem retórica, acessível ao povo.⁵⁰² Quer escrever nesse latim do povo, uma língua viva, a

língua do seu tempo, que não se preocupa com algumas incorreções. Compõe para o povo algumas vidas de santos que visam apenas à edificação miraculosa. Essa simplicidade de linguagem, que é a de Isidoro de Sevilha (morto em 646), não exclui a ciência. Isidoro é um compilador que quer pôr a ciência antiga ao alcance dos contemporâneos. Em sua obra, nada mais subsiste do espírito antigo. Mas ele faz conhecer as receitas e os fatos: ele foi a enciclopédia da Idade Média. Ora, ele também é um mediterrânico.

Assim, é ainda na România do sul que se efetua essa nova orientação que o espírito cristão dá à literatura, que, bárbara talvez na forma, nem por isso é menos viva e atuante. Trata-se da última forma sob a qual o latim foi ainda escrito como língua falada, como língua dos leigos. Todos esses clérigos que abandonam a tradição antiga escrevem para os leigos, buscando ser compreendidos por eles. Acontece de maneira diferente na Inglaterra, onde o latim é importado como língua erudita para as necessidades da Igreja, mas onde nenhum esforço se faz para introduzi-lo no povo, que permanece puramente germânico de língua.

Virá o tempo em que os clérigos usarão novamente um latim clássico. Mas, então, esse latim terá se tornado uma língua erudita que eles só usarão para a gente da Igreja.

A arte

Após as invasões, nenhuma interrupção aparece na evolução artística da região mediterrânica. A arte atesta a continuidade desse processo de orientalização que, sob a influência da Pérsia, da Síria e do Egito, se manifesta cada vez mais no Império.

Existe ali uma reação anti-helenística que poderia ser comparada à reação romântica contra a arte clássica e que se traduz pela estilização da figura, a zoomorfia e o gosto pela decoração, o ornamento e a cor.

O Ocidente não escapa dessa orientalização progressiva. Ela se faz sentir ainda mais pelo fato de que as relações comerciais são mais ativas com a Síria, o Egito e Constantinopla. Os mercadores sírios, fornecedores de objetos de luxo, disseminaram, desde o século III, por toda parte, até na Grã-Bretanha, ourivesarias e marfins vindos do Oriente.

A influência da Igreja e a do monacato agem no mesmo sentido. O Ocidente segue, como sempre, o exemplo. As invasões germânicas não trazem nenhuma mudança.*

Poderíamos dizer, ao contrário, que elas colaboram no movimento, pois os germanos e, sobretudo, os godos, durante sua estada nas planícies russas, sofrem profundas influências orientais vindas pelo mar Negro. Suas fíbula, colares, anéis e objetos de ourivesaria esmaltados são influenciados por essa arte decorativa sarmática e persa, à qual, sem dúvida, se misturam as características próprias do seu mobiliário da Idade do Bronze. Eles conhecem uma arte que os romanos passaram a chamar de *ars barbarica* e que se espalha pelo Império desde antes das invasões: a vemos ser praticada em Lyon por um artesão originário de Comagene.⁵⁰⁴ Já no século IV as miçangas esmaltadas são de uso corrente nos exércitos imperiais.⁵⁰⁵

Os artesãos locais fabricam o exotismo. Podemos nos perguntar, aliás, em que medida essa arte é praticada pelos próprios germanos. Eles têm escravos artífices encarregados de prover adornos para os guerreiros e para as mulheres; esses escravos, sem dúvida, são gregos no início e mais tarde romanos. Eles espalham essa arte pelo Império na época das invasões; ela floresce entre os visigodos, assim como entre os vândalos e os burgondes.**

* Rostovtzeff pôde dizer que aquilo que se denomina arte merovíngia não passa da versão europeia da arte sarmata nascida na Ásia Central.⁵⁰³

** Sobre os visigodos, ver J. Martinez Santa-Olalla.⁵⁰⁶ Esse autor distingue três épocas na arte visigótica: gótica antes de 500, visigótica até 600 e depois bizantina. Durante esse último período, o germanismo foi absorvido pelo meio nacional e mediterrânico.

Porém, à medida que se estabelece o contato com a tradição antiga, essa arte “bárbara” pouco a pouco se restringe ao povo. Os reis e os grandes querem coisa melhor. Não concebem outra arte que não seja a do Império. Chilperico faz com que Gregório de Tours veja as belas peças de ouro que o imperador lhe enviou; diz que mandou fazer um prato de ouro e mandará fazer outros em Constantinopla “para honrar a raça dos francos”.⁵⁰⁷ Segundo Zeiss,⁵⁰⁸ a *Tierornamentik* desaparece muito cedo, e já no século VI o veio propriamente germânico da arte visigótica está esgotado.

Instalados na România, os germanos não fizeram eclodir uma arte original, como os irlandeses e os anglo-saxões. Entre esses últimos, na ausência de ambiência romana, a arte conservou um caráter nacional, exatamente como o direito e as instituições. Mas sua influência só se manifesta na Gália muito mais tarde, no século VII para os irlandeses e no século VIII para os anglo-saxões.*

Dessa arte bárbara — aliás, muito inferior às obras-primas da arte sarmática na qual ela se inspirou originalmente — conservamos belíssimas peças, como a couraça de Teodorico, o evangeliário de Teodelinda na catedral de Monza e as coroas de Guarrazar. É difícil, aliás, considerar obras assim como produções bárbaras. Riegl e Zeiss admitem que, notadamente no que concerne às coroas, trata-se de uma arte de operários romanos. Santo Elói, que fabricou diversas obras de arte,⁵¹⁰ é um galo-romano. Não se pode falar aqui de uma arte propriamente germânica, mas de arte oriental.

É possível identificar aí as influências devidas à importação massiva das ourivesarias e dos marfins de Bizâncio, da Síria e do Egito. Segundo Dawson,⁵¹¹ a arte irano-gótica trazida pelos

* Creio, a propósito disso, que Bréhier errou ao englobar em um mesmo conjunto a arte da Gália merovíngia, a da Espanha visigótica, a da Itália dos ostrogodos, a dos lombardos e a dos países anglo-saxões e escandinavos.⁵⁰⁹

bárbaros perde terreno na França desde meados do século VI — e, portanto, ainda mais cedo no sul — para a arte síria e bizantina que se espalha pelo Mediterrâneo.* Um sábio escandinavo assinalou a importância das contribuições orientais na arte germânica entre os anglo-saxões.⁵¹³

A Pérsia exerce influência, pela importação de seus tapetes, até o centro da Gália.** A arte copta do Egito é atuante, sobretudo, pelos marfins de Alexandria e pelos tecidos. Lembremos, além disso, que já quando Santo Honorato, em 410, fundou o mosteiro de Lérins, vários religiosos egípcios vieram estabelecer-se ali.

Em suma, a arte vinda pelo Mediterrâneo, totalmente oriental, encontra-se com a dos bárbaros, também oriental. Ocorre uma interpenetração, que se faz evidentemente sob a predominância da corrente vinda do sul, já que esta última tem a técnica mais desenvolvida.⁵¹⁵

Tal penetração oriental é observada por toda parte na Gália, na Itália, na África e na Espanha. Ela imprime a todo o Ocidente uma marca bizantina.

O túmulo de Chilperico, segundo Babelon, é uma obra de artistas bizantinos estabelecidos na Gália.⁵¹⁶ A eles seriam devidos os objetos mais perfeitos. Os mais grosseiros seriam obra de desajeitados alunos bárbaros. Schmidt admite que a arte bárbara dessa época é desenvolvida por escravos galo-romanos que trabalham de acordo com o gosto germânico, ou seja, com o gosto oriental.⁵¹⁷ A mesma orientação aparece em todas as outras artes decorativas, além da ourivesaria. São orientais os esplêndidos tecidos que Dagoberto oferece a Saint-Denis. Durante o seu pontificado, o papa Adriano (772-795) oferece 903 peças de tecidos preciosos às basílicas de Roma.⁵¹⁸ São tecidos

* Michel assinala na Gália diversos monumentos, pedras tumulares e sarcófagos, notadamente o de Boécio, bispo de Carpentras, que são de uma arte puramente síria.⁵¹²

** Sidônio Apolinário fala dos tapetes persas que estavam em uso em Auvergne.⁵¹⁴

de seda fabricados em Constantinopla ou em outros lugares, sob a influência de modelos persas.*

O mesmo orientalismo aparece na decoração dos manuscritos. O sacramentário de Gellone, obra visigótica, é decorado com papagaios de plumagem brilhante, pavões, abutres, leões e serpentes que indicam suficientemente a sua origem. É possível descobrir aí algumas influências armênias.⁵²⁰

Os manuscritos difundidos no século VII pelos irlandeses têm, em contrapartida, um caráter mais nacional e mais bárbaro. Vemos misturarem-se neles motivos nativos, de origem pré-histórica, com elementos orientais trazidos, sem dúvida, pela arte das Gálias.⁵²¹

O mosaico procede do mesmo espírito. Os temas mitológicos e cristãos usados na época galo-romana desaparecem para dar lugar às folhagens e ao bestiário — dos quais os mosaicos sírios e africanos do século V oferecem tantos exemplos.⁵²² Em São Crisógono do Trastevere, em Roma, uma pavimentação em mosaicos que data da recondução de Gregório III, em 731, mostra águias e dragões alternados em medalhões, em meio a entrelaçados e rosáceas.⁵²³ Do mesmo modo, nos fragmentos dos mosaicos da igreja de Saint-Genès, em Thiers, construída em 575 por Santo Avit, bispo de Clermont, reconhece-se a imitação de um tecido persa. “Nada mostra melhor do que esse pequeno monumento, que tem apenas um metro de comprimento, o uso dos tecidos orientais na Gália merovíngia.”⁵²⁴

Deve ter ocorrido o mesmo com a pintura decorativa. Gregório de Tours conta que Gondoaldo se faz passar por um *pictor*, decorando as casas.⁵²⁵ Vê-se, por esse texto, que se polichromavam as habitações privadas, sem dúvida, também ao gosto dos tecidos orientais.

* Encontram-se ainda diversas amostras deles nos tesouros das igrejas, por exemplo, em Sens.⁵¹⁹

Também se policromavam as igrejas. Aqui, sem dúvida, a figura humana devia desempenhar um grande papel, tal como nos mosaicos de São Vital de Ravena. Gregório, O Grande censura o bispo Serenus de Marselha por destruir as pinturas de sua igreja, onde elas servem, diz, para a instrução religiosa do povo.⁵²⁶

Não é possível imaginar os séculos VI e VII como vazios de atividade artística. Constrói-se por toda parte.* Basta recordar alguns monumentos de primeira ordem, como a igreja de São Vital de Ravena. O luxo bizantino está em todas as construções daquele tempo. Em Clermont, o bispo constrói uma igreja com revestimentos de mármore, 42 janelas e 70 colunas.⁵²⁸

Fortunato descreve a igreja de São Germano, construída em 537, com suas colunas de mármore e suas janelas envidraçadas, e a *Vita Droctovei* fala de seus mosaicos, de suas pinturas e das placas douradas do teto.⁵²⁹

Leontino de Bordeaux (c. 550) constrói nove igrejas.** Si-dônio, no final do século V, em meio às invasões, lamenta que se conservassem em bom estado apenas as igrejas antigas.⁵³¹ Porém, quando as perturbações cessam, recupera-se o tempo perdido. Por todo lado se restaura e se edifica, o que evidentemente indica um certo grau de prosperidade. Nicetius de Treves, Vilicus de Metz e Carentinus de Colônia restauram e embelezam algumas igrejas.***

O bispo de Mogúncia constrói a igreja de São Jorge e um batistério em Xanten. Desidério de Cahors (630-655) edifica grande número de igrejas na cidade e nos arredores, assim como um mosteiro. Acrescentemos as construções de Agrícola em Châlons⁵³³ e de Dalmatius em Rodez.⁵³⁴ Muitos *artifices* são

* A *Vita* de São Desidério de Cahors nos informa que esse santo mandou erguer e decorar numerosas igrejas.⁵²⁷

** Hauck ressalta a construção de grande número de igrejas.⁵³⁰

*** Ouve-se Agericus de Verdun dizer, por intermédio de Fortunato: "*Templa vetusta nova pretiosius et nova candis, cultor est Domini te famulante domus.*"⁵³²

chamados da Itália. Sabemos que o bispo Nicetius mandou vir da Itália alguns *artifices* para Treves.* Mas também existem arquitetos bárbaros.**

O batistério de Poitiers pode nos dar uma ideia das suas construções, que não escapam da influência oriental.***

Em resumo, o que sabemos de todas as artes e em todos os sentidos mostra-nos, como diz Bréhier,⁵⁴⁰ “a arte ocidental liberta de toda influência clássica”. Porém, ele se equivoca ao sustentar que essa arte teria se desenvolvido na direção da arte árabe se não tivesse havido o renascimento carolíngio. Evidentemente, ela se desenvolvia no sentido bizantino. Toda a bacia do Mediterrâneo tomava Constantinopla como exemplo.

O caráter laico da sociedade

É preciso insistir ainda sobre um último fato que até hoje quase não atraiu atenção e, no entanto, demonstra que a sociedade após as invasões continua exatamente a de antes: o seu caráter laico. Por maior que seja o respeito que se professe pela Igreja, e por maior que seja a sua influência, ela não está integrada no Estado. O poder político dos reis, assim como o dos imperadores, é puramente secular. Nenhuma cerimônia religiosa é celebrada no advento dos reis, a não ser entre os visigodos a partir do final do século VII. Nenhuma fórmula de *gratia Dei* em seus diplomas. Nenhum eclesiástico está encarregado de funções na corte. Ministros e funcionários são seculares. São chefes da Igreja, nomeiam os bispos, convocam os concílios e às

* É bastante provável que esses construtores viessem da região de Milão.⁵³⁵

** Mencionados por Fortunato.⁵³⁶ Esse texto talvez esteja de acordo com o da *Vita* de São Desidério de Cahors, onde se trata de uma basílica construída: “*more antiquorum... quadris ac dedolatis lapidibus... non quidem nostro gallicano more*”.⁵³⁷ A mesma *Vita* lembra que São Desidério construiu os muros de Cahors: “*quadratorum lapidum compactione*”.⁵³⁸

*** Puig y Cadafalch identifica na catedral de Egara (Tarrassa, na Catalunha), construída de 516 a 546, algumas influências vindas da Ásia Menor e do Egito.⁵³⁹

vezes participam neles. Em relação a isso há um completo contraste entre eles e os governantes posteriores ao século VIII.* A *scola* que existe na corte não se parece em nada com a escola do palácio de Carlos Magno. Os reis deixam a Igreja se encarregar voluntariamente de uma grande quantidade de serviços públicos, mas não lhe delegam nenhum. Só reconhecem para ela a jurisdição disciplinar. Submetem-na ao imposto. Protegem-na, mas não se subordinam a ela. Em troca de proteção, a Igreja lhes é particularmente fiel. Mesmo no governo dos reis arianos não vemos que ela tenha se revoltado contra eles.⁵⁴²

Se assim sucede, é porque a própria sociedade ainda não depende da Igreja para sua vida social; ela ainda é capaz de fornecer pessoal leigo ao Estado.

A aristocracia senatorial, formada nas escolas de gramática e de retórica, é o viveiro do alto escalão governamental. Basta lembrar de homens como Cassiodoro e Boécio. Depois deles, apesar da decadência da cultura, continua a ser da mesma maneira. O palácio, mesmo entre os merovíngios, abunda em leigos instruídos. Por meio de Gregório de Tours, sabemos que os filhos dos reis são cuidadosamente iniciados na cultura das letras, e isso acontece mais ainda entre os ostrogodos e os visigodos. O estilo pomposo das missivas escritas pela chancelaria merovíngia aos imperadores comprova que ainda existem redatores letrados nas repartições, mesmo nos tempos de Brunehaut.⁵⁴³ Com certeza são leigos, já que a chancelaria aqui, em conformidade com o exemplo imperial, é composta exclusivamente por leigos.**

Seria possível fornecer grande quantidade de exemplos. Asteriolus e Secundinus, favoritos de Teodeberto I, são ambos *rethoricis inbutus litteris* [treinados nos estudos retóricos];⁵⁴⁵

* Não se pode entrar para o clero sem o consentimento do rei ou do conde.⁵⁴¹

** F. Lot crê que não existe nenhum outro ensino além daquele dos professores particulares.⁵⁴⁴

Parthenius, *magister officiorum et patricius* [chefe dos serviços da corte e patrício] no governo do mesmo rei, foi complementar em Roma a sua formação literária.* Mas a educação desses funcionários não era puramente literária.**

Desidério de Cahors, tesoureiro real no governo de Clotário II (613-629/630), é instruído na *gallicana eloquentia* [eloquência gaulesa] e nas *Leges Romanae* [leis romanas]. No século VII, no palácio ainda existem pessoas muito mais bem formadas e cultas do que se supõe.

Quanto aos visigodos, basta ler suas leis, onde se derramam a verbosidade e a retórica, mas que se distinguem ao mesmo tempo pelas prescrições minuciosas da vida social, para ver que a formação literária desse pessoal caminhava paralelamente à prática dos negócios.

Os reis governam com homens que haviam herdado a tradição literária e política de Roma. Mas o que talvez seja mais surpreendente é que eles administram com pessoal letrado. Não podia ser de outro modo. A organização administrativa do Império, que eles se esforçam para conservar, exige a colaboração de agentes instruídos. Como teria sido possível, sem isso, levantar e manter em dia os registros dos impostos, proceder às operações do cadastro, despachar todos os atos que emanam do tribunal real e da chancelaria do palácio? E mesmo entre os funcionários subalternos, como, sem o conhecimento da leitura e da escrita, se poderiam manter as contas do *tonlieu*? Nas cidades, a manutenção dos *gesta municipalia* nos força a aceitar a mesma conclusão.

Porém, é sobretudo o direito romano ou o direito romani-
zado — com processos por escrito e registro dos julgamentos,

* Esse mesmo Parthenius foi massacrado em Treves por causa dos impostos com os quais ele sobrecarregava o povo.⁵⁴⁶

** Bonitus, referendário de Sigeberto III (634-656), é dito "*grammaticorum inbutus iniciis necnon Theodosii edoctus decretis*".⁵⁴⁷

dos contratos e dos testamentos — que ocupa um grande número de *notarii* em todo o território. Marculfo escreve para essa gente. Na sua imensa maioria são leigos, a despeito do *diaconus* que é mencionado nas fórmulas de Bourges e de Angers.^{548*}

Com toda a evidência, há escolas para todo esse pessoal. Mostrei isso em outro trabalho.⁵⁵⁰ Mesmo entre os lombardos, as escolas subsistem.⁵⁵¹

Entre os visigodos, a escrita está de tal modo difundida que o rei fixa o preço de venda dos exemplares da lei. Assim, o saber ler e escrever é muito corrente em tudo aquilo que tange à administração.

Ocorre a mesma coisa, por necessidade econômica, no mundo dos mercadores. Uma classe de mercadores profissionais, fazendo comércio a longa distância, não teria conseguido se manter sem o mínimo de instrução. Por Cesário de Arles sabemos que os mercadores têm caixeiros letrados.

Na época merovíngia a escrita é indispensável à vida social. Isso explica por que, em todos os reinos constituídos no Ocidente, a cursiva romana é conservada sob a forma da minúscula cursiva que ela assumiu no século V. Trata-se de uma escrita rápida, uma escrita de negócios, e não uma caligrafia. Dela provêm as escritas merovíngia, visigótica e lombarda,⁵⁵² antes chamadas de escritas nacionais — equivocadamente, pois são a continuação da cursiva romana perpetuada pelos agentes da administração, as repartições e os mercadores.

Essa escrita cursiva é justamente aquela que convém à língua viva mas decadente daquela época. Na vida cotidiana, o latim está ainda mais abastardado que na literatura. Tornou-se uma língua repleta de incorreções e solecismos, infiel à gramática, mas que não deixa de ser latim autêntico. Os letrados o

* Segundo Brunner, as fórmulas de Angers foram escritas por um escriba da cúria municipal.⁵⁴⁹ Provavelmente elas são, em parte, do começo do século VII. As de Bourges são do século VIII.

chamam de latim rústico, mas consentem nele e o empregam, sobretudo na Gália, pois é a língua popular, a língua de todos. A administração faz como eles. Sem dúvida, esse é o latim ensinado nas pequenas escolas. Nenhum texto mostra — como será o caso no século IX — que, na igreja, o povo tenha deixado de entender o padre. Ainda aqui existe, se preferirmos, uma barbarização da língua, mas ela não tem nada de germânico. A língua subsiste e mantém a unidade da România até o século VIII.⁵⁵³

Conclusão

O período inaugurado com o estabelecimento dos bárbaros no Império não introduz nada de absolutamente novo.* Os germanos destroem o governo imperial *in partibus occidentis*, não o Império. Ao se instalarem como *foederati*, eles mesmos reconhecem isso. Longe de querer substituí-lo por algo novo, alojam-se nele. A acomodação acarreta graves degradações, mas não conduz a um plano novo. Seria quase possível dizer que o velho *palazzo* está agora dividido em “apartamentos”, mas, como construção, ele subiste. Em resumo, o caráter essencial da România permanece mediterrânico. Os países fronteiriços que permanecem germânicos e a Inglaterra ainda não desempenham nenhum papel; é um erro tê-los tomado, nessa época, como ponto de partida. Considerando as coisas como elas são, a grande novidade é um fato político: no Ocidente, uma pluralidade de Estados toma o lugar da unidade do Estado romano. Sem dúvida, isso é considerável. O aspecto da Europa muda, mas não o fundamento de seu modo de vida. Esses Estados, chamados nacionais, não são nacionais de modo nenhum, mas somente fragmentos do grande conjunto, do qual eles assumiram o lugar. Transformação profunda só há na Bretanha.

Lá, o imperador e a civilização do Império desaparecem. Nada permanece da tradição. Um novo mundo se manifesta. O direito, a língua, as instituições dão lugar aos dos germanos.

* São conservados a língua, a moeda, o modo de escrever (papiro), os pesos e medidas, a alimentação, as classes sociais, a religião (exagerou-se o papel do arianismo), a arte, o direito, a administração, os impostos e a organização econômica.

Aparece uma civilização de tipo novo, que pode ser chamada nórdica ou germânica. Opõe-se à civilização mediterrânica do Baixo Império, derradeira forma da Antiguidade. Lá, nada há do Estado romano, com seu ideal legislativo, sua população civil, sua religião cristã; há uma sociedade que conserva entre seus membros o laço de sangue, a comunidade familiar, com todas as consequências que acarretam sobre o direito, a moral e a economia, e um paganismo aliado aos cantos heroicos. Isso constitui a originalidade desses bárbaros que fazem o velho mundo recuar e assumem o lugar dele. Na Bretanha inicia-se uma nova era que não gravita em direção ao sul. O homem do Norte conquista e toma para si essa extremidade da România, da qual ele não guarda lembranças, da qual afastou a majestade, à qual não deve nada. Em toda a força do termo, ele a substitui e, ao substituí-la, a destrói.

Os invasores anglo-saxões passam diretamente da ambiência germânica para o Império, sem que sofram a influência romana. A província da Bretanha, onde se estabelecem, é a menos romanizada. Ali, continuam a ser eles mesmos. Nesse país, o fator histórico essencial é a alma germânica, a alma nórdica, a alma bárbara, a alma dos povos cujo estado de desenvolvimento era, se é possível dizer, homérico.

Esse espetáculo da Bretanha anglo-saxã é único. Nós o procuraríamos inutilmente no continente. A România subsiste nele a não ser na orla ou ao longo do Reno, nos campos Decumates e ao longo do Danúbio, ou seja, nas províncias da Germânia, da Rétia, da Nórica e da Panônia, todas próximo à Germânia, que transborda sobre o Império e o repele. Mas esses confins não desempenham nenhum papel, já que estão unidos a Estados, como o dos francos ou o dos ostrogodos, fundados em plena România. O que subsiste, com toda a evidência, é o antigo estado de coisas. Os invasores, pouco numerosos e, além disso, há muito tempo em contato com o Império, são fatalmente absorvidos e não pedem outra coisa. O que deve surpreender é

que nos novos Estados, que obedecem às dinastias germânicas, exista tão pouco germanismo. A língua, a religião, as instituições e a arte estão livres, ou praticamente livres, dele. Encontramos alguma influência dele no direito dos países situados ao norte do Sena e dos Alpes. Porém, até a chegada dos lombardos na Itália, é bem pouca coisa. Se acreditaram no contrário, é por terem seguido a escola germânica e estendido abusivamente à Gália, à Itália e à Espanha aquilo que se encontra nas *Leges Barbarorum* dos salianos, dos ripuários e dos bávaros. E é também por terem projetado sobre o período anterior aos carolíngios aquilo que só é verdadeiro para eles. Tem-se, além disso, exagerado o papel da Gália merovíngia, deixando-se dominar pela ideia daquilo que ela será mais tarde, mas que ainda não é.

O que é Clóvis em comparação com Teodorico? Depois de Clóvis, observamos que, apesar de todos os seus esforços, os reis francos não conseguem instalar-se na Itália nem mesmo retomar Narbonnaise dos visigodos. Além disso, é para o Mediterrâneo que tendem. Sua conquista para além do Reno, longe de ter como efeito germanizar o seu reino, tem como finalidade defendê-lo contra os bárbaros. Porém, admitir que visigodos, burgondes, ostrogodos, vândalos e francos tenham imaginado germanizar o Império, nas condições em que se estabeleceram e com o pequeno número de pessoas que trouxeram consigo, é admitir o impossível. *Stat mole sua* [Resiste em sua importância].

Além disso, não se pode esquecer o papel da Igreja, na qual Roma se refugia e a qual impõe aos bárbaros, ao mesmo tempo que ela própria se impõe a eles.

No Ocidente, no mundo romano que se desarranja como Estado, os reis germânicos são pontos de cristalização política, se assim podemos dizê-lo. Porém, em torno deles, com algumas perdas inevitáveis, continua o antigo equilíbrio social.

Em outras palavras, a unidade mediterrânica, que constitui o essencial desse mundo antigo, se conserva em todas as suas

manifestações. A helenização crescente do Oriente não o impede de continuar a influenciar o Ocidente por meio do comércio, da arte e das agitações da sua vida religiosa. Em certa medida, como vimos, o Ocidente se bizantiniza.

Isso explica o movimento de reconquista de Justiniano, que quase torna a fazer do Mediterrâneo um lago romano. Visto como nós o vemos, bem parece que esse Império não podia durar. Porém, não era a mesma coisa para os contemporâneos. A invasão lombarda não teve a importância que lhe é atribuída. O que impressiona nela é a lentidão.

A política mediterrânica de Justiniano — e ela é bem isso, já que ele sacrifica por ela as suas lutas contra os persas e os eslavos — corresponde ao espírito mediterrânico de toda a civilização europeia, do século V ao século VII. No litoral desse Mare Nostrum estão todas as manifestações específicas da vida nessa época. Como no governo do Império, o comércio gravita para ali. Os últimos representantes da literatura antiga, um Boécio, um Cassiodoro, escrevem sobre ele; ali nasce e se desenvolve, com um Cesário de Arles e um Gregório, O Grande, a nova literatura da Igreja. Ali, com um Isidoro de Sevilha, faz-se o inventário da civilização, graças ao qual a Idade Média conhecerá a Antiguidade. Ali, em Lérins ou no Monte Cassino, o monacato, vindo do Oriente, aclimata-se ao meio ocidental. Dali partem os missionários que converterão a Inglaterra; dali erguem-se os monumentos característicos dessa arte helenístico-oriental que parece destinada a ser a do Ocidente, tal como ficou sendo a do Oriente.

Nenhum indício anuncia ainda, no século VII, o fim da comunidade de civilização estabelecida pelo Império Romano, das Colunas de Hércules ao mar Egeu e das costas do Egito e da África às da Itália, da Gália e da Espanha. O mundo novo não perdeu o caráter mediterrânico do mundo antigo. Às margens do Mediterrâneo concentra-se e alimenta-se tudo o que possui atividade.

Nada anuncia que a evolução milenar venha a ser brusca-mente interrompida. Ninguém espera uma catástrofe. Os suces-sores imediatos de Justiniano não podem continuar sua obra, mas não renunciam a ela. Recusam-se a fazer qualquer conces-são aos lombardos. Fortificam febrilmente a África, estabelecem ali seus *temas*[†] como na Itália. Sua política estende-se aos fran-cos e aos visigodos; sua frota tem o domínio do mar; o papa de Roma vê neles o soberano.

O maior espírito do Ocidente, Gregório, O Grande, papa de 590 a 604, saúda o imperador Focas, em 603, como sendo o único a reinar sobre homens livres, enquanto os reis do Orien-te, diz, reinam sobre escravos.⁵⁵⁴

[†] Províncias militares. [N.T.]

PARTE II

O Islã e os carolíngios

A expansão do Islã no Mediterrâneo

A invasão do Islã

Para compreender a expansão do Islã no século VII, nada é mais sugestivo do que compará-la, em sua investida sobre o Império Romano, às invasões germânicas. Estas últimas são a culminância de uma situação muito antiga, mais velha mesmo que o Império, e que pesou mais ou menos fortemente sobre toda a sua história. Quando o Império, arrombadas as suas fronteiras, abandona a luta, seus invasores logo se deixam absorver por ele e, na medida do possível, dão continuidade à sua civilização, entrando na comunidade sobre a qual ela repousa.

Antes da época de Maomé, ao contrário, o Império não teve — ou teve poucas — relações com a península Arábica.* Para proteger a Síria contra os bandos nômades dos habitantes dos desertos contentou-se em construir um muro, mais ou menos como, no norte da Bretanha, havia construído um contra as invasões dos pictos; mas esse *limes* sírio, do qual reconhecemos ainda hoje algumas ruínas através do deserto, não é em nada comparável ao Reno ou ao Danúbio.⁵⁵⁶

O Império jamais o considerou um de seus pontos sensíveis, nem estacionou ali uma grande parcela das suas forças militares. Tratava-se de uma linha de vigilância atravessada pelas caravanas que traziam perfumes e ervas aromáticas. O Império Persa, também vizinho da Arábia, agira do mesmo modo em relação a ela. Não havia nada a temer de beduínos nômades da

* É inútil falar aqui do reino de Palmira, destruído no século III, situado no norte da península.⁵⁵⁵

península, cuja civilização estava no estágio da tribo, cujas crenças religiosas mal superavam o fetichismo e que passavam o tempo fazendo guerra uns aos outros ou pilhando as caravanas que iam do sul para o norte, do Iêmen para a Palestina, a Síria e a península do Sinai, passando por Meca e Yathreb (a futura Medina).

Ocupados em seus conflitos seculares, nem o Império Romano nem o Império Persa parecem ter suspeitado da propaganda por meio da qual Maomé, em meio a uma luta confusa de tribos, daria ao seu povo uma religião que logo se projetaria sobre o mundo, junto com sua dominação. O Império estava com a corda no pescoço, enquanto João Damasceno[†] ainda via no Islã uma espécie de cisma análogo às heresias precedentes.⁵⁵⁷

Quando Maomé morre, em 632, nada revela o perigo que se manifestará de maneira fulminante dois anos depois. Nenhuma medida havia sido tomada na fronteira. A ameaça germânica chamara incessantemente a atenção dos imperadores, mas o ataque árabe os surpreendeu. Em certo sentido, a expansão do Islã foi um acaso, se entendermos isso como a consequência imprevisível de diversas causas que se combinam. O sucesso do ataque se explica pelo esgotamento desses dois impérios que estavam nas margens da Arábia, o romano e o persa, na sequência da longa luta que os havia levantado um contra o outro e que finalmente coroara a vitória de Heraclius sobre Chosroes (morto em 627).⁵⁵⁸

Bizâncio acabava de reconquistar o seu brilho, e seu futuro parecia assegurado pela queda do inimigo secular, o que lhe restituía a Síria, a Palestina e o Egito. A Santa Cruz, outrora arrebatada, era reconduzida triunfalmente pelo vencedor a Constantinopla. O soberano da Índia enviava felicitações a Heraclius, e o rei dos francos, Dagoberto, concluía com ele uma paz

[†] Monge cristão (675-749) nascido em Damasco, considerado o maior teólogo de seu tempo. [N.T.]

perpétua. Depois disso, poder-se-ia esperar, dever-se-ia esperar ver Heraclius retomar no Ocidente a política de Justiniano.

É verdade que os lombardos ocupam uma parte da Itália e os visigodos, em 624, retomam de Bizâncio os seus últimos postos na Espanha, mas o que é isso comparado com o formidável reerguimento que acaba de se realizar no Oriente?

O esforço — muito grande, sem dúvida — esgota o Império. O Islã arranca dele bruscamente as províncias que a Pérsia acabara de lhe devolver. Heraclius (610-641) assiste impotente à primeira manifestação dessa nova força que desorienta o mundo e o desvia.⁵⁵⁹

A conquista árabe, que se desencadeia ao mesmo tempo sobre a Europa e a Ásia, é sem precedentes. Só é possível comparar a rapidez dos seus sucessos com aquela com que se constituíram os impérios mongóis de um Átila ou, mais tarde, de um Genghis Khan ou de um Tamerlão. Mas estes últimos foram tão efêmeros quanto a conquista do Islã será duradoura. Ainda hoje essa religião tem fiéis em quase toda parte onde ela se impôs no governo dos primeiros califas. Sua difusão fulminante é um verdadeiro milagre, comparada à lenta progressão do cristianismo.

Ao lado dessa irrupção, o que são as conquistas por tanto tempo paralisadas e tão pouco violentas dos germanos, que, depois de alguns séculos, só conseguem roer a borda da România?

É por pedaços inteiros que o Império desaba diante dos árabes. Em 634 eles se apoderam da fortaleza bizantina de Bothra (Bosra), do outro lado do Jordão. Em 635, Damasco cai diante deles; em 636, a batalha de Yarmouk lhes dá toda a Síria. Em 637 ou 638, Jerusalém lhes abre as portas, enquanto, na direção da Ásia, eles conquistam a Mesopotâmia e a Pérsia. Chega a vez do Egito de ser atacado. Pouco depois da morte de Heraclius (641), Alexandria é tomada, e logo todo o país é ocupado. Continuando sempre, a expansão submerge as possessões bizantinas da África do Norte.

Tudo isso se explica, sem dúvida, pelo imprevisto, pela desordem dos exércitos bizantinos desorganizados e surpreendidos por uma nova maneira de combater, pelo descontentamento religioso e nacional dos monofisistas e dos nestorianos na Síria (aos quais o Império não quer fazer nenhuma concessão), bem como da Igreja Copta do Egito, e pela fraqueza dos persas.* Mas essas razões são insuficientes para explicar um triunfo tão total. A magnitude dos resultados obtidos é desproporcional à importância do conquistador.**

A grande questão que se coloca é saber por que os árabes, que não eram mais numerosos que os germanos, não são absorvidos como eles pelas populações dessas regiões de civilização superior, das quais se apoderam. Tudo consiste nisso. Existe apenas uma resposta, e ela é de ordem moral. Enquanto os germanos não têm nada para opor ao cristianismo do Império, os árabes são exaltados por uma nova fé. Isso, e apenas isso, os torna inassimiláveis. Pois, quanto ao resto, eles não têm, do mesmo modo que os germanos, nenhuma prevenção contra a civilização daqueles que conquistam. Ao contrário, a assimilam com uma rapidez espantosa. Na ciência, filiam-se à escola dos gregos; na arte, à dos gregos e dos persas. Nem mesmo são fanáticos, pelo menos no início, e não pretendem converter os súditos. Mas querem fazê-los obedecer ao Deus único, Alá, ao seu profeta Maomé e, já que ele era árabe, à Arábia. Sua religião universal é, ao mesmo tempo, nacional. São servidores de Deus.

Islã significa resignação ou submissão a Deus. Muçulmano quer dizer submisso. Alá é uno e lógico. A partir disso, todos os seus servidores têm o dever de impô-lo aos incrédulos, aos infiéis. Aquilo a que eles se propõem não é, como dissemos, a conversão, mas a sujeição.⁵⁶² É isso que trazem consigo. Após a

* "Se os árabes venceram, é porque o mundo que eles atacavam estava prestes a cair em ruínas".⁵⁶⁰

** Dawson vê no entusiasmo religioso a causa essencial das conquistas.⁵⁶¹

conquista, só querem tomar, como um butim, a ciência e a arte dos infieis, que cultivarão em honra de Alá. Tomam deles até mesmo as instituições, à medida que elas lhes são úteis. São levados a isso, aliás, pelas próprias conquistas. Para governar o Império que fundaram, não podem mais se apoiar em instituições tribais, assim como os germanos não puderam impor as suas ao Império Romano. A diferença é que em toda parte onde estão, dominam. Os vencidos são súditos, são os únicos a pagar impostos, estão fora da comunhão dos crentes. A barreira é intransponível. Nenhuma fusão pode haver entre as populações conquistadas e os muçulmanos. Que contraste formidável com um Teodorico, que se coloca a serviço dos vencidos e procura assimilar-se a eles!

Entre os germanos, o vencedor vai espontaneamente até o vencido. Entre os árabes é o contrário: o vencido vai ao vencedor, e só pode ir servindo, como ele, a Alá e lendo, como ele, o Corão, ou seja, aprendendo a língua, que é língua santa e, ao mesmo tempo, língua mestra.

Nenhuma propaganda nem mesmo — como entre os cristãos depois do triunfo da Igreja — nenhuma opressão religiosa. “Se Deus tivesse desejado”, diz o Corão, “ele teria feito um único povo de todos os homens.” Condena-se em termos apropriados a violência contra o erro.⁵⁶³ Só se exige a obediência a Alá, obediência exterior vinda de seres inferiores, degradados, desprezíveis, tolerados, que vivem na abjeção. É isso que é intolerável e, para o infiel, desmoralizante. Não se ataca a sua fé. Ela é ignorada, e esse é o meio mais eficaz de separá-lo dela e conduzi-lo a Alá, que lhe devolverá a dignidade e lhe abrirá as portas da cidade muçulmana. É por isso que a religião obriga o muçulmano a tratar o infiel como súdito. Que venha o infiel. Ao vir, ele rompe com sua pátria e com seu povo.*

* Aliás, também se ia para o Islã por interesse. Na África, segundo Ibn Khaldun, os bérberes apostasiaram doze vezes em setenta anos.⁵⁶⁴

O germano se romaniza a partir do momento em que entra na România. O romano, ao contrário, se arabiza a partir do momento em que é conquistado pelo Islã.* Pouco importa que, até em plena Idade Média, em meio aos muçulmanos tenham subsistido pequenas comunidades de coptas, nestorianos e, sobretudo, judeus. Nem por isso a ambiência deixa de ser profundamente transformada. Há um corte, uma clara ruptura com o passado. O novo senhor não mais permite que, no raio onde ele domina, uma influência possa escapar ao controle de Alá. Seu direito, baseado no Corão, toma o lugar do direito romano. Sua língua toma o lugar do grego e do latim.

Ao se cristianizar, o Império havia mudado de alma, se é possível dizê-lo; ao se islamizar, ele muda ao mesmo tempo de alma e de corpo. A sociedade civil é tão transformada quanto a sociedade religiosa.

Com o Islã, um novo mundo se introduz nessas praias mediterrânicas onde Roma havia espalhado o sincretismo da sua civilização. Efetua-se uma cisão que dura até os nossos dias. Às margens do Mare Nostrum estendem-se doravante duas civilizações diferentes e hostis. Se, em nossos dias, a europeia subordinou a asiática, ela não a assimilou. O mar, que havia sido o centro da Cristandade, torna-se a sua fronteira. A unidade mediterrânica é rompida.

A primeira expansão se desacelera no governo do califa Othman. Seu assassinato, em 656, abre uma crise política e religiosa que não cessa até o advento de Moawiah, em 660.

Estava na ordem das coisas que um poder dotado de uma força de expansão tal como a do Islã devesse se impor em toda a bacia do grande lago interior. E, de fato, ele se esforçou para isso. Desde a segunda metade do século VII ele pretende se tornar uma potência marítima nessas águas onde domina Bi-

* Na Espanha, no século IX, mesmo os cristãos não sabem mais o latim; traduzem-se para o árabe os textos dos concílios.

zâncio, sob o reinado de Constâncio II (641-668). Os navios árabes do califa Moawiah (660) começam a invadir as águas bizantinas. Ocupam a ilha de Chipre e, não longe da costa da Ásia Menor, alcançam uma vitória naval sobre o imperador Constâncio II. Apoderam-se de Rodes e avançam até Creta e a Sicília.⁵⁶⁵ Depois fazem do porto de Cízico uma base naval, a partir da qual, em várias ocasiões, sitiavam Constantinopla, que usa victoriosamente o fogo grego,[†] até que, em 677, eles renunciavam à empreitada.*

O avanço para a África, iniciado em 647 por Ibn Sad, emir do Egito, culmina com uma vitória sobre o exarca Gregório. No entanto, as fortalezas construídas no governo de Justiniano não sucumbem, e os bérberes, esquecendo a velha hostilidade aos romanos, cooperam com eles contra o invasor. Uma vez mais se revela a importância da África, cuja conquista pelos vândalos havia outrora provocado o declínio defensivo do Império no Ocidente. Dela dependia a segurança da Sicília e da Itália, a passagem marítima para o Ocidente. Para poder defendê-la, Constâncio II, após a última visita a Roma feita por um imperador bizantino, se estabelece em Siracusa.

Nessa época, as perturbações do califado levam a um repouso. Porém, o advento de Moawiah, em 660, faz a luta ser retomada. Em 664, uma nova grande incursão gera uma nova derrota dos bizantinos. O exército que eles haviam enviado a Hadrumete é vencido, e a fortaleza de Djelula é tomada, após o que os invasores se retiram.⁵⁶⁷ Porém, para ao mesmo tempo evitar os retornos ofensivos dos bizantinos, que conservam as cidades da costa, e conter os bérberes do maciço de Aures, em

[†] Mistura viscosa que flutuava e queimava (mesmo em contato com a água), muito usada pelos bizantinos. Armazenada em vasos de barro, podia ser lançada de muralhas e de barcos diretamente sobre o inimigo. A composição química dessa arma permanece desconhecida, pois os bizantinos esconderam ou destruíram a fórmula. [N.T.]

* Eles atacam Constantinopla em 668 e 669. Em 673, inauguram um bloqueio que dura cerca de cinco anos.⁵⁶⁶

670 Ogba-ben-Nafi funda Kairuan, “praça de armas” do Islã até o final dos tempos.⁵⁶⁸ Dela partem ataques-relâmpago, acompanhados de massacres, contra os bérberes que permanecem nas montanhas. Em 681, Ogba, em um formidável avanço, atinge o Atlântico. Porém, uma reação dos bérberes e dos romanos varre tudo isso. O príncipe bérbere Kossayla entra como vencedor em Kairuan, e os bérberes que haviam abraçado o Islã apressam-se a abjurar.⁵⁶⁹ Os bizantinos passam à ofensiva. Vencidos em Kairuan, os muçulmanos[†] recuam para Barka, onde são surpreendidos e massacrados por um corpo de desembarque bizantino (689). Seu chefe morre na batalha.⁵⁷⁰

Essa vitória, que devolve a costa da África aos bizantinos, ameaça toda a expansão árabe no Mediterrâneo. Mas os árabes, que são obstinados, voltam à carga. Cartago é tomada de assalto (695). O imperador Leôncio vê o perigo e equipa uma frota, que, comandada pelo patrício João, retoma a cidade.

Por seu lado, os bérberes, agrupados sob o governo da misteriosa rainha Kahina, arrasam o exército árabe perto de Tebessa e o expulsam para a Tripolitânia.⁵⁷¹

Porém, no ano seguinte, Hassan retoma o ataque e apodera-se de Cartago (698), cuja conquista dessa vez é definitiva. Os habitantes fogem. Logo substitui-se a cidade antiga por uma nova capital situada no fundo do golfo: Túnis, cujo porto de Halq al-Wadi torna-se a grande base do Islã no Mediterrâneo. Os árabes, que finalmente têm uma frota, dispersam os navios bizantinos. O domínio do mar doravante lhes pertence. Em breve, os gregos não conservarão mais do que Septem (Ceuta), com alguns restos da Mauritânia Segunda e de Tingitana, Maiorca, Minorca e raras cidades na Espanha. Ao que parece, eles transformam essas possessões esparsas em um território que ainda subsiste dez anos.⁵⁷²

[†] O texto original traz “os muçulmanos de Kossayla”, o que parece ser um lapso dos editores. [N.T.]

Acaba, desde então, a resistência dos bérberes governados pela rainha Kahina. Acuada no Aures, ela é massacrada. Sua cabeça é enviada ao califa.

Nos anos seguintes imprime-se a marca árabe. Musa Ibn Noçayr submete o Marrocos e impõe o Islã às tribos bérberes.⁵⁷³

Esses novos convertidos conquistarão a Espanha. Ela já havia sido assediada ao mesmo tempo que a Sardenha e a Sicília. Era a consequência necessária da ocupação da África. Em 675, os árabes haviam atacado a Espanha por mar, mas foram rechaçados pela frota visigótica.⁵⁷⁴

O estreito de Gibraltar não podia deter os conquistadores; os visigodos desconfiavam disso. Em 694, o rei Egica acusa os judeus de conspirar com os muçulmanos — talvez, com efeito, as perseguições que sofriam os levassem a esperar a conquista do país. Em 710, Áquila, rei de Toledo, deposto por Rodrigo, duque de Bética, foge para o Marrocos, onde, sem dúvida, solicita ajuda dos muçulmanos, que tiram proveito dos acontecimentos. Em 711, um exército estimado em 7 mil bérberes, sob o comando de Tarik, atravessa o estreito. Quando Rodrigo é vencido na primeira refrega, todas as cidades se abrem ao conquistador que, apoiado em 712 por um exército de reforço, conclui a tomada do país. Em 713, Muça, o governador da África do Norte, proclama na capital de Toledo a soberania do califa de Damasco.⁵⁷⁵

Por que se deter na Espanha? Esta se prolonga, além do mais, na Narbonnaise. Mal a submissão da península se completa e, em 720, os muçulmanos apoderam-se de Narbona; depois sitiam Toulouse, arrancando assim o primeiro pedaço do reino franco. O rei, impotente, nada faz. O duque Eudes da Aquitânia os repele em 721, mas Narbona permanece em suas mãos. Em 725, parte daí uma nova e formidável investida. Carcassonne é tomada, e os cavaleiros do crescente avançam até Autun, saqueada em 22 de agosto de 725.

Nova incursão em 732 pelo emir da Espanha, Abd-er-Rhaman. Partindo de Pamplona, ele atravessa os Pirineus e marcha sobre Bordeaux. Eudes, derrotado, foge para junto de Carlos Martel. Do Norte parte, finalmente, a reação contra os muçulmanos, dada a impotência que o Sul manifesta. Carlos marcha com Eudes ao encontro do invasor e o alcança na mesma passagem de Poitiers onde Clóvis outrora derrotou os visigodos. O choque ocorre em outubro de 732. Abd-er-Rhaman é vencido e morto,* mas o perigo não está afastado. Ele se transfere agora para a Provença, ou seja, para o mar. Em 735, o governador árabe de Narbona, Iussef Ibn Abd-er-Rhaman, apodera-se de Arles, apoiado por alguns cúmplices que encontra no próprio país.⁵⁷⁶

Depois, em 737, os árabes tomam Avignon com o apoio de Maucontus e estendem suas devastações até Lyon e a Aquitânia. Carlos marcha novamente contra eles. Retoma Avignon e ataca Narbona, diante da qual derrota um exército árabe de reforço, vindo por mar. Mas não pode tomar a cidade. Retorna para a Austrásia com um imenso butim, porque tomou, destruiu e queimou Maguelona, Agda, Béziers e Nîmes.⁵⁷⁷

Esses sucessos não impedem uma nova incursão dos árabes na Provença em 739. Dessa vez, eles também ameaçam os lombardos. Carlos, com o auxílio destes, os expulsa uma vez mais.⁵⁷⁸

Tudo o que se segue é obscuro, mas parece que os árabes submetem novamente a costa provençal e mantêm-se nela por alguns anos. Pepino os expulsa dali em 752, mas ataca Narbona inutilmente.⁵⁷⁹ Só consegue apoderar-se dela, definitivamente, em 759. Essa vitória assinala, se não o fim das expedições contra a Provença, pelo menos o da expansão muçulmana pelo

* Essa batalha não tem a importância que lhe é atribuída. Não é comparável à vitória alcançada sobre Átila. Marca o fim de uma incursão, mas, na realidade, não detém nada. Se Carlos tivesse sido vencido, disso só teria resultado uma pilhagem mais considerável.

continente ocidental.* Do mesmo modo que Constantinopla resistiu ao grande ataque de 718 e protegeu com isso o Oriente, aqui as forças intactas da Austrásia, os vassalos dos carolíngios, salvam o Ocidente.

No Oriente, a frota bizantina consegue afastar o Islã do mar Egeu, mas, no Ocidente, o mar Tirreno cairá em seu poder.

As expedições contra a Sicília se sucedem em 720, 727, 728, 730, 732, 752 e 753. Interrompidas por um momento por algumas perturbações civis na África,⁵⁸⁵ são retomadas em 827 no governo do emir aglabita Siadet Alá I, que se aproveita de uma revolta contra o imperador para tentar um ataque-surpresa contra Siracusa. Uma frota árabe deixa Susa em 827, mas os bizantinos partem energicamente para a guerra, e uma frota bizantina faz com que o cerco a Siracusa seja levantado.

Os muçulmanos recebem reforços da Espanha e depois da África. Em agosto-setembro de 831, apoderam-se de Palermo após um cerco de um ano, conquistando assim uma base defensiva na Sicília. Apesar desse fracasso, a resistência dos bizantinos prossegue energicamente no mar e em terra. No entanto, eles não podem impedir que os muçulmanos, ajudados pelos napolitanos, se apoderem de Messina em 843. Em 859, a sede da resistência bizantina é vencida. Siracusa sucumbe, em 21 de maio de 878, após uma defesa heroica.

Enquanto o Império Bizantino luta para salvar a Sicília, Carlos Magno está às voltas com os muçulmanos nas fronteiras da Espanha. Em 778, ele envia um exército que fracassa diante de Saragoça; a retaguarda se deixa massacrar em Roncevaux. Re-

* Ainda existirão muitas devastações na Provença. Em 799, os sarracenos pilham as costas da Aquitânia, sem dúvida, pelo lado do Atlântico.⁵⁸⁰ Já em 768, os mouros inquietam os arredores de Marselha.⁵⁸¹ Em 778, eles ameaçam a Itália.⁵⁸² Em 793, atacam a Setimânia.⁵⁸³ Em 813, pilhagem de Nice e de Civita Vecchia; em 838, pilhagem de Marselha. Em 848, tomada de Marselha. Em 847 e 850, devastação da Provença. Em 889, estabelecimento dos árabes em Saint-Tropez e em La Garde-Freynet. Pelo lado do Atlântico, existem alguns sarracenos, vindos da Espanha no século VIII, na ilha de Noirmoutier.⁵⁸⁴

solve então se manter na defensiva até o momento em que, com os sarracenos invadindo a Setimânia (793), ordena contra eles uma marcha pela Espanha (795),⁵⁸⁶ na qual seu filho Luís, rei da Aquitânia, se apoiaria em 801 para apoderar-se de Barcelona. Após diversas expedições infrutíferas, conduzidas notadamente pelo *missus* Ingoberto em 810, Tortosa cai igualmente nas mãos de Luís em 811. Em contrapartida, ele fracassa diante de Huesca e não avança mais.⁵⁸⁷

Carlos Magno encontra uma resistência extremamente viva na Espanha. Eginhard exagera quando relata que ele ocupou todo o país até o Ebro. De fato, ele só tocou no rio em dois pontos: no vale alto, ao sul de Navarra, e no vale baixo, em Tortosa, admitindo-se que essa cidade tenha sido verdadeiramente ocupada.⁵⁸⁸

Carlos Magno praticamente não pode tirar proveito da tomada de Barcelona porque não tem frota. Nada pode fazer contra os sarracenos que estão em Túnis, dominam as costas da Espanha e ocupam as ilhas. Tenta defender as Baleares e consegue sucessos passageiros. Em 798, os muçulmanos devastam essas ilhas.⁵⁸⁹ No ano seguinte, cedendo às solicitações dos habitantes, Carlos Magno lhes envia tropas, sem dúvida transportadas nos navios dos baleares. Essa demonstração militar parece ter sido eficaz, já que as insígnias árabes foram enviadas como troféus ao rei.⁵⁹⁰ Não vemos, no entanto, que os francos tenham se mantido nessas ilhas.

Carlos Magno guerreia na região dos Pirineus quase todo o tempo. As agitações que perturbam o mundo muçulmano são lucrativas para ele. A fundação do califado omíade de Córdoba, em 765, direcionado contra o dos abássidas de Bagdá, lhe favorece, já que ambos tinham interesse em poupar os francos.

Carlos Magno praticamente não obtém sucesso nos outros pontos do Mediterrâneo. Em 806, os sarracenos apoderam-se da pequena ilha de Pantellaria e vendem na Espanha, como es-

cravos, os monges que lá encontram. Carlos faz com que eles sejam resgatados.⁵⁹¹ No mesmo ano, seu filho Pepino, rei da Itália, tenta expulsar os sarracenos da Córsega, onde eles se estabeleceram. Equipa uma frota e, segundo os historiógrafos carolíngios, torna-se senhor da ilha. Porém, em 807, ela recai em poder dos inimigos.⁵⁹²

Logo, Carlos envia contra eles o condestável Burchard, que os força a se retirar depois de um combate no qual eles perdem treze navios. Mas a vitória, mais uma vez, é efêmera: em 808, o papa Leão III, falando a Carlos das medidas que toma para a defesa da costa italiana, pede que ele se encarregue da Córsega.⁵⁹³ Vê-se, com efeito, que em 809 e em 810 os sarracenos ocupam a Córsega e a Sardenha.

A situação se agrava quando a África, atormentada por perturbações endêmicas, organiza-se sob a dinastia dos aglabitas, que reconhecem o califa de Bagdá, Harum-al-Raschid.

Em 812, os sarracenos da África, apesar da chegada de uma frota grega comandada por um patrício e reforçada por alguns navios de Gaeta e de Amalfi, pilham as ilhas de Lampedusa, Ponza e Ischia. Leão III põe as costas da Itália em estado de alerta,⁵⁹⁴ e o imperador lhe envia seu primo Wala para auxiliá-lo. Carlos põe-se também em contato com o patrício Jorge, que assina uma trégua de dez anos com o inimigo. Nada disso é levado em conta, e a guerra no mar não é apaziguada; apenas a destruição de uma frota sarracena de cem navios por uma tempestade, em 813, arrefece um pouco as incursões dos árabes da Espanha, que não cessam de pilhar Civita Vecchia, Nice, a Sardenha e a Córsega, de onde trazem quinhentos cativos.

Em meio às guerras, no entanto, há esforços diplomáticos. Pepino envia uma embaixada a Bagdá em 765. Em 768, recebe na Aquitânia alguns enviados dos sarracenos da Espanha, vindos por Marselha. Em 810, Harum-al-Raschid despacha uma embaixada para junto de Carlos Magno, que em 812 assina um tratado com El-Hakem, o Espanhol.

Essas tentativas não têm consequência. Cada vez mais incapaz de resistir às frotas muçulmanas, Carlos Magno resigna-se à defensiva, evitando com dificuldade os golpes que recebe.

A situação pioraria depois da morte de Carlos Magno. Em 828, Bonifácio da Toscana avança com uma pequena frota, destinada à proteção da Córsega e da Sardenha, até as costas da África, entre Cartago e Útica.* Suponho que ele se tenha aproveitado do fato de que os muçulmanos estavam naquele momento ocupados na Sicília. Porém, alguns anos mais tarde, a Itália, ao norte das cidades bizantinas, é uma presa para os muçulmanos. Brindisi e Tarento são devastadas (838), Bari é conquistada (840), a frota de Bizâncio e de Veneza, derrotada. Em 841, os muçulmanos devastam Ancona e a costa dálmata até Cattaro. E Lotário, em 846, não esconde que teme a anexação da Itália.^{596**}

Em 846, setenta navios atacam Óstia e Porto, avançam assolando tudo até os muros de Roma e profanam a igreja de São Pedro. A guarnição de Gregoriópolis não pode detê-los. São finalmente repelidos por Guido de Espoleto. A expedição de Lotário, no ano seguinte, não consegue retomar Bari.

Em 849, por instigação do papa, Amalfi, Gaeta e Nápoles constituem uma liga contra os sarracenos e reúnem em Óstia uma frota que Leão IV vem abençoar.⁵⁹⁹ Ela consegue uma grande vitória naval sobre os sarracenos. Ao mesmo tempo, o papa cerca com um muro o burgo do Vaticano e faz dele a *Civitas Leonina* (848-852).^{600***}

Em 852, o papa estabelece em Porto, que fortifica, alguns corsos que fugiram da ilha, mas a nova cidade não prospera. Ele cria também Leópolis para substituir Civita Vecchia, esvaziada

* Hartmann observa que é a única expedição além-mar tentada pelos francos.⁵⁹⁵

** A Provença, nessa mesma época, também foi pilhada, em 849.⁵⁹⁷ E viria a sê-lo novamente em 890.⁵⁹⁸

*** Lotário ordena, em 846, uma subscrição em todo o Império para a construção desse muro.

pelo terror que inspiram os sarracenos.⁶⁰¹ Do mesmo modo, restaura Orta e Ameria na Toscana, para fornecer refúgio aos habitantes quando das incursões muçulmanas.* Nada disso impede que os muçulmanos, em 876 e 877, devastem a Campânia romana. O papa implora em vão ao imperador de Bizâncio. Os desastres que este último sofre naquele momento na Sicília, onde Siracusa sucumbe (878), não lhe permitem intervir. Finalmente, o papa é forçado a pagar anualmente aos mouros 20 mil *mancusi* de prata para escapar dos ataques-surpresa; são simples bandos de piratas que só se propõem à pilhagem. Em 883, a abadia do Monte Cassino é incendiada e destruída.⁶⁰³ Em 890, a abadia de Farfa é sitiada e resiste durante sete anos. Subiaco é destruída. O vale do Anio e Tívoli são devastados. Os sarracenos constituem uma praça de armas não longe de Roma, em Saracinesco, e outra nos montes Sabinos, em Ciciliano.

A Campânia romana torna-se um deserto: *redacta est terra in solitudinem* [a terra foi reduzida ao abandono]. Só em 916 a calma renascerá, quando João X, o imperador, os príncipes do sul da Itália e o imperador de Constantinopla, que envia algumas galeras a Nápoles, forçam a cidade e suas vizinhas a abandonar a aliança com os sarracenos e, unidos a elas, finalmente derrotam no Garigliano os terríveis invasores.

Pode-se dizer que desde a conquista da Espanha e, sobretudo, da África, o Mediterrâneo ocidental tornou-se um lago muçulmano. Desprovido de frota, o Império Franco nada pode fazer. Os únicos que ainda possuem frota são Nápoles, Gaeta e Amalfi. Mas seus interesses comerciais os levam a abandonar Bizâncio, demasiado longuínqua, para se aproximar dos muçulmanos.

Graças a essa defecção, os sarracenos puderam, finalmente, tomar a Sicília. A frota bizantina é mais poderosa que a das cidades marítimas italianas, graças ao fogo grego, que faz dela um

* Pilhagem das costas italianas em 872.⁶⁰²

temível meio de guerra. Porém, com a Sicília tomada, ela está quase completamente separada do Ocidente, onde só faz raras e inúteis aparições. Mas ela permitiu aos imperadores que salvaguardassem o seu Império, que é, sobretudo, costeiro.* Foi graças a ela que as águas ao redor da Grécia permaneceram livres e que a Itália escapou finalmente do domínio do Islã. Trinta anos depois de conquistada pelos muçulmanos em 840, Bari é retomada pela frota do imperador Basílio, equipada com quatrocentos navios.^{605**} É o fato essencial que impede os muçulmanos de fincar pé na Itália, mantendo nela a soberania bizantina e garantindo a segurança de Veneza.

Também por causa da sua frota Bizâncio pôde conservar uma espécie de supremacia sobre Nápoles, Amalfi e Gaeta, cuja política consistia em transitar entre o imperador, o duque de Benevento e até mesmo os muçulmanos, para conservar a autonomia necessária ao comércio.

A expansão islâmica não pode, portanto, englobar todo o Mediterrâneo. Ela o circunda pelo leste, pelo sul e pelo oeste, mas não pode abocanhar o norte. O antigo mar romano torna-se o limite entre o Islã e a Cristandade. Todas as antigas províncias mediterrânicas conquistadas pelos muçulmanos gravitam doravante na direção de Bagdá.^{***}

Pelo mesmo golpe, o Oriente foi separado do Ocidente. Desfaz-se o vínculo que a invasão germânica havia deixado subsistir. Agora, Bizâncio é apenas o centro de um império grego,

* A frota defende Bizâncio não somente contra os muçulmanos, mas também contra os francos. Em 806, basta o envio de uma frota, contra a qual Carlos Magno nada pode fazer, para que ele renuncie a Veneza. Os francos, no mar, dependem das frotas italianas. Em 846, Lotário, como não tem frota, pede que os venezianos ataquem os sarracenos de Benevento *navali expedicione*.⁶⁰⁴

** Luís II havia fracassado em sua campanha realizada na Itália de 866 a 873, em consequência da discórdia que se manifestara entre ele e os italianos, que por um momento chegaram a fazê-lo prisioneiro.⁶⁰⁶

*** Falando da África, Marçais diz: "Estão destruídas as pontes entre ela e a Europa cristã. Ela vive com os olhos fixos em Bagdá ou no Cairo."

para o qual não há mais nenhuma possibilidade de uma política justiniana. Está reduzido a defender as suas últimas possessões. Seus postos mais ocidentais são Nápoles, Veneza, Gaeta e Amalfi. A frota ainda permite que se conserve o contato com elas, impedindo assim o Mediterrâneo oriental de tornar-se um lago muçulmano. Porém, o Mediterrâneo ocidental não tem nenhuma outra função. Ele, que havia sido a grande via de comunicação, é agora uma barreira intransponível.

O Islã rompe a unidade mediterrânica que as invasões germânicas haviam deixado subsistir.

Eis aí o fato mais essencial da história europeia desde as guerras púnicas. Trata-se do fim da tradição antiga. É o começo da Idade Média, no mesmo momento em que a Europa estava em via de se bizantinizar.

O fechamento do Mediterrâneo ocidental

Enquanto o Mediterrâneo permaneceu cristão, a navegação oriental manteve o comércio com o Ocidente. A Síria e o Egito eram os seus principais centros; essas duas ricas províncias foram as primeiras a cair sob a dominação do Islã. Seria um erro evidente acreditar que essa dominação extinguiu a atividade econômica. Houve grandes problemas, constata-se uma emigração considerável de sírios para o Ocidente, mas não é possível crer que a estrutura econômica tenha desmoronado. Damasco torna-se a primeira capital do califado. As especiarias não cessam de ser importadas, o papiro de ser fabricado, os portos de funcionar. Se pagam o imposto, os cristãos não são molestados. O comércio continua, mas a sua direção mudou.*

É evidente que, em plena guerra, o vencedor não deixa seus súditos traficarem com o vencido. E quando a paz reanima a

* A propósito do fechamento do Mediterrâneo ocidental pelo Islã (não ocorre a mesma coisa no Oriente), ver o texto do cristão árabe Yahya-Ibn-Said, da Antióquia, que, no século XI, relata que depois do papa Agatão (678-681) ele não possui a lista dos "patriarcas de Roma".⁶⁰⁷

atividade nas províncias conquistadas, o Islã a orienta para os novos destinos que lhe apresenta a imensidão das suas conquistas.

Novas vias comerciais se abrem, ligando o mar Cáspio ao Báltico através do Volga; e os escandinavos, cujos mercadores frequentavam as margens do mar Negro, devem ter tomado imediatamente o novo caminho. Como prova disso, temos as numerosas moedas orientais encontradas em Gothland.

É certo que as perturbações causadas pela conquista da Síria (634-636) e depois do Egito (640-642) impedem momentaneamente a navegação.* Os navios teriam sido requisitados para a frota que o Islã organizou em seguida no mar Egeu. Não se veem, além disso, mercadores passando no meio das frotas hostis, a não ser para tirar proveito das circunstâncias, como muitos deles tiveram que fazer para se livrar da pirataria.

De meados do século VII em diante torna-se impossível a navegação a partir dos portos muçulmanos do mar Egeu para os portos que permanecem cristãos; se subsiste alguma coisa disso, é quase nada.

De Bizâncio e das costas que ela defende em torno de si, a navegação pode se manter, protegida pela frota, em direção às outras regiões gregas da Grécia, do Adriático, da Itália meridional e da Sicília, mas dificilmente se admitirá que ela tenha podido aventurar-se além disso. Já em 650 o Islã ataca a Sicília.

A devastação contínua do território, de 643 a 708, põe fim, incontestavelmente, ao movimento comercial da África. Após a tomada de Cartago e a fundação de Túnis em 698 desaparecem os raros vestígios que se conservaram.

A conquista da Espanha em 711 e, imediatamente depois, a insegurança em que vive a costa da Provença tornam impossível a navegação comercial no Mediterrâneo ocidental. E os úl-

* Não é por acaso que a série das moedas pseudoimperiais na Gália é interrompida em Heraclius (610-641).⁶⁰⁸

timos portos cristãos não podem manter entre eles algum movimento marítimo, já que não têm frota, ou têm tão pouca que é quase nada.

Assim, pode-se afirmar que, por volta de 650, a navegação com o Oriente cessa com as regiões situadas a leste da Sicília e, na segunda metade do século VII, extingue-se em toda a costa do Ocidente.

No início do século VIII, desaparece completamente. Não há mais tráfico mediterrânico, a não ser nas costas bizantinas; como diz Ibn Khaldun (com a reserva que é preciso fazer para Bizâncio): “Os cristãos não podem mais fazer flutuar uma tábua no mar”, doravante entregue aos piratas sarracenos. No século IX, eles apoderam-se das ilhas, destroem os portos, fazem incursões por toda parte. O vazio se faz no grande porto de Marselha, que havia sido outrora a principal etapa entre o Ocidente e o Levante. A antiga unidade econômica do Mediterrâneo é rompida e continuará assim até a época das Cruzadas. Ela havia resistido às invasões germânicas, mas cede diante do avanço irresistível do Islã.

Como o Ocidente poderia ter resistido? Não existe frota entre os francos. A dos visigodos está aniquilada. O inimigo, ao contrário, está bem preparado. O porto de Túnis e seu arsenal são inexpugnáveis. Em toda a costa elevam-se os Ribat, postos semirreligiosos e semimilitares que se correspondem entre si e mantêm um permanente estado de guerra. Os cristãos nada podem fazer contra essa potência marítima; o fato de que eles não fazem nem mesmo uma única pequena incursão contra a costa da África é a prova mais manifesta disso.

É preciso insistir nesse ponto, pois excelentes eruditos não admitem que a conquista muçulmana tenha produzido uma ruptura tão clara. Chegam a acreditar que os mercadores sírios continuam a frequentar, como outrora, a Itália e a Gália no decorrer dos séculos VII e VIII. É verdade que Roma acolhe gran-

de quantidade de sírios durante as primeiras décadas que se seguem à conquista da Síria pelos árabes. E é preciso que sua influência e seu número tenham sido consideráveis para que vários deles, como Sérgio I (687-701) e Constantino I (708-715), fossem elevados ao papado. De Roma, muitos desses refugiados, cujo prestígio é assegurado pelo conhecimento da língua grega, espalham-se logo em direção ao norte, levando consigo manuscritos, marfins e ourivesarias que haviam trazido de sua pátria. Os soberanos carolíngios os empregam, tendo em vista uma renovação literária e artística. Carlos Magno encarrega alguns deles de revisar o texto dos Evangelhos. Provavelmente, um de seus compatriotas deixou em Metz um texto grego das *Laudes*,[†] mencionado no século IX.

Deve-se também considerar uma prova da penetração síria no Ocidente, depois do século VII, a influência que a arte da Ásia Menor exerce sobre o desenvolvimento da ornamentação na época carolíngia. Não se ignora, além disso, que muitos eclesiásticos da Francia vão até o Oriente para venerar os santuários da Palestina e voltam de lá abastecidos não somente de relíquias, mas também de manuscritos e de ornamentos de igreja.

É um fato bem conhecido que Harum-al-Raschid, desejoso de cooptar Carlos Magno para a luta contra os omíades, deu-lhe o túmulo de Cristo* e, ao mesmo tempo, um vago protetorado sobre os lugares santos.

Todos esses fatos, por mais interessantes que sejam para a história da civilização, não o são para a história econômica. A imigração de sábios e de artistas não estabelece em nada a existência de relações comerciais entre os seus países de origem e aquele no qual procuram refúgio. Afinal, o século XV, que viu

[†] A oração das *Laudes* destina-se a santificar o período da manhã, consagrando a Deus as atividades do dia que começa. [N.T.]

* Segundo Kleinclausz, Harum só deu ao imperador o túmulo de Cristo.⁶⁰⁹ Bédier, retomando a questão, pensa que sem que tenha havido concessão do protetorado, Harum concedeu a Carlos uma "autoridade moral" sobre os cristãos da Palestina.⁶¹⁰

tantos eruditos bizantinos fugirem para a Itália diante dos turcos, não é precisamente a época em que Constantinopla deixa de ser um grande porto? Não se deve confundir a circulação de mercadorias e a de peregrinos, eruditos e artistas. A primeira supõe uma organização dos transportes e relações permanentes de importação e de exportação; a segunda efetua-se ao acaso das circunstâncias. Para que se possa afirmar a persistência da navegação síria e oriental no mar Tirreno e no golfo de Lyon, após o século VII, é preciso provar que Marselha e os portos da Provença permanecem em contato com o Levante depois dessa data. Ora, o último texto que se pode invocar a esse respeito é o documento para Corbie, de 716.*

Segundo esse texto, ainda nessa época o entreposto do fisco em Marselha ou em Fos estaria cheio de especiarias e de azeite, ou seja, de produtos originários da Ásia e da África. Creio, no entanto, que existe aí um arcaísmo. Estamos lidando com um ato que confirma antigos privilégios para a abadia de Corbie; é verossímil que ele reproduza textos anteriores. É impossível, com efeito, que o azeite da África ainda pudesse ser importado naquele momento. Seria possível admitir, é verdade, que os *cellarium fisci* [armazéns do fisco] vivessem dos seus estoques, mas isso não é indício da existência de relações comerciais ativas em 716. Em todo caso, trata-se da derradeira menção que temos de produtos orientais armazenados nos portos da Provença. Quatro anos depois, aliás, os muçulmanos desembarcam nessas costas e pilham o país. Marselha está morta nessa época. Em vão poder-se-á alegar, para provar a sua atividade, a passagem de peregrinos indo para o Oriente. É certo que semelhantes peregrinações, não podendo se efetuar através do vale do Danúbio — ocupado pelos ávaros e depois pelos húngaros —,

* R. Buchner considera que o comércio ainda existe nessa data, notadamente porque a abadia de Saint-Denis não faz mais do que confirmar os seus privilégios. Em 695, ela obtém uma *villa* em troca de uma renda em dinheiro levantada no tesouro público.⁶¹¹

supõem travessias marítimas. Porém, observamos que todas as vezes que é possível conhecer os itinerários seguidos, os devotos viajantes embarcam nos portos da Itália bizantina. São Willibaldo, o futuro bispo de Eichstädt, embarca em 726 em Gaeta, depois de ter transposto os Alpes. Madalveus, bispo de Verdun, indo para Jerusalém, toma na Apúlia, por volta de 776, um navio que está de partida para Constantinopla.*

As cartas de São Bonifácio mostram os anglo-saxões chegando a Roma por terra, submetendo-se à travessia dos Alpes, em vez de tomarem o caminho de Marselha. É de Tarento que parte, no século IX, o monge Bernardo para chegar a Alexandria.**

Não temos mais um único texto sobre a presença de mercadores sírios ou orientais. Além disso, constatamos que, a partir do século VIII, todos os produtos que eles importam não são mais encontrados na Gália. Não há réplica contra esse fato.***

Logo de início desaparece o papiro. Todas as obras escritas no Ocidente em papiro que conhecemos são do século VI ou do século VII. Até 659-677, a chancelaria real merovíngia servia-se exclusivamente de papiro. Depois aparece o pergaminho.****

* Ainda existe alguma navegação no século VIII. Por exemplo, os papas enviam muitas vezes seus embaixadores a Pepino *marino itinere* por causa dos lombardos. Porém, o próprio fato de que isso seja indicado mostra que é excepcional. Do mesmo modo, os embaixadores enviados pelos califas a Pepino e a Carlos vinham por Marselha, Porto, Veneza e Pisa.

** Buchner fornece outros exemplos dos quais se deduz que não existe mais navegação entre Marselha e Roma. Kleinclausz relata equivocadamente que os legados enviados por Carlos Magno a Bizâncio são embarcados em Marselha.⁶¹²

*** Eu bem sei que seria preciso entregar as armas se os *Cappi*, citados em 877 pela *Capitular* de Kiersy,⁶¹³ fossem mercadores sírios, como supõe M. Thompson.⁶¹⁴ Porém, para admitir isso, seria necessário supor como ele que *Cappi* não passa da forma latinizada de *Kapila* em sírio, que significa um mercador. Porém, além do fato de que se trata de uma impossibilidade linguística, é preciso prestar atenção ao fato de que a expressão *Cappi* só designa os judeus. Por fim, esse famoso *apax legomenon* se deve, sem dúvida, a uma má leitura de Sirmond, que, em 1623, editou esse texto de acordo com um manuscrito hoje desaparecido.

**** O primeiro ato real em pergaminho é de 12 de setembro de 677.

Alguns atos privados ainda são escritos sobre esse material — retirado, sem dúvida, de antigos estoques — até por volta do final do século VIII. Depois ele não é mais encontrado.

Isso não pode ser explicado pela cessação da sua fabricação, já que ela continuou a existir, como provam até a evidência os belos atos em papiro do século VII guardados no Museu Árabe do Cairo. A desapareição do papiro na Gália decorre, portanto, da diminuição, e depois interrupção, do comércio. O pergaminho parece ter sido pouco difundido, de início. Gregório de Tours, que o chama de *membrana*, só o cita uma vez⁶¹⁵ e parece indicar que era fabricado pelos monges para o seu uso. Ora, sabemos como são tenazes os usos de chancelaria. Se, no final do século VII, as repartições do rei haviam deixado de se servir do papiro, é porque tornara-se muito difícil se abastecer dele.

O uso do papiro conservou-se um pouco na Itália. Os papas se serviram dele pela última vez em 1057. Será necessário admitir, como Bresslau, que eles usavam velhos estoques? Será que ele vinha da Sicília, onde os árabes introduziram a sua fabricação no século X? Essa proveniência siciliana é discutível. Parece-me verossímil que ele fosse obtido pelo comércio com os portos bizantinos: Nápoles, Gaeta, Amalfi e Veneza.

Porém, na Gália, ele acabou de vez.

As especiarias, assim como o papiro, desaparecem dos textos após 716.* Os estatutos de Adalardo de Corbie não men-

* Tem-se negado isso invocando um texto que figura na sequência dos famosos estatutos do abade Adalardo de Corbie, em um manuscrito cuja redação Levillain estabelece em pouco depois de 986.⁶¹⁶ Ora, como esses estatutos foram compostos em 822, concorda-se geralmente em estabelecer a redação desse texto entre 822 e 986. Se fosse assim, deduziríamos disso que teria sido possível continuar nessa época, ou em todo caso depois de 822, a se abastecer de papiro no mercado de Cambrai e, desde então, em toda a Gália. Todavia, é extraordinário constatar que nada vem confirmar esse texto. De fato, não existe aí nenhuma dificuldade. O texto em questão não forma um conjunto com os estatutos; trata-se de uma adição posterior que remonta, sem dúvida, à época merovíngia. O texto consiste, essencialmente, em uma longa lista de especiarias que os monges de Corbie podiam comprar no mercado de Cambrai. Ora, basta percorrer essa lista para encontrar nela, acrescidos de alguns outros, todos

cionam mais do que o *pulmentaria*, ou seja, uma espécie de caldo de ervas.⁶¹⁸

As especiarias devem ter desaparecido ao mesmo tempo que o papiro, pois vinham pelos mesmos navios. Percorramos as *Capitulares*. Nelas são citadas, em matéria de especiarias e de produtos exóticos, somente algumas plantas apropriadas para serem cultivadas nas *villae*,⁶¹⁹ tais como a garança, o cominho ou as amêndoas.⁶²⁰ Porém, a pimenta, o *cariofilo* [cravo-da-índia], o *spico* [nardo], a canela, as tâmaras e os pistaches não são mais encontrados nelas nem uma única vez.

Entre os alimentos que serão servidos aos funcionários em viagem, as *tractoriae* carolíngias mencionam pão, carne de porco, galinhas, ovos, sal, verduras, legumes, peixe e queijo, mas nenhuma especiaria.⁶²¹

Do mesmo modo, a *tractoria* “*de conjectu missis dando*”,⁶²² de 829, enumera como alimentos a fornecer aos *missi* quarenta pães, carne de porco ou de cordeiro, quatro galinhas, vinte ovos, oito sesteiros de vinho, duas pipas de cerveja e duas pipas de trigo. Um cardápio rústico.

As *Capitula episcoporum*,⁶²³ de 845-850, atribuem aos bispos, quando dos seus deslocamentos, cem pães, carne de porco, cinquenta sesteiros de vinho, dez galinhas, cinquenta ovos, um cordeiro, um leitão, seis pipas de aveia para os cavalos, três carroças de feno, mel, azeite e cera. Mas, em tudo isso, não há condimentos.

Pelas cartas de São Bonifácio vê-se como as especiarias haviam se tornado raras e caras. Ele recebe ou envia presentes que consistem em pequenas quantidades de incenso.⁶²⁴ Em 742-743, um cardeal lhe envia *aliquantum cotzumbri quod incensum, Domino offeratis* [um pouco de cotzumbri, algum incenso, vós

os produtos citados na carta de 716 para Corbie. Nada mais simples à primeira vista — e foi aquilo que não deixaram de fazer — do que explicar essa concordância pela continuidade da exportação. Mas isso é, infelizmente, impossível.⁶¹⁷

ofereçais ao Senhor].⁶²⁵ Em 748, um arquidiácono de Roma faz-lhe também uma pequena remessa de especiarias e de perfumes.⁶²⁶ Essas dádivas comprovam a raridade das especiarias no norte dos Alpes, já que elas constituem ali preciosos presentes. Observe-se, além do mais, que todas vêm da Itália. O porto de Marselha não as recebe mais. Os *cellarium fisci* [armazéns do fisco] estão vazios, ou até mesmo — o que é muito provável — foram incendiados pelos sarracenos. E as especiarias não são mais um artigo de comércio normal. Se um pouco delas ainda chega, é por vendedores ambulantes.

Em toda a literatura daquele tempo, muito abundante, praticamente não se trata mais disso. É possível afirmar, diante dessa carência, que no final do século VII e no começo do VIII as especiarias desaparecem da alimentação corrente. Só reaparecem no século XII, quando da reabertura do mar.

Ocorre o mesmo, naturalmente, com o vinho de Gaza, que também desaparece. O azeite não é mais exportado da África. O que ainda existe vem da Provença. É a cera que fornece doravante a iluminação para as igrejas.

Do mesmo modo, o uso da seda parece bem estranho para a época. Encontro apenas uma menção a ela nas *Capitulares*.*

Sabe-se como Carlos Magno era simples nas suas vestimentas. A corte certamente o imitou. Porém, sem dúvida, essa simplicidade, que contrasta tão fortemente com o luxo merovíngio, foi-lhe imposta.

De tudo isso é forçoso concluir que cessou a importação oriental como consequência da expansão islâmica.

Outro fato impressionante é a rarefação progressiva do ouro. É possível percebê-lo pela moedagem do ouro merovín-

* Nos *Brevium Exempla* compostos por volta de 810, onde se trata da presença, no tesouro de uma igreja, de uma *dalmatica sirica*, de *fanones lineos serico paratos*, de *linteamina serico parata*, de *manicas sericeas auro et margaritis paratas et alia sericeas* e de *plumatium serico indutum*.⁶²⁷ São todos ornamentos de igreja, mas um certo número, sem dúvida, remonta ao período anterior.

gio do século VIII, cujas peças contêm uma mistura de prata cada vez maior. Manifestamente, o ouro deixa de vir do Oriente. Continua a circular na Itália, mas se rarefaz na Gália a ponto de renunciarem a servir-se dele como moeda. A partir de Pepino e de Carlos Magno só se cunha dinheiro de prata, a não ser com raríssimas exceções. O ouro só retomará seu lugar no sistema monetário na mesma época em que as especiarias retomarem o seu na alimentação.

Eis aí um fato essencial e que vale mais do que todos os textos. É forçoso admitir que a circulação do ouro era uma consequência do comércio, já que onde o comércio se conservou — ou seja, no sul da Itália — o ouro também se conservou.

O enfraquecimento do comércio oriental e do tráfico marítimo tem como consequência a desapareição dos mercadores de profissão no interior do território. Eles quase nunca mais aparecem nos textos. Todas as menções que encontramos podem ser interpretadas como aplicando-se a mercadores ocasionais. Não vejo mais, nessa época, um único *negociator* do tipo mero-víngio, ou seja, emprestando dinheiro a juros, fazendo-se enterrar em um sarcófago e doando bens aos padres e às igrejas. Nada nos mostra que existam ainda, nas cidades, colônias mercantis ou um *domus negotiantum*. Como classe, os mercadores desapareceram. O comércio não desapareceu — é impossível imaginar uma época sem nenhuma troca —, mas assumiu outro caráter. Como veremos, o espírito da época lhe é hostil, a não ser nos territórios bizantinos. Além disso, a restrição do saber ler e escrever entre os leigos torna impossível a manutenção de uma classe de pessoas vivendo normalmente da venda e da compra. A desapareição do empréstimo a juros comprova, por sua vez, a regressão econômica produzida pelo fechamento do mar.

Não se deve acreditar que os muçulmanos da África e da Espanha, ou mesmo da Síria, poderiam ter tomado o lugar dos antigos comerciantes do Levante bizantino. Logo de início, há

uma guerra permanente entre eles e os cristãos. Eles não pensam em traficar, mas em pilhar. Nenhum texto menciona um só deles estabelecido na Gália ou na Itália. Os comerciantes muçulmanos não se instalam fora do Islã. Se fazem o comércio, o fazem entre si. Não encontramos um único indício de algum tráfico que teria existido, depois da conquista, entre a África e os cristãos — a não ser, como já foi dito, naquilo que concerne aos cristãos do sul da Itália. Porém, nada semelhante se constata em relação àqueles da costa da Provença.

Nessas condições, o que resta para sustentar o comércio são os judeus, numerosos em toda parte. Os árabes não os expulsaram nem os massacraram, e os cristãos não mudaram de atitude em relação a eles. Eles constituem, portanto, a única classe cuja subsistência se deve aos negócios. E são ao mesmo tempo, pelo contato que conservam uns com os outros, o único vínculo econômico que subsiste entre o Islã e a Cristandade — ou, se preferirem, entre Oriente e Ocidente.

Veneza e Bizâncio

É possível dizer que a invasão islâmica foi tão decisiva para o Oriente quanto para o Ocidente da Europa. Antes dela, o imperador de Constantinopla ainda é o imperador romano. A política de Justiniano em relação a isso é característica. Ele pretende manter todo o Mediterrâneo sob autoridade imperial. Depois dela, pelo contrário, o imperador está reduzido à defensiva nas águas gregas. O Islã o fixa e o absorve. Toda explicação para sua política está aí. O Ocidente está doravante fechado para ele.

Uma vez perdida a África — especialmente Cartago, que ela ainda obstinou-se em defender em condições desastrosas —, a esfera de ação da política bizantina não mais ultrapassará a Itália, da qual só conseguirá conservar o litoral. No interior, Bizâncio não pode mais resistir aos lombardos. Sua impotência

provocará a revolta do país e a defecção do papa. O Império só luta agora pela Sicília, o Adriático e as cidades do sul, que para ele constituem postos avançados e cada vez mais autônomos.

A expansão do Islã morreu nas fronteiras bizantinas. Ela arrebata as províncias sírias, egípcias e africanas, explorando em parte as diferenças de nacionalidades. Mas o bloco grego resistiu. E ao resistir salvou a Europa e, sem dúvida, com ela, o cristianismo.

O choque foi duro: atacada duas vezes na época de pleno vigor do Islã, Bizâncio deveu a vitória à sua frota. A cidade permaneceu, apesar de tudo, a grande potência marítima.

De todos os prolongamentos bizantinos para o oeste, o mais importante e o mais original é a extraordinária Veneza, o mais curioso êxito da história econômica de todos os tempos, juntamente com as Províncias Unidas.[†] Os primeiros habitantes das ilhotas arenosas e desoladas da laguna são desgraçados que fugiam das hordas de Átila no século V, quando do ataque contra a Aquileia. Outros vieram quando da ocupação franca da Ístria na época de Narses⁶²⁸ e, sobretudo, por ocasião da invasão lombarda. Assim, toda essa faixa de terras marinhas povoou-se, um êxodo primeiramente momentâneo e depois definitivo. Grado recolhe a maior parte dos fugitivos de Aquileia, cujo bispo adota o título de patriarca e passa a ser o líder espiritual da nova Venécia. Caorle, no estuário do Livenza, recebe os emigrantes e o bispo de Concórdia. Depois há Heracliana e Aquileia, perto do rio Piave. Os moradores de Altinum refugiam-se em Torcello, Murano e Mazzorbo. Os de Pádua estabelecem-se em Malamocco e em Chioggia. No início, o grupo de ilhotas onde mais tarde crescerá Veneza é o mais fracamente ocupado: Rialto, Olivolo, Spinalunga e Dorsoduro só recebem alguns pescadores.⁶²⁹

[†] Estado que antecedeu os atuais Países Baixos entre 1579 e 1795, agrupando sete províncias da região. [N.T.]

Na primitiva Venécia dos séculos VI e VII, o centro religioso era Grado, o centro político era Heracliana e o centro comercial era Torcello. Escapando aos vencedores de terra firme, a administração bizantina ali se manteve, representada por alguns funcionários e alguns *tribuni*.

Existe aí uma população essencialmente marítima, descrita por Cassiodoro e que faz pensar na da Holanda primitiva. “Parece de longe que os barcos deslizam sobre a campina, pois não se percebem seus cascos.”⁶³⁰ Compreende-se como tal vida foi favorável à expansão da energia e da engenhosidade. Primeiramente, ela se baseia na pesca e na fabricação do sal, que os barcos iam trocar por trigo no litoral. O único centro comercial da região é o porto de Comacchio, na embocadura do Pó, frequentado por navios bizantinos que trazem azeite e especiarias. Comacchio, sem dúvida, tira proveito da cessação do tráfico oriental com o golfo de Lyon. Um tratado de comércio, assinado por volta de 715 entre a cidade e Luitprando,[†] no qual se faz menção à pimenta, mostra que o porto estava em contato com o Levante.⁶³¹

Sem dúvida, os venezianos logo imitam os seus vizinhos. Em todo caso, seu comércio nasce no decorrer do século VIII. Em 787-791, seus mercadores são excluídos de Ravena a pedido de Carlos Magno — o que prova que eles não queriam reconhecê-lo como rei dos lombardos;⁶³² com isso, reforça-se a aliança deles com Bizâncio. Suas relações com o imperador, muito distante, só lhes trazem vantagens. Seu ideal é a autonomia sob o governo de um ou dois doges que eles elegem e que são ratificados por Bizâncio.

De tempos em tempos surgem desavenças. Veneza então se volta para o imperador franco. Em 805 ela envia uma embaixada a Carlos para colocar-se sob seu protetorado. Porém, esse

[†] Rei dos lombardos. [N.T.]

procedimento está antes vinculado às lutas entre partidos nas cidades e aos conflitos com Grado — cujo patriarca solicitara a proteção de Carlos em 803.⁶³³ Nesse momento, Veneza acaba de se impor às pequenas cidades da costa dálmata e teme, sem dúvida, uma reação de Bizâncio. Esse incidente foi pouco notado, mas nem por isso deixou de ter grande importância. Em resposta à embaixada dos venezianos, Carlos anexa imediatamente a cidade ao reino da Itália. Seu Império tem, desde então, a oportunidade de tornar-se uma potência marítima e de fincar pé na Dalmácia, mas ele não aproveita isso. Bizâncio, ao contrário, vê instantaneamente o perigo. Logo no ano seguinte, Nicéforo envia uma frota que obtém imediatamente a submissão de Veneza. Carlos não reage: limita-se a oferecer refúgio em seus Estados para o patriarca de Grado.⁶³⁴

Em 807 Pepino, rei da Itália, estabelece uma trégua com Nicetas, o comandante da frota, e os venezianos enviam os culpados para o exílio. Ele recompensa seus partidários com o título de espadários.^{635†}

O negócio era por demais tentador para que se ficasse nisso. Em 810, Pepino, tendo tomado emprestados os navios de Comacchio, retoma Veneza e a costa dálmata.⁶³⁶ Porém, uma frota bizantina comandada por Paulo, prefeito de Cefalônia, obriga-o a abandonar as conquistas. Ele morre em 8 de julho desse mesmo ano. Carlos se apressa a convidar para irem a Aix os legados bizantinos, com os quais firma a paz, deixando-lhes Veneza e as cidades da Ístria, da Libúrnica e da Dalmácia. Essa paz torna-se um tratado definitivo em 13 de janeiro de 812: o Império Carolíngio renuncia ao mar, no qual ele acabava de comprovar a sua impotência de maneira gritante.⁶³⁷ Veneza decididamente gravitaria na órbita bizantina e assinalaria, no limite

† Ou “porta-espadas”. Tratava-se do menor dos três graus de uma ordem nobiliárquica militar bizantina. O primeiro era o protoespadário e o segundo era o espadarocandidato. [N.T.]

do Ocidente, o começo de um outro mundo. Sua *piazza* prova isso melhor do que qualquer texto.

A paz de 812 dá a Veneza uma situação excepcionalmente favorável. É a condição da sua grandeza futura.⁶³⁸ Por um lado, sua união com o Império trava a expansão do Oriente, e isso sem ameaçar a sua autonomia, já que o Império precisa de seu apoio na luta contra o Islã. Por outro lado, ela lhe abre o Ocidente, pois, mesmo renunciando a possuí-la, Carlos Magno lhe reconhece o direito de fazer comércio no Império Franco. Intangível no oeste, ela só tem que temer Comacchio, que controla a embocadura do Pó. Assim, em 875, ela destrói a rival, que desaparece definitivamente. Doravante, do seu comércio dependerão os mercados e os portos da Alta Itália: Pávia, Cremona, Milão etc.⁶³⁹

Resta o perigo sarraceno. Aqui, o interesse de Veneza coincide com o do imperador. Desde 828, ele solicita a colaboração dos seus navios de guerra. Em 840, Veneza envia sessenta navios contra Tarento em auxílio do Império. Por isso os muçulmanos queimam Ancona e capturam os navios venezianos.⁶⁴⁰ Em 867-871, Veneza atua contra Bari por mar, em acordo com os bizantinos e com Luís II, que ataca a cidade por terra. Os muçulmanos atacam a Dalmácia em 872 e sitiaram Grado em 875. Mas Veneza conserva o domínio do Adriático e, com ele, assegura a navegação para o Levante, o que, aliás, não a impede de traficar com o Islã. O imperador interditou o comércio com os sarracenos da Síria e do Egito desde 814-820, mas os venezianos, embora combatendo o infiel, comerciavam com ele. É de Alexandria que uma frota de dez navios traz, em 827, as relíquias de São Marcos, roubadas tanto dos cristãos quanto dos muçulmanos da cidade.⁶⁴¹

O grande comércio de Veneza é o dos escravos eslavos da costa dalmata. Em 876, o doge o proíbe, mas inutilmente. Em meados do século IX os mercadores chegam a vender alguns escravos cristãos aos muçulmanos.⁶⁴²

O tratado de comércio assinado por Veneza com Lotário, em 840,⁶⁴³ que a apresenta como uma cidade essencialmente mercantil, proíbe a venda de escravos cristãos e a de eunucos. Veneza é, por excelência, um porto e um mercado; retoma o papel que outrora cabia a Marselha. De lá embarcam os passageiros para o Levante e são exportadas para o Egito as madeiras para construção.

Do Oriente chegam para ela as especiarias e a seda, que são logo reexportadas, através da Itália, para Pávia e Roma.⁶⁴⁴ Sem dúvida, devia haver também algum transporte para além dos Alpes,⁶⁴⁵ embora o comércio por essa via tenha sido insignificante naquela época.

Veneza também tem como mercado toda a costa dálmata. É com ela, sem dúvida, que se faz o comércio mais ativo.

Comparada ao Ocidente, Veneza é outro mundo. Seus habitantes têm espírito mercantil e não se embaraçam com as interdições ao *turpe lucrum*.^{*} Tal mentalidade é, pura e simplesmente, aquela que desapareceu no mundo ocidental e na Itália depois das conquistas árabes, mas que ainda se mantém em Veneza e nas outras praças bizantinas da Itália meridional.

Bari, por exemplo, permanece completamente grega e conservará suas instituições municipais bizantinas até o governo de Bohemond.⁶⁴⁷ Embora Bari tenha sido ocupada pelos muçulmanos até 871, seu “sultão” entrega permissões de navegação aos monges que partem para Jerusalém e os recomenda ao califa de Bagdá.⁶⁴⁸

Ocorre o mesmo com Salerno, Nápoles, Gaeta e Amalfi, na costa ocidental. São portos essencialmente ativos e, assim como Veneza, só conservam um laço muito fraco com Bizâncio. Também lutam pela autonomia contra o duque de Benevento. O interior do seu território é muito mais rico que o de Veneza, pois Benevento conserva sua moeda de ouro e eles não estão

^{*} A esse respeito, ver a curiosa história de São Géraud de Aurillac.⁶⁴⁶

longe de Roma, que, por causa de suas igrejas e do afluxo dos peregrinos, permanece grande consumidora de especiarias, perfumes, tecidos preciosos e papiro. Mantém-se, além disso, no ducado de Benevento uma civilização bastante refinada. Paulo Diácono ensina ali o grego à princesa Adelperga. O duque Arichis, no final do século VIII, constrói uma igreja de Santa Sofia que embeleza com ornamentos vindos de Constantinopla. Ele se vangloria de receber do Oriente tecidos de seda e de púrpura, vasos de ouro e de prata cinzelada, assim como produtos da Índia, da Arábia e da Etiópia.⁶⁴⁹

É preciso insistir no fato de que os duques de Benevento conservam a moeda de ouro* e até mesmo o sistema monetário bizantino.⁶⁵⁰ A continuidade da unidade mediterrânica, que mais tarde desapareceria, ainda é visível aqui.

Essas cidades marítimas do sul conservam uma frota. Em 820, piratas sarracenos capturam oito navios mercantes que voltavam da Sardenha para a Itália.⁶⁵¹ Devemos supor que com navios da frota foi feita a expedição de Bonifácio da Toscana à África em 828, pois sabemos que houve, com esse propósito, um entendimento entre os dois imperadores.

O papa fala a Carlos Magno de *naves Graecorum gentis* [navios gregos] que mandou queimar em Civita Vecchia. Talvez esses navios subissem às vezes até a costa da Provença e no século IX aparecessem em Marselha e em Arles. Porém, sua navegação gravita em direção ao Levante, e sua órbita é bizantina. O que não os impede, tanto quanto os venezianos, não somente de manter contato com os portos árabes da Espanha e da África, mas até mesmo, como os napolitanos, de às vezes vir em socorro destes últimos no ataque à Sicília.

Em 879, o almirante grego enviado para defender a Sicília detém numerosos navios mercantes que, apesar da guerra, faziam comércio entre a Itália e a Sicília. Ele lhes toma o azeite

* Eles pagam em soldos de ouro as suas multas aos soberanos francos.

— prova de que vinham da África — em tamanha quantidade que o preço do produto cai, em Constantinopla, a uma quantia irrisória.⁶⁵²

Esse comércio dos portos da Itália meridional com os muçulmanos era também um comércio de escravos. O papa lhes censura por isso.⁶⁵³ Já em 836, o tratado entre Nápoles e o duque de Benevento reconhece para os mercadores da cidade a liberdade comercial mais extensa no ducado — que, sem dúvida, não pode passar sem eles. Mas ele lhes proíbe de comprar escravos lombardos para fazer o tráfico.⁶⁵⁴ Isso nos informa que esses escravos vinham da Lombardia, ou seja, do Império Franco.

No entanto, esses mesmos vendedores de carne humana obtêm em favor do papa uma grande vitória marítima contra a Óstia em 849. E São Januário recebe em Nápoles uma veneração tão grande quanto São Marcos em Veneza.

Dessas cidades, Amalfi é a mais puramente mercantil. Ela só tem um pequeno território montanhoso cujas florestas lhe fornecem a madeira para a construção de navios que singram até a Síria.⁶⁵⁵

De resto, não existe entendimento entre todos esses mercadores e o duque de Benevento. Não existe entendimento nem mesmo entre eles. Por volta de 830, Nápoles, para resistir ao duque, apoia-se nos sarracenos. Ela também alia-se a eles, por volta de 870, contra sua rival Amalfi e depois, em 880, contra a influência bizantina, que havia se tornado novamente poderosa depois de Basílio I.⁶⁵⁶ Nesse momento, Gaeta também se aproxima dos sarracenos, depois volta-se novamente para o papa, que faz algumas concessões ao seu *hypatos* [comando supremo, cônsul em Roma].⁶⁵⁷ Em 875, navios de todas as cidades do sul, unidos aos dos sarracenos, pilham a costa romana, e Luís II declara que Nápoles tornou-se uma outra África.⁶⁵⁸ Em 877, o papa João VIII, pelo dinheiro e pela excomunhão, busca inutilmente separar Amalfi dos sarracenos. No entanto, nesse mes-

mo ano, a cidade se compromete a proteger contra eles o litoral do sul da Itália.⁶⁵⁹

À primeira vista, a política dessas cidades comerciais parece tão confusa quanto poderia ser. Ela se explica pela preocupação constante e exclusiva de proteger o comércio. Suas alianças com os muçulmanos não impedem que elas resistam a todo custo às tentativas de conquista por parte deles.

Em 856, os sarracenos, que desejam se apoderar da Itália meridional, atacam ao mesmo tempo por Bari e pelo oeste, assaltam Nápoles e destroem Misena.⁶⁶⁰ As cidades querem muito comerciar com eles, mas não pretendem ser submetidas ao seu jugo nem deixar que eles dominem suas águas. Sua política, nesse aspecto, é semelhante à dos venezianos: desconfiam de tudo o que não vem delas mesmas e não querem obedecer a ninguém, e, ao mesmo tempo, são rivais implacáveis; para destruir umas às outras, não hesitam em aliar-se com os muçulmanos. É assim que Nápoles os ajuda, em 843, a se apoderar de Messina, arrancada ao Império Bizantino do qual a própria Nápoles, no entanto, faz parte. Mas, também aqui, essas cidades só aceitam uma sujeição puramente formal a Bizâncio. Só a ameaça direta contra a sua prosperidade as faz agir. É por causa disso que elas não apoiam, em 846, os esforços de Lotário contra os muçulmanos, assim como não apoiarão mais tarde os de Luís II.⁶⁶¹ Gay disse muito bem:

Por uma força invencível, os Estados marítimos — Gaeta, Nápoles, Amalfi — são sempre reconduzidos para a aliança sarracena. [...] Para eles, o essencial é guardar o litoral e assegurar os interesses do seu comércio. Negociando com os sarracenos, têm sua parte no butim e continuam a enriquecer. A política de Nápoles e de Amalfi é, antes de tudo, a política de mercadores que vivem da pilhagem tanto quanto do comércio regular.⁶⁶²

É por isso que eles não ajudam o imperador a defender a Sicília. Sua política foi como a dos holandeses no Japão no século XVII. Aliás, com quem eles poderiam ter feito comércio se

tivessem deixado de lado o litoral muçulmano? O Oriente pertence a Veneza.

Resumamos. O Mediterrâneo cristão está dividido em duas bacias, a leste e a oeste, cercadas pelos territórios do Islã. Estes, terminada a guerra de conquista no final do século IX, formam um mundo à parte, que se basta a si mesmo e se orienta na direção de Bagdá. É para esse ponto central que se encaminham as caravanas da Ásia e a grande rota que, pelo Volga, vai dar no Báltico. É de lá que os produtos se irradiam para a África e a Espanha. Os próprios muçulmanos não fazem nenhum comércio com os cristãos, mas não se fecham a estes últimos. Eles os deixam frequentar os seus portos, trazer-lhes escravos e madeira e levar aquilo que desejam comprar.

A atividade da navegação cristã só tem continuidade, aliás, no Oriente, e com o Oriente se reata a ponta avançada do sul da Itália. Ali Bizâncio soube conservar o domínio do mar, mantendo o Islã afastado. Os navios continuam a circular de Veneza, ao longo da costa adriática e da costa grega, para a grande cidade do Bósforo. Eles não deixam de visitar por acréscimo os portos muçulmanos da Ásia Menor, do Egito, da África, da Sicília e da Espanha. A prosperidade cada vez maior dos territórios muçulmanos, passado o período de expansão, converte-se em vantagem para as cidades marítimas da Itália. Graças a tal prosperidade, conserva-se uma civilização avançada na Itália meridional e no Império Bizantino, com cidades, moedagem de ouro, mercadores de profissão — em resumo, uma civilização que conserva as suas antigas bases.

No Ocidente, ao contrário, a costa do golfo de Lyon e da Riviera até a embocadura do Tibre, devastada pela guerra e pelos piratas — aos quais os cristãos não puderam resistir, pois não tinham frota —, não é mais que um deserto e um alvo de pirataria. Os portos e as cidades são abandonados. O laço com o Oriente é cortado e nenhuma relação se estabelece com as costas sarracenas. É a morte. O Império Carolíngio apresenta

um impressionante contraste com o Bizantino: puramente terrestre, não pode se mover; os territórios mediterrânicos, outrora os mais vivos desses países, e que conservavam a vida do conjunto, são agora os mais pobres, os mais desertos e os mais ameaçados. Pela primeira vez na história o eixo da civilização ocidental é empurrado para o norte; durante numerosos séculos ele se manterá entre o Sena e o Reno. E os povos germânicos, que até ali só tinham desempenhado o papel negativo de destruidores, agora serão chamados a desempenhar um papel positivo na reconstrução da civilização europeia.

A tradição antiga se rompe porque o Islã destruiu a antiga unidade mediterrânea.

O golpe de Estado carolíngio e a meia-volta do papa

A decadência merovíngia

De todos os Estados fundados no Ocidente pelos germanos no final do século V, na bacia do Mediterrâneo, os dois mais brilhantes inicialmente, os reinos vândalo e ostrogodo, haviam tombado sob os golpes de Justiniano. Os visigodos, em 629, haviam retomado do Império o pequeno território que lhes restava na península.⁶⁶³ Os francos haviam permanecido incólumes. Quanto aos lombardos, por um momento pareceu que eles reconstituíam o reino da Itália em seu proveito. Seu projeto havia sido favorecido pela necessidade que tinha o Império de defender-se contra os persas. Ele teve que recorrer, para isso, à aliança franca, que não havia se mostrado isenta de perigos. No entanto, a vitória de Heraclius fazia pressagiar uma retomada da ofensiva bizantina. Nesse momento, subitamente, o Islã irrompeu.

Diante dele, o Império recuou definitivamente. Ele havia perdido a África, e suas possessões da Itália agora estavam ameaçadas pelos muçulmanos estabelecidos na Sicília. Os visigodos haviam sido aniquilados. Os francos, atingidos no sul, haviam se recuperado em Poitiers, mas permaneciam separados do mar. Só os lombardos ainda não haviam recebido os golpes do Islã, que, pelo contrário, os favoreceu, por um lado, ao desfazer o projeto de Bizâncio, obrigada a combater no leste, e, por outro, ao protegê-los contra o perigo franco.

À França, que havia detido no Ocidente a expansão continental do Islã, estava reservado o papel de reconstituir a Europa sobre novas bases. Dela dependia o futuro. Mas a França, tal

como aparece naquele momento, é bem diferente da dos merovíngios. Seu centro de gravidade não está mais na România; deslocou-se para o norte germânico. Pela primeira vez, surge com ela uma força política que deixa de gravitar na direção ao Mediterrâneo, onde o Islã domina. Com os carolíngios, a Europa toma uma nova e definitiva orientação. Até eles, ela continua a viver a vida da Antiguidade. Mas o Islã altera todas as condições tradicionais. Os carolíngios se encontram em uma situação que eles não criaram, mas que enfrentam e da qual tiram um partido que abre uma nova era. Seu papel só pode ser explicado pela transformação do equilíbrio imposta ao mundo pelo Islã. Mesmo o golpe de Estado que faz com que eles tomem o lugar da dinastia merovíngia, a única que subsistia depois das invasões, só pode ser compreendido por causa do fechamento do Mediterrâneo pelos sarracenos. Isso parece evidente quando estudamos sem prevenções a decadência merovíngia. Se ninguém fica surpreso com isso é porque sempre se considerou o período franco como um todo, no qual os carolíngios faziam a figura de continuadores dos merovíngios. Acreditou-se que a continuidade se manifestava tanto nos domínios do direito e das instituições quanto nos da economia e da organização social. Ora, há uma diferença essencial entre a época merovíngia e o período carolíngio. Em primeiro lugar, a situação europeia oferece um completo contraste. Fustel de Coulanges disse muito bem:

Se considerarmos os 150 anos que se seguem à morte de Clóvis [...] reconheceremos que os homens diferiam pouco daquilo que haviam sido no último século do Império. Mas se nos transportarmos, ao contrário, para o século VIII e para o século IX, veremos que, sob uma aparência talvez mais romana, a sociedade é absolutamente diferente daquilo que havia sido sob a autoridade de Roma.⁶⁶⁴

Waitz teve razão em separar as duas épocas, assim como Brunner equivocou-se em reuni-las.

A ruptura entre as duas se efetua definitivamente com o golpe de Estado liderado por Pepino, mas é preparada bem mais cedo. O Estado merovíngio conhece uma longa decadência — a decadência da realeza — a partir da morte de Dagoberto I, em 639. Vimos que o poder real é absoluto, característica que retomou do Império Romano. Para que o Estado seja governado, é necessário que o rei conserve o poder de se afirmar. Contra ele e contra essa maneira de governar não há oposição de nenhum tipo, nem nacional e nem política.⁶⁶⁵ As próprias partilhas, que reclassificam tão frequentemente os homens e os territórios, são assunto de reis que repartem a herança. Os povos permanecem indiferentes. O prestígio da dinastia é muito grande e sem dúvida incompreensível sem a Igreja, pois, para explicá-lo, não é possível invocar nenhum sentimento germânico.

Precisamente na Germânia tem lugar, em 656, a tentativa de Grimoaldo, filho de Pepino I, de tomar o lugar do rei legítimo, o que provoca a indignação dos francos e leva à prisão e à morte do culpado.⁶⁶⁶

O rei se apoia na Igreja que ele mesmo protege e, na verdade, domina. Em 644, no momento em que começa o declínio, Sigeberto III ainda proíbe que os sínodos sejam realizados sem a sua autorização.⁶⁶⁷

De modo geral, faz-se remontar a decadência merovíngia ao édito de Clotário II, de 614. Mas esse édito parece um meio de prender a Igreja, consolidando a posição desta, sobretudo, por meio dos privilégios de jurisdição.*

Em todo caso, Dagoberto I ainda é um grande rei. Faz a guerra contra os germanos e desfruta de uma situação europeia que nenhum de seus predecessores teve, desde Teodeberto.

No governo dos merovíngios, o reino franco é uma potência que desempenha um papel internacional com uma política

* Fustel de Coulanges não vê no édito de 614 nada que indique um enfraquecimento da realeza.⁶⁶⁸

reiterada: instalar-se solidamente no Mediterrâneo. Desde a sua instalação na Gália, os merovíngios haviam buscado obter a Provença. Teodorico os tinha afastado dali. Eles haviam, então, se voltado para a Espanha, engajados na luta contra os visigodos.⁶⁶⁹

A guerra de Justiniano contra os ostrogodos lhes abre o caminho para o mar. Quando o imperador solicita o seu apoio, em 535, Vitiges, para impedir a aliança entre o imperador e os francos, cede-lhes a Provença que outrora Teodorico os havia impedido de conquistar aos visigodos.⁶⁷⁰ Instalado na costa, e buscando fincar pé na Itália, Teodeberto alia-se por um momento aos ostrogodos, aos quais envia um exército de 10 mil homens.⁶⁷¹ Mas logo, voltando-se ao mesmo tempo contra os godos e contra os bizantinos, ele conquista, em 539, a maior parte da Venécia e da Ligúria.⁶⁷²

O reino é tão vigoroso naquela época que, mal terminada a campanha na Itália, Childeberto e Clotário retomam a guerra contra os visigodos (542), apoderando-se de Pamplona e devastando o vale do Ebro. Mas eles fracassam diante de Saragoça e são, finalmente, repelidos por Theudis.⁶⁷³

O fracasso na Espanha lança novamente os reis francos contra a Itália. Em 552, um exército franco, reforçado por alguns alamanos, tornando a descer até a península contra os imperiais, pilha o país até que, dizimado por doenças e arrasado por Narses, seus restos são obrigados a refluir para a Gália.

Vencidos pelas armas, os francos obtêm, pela política, uma importante província. Em 567, o território visigodo entre o Garonne e os Pirineus torna-se franco pelo casamento de Chilperico com Galswinthe.⁶⁷⁴

A chegada dos lombardos à Itália devia ser, para os merovíngios, uma nova causa de guerra.

Em 568, os lombardos atacam a Provença. Repelidos, eles a invadem novamente em 575.⁶⁷⁵ Em 583, solicitado insistentemente

mente pelo papa Pelágio II, que suplica por uma intervenção contra os lombardos, Childeberto II alia-se contra eles com o imperador Maurício, que paga essa aliança com 50 mil soldos de ouro e envia um exército franco para combater na Itália — sem sucesso, aliás — até 585.⁶⁷⁶

No mesmo ano, no entanto, Gontran ataca a Setimânia; suas tropas são rechaçadas com grandes perdas por Reccared, o filho de Leovigildo. Porém, o estado de hostilidade subsiste. Em 589, Gontran renova o ataque, mas dessa vez sofre uma derrota definitiva perto de Carcassonne.⁶⁷⁷

Esse fracasso das armas francas parecia ainda mais sério porque o exército de Childeberto havia sido derrotado pelos lombardos em 588 na Itália,⁶⁷⁸ o que levou o rei a fazer a paz com eles em 589.

Mas Childeberto não reunificara à sua política italiana. No ano seguinte (590), dirigiu uma nova expedição contra os lombardos. Ela não teve êxito e foi necessário dessa vez resignar-se à paz.⁶⁷⁹

Dagoberto, o último grande rei merovíngio, continuou essa política de intervenção na Itália e na Espanha. Em 605 aliou-se com o imperador Heraclius e, em 630, sustentou o pretendente visigodo Sisenando contra o rei Svinthila.⁶⁸⁰ Dagoberto foi o último representante da política tradicional da sua dinastia. Depois dele não haverá mais intervenção política nem na Itália nem na Espanha, com exceção de uma expedição (aliás, fracassada) em 662-663.⁶⁸¹

O reino enfraquece também na direção do norte. Na Germânia, a Turíngia torna-se independente, a Baviera, quase, e os saxões assumem uma atitude ameaçadora. Portanto, a partir de 630-632, o Estado merovíngio se dobra sobre si mesmo e cai em decadência. Sem dúvida, as incessantes lutas civis entre reis, assim como o conflito Fredegunda-Brunehaut e depois as intrigas de Brunehaut, até sua morte atroz em 613, contribuem para isso. Porém, é preciso lembrar que até 613 as lutas civis são re-

gra geral. O que as torna doravante mais graves são as contínuas menoridades dos reis. Em 715, quando Chilperico II sobe ao trono, havia 25 anos que nenhum rei chegara à idade adulta, o que se explica pela devassidão e pelos excessos venéreos desses príncipes que podem tudo. A maioria deles é, sem dúvida, degenerada. Clóvis II morre louco. Isso confere à decadência merovíngia um aspecto melancólico, que a contrasta tão vivamente com a dos imperadores romanos do Ocidente e, mais tarde, com a dos carolíngios. Nenhum desses reis exerce mais ação alguma; são joguetes nas mãos dos prefeitos do palácio,[†] contra os quais eles nem tentam reagir. Nem um sequer busca mandar assassinar o seu prefeito do palácio, como faziam outrora os imperadores em Ravena. Ao contrário, eles mesmos às vezes são assassinados. Vivem sob a tutela das mães ou das tias. Depois de Brunehaut, visigoda, aliás, as rainhas são escolhidas pela beleza. A rainha Nautechilde é uma *puella de ministerio* [serva] que Dagoberto deixou entrar no seu leito. Disso resulta que o prefeito do palácio torna-se todo-poderoso. É o *shogun* dos japoneses.

A diminuição dos recursos de que dispõem os reis merovíngios no século VII os entrega também, cada vez mais, à influência da aristocracia fundiária, cujo poder não para de crescer. Muito naturalmente, como sempre foi regra para uma aristocracia, ela busca impor-se à realeza e, para isso, a torna eletiva.

Enquanto o rei foi poderoso, ele pôde segurar as suas rédeas. Nomeava quem queria nos condados e, na realidade, também nos bispados. Fazia condenar quem queria sob o pretexto de lesa-majestade — o que, graças ao confisco que se seguia, enriquecia o seu tesouro. Enquanto o tesouro lhe forneceu recursos suficientes, ele teve nas mãos um admirável *instrumentum*

[†] O *maire de palais* era, no governo dos merovíngios, o mais importante agente do Estado, encarregando-se da administração de todos os seus negócios em nome do rei. [N.T.]

regni. É preciso notar que, já que todos os *tonlieux*[†] pertenciam ao rei, o tesouro permanecia generosamente alimentado enquanto o comércio mantinha-se florescente.

Esse tesouro permitia sustentar a *trustis* real, que é a guarda do rei e, se preferirmos, o seu verdadeiro exército permanente.⁶⁸²

Mas é necessário que ele possa pagar para que nessa época — em que os próprios reis dão continuamente o exemplo do perjúrio — os *antrustions*^{††} permaneçam fiéis ao juramento. Ora, esse tesouro, verdadeira base do poder real, começa a minuar no decorrer do século VII. Primeiramente, não existe mais o butim das guerras externas. Também não existem mais os subsídios bizantinos. O rei não é de maneira alguma um latifundiário; não vive apenas de suas terras.⁶⁸³ Para se assegurar disso basta ler Gregório de Tours. Evidentemente, muitas terras e *villae* constituem o seu fisco. Ele pode conceder muitas delas, e até mesmo esbanjá-las em proveito de amigos e das igrejas.*

Mas não vejo, em Gregório de Tours, o papel político que tal propriedade desempenha. Além disso, enquanto é poderoso, o rei pode retomar o que deu. Não compreendo bem como, em meio às contínuas partilhas, ele poderia estabelecer o seu poder com base no fisco fundiário, incessantemente repartido. Tudo indica que o imposto constitui o essencial das suas rendas. Fustel de Coulanges reconhece que, isoladamente, o fisco era suficiente para enriquecer a realeza e prover todas as necessidades do governo.⁶⁸⁵

† Ver nota na p. 55 desta edição. [N.T.]

†† Nome dos integrantes da guarda pessoal dos reis merovíngios. [N.T.]

* A própria imensidade das doações fundiárias feitas pelos reis — que, segundo Lot, Pfister e Ganshof, dão ao clero uma riqueza maior do que em qualquer outra época — indica que eles não deviam dar grande importância nem a essas terras, nem aos seus produtos, nem mesmo ao imposto que delas provinha. É forçoso admitir que o *teloneum* era, de longe, a parte mais importante dos seus recursos.⁶⁸⁴

Por que esse imposto, legado de Roma e jamais suprimido, rendia cada vez menos? Segundo Fustel de Coulanges, a causa disso deve ser buscada na resistência dos bispos e nas imunidades concedidas aos grandes senhores, tanto leigos quanto eclesiásticos. O próprio rei solapa a base do seu poder.⁶⁸⁶ Do mesmo modo, os rendimentos do *tonlieu* se reduzem, cada vez mais, como consequência das isenções que ele teria concedido.

Porém, ainda seria preciso encontrar uma razão para essa política dos reis, que culmina na destruição da própria base do seu poder. Eles, sem dúvida, concedem franquias, mas não abandonam os direitos da coroa. Além do mais, as isenções de imposto, ou seja, do *tonlieu*, só afetam alguns mosteiros, e seguramente não é por meio deles que se mantém a grande circulação das mercadorias, que tem origem no comércio. Com o comércio diminuindo, o imposto indireto — os pedágios, digamos — deve ter diminuído na mesma medida. Ora, de acordo com o que vimos acima, a desaceleração do comércio deve ter começado por volta de 650, o que corresponde exatamente ao avanço da anarquia no reino. No final do século VII os recursos pecuniários do rei debilitam-se enormemente. Temos uma curiosa prova disso no fato de que, em 695, o rei concede a *villa* de Nassigny ao abade de Saint-Denis, mediante a renúncia deste a uma renda perpétua de trezentos soldos que ele recebia do tesouro. Assim, o rei prefere recursos em dinheiro a terra.⁶⁸⁷

Esses recursos dependem sobretudo dos pedágios sobre a circulação comercial. É infinitamente mais fácil recebê-los do que receber o imposto fundiário, e eles quase não provocam resistência. Não parece que os bispos interfiram em relação a isso. O imposto fundiário é conservado ao lado do *tonlieu*, mas rendendo cada vez menos. Especulando com a crescente fraqueza do rei, os grandes senhores arrancam dele cada vez mais privilégios de imunidade. O erro é ver nas imunidades a causa da fraqueza do rei. Elas são, na realidade, uma consequência disso.

Parece evidente que o enfraquecimento do tesouro (que provoca o enfraquecimento da realeza e do Estado) é, sobretudo, uma consequência da crescente anemia do comércio.* Ora, essa anemia é devida à desapareição do comércio marítimo provocada pela expansão do Islã nos litorais do Mediterrâneo. Essa decadência do comércio atinge sobretudo a Nêustria, onde estão as cidades comerciais. Por isso, essa região do reino, que havia sido a base do poder real, pouco a pouco cede lugar à Austrásia, onde a vida está menos baseada na economia monetária. Quanto ao imposto, ele não é cobrado dos bávaros e dos turíngios. No que concerne aos saxões, sabemos que eles pagam quinhentas vacas como tributo.⁶⁸⁸ Portanto, a decadência do comércio afeta muito menos as regiões do norte, essencialmente agrícolas. Após a ruína da economia urbana e comercial, explica-se facilmente que o movimento de restauração se origine nelas. A decadência do comércio concentra toda a vida na terra e confere à aristocracia um poder que não mais podia ser revertido. Na Nêustria, a aristocracia logo se esforça para tirar proveito da crescente fraqueza do rei. A realeza procura resistir. A política de Brunehaut reaparece — tanto quanto permitem entrever as nossas escassas informações — na de Ebroin, prefeito do palácio. O despotismo de que o acusam, desde 664, explica-se por sua tentativa de conservar a administração real, ou seja, a administração à romana, com seu pessoal real, que pretende se impor a todos, mesmo aos grandes senhores.

Pode-se considerar o assassinato de Ebroin, em 680 ou 683, como marco do fracasso da luta dos reis contra os grandes senhores. Nesse momento, que praticamente coincide com a tomada de Cartago, o comércio marítimo está reduzido a quase nada.

* Não exagero a importância do comércio. Sem dúvida, de um ponto de vista absoluto, ele era pouca coisa, mas o comércio da Idade Média também não tinha uma amplitude considerável e, no entanto, que consequências tiveram as proibições das lãs inglesas, por exemplo, nos séculos XIII e XIV!

Doravante o rei está nas mãos da aristocracia. Para ainda resistir, talvez ele devesse buscar apoio na Igreja. Mas a própria Igreja cai na anarquia. Para se dar conta disso, basta ler as listas episcopais levantadas pelo monsenhor Duchesne.⁶⁸⁹ Elas mostram que a desordem das igrejas é infinitamente maior no sul da Gália que no norte. De maneira geral, os bispos do sul, cuja influência havia sido preponderante na Igreja da Gália, desaparecem por volta de 680 para só reaparecerem por volta de 800. Sem dúvida, é preciso levar em conta o acaso, que nos roubou alguns nomes, mas o fato é generalizado demais para que não se deva admitir uma causa profunda.

Em Périgueux, após Ermenomaris (673-675), não haverá mais bispos antes do século X.⁶⁹⁰ Ocorre o mesmo em Agen.⁶⁹¹ Em Bordeaux, eles não são mais encontrados de 673-675 a 814;⁶⁹² em Mende, de 627 a Luís, O Pio;⁶⁹³ em Limoges, uma interrupção de um século se evidencia na sucessão dos bispos após Emenus,⁶⁹⁴ e em Cahors, após Beto (673-675);⁶⁹⁵ em Auch, os bispos só reaparecem em 836.⁶⁹⁶ Nenhum bispo é mencionado em Lectoure,⁶⁹⁷ em Saint-Bertrand-de-Comminges, em Saint-Lizier, em Aire e em Autun, de 696 a 762;⁶⁹⁸ em Chalon, de 675 a 779;⁶⁹⁹ em Genebra, de 650 a 833;⁷⁰⁰ em Die, de 614 a 788;⁷⁰¹ em Arles, de 683 a 794.⁷⁰² Interrupções semelhantes são constatadas em Orange, Avignon, Carpentras, Marselha, Toulon (679-879), Aix (596-794), Antibes (660-788), Embrun (677-828), Béziers (693-788), Nîmes (680-788), Lodève (683-817), Uzès (675-788), Agda (683-788), Maguelona (683-788), Carcassonne (683-788) e Elne (683-788).⁷⁰³ Segundo Lot, o último concílio realizado na Gália teria sido o de 695; não haveria outro antes de 742.⁷⁰⁴

Observa-se, além disso, a desaparecimento dos sínodos no último terço do século VII. Eles não existem mais no século VIII, sob o governo de Pepino e Carlomano. Do mesmo modo, Leblanc constata que as vocações escasseiam.

Se pensarmos na considerável influência que os bispos exercem desde o século VII nas cidades, devemos concluir pela decadência das instituições urbanas; sem dúvida, aquilo que elas haviam conservado da sua cúria desaparece no meio dessa anarquia.

A vida urbana, tal como o comércio a havia conservado, se apaga. Agora que o mar está fechado, secou a fonte mediterrânica do comércio (que as invasões do século V não esgotaram).

É característico que as grandes famílias senatoriais, que forneciam o pessoal eclesiástico das dioceses e o alto escalão laico da administração, se tornem cada vez mais raras em um meio tão profundamente transformado.* A partir da metade do século VII a sociedade se desromaniza rapidamente. Isso estará feito, ou praticamente feito, no começo do século VIII. É a mesma população, mas não é mais a mesma civilização.

É possível atestar isso com algumas provas. Segundo a *Vita* de São Desidério de Cahors (morto em 655),⁷⁰⁶ a cidade, florescente sob o seu episcopado, depois dele cai no marasmo. Do mesmo modo, Lyon — onde temos notícia de um grande mercador ainda em 601 — cai em uma espantosa decadência que atinge o máximo quando, por volta de 800, Leidrade escreve um relatório a Carlos Magno.⁷⁰⁷

Como consequência da decadência do poder real, a anarquia apodera-se da Gália e a conduz ao fracionamento. A partir de 675-680 a Aquitânia torna-se um ducado à parte, que vive a própria vida.

Em compensação, a Austrásia, que não foi afetada pela desaparecimento do comércio e das cidades, onde a administração real era menos desenvolvida e onde a sociedade gravitava por inteiro em torno dos grandes domínios, assume uma preponderância cada vez mais acentuada. À frente da sua aristocracia

* A última menção de uma pessoa senatorial na Gália é do início do século VIII.⁷⁰⁵

aparece a família dos Pepino — grandes proprietários na Bélgica⁷⁰⁸ —, cujo papel já tinha sido considerável nos acontecimentos que levaram à queda de Brunehaut. Já por volta de 640, Itte, esposa de Pepino I (de Landen), funda o mosteiro de Nivelles, e suas liberalidades permitem que o apóstolo irlandês São Feuillen estabeleça em Fosses o *monasterium Scottorum*. Lierneux — um bem da família — é doado por Pepino II, entre 687 e 714, ao mosteiro de Stavelot-Malmedy.⁷⁰⁹

Em 691, Begge, esposa de Ansegise e mãe de Pepino II, funda em Andenne um mosteiro para o qual se retira e onde termina seus dias em 693. Pepino II concede a Santo Ursmar, abade de Lobbes, entre 697 e 713, as *villae* de Leernes e de Trazegnies.⁷¹⁰ Eles têm um poderoso castelo fortificado em Chèvremont, que faz parte do seu domínio de Jupille. Não longe, em Herstal, às margens do rio Meuse, encontra-se uma das suas moradias favoritas, frequentemente mencionada como um *palatium* a partir de 752.

Nessa região mosana os Pepino estão totalmente em casa, nas orlas da floresta de Ardenne. Como verdadeiros rurais que são, nutrem antipatia, ao que parece, pela residência de Metz, que foi a capital da Austrásia. É em Liège que Grimoaldo, o filho de Pepino II, é morto em 714 por um frísio. Em 741, depois da morte de Carlos Martel, Carlomano e Pepino, O Breve enclausuram sua irmã Grifon em Chèvremont.

Às suas terras valonas acrescentam-se muitas outras na Alemanha, mas o seu berço é a região de Liège, essa terra onde o nome Pepino ainda é tantas vezes encontrado na Idade Média — e ainda em nossos dias — na forma de Pepinster.

Pela primeira vez uma família do Norte, pelo menos meio germânica, sem vínculos senatoriais e, em todo caso, livre de qualquer aliança romana, desempenha o papel principal. Os carolíngios não estão adaptados ao meio neustriano, que, por seu lado, lhes é hostil. Isso explica que, se o primeiro Pepino já con-

segue impor ao rei a sua incontestável influência quando este está morando na Austrásia, em compensação ele não exerce nenhuma ação sobre o soberano quando se estabelece na Nêustria.⁷¹¹ Sem dúvida houve, por causa disso, um descontentamento entre os grandes senhores da Austrásia, na sequência do que Dagoberto I teria nomeado vice-rei o seu filho, o futuro Sigeberto III, em 632.

Assim, nessa Francia onde não se vê a menor hostilidade nacional nos tempos em que a realeza permanece forte, a separação começa a se fazer no momento em que a realeza cai em decadência, sob a forma da oposição evidente que se manifesta entre o romanismo e o germanismo.*

Nessas terras do Norte, domínios da Lei Sálica e da Lei Ripuária,[†] os costumes são muito mais rudes que no Sul. Ainda são encontrados ali até mesmo alguns pagãos. À medida que o poder do rei declina, as influências das aristocracias regionais se fazem cada vez mais preponderantes e se manifestam muito claramente no recrutamento das autoridades e do clero.**

Ora, os Pepino são os chefes dessa aristocracia austrasiana que procura se livrar da tutela do palácio e apoderar-se hereditariamente das funções, e que dá mostras de uma acentuada antipatia pelos romanos da Nêustria. Quando se impõem como prefeitos do palácio à monarquia, sua ação logo se faz sentir como claramente hostil ao absolutismo real; ela é antirromana e, poderíamos dizer, “antiantiga”.

* Talvez seja possível perceber isso na *Vita S. Eligii*, onde é dito ao santo, durante o seu apostolado no norte da Gália: *Numquam tu, Romane, quamvis haec frequenter taxes, consuetudines nostras evellere poteris.*⁷¹²

[†] No período merovíngio não havia uma lei universal, aplicada igualmente a todas as pessoas. A lei se aplicava a cada qual de acordo com sua origem. A Lei Sálica é o código datado do reinado de Clóvis I no século V, mas os francos ripuários estavam sujeitos à sua própria Lei Ripuária. [N.T.]

** H. Wieruszowski constata que no governo dos Pepino, o clero se germaniza, mas isso certamente começou pela Austrásia.⁷¹³

Na Nêustria, Ebroin representa a tendência oposta à dos Pepino. Sendo o rei menor, ele havia sido designado pelos grandes senhores para exercer o poder.⁷¹⁴ Logo ele pretende dominar a aristocracia — à qual, aliás, não pertence —, impedir a hereditariedade das famílias palatinas e colocar nos cargos, ao que parece, pessoas de baixo nascimento que lhe deviam tudo (656). Entra em choque, naturalmente, com a resistência das grandes famílias, à frente das quais figura São Léger, bispo de Autun desde 659.

Delineia-se a luta entre os defensores do poder real e a aristocracia. Mas os próprios reis não participam disso. Com a morte de Clotário III (673), Ebroin, que teme a intervenção dos grandes senhores, faz logo Thierry III subir ao trono. Os grandes, que pretendem agora interferir na escolha do rei, recusam-se a reconhecê-lo e designam como rei o seu irmão Childerico II.⁷¹⁵

Dessa vez, é um representante da aristocracia, São Léger, que exerce de fato o poder. Ele impõe ao rei amplas concessões aos grandes senhores: doravante, os altos funcionários não podem ser enviados de uma região para outra. Assim se afirma ainda mais a influência dos grandes senhores, cuja autoridade passa a ter uma espécie de caráter hereditário. No entanto, essa medida, imposta pela aristocracia, não é vantajosa para os seguidores de Pepino. Nela discernimos essa oposição, já assinalada, entre sul e norte. Ela teria como motivação, em parte, impedir que o novo rei, entronizado com o apoio da aristocracia austrasiana, impusesse na Nêustria alguns grandes vindos da Austrásia.⁷¹⁶

A prefeitura do palácio é suprimida na Nêustria e na Borgonha, e Vulfoaldo permanece prefeito do palácio na Austrásia. Parece que buscam estabelecer no palácio um rodízio entre os grandes senhores. Mas os grandes não se entendem. Childerico II se aproveita disso para desvencilhar-se de Léger, que ele relega para Luxeuil (675). A resposta não se faz esperar. No mesmo ano, Childerico II morre assassinado. Thierry III o sucede.

Esse assassinato, no entanto, pela reação que produz, tem como consequência devolver o poder a Ebroin, elevado à dignidade de prefeito do palácio. Disso resulta, diz Fustel de Coulanges,⁷¹⁷ “um imenso deslocamento nas funções e nas dignidades”. Todo o pessoal do palácio é removido. Léger é condenado à morte, após ter sido cegado, segundo o costume bizantino.⁷¹⁸ Todo o partido aristocrático forma um bloco contra Ebroin e deposita agora toda a esperança em Pepino, que, na Austrásia, assumiu a dignidade de prefeito do palácio com a morte de Vulfoaldo. Com que qualificação? Sem dúvida, como descendente de Pepino I e de Grimoaldo,* ou seja, em virtude precisamente do princípio de hereditariedade que Ebroin combate na Nêustria. Pepino exerce na Austrásia um poder de fato; os cronistas ressaltam isso muito bem dizendo sobre ele: “*dominabatur in Austria*”.⁷¹⁹ A diferença entre o poder que ele pretende deter e aquele que exerce Ebroin é flagrante. Contrariamente a Ebroin, ele não é um funcionário. Deve o poder às uniões de sua família e à sua qualidade de chefe reconhecido de uma aristocracia que, cada vez mais, se agrupa em torno dele. Afirmam os *Annales Mettenses*: “Muitos grandes senhores da Nêustria, tratados cruelmente por Ebroin, passaram da Nêustria para a Austrásia e se refugiaram junto a Pepino.” Assim, a Austrásia, franca de raça, torna-se a protagonista da aristocracia.⁷²⁰

Desde a morte de Dagoberto II em 679 — isto é, desde o seu assassinato, talvez por instigação de Ebroin —, não existe mais rei na Austrásia. Pepino, que sucede como prefeito a Vulfoaldo, destituído nessa ocasião, marcha contra Ebroin, mas é vencido perto de Laon.⁷²¹ Ebroin morre assassinado pouco depois, em 680 ou 683, pelas mãos de Ermenfridus, que busca refúgio na Austrásia junto a Pepino, o qual, quase certamente, esteve envolvido nesse incidente.

* Ansegise, pai de Pepino, não foi prefeito do palácio.

Morto Ebroin, Waratton o sucede na Nêustria como prefeito do palácio; ele logo faz a paz com Pepino, mas é derrubado pelo filho Gislemar, que marcha contra Pepino e o vence em Namur. Gislemar morre assassinado, ao que parece. Waratton, novamente prefeito do palácio, confirma a paz que ele havia assinado com Pepino em 683. Morre em 686 e seu genro Berchier o sucede.⁷²²

Contra ele logo se manifesta a oposição dos grandes senhores; a maioria deles, entre os quais o bispo de Reims, alia-se a Pepino. Este marcha contra Berchier e o rei Thierry III, que são vencidos em Tertry, perto de Saint-Quentin, em 687. Berchier é assassinado em 688 e Pepino é reconhecido pelo rei como prefeito do palácio. Doravante, é o único prefeito do palácio para todo o reino. Porém, considera-se tão pouco servidor do rei que nem mesmo se estabelece em sua corte. Deixa ao lado do rei um de seus homens de confiança, *Nordebertum quondam de suis*,⁷²³ e retorna para a Austrásia.

Os prefeitos do palácio carolíngio

Em 688, portanto, o prefeito do palácio da Austrásia impôs sua tutela ao reino, mas não ficou junto do rei. Bastou-lhe vencer seu rival, prefeito do palácio da Nêustria, e tomar seu lugar. Os negócios do reino só o interessam à medida que servem para fortalecer sua posição no Norte. Para ele, isso é o essencial. Ela estava ameaçada pela vizinhança da Frísia, onde o paganismo ainda reinava e cujo príncipe, Ratbod, talvez já estivesse então incitado pelos neustrianos, inimigos de Pepino. Em todo caso, a luta que rebentou em 689 voltou-se contra ele. Ratbod foi vencido em Wyk-lez-Duurstede e teve de ceder a Frísia do Oeste ao vencedor.⁷²⁴ Compreende-se até que ponto a sua vitória deve ter aumentado de todas as maneiras o prestígio de Pepino. É nesse país que no ano seguinte (690) aparece o anglo-saxão Willibrord, que dá início à conversão dos frísios e é o pri-

meio intermediário entre os carolíngios e a Igreja anglo-saxã. As relações entre essas duas potências teriam importantes consequências. Um pouco mais tarde, vemos Pepino proteger outro missionário anglo-saxão, Suitberto, a quem sua mulher, Plectrude, deu, em uma ilha do Reno, um domínio onde ele construiu o mosteiro de Kaiserswerth.⁷²⁵

Com os frísios vencidos, Pepino volta-se de 709 a 712 contra os alamanos, que haviam criado um ducado independente. Ele não parece ter alcançado grandes vantagens ali.⁷²⁶ Até sua morte (dezembro de 714) não vê mais a Nêustria, mas continua a assegurar-se dela por meio de um interventor. Com efeito, em 695, com a morte de Norberto, ele oferece a Childeberto III o seu próprio filho, Grimoaldo, como prefeito do palácio. A família carolíngia segura assim toda a monarquia. Ela a segura tão bem que, quando do assassinato de Grimoaldo, algumas semanas antes da sua própria morte, Pepino encaminha como sucessor, na Nêustria, Teodebaldo, o filho bastardo de Grimoaldo, com seis anos de idade.⁷²⁷ Como se vê, ele considera a prefeitura do palácio como um bem de família, uma espécie de realza paralela à outra.

Porém, ele puxou demais a corda. Os aristocratas neustrianos viam-se muito sacrificados aos carolíngios. No entanto, estes últimos tomam algumas medidas em favor deles, como, por exemplo, a designação dos condes pelos bispos e pelos grandes senhores, sem que o rei Dagoberto III tenha, aliás, feito nada para se opor a isso.

Em 715, algumas semanas depois da morte de Pepino II, os grandes da Nêustria se sublevam contra Plectrude, mulher de Pepino que, como uma rainha merovíngia, exerce a regência por Teodebaldo. Não se pode ver nisso um movimento nacional. Trata-se apenas da reação de uma aristocracia que quer se livrar da tutela dos prefeitos pepinidas e retomar a direção do palácio. Vê-se muito bem que há então uma reação contra a clientela que Pepino havia colocado no poder.⁷²⁸

Os grandes senhores conduzem Raginfredo à prefeitura do palácio, mas um bastardo de Pepino, Carlos, o primeiro com esse nome germânico (*vocavit nomen ejus lingua propria Carlum* [denominou Carlos na própria língua dele]),⁷²⁹ que tem 25 anos e escapou da prisão na qual Plectrude o mantinha encarcerado, toma a frente dos fiéis austrasianos. Contra ele, Raginfredo alia-se a Ratbod. Ao mesmo tempo, os saxões atravessam a fronteira. Quanto ao jovem Dagoberto III, ele morre nesse momento, provavelmente assassinado. Seu filho, o menino Thierry, é enviado ao mosteiro de Chelles, e os grandes senhores escolhem como rei Chilperico II, filho de Childerico I, assassinado em 673, que estava relegado em um claustro. Depois de 25 anos, é o primeiro merovíngio que sobe ao trono na idade adulta e será o último. A realeza não é mais do que um instrumento manipulado pela aristocracia.⁷³⁰

Carlos, atacado ao mesmo tempo por Ratbod — que subiu o Reno de barco com os frísios até Colônia — e pelos neustrianos conduzidos pelo rei e Raginfredo, foge para o planalto de Eifel.⁷³¹ Mas ataca e vence os neustrianos em Amblève durante a retirada destes, em 716. Ele teria de bom grado feito a paz, sem dúvida, com a condição de recuperar a prefeitura do palácio.

A recusa de seus adversários o força a combater. Ele os vence em Vincy, perto de Cambrai, em 21 de março de 717. Após ter devastado os arredores de Paris, torna a voltar para a Austrásia e escolhe como rei Clotário IV, aparentado com os merovíngios, mas do qual nada se sabe.⁷³² Retornando a seus domínios, depõe o bispo de Reims, Rigoberto, que não o havia apoiado, e concede o bispado a Milon, bispo de Treves *sola tonsura clericus* [clérigo com uma tonsura], que acumula duas dioceses nas mesmas mãos, sem levar em consideração o direito canônico.* Para ele, a Igreja é apenas um meio de obter se-

* Fustel de Coulanges não quer acreditar, contra as evidências, em uma reação germânica.⁷³³ É bem verdade que ela é inconsciente.

guidores.⁷³⁴ Existe ali um capital magnífico do qual ele pode dispor.*

Prefeito do palácio, Carlos se comporta como soberano. Em 718, empreende uma expedição punitiva contra os saxões, cujo território arrasa até o rio Weser.

Em 719, Chilperico e Raginfredo, abandonando seus aliados do Norte, entendem-se com Eudes — que criou para si um ducado na Aquitânia —, que vem juntar-se a eles em Paris para marchar contra Carlos. Uma coalizão romana se forma contra este último. Mas os confederados não ousam confrontar-se com Carlos, que avança contra eles. Eudes conduz Chilperico, com os tesouros que carrega, para a Aquitânia. Mas Clotário IV morre. Carlos faz a paz com Eudes e reconhece Chilperico II como rei de toda a monarquia.⁷³⁷

Esse último morre em 720. Os francos lhe dão como sucessor Thierry IV, filho menor de Dagoberto III. Quanto a Raginfredo, será que permanece prefeito? Ele se refugia em Angers, onde, em 724, se revolta contra Carlos. Será a última reação dos neustrianos. Carlos, que faz a paz com Eudes da Aquitânia, pode dedicar-se às suas guerras do Norte. Em 720 ele retoma a luta contra os saxões para continuá-la, ao que parece, em 722. Ao mesmo tempo, sustenta a atividade de Willibrord entre os frísios e, sem dúvida, também os esforços de São Bonifácio, que Gregório II (715-731) sagrou bispo dos povos pagãos da Alemanha.

* Pela história da abadia de São Pedro de Gand podemos nos dar conta do que se passou. Os inimigos do abade Celestino vão até o *princeps* Carlos, acusando Celestino de ter escrito a Raginfredo. Como consequência, Carlos *privavit eum a coenobiali monachorum caterva ac de eadem qua morabatur expulit provincia. Villas quoque que subjacebant dominio monasterii Blandiniensis, suos divisit per vasallos absque reverentia Dei*. Essa situação durou, diz o historiógrafo, até os tempos de Luís, O Pio. Portanto, é o saque dos bens da Igreja, incluindo os dos mosteiros, que recompensa os vassallos fiéis. E é com sua clientela que Carlos faz a sua fortuna.⁷³⁵ Carlos chega mesmo a mandar matar alguns eclesiásticos sem se preocupar com os sínodos, como por exemplo, em 739, o abade Wido de Saint-Vaast de Arras, chefe de uma conspiração.⁷³⁶

Em 725, ele realiza uma primeira expedição para submeter a Baviera. Favorecido pelos desentendimentos que reinavam na família ducal, avança até o Danúbio depois de ter preparado a campanha, fazendo um acordo com os lombardos. Em 728, uma segunda expedição não pode, no entanto, torná-lo senhor da Baviera, que conserva a autonomia sob o governo do duque Huberto. Em 730 nós o encontramos na Alemanha, que ele parece ter reunido à Francia. Em 734, subjuga a Frísia, conquistada desde então pelo cristianismo. Enfim, em 738, parte novamente em uma expedição contra os saxões. Todas essas guerras do norte tiveram como resultado anexar a Frísia e a Alemanha.

Porém, Carlos teria que se voltar contra o Islã. Em 720, os árabes da Espanha, tendo atravessado os Pirineus, haviam se apoderado de Narbona e feito o cerco a Toulouse. Na primavera de 721, Eudes marcha contra eles, os vence sob os muros de Toulouse e os expulsa da Aquitânia, mas não consegue retomar-lhes Narbona.⁷³⁸ Em 725, os sarracenos realizam uma grande investida, apoderam-se de Carcassonne, ocupam por tratado — ao que parece — toda a região até Nîmes, tornam a subir o vale do Reno e, no mês de agosto, estão diante de Autun, que pilham antes de retornar para a Espanha, carregados com o butim.

Sentindo-se ameaçado na Aquitânia, Eudes, para se garantir, concede a filha em casamento a Othman, o chefe árabe da fronteira.

Nesse momento, os árabes estão tão agitados pelas perturbações civis quanto os cristãos. Em 732, Abd-er-Rhaman, governador da Espanha, que acabou de matar Othman, atravessa os Pirineus, sitia Bordeaux, derrota Eudes na passagem do Garonne e, devastando tudo, sobe na direção do Loire. Eudes apela para a ajuda de Carlos, que, em outubro de 732, à frente de um exército essencialmente composto de austrasianos, vence e repele o invasor e depois retorna, sem seguir adiante.

No ano seguinte, 733, ele chega a Borgonha e impõe-se a Lyon; existe aí uma tentativa certa de embargo sobre o Sul; al-

guns *leudes probatissimi* são encarregados de vigiar a região.⁷³⁹ Pelo lado da Aquitânia, ele conta, sem dúvida, com Eudes. Não parece haver em tudo isso medidas direcionadas contra o Islã. Em 735, Eudes morre e Carlos atira-se sobre seu território. Ocupa suas cidades e seguramente deixa nelas alguns vassalos. Nada faz contra os árabes que se espalham de Narbona até Arles, sem dúvida em virtude do tratado assinado anteriormente. Não há indícios de que tenha manifestado contra eles a menor resistência. Assim, todas as costas do golfo de Lyon são ocupadas pelo Islã. Segundo a crônica de Moissac, os sarracenos teriam permanecido por quatro anos na região, entregando-se à pilhagem.⁷⁴⁰

Carlos, não podendo subjugar a Aquitânia, nela deixa Chunoldo, filho de Eudes, como duque, mediante um juramento de vassalagem.⁷⁴¹ Depois, dirige-se para o vale do Reno, que submete até Marselha e Arles. Dessa vez, trata-se mesmo de uma tomada de posse pelas gentes do Norte. Mas ela provoca uma reação, à frente da qual surge um certo “duque” Maurontus. As fontes não permitem compreender exatamente o que se passa. Parece que Maurontus atua em acordo com os sarracenos. Em 737, estes apoderam-se de Avignon. Depois de ter feito o cerco, Carlos toma a cidade, desce o Reno e vem atacar Narbona, que os árabes resgatam. Carlos retorna, queimando no caminho Nîmes, Agda e Béziers.^{742*}

Evidentemente, ele quer aterrorizar essa população meridional, pois é insensato acreditar que teria destruído essas cidades para impedir outra invasão árabe. Porém, enquanto volta para combater em Saxe, os muçulmanos expandem-se novamente até a Provença e tomam Arles. Carlos pede o auxílio dos lombardos contra eles. Luitprando, cujas fronteiras eles ameaçam,

* Já tinha havido, na Provença, uma revolta contra Pepino de Herstal, dirigida pelo patrício Antenor.⁷⁴³ É impossível deixar de ver em tudo isso uma hostilidade nacional. As *Formulae Arvernenses* apresentam, como causa da desapareição de documentos que é importante reconstituir, a *hostilitas Francorum*.⁷⁴⁴

atravessa os Alpes e os expulsa. Maurontus, no meio de tudo isso, resiste sempre. Em 739, Carlos, com seu irmão Hildebrando, marcha contra ele e reconquista o território até o mar.

Entrementes, Carlos morre em 21 de outubro de 741. Desde a morte de Thierry IV, em 737, ele havia governado sem rei. Antes de morrer, divide o Estado — ou, se preferirem, o governo — entre os dois filhos: Carlomano, o mais velho, ao qual dá a Austrásia, e Pepino. A Baviera e a Aquitânia escapam dessa partilha; permanecem ducados autônomos. Embora feito o *consilio optimatum suorum* [conselho de seus melhores], esse arranjo logo provoca dificuldades: Grifon, bastardo de Carlos, revolta-se; seus irmãos o encarceram em Chèvremont. Depois, a Borgonha se agita, os alamanos e os aquitanos correm para as armas, enquanto os saxões recomeçam a luta. Os dois irmãos marcham primeiramente contra os aquitanos do duque Chunoldo — que o continuador de Fredegário denomina “romanos” —, perseguem-nos até Bourges e destroem o castelo de Loches; lançam-se então sobre os alamanos, cujo território percorrem até o Danúbio e submetem.⁷⁴⁵ Depois, em 743, derrotam o duque da Baviera e fazem dele um vassalo.

Nesse mesmo ano, e sem dúvida por causa dessas perturbações, eles decidem recolocar no trono, que seu pai deixou vago, o último merovíngio, Childerico III (743-757), cujas relações de parentesco com os reis precedentes são obscuras.

Em 747, Carlomano renuncia ao governo e se torna monge no Monte Cassino. Pepino fica sozinho no governo ao lado do seu rei fantasma. Ele ainda tem algumas dificuldades com Grifon, que recolocou em liberdade e que subleva os saxões e os bávaros. Porém, trata-se de um incidente passageiro e sem consequências.

Finalmente, o ano 749-750 é pacífico.⁷⁴⁶ Pepino pode considerar seu poder consolidado. Ele nasceu em 714. Aos 36 anos, está em pleno vigor. Será que vai continuar a usar esse título subordinado, prefeito do palácio? Como poderia? Agora ele tem

vassallos em toda parte. Todos, salvo na Aquitânia, estão ligados a ele por juramentos, e a situação dos seus fiéis depende da sua potência. Ele está seguro de seu poder, que é legitimado, além do mais, por sua hereditariedade de fato.

Mesmo a Igreja, que seu pai tão duramente maltratou e cujos despojos estão nas mãos dos seus aliados, alia-se a ele. Em 742, Carlomano, instigado por Bonifácio, convoca um sínodo na Austrásia, o primeiro em algumas dezenas de anos, para recolocar ordem nessa Igreja terrivelmente degradada.⁷⁴⁷ Em 744, um segundo sínodo reúne-se em Soissons e logo depois realiza-se um terceiro sínodo austrasiano.

Em 745, após esses esforços de reforma que partiram sobretudo do Norte — enquanto, até o começo do século VIII, todo o movimento eclesiástico vinha do Sul —, ocorre a primeira assembleia geral da Igreja franca, sob a presidência de São Bonifácio. Dessa vez, vemos intervir nela a influência do papa: é ele quem manda convocar a assembleia.

Pepino e Carlomano, por meio de Bonifácio, são portanto conduzidos ao papa. E toda a Igreja que se organiza na Alemanha os considera seus protetores, graças a Bonifácio. Como não fazer ser ratificado e sancionado pelo chefe dessa Igreja o poder que se exerce e que se possui? A conjunção com o papado é indicada. Ela vai se realizar acima de tudo porque ela é do seu interesse. Pepino sabe disso, visto que o papa já se dirigiu a Carlos Martel para pedir-lhe apoio.

A Itália, o papa e Bizâncio. A meia-volta do papado

Mesmo com a queda do governo imperial no Ocidente, a Igreja conserva fielmente a lembrança e a reverência por esse Império Romano, do qual a sua própria organização representa a imagem, com suas *civitates* [dioceses] e províncias. Ela não somente o venera. Em certo sentido, dá continuidade a ele, já que todo o seu alto escalão é formado pelos descendentes das ve-

lhas famílias senatoriais, que conservam por ele o respeito e a saudade. Toda a Igreja continua a viver sob o direito romano. Para ela, o acontecimento de 476 não teve importância.[†] Ela havia reconhecido o imperador de Ravena, e reconhece agora o imperador de Constantinopla. Reconhece-o como chefe. Em Roma, o papa é seu súdito, corresponde-se com ele e mantém um apocrisiário^{††} em Constantinopla. Comparece fielmente aos sínodos e às outras convocações.

O próprio imperador, quando as coisas estão normais, o considera e o venera como o primeiro patriarca do Império, com a primazia sobre os de Constantinopla, de Jerusalém, de Antióquia e de Alexandria.*

Essa adesão sem reservas da Igreja do Ocidente ao Império se explica principalmente porque, até Gregório, O Grande, os limites do antigo Império Romano eram os da Igreja, ou quase. Certamente, a formação dos reinos germânicos, constituídos sobre ruínas, havia dividido a Igreja entre diversos Estados submetidos a diversos reis — perante os quais, aliás, ela testemunhara, desde o início, lealdade absoluta. Se o Império não mais subsistia na realidade, mesmo assim ele era sempre uno para o papa de Roma.**

Nem mesmo no governo de Teodorico, que ele nunca desejara ver como outra coisa além de um funcionário do Império, o papa deixou de reconhecer a autoridade do imperador. O retorno triunfal dos exércitos romanos com Justiniano também havia reforçado a sua subordinação. Eleito pelo clero e o povo

[†] Referência à deposição do último imperador romano, Rômulo Augústulo, pelo bárbaro Odoacro. O episódio, na cidade de Ravena, capital do Império entre 402 e 476, é geralmente considerado o fim do Império Romano do Ocidente. [N.T.]

^{††} Tratava-se de um representante com funções semelhantes às de um embaixador. [N.T.]

* O papa obtém de Focas, contra o patriarca de Constantinopla — que havia adotado o título de ecumênico —, ser reconhecido como “a cabeça de todas as Igrejas”.⁷⁴⁸

** Ele data seus atos pelos anos de reinado do imperador.

romano, o papa, desde a entrada de Belisário em Roma, solicita a sua ratificação ao imperador. A partir de Vigílio (537-555), desde 550, o papa introduz o nome do imperador na datação dos seus atos.

Vigílio, aliás, deve a tiara ao imperador. Em 537, enquanto Vitiges sitia Roma, o papa Silvério, sob o pretexto de estar se entendendo com os godos, é deposto por Belisário e deportado para a ilha de Palmaria. Designado pelo imperador Teodósio, Vigílio o substitui na cadeira pontifical.⁷⁴⁹ Justiniano não tarda em tirar proveito disso para pretender impor ao papa o absolutismo religioso do imperador em relação ao caso dos três capítulos, isto é, do édito imperial de 543 que excomungava três teólogos do século V, pretensamente nestorianos, com o objetivo de dar uma satisfação aos monofisistas e de reconciliar com eles o Estado e os ortodoxos.

Porém, os ocidentais, sobretudo os africanos, protestam. O papa Vigílio, convidado a aprovar o édito, recusa-se a fazer isso e excomunga o patriarca de Constantinopla. Termina por ceder em 548. No entanto, diante da resistência dos bispos do Ocidente, Vigílio retira o seu consentimento. Um concílio ecumênico é convocado em Constantinopla. Mas Vigílio, embora retido nessa cidade, recusa-se a se render a isso — assim como, aliás, a grande maioria dos bispos do Ocidente —, de modo que o concílio ecumênico foi na realidade um concílio grego, presidido pelo patriarca de Constantinopla. Os três capítulos são condenados e Vigílio, não se submetendo, é exilado por Justiniano em uma ilha do mar de Marmara.⁷⁵⁰ Ele finalmente cede e é autorizado a retornar a Roma, mas morre no meio do caminho, em Siracusa, em 555.⁷⁵¹

Como havia ocorrido com o próprio Vigílio, seu sucessor, Pelágio I, consagrado em 555, é designado por Justiniano. Ele conserva como pode a paz da Igreja, que permanece dividida na questão dos três capítulos, apesar da crise trágica que as guerras fazem a Itália atravessar.

Os lombardos, que os exércitos imperiais retidos na Ásia e no Danúbio⁷⁵² não podem deter, subvertem o país. É o momento em que o Império atravessa um dos períodos mais críticos e mais conturbados de sua história. Justino II, incapaz de enviar tropas, aconselha a combater os lombardos usando ouro e a fazer, contra eles, aliança com os francos.

No entanto, no governo do imperador Tibério II (578-582) os lombardos atingem Espoleto e Benevento. O papa Pelágio II apoia os esforços do imperador junto aos francos, mas em vão. A Itália afunda na mais terrível desordem.

Mesmo assim, Roma, onde o papa exerce suas funções, e Ravena, a cidade imperial, sempre se conservam. O imperador Maurício (582-602) envia a Ravena um exarca com poderes ilimitados, mas que dispõe de efetivos insuficientes.

No momento em que Gregório, O Grande (590-604) sobe ao trono pontifical, o perigo é maior do que nunca. Em 592, com as comunicações entre Roma e Ravena cortadas, Arnulfo, o duque de Espoleto, aparece diante dos muros de Roma; a cidade é novamente ameaçada em 593, dessa vez pelo rei Agilulfo. Gregório está sozinho para defender Roma. Ele se devota a isso, por si mesmo, sem dúvida, mas também pelo imperador.

Nesse momento, o patriarca de Constantinopla, aproveitando-se da situação quase desesperadora de Roma, assume o título de ecumênico. Gregório protesta. O imperador Focas lhe dá satisfação e reconhece o papa de Roma como “o cabeça de todas as Igrejas”.⁷⁵³

Cercado por todos os lados pelos invasores que vêm atacar os muros da cidade e abandonado pelo imperador, o papa, para afirmar-se como chefe supremo da Cristandade, erige uma coluna sobre o fórum.⁷⁵⁴

Esse abandono do papa em Roma aumenta o seu poder e o seu prestígio. Em 596 ele envia as suas primeiras missões à Inglaterra, conduzidas por Agostinho. Seu objetivo, ao fazer isso, é ganhar algumas almas, e ele não tem dúvida de que dá assim

novas bases para a grandeza da Igreja Romana e para sua independência diante de Bizâncio. De longe, orienta e inspira seus missionários. Mas não estava reservado para ele ver nascer essa Igreja anglo-saxã que determinaria os destinos de Roma.

Os anos seguintes são decisivos para o papado.

Heraclius acaba de afastar de Constantinopla o perigo persa. O Império se torna novamente uma grande potência. Ele pode retomar dos lombardos a totalidade da Itália, quando bruscamente o Islã irrompe no Mediterrâneo (634). Atacada por todos os lados, Bizâncio deve renunciar a combater os lombardos. Roma é abandonada a si mesma.

A conquista das costas asiáticas e africanas do Mediterrâneo pelos muçulmanos é, para a Igreja, a mais pavorosa das catástrofes. Além do fato de que reduz o território da Cristandade apenas à Europa, ela também causaria o grande cisma que separaria definitivamente Ocidente e Oriente, Roma (onde domina o papa) e Bizâncio (onde pontifica o último patriarca do Oriente que sobrevivera à vaga islâmica).

Heraclius, após ter reconquistado dos persas a Síria, a Palestina e o Egito, onde dominavam os monofisistas, aspirava a refazer a unidade, como outrora Justiniano, por meio de algumas concessões no domínio dogmático. Os monofisistas, que só reconheciam em Cristo a substância divina, opunham-se irreduzivelmente aos ortodoxos, que viam nele, ao mesmo tempo, homem e Deus. Não parecia impossível conciliar as duas teses, pois se os ortodoxos afirmavam que existiram em Cristo duas substâncias, eles só lhe reconheciam, no entanto, uma única vida. Seria possível conseguir conciliar a ortodoxia e o monofisismo em uma única doutrina, o monotelismo.

Para reforçar a unidade do sentimento religioso e imperial contra os invasores muçulmanos, o imperador acreditou que era chegado o momento de reconciliar monofisistas e ortodoxos, proclamando a doutrina do monotelismo e impondo-a a toda a Cristandade com a publicação do *Ecthesis* (638).⁷⁵⁵

Essa manifestação chega muito tarde para salvar o Império, pois nessa época a Síria já fora conquistada pelo Islã. Em contrapartida, ela levanta Roma contra Bizâncio. O papa Honório declara herética a doutrina monotelista.

Logo o Egito sucumbe, também conquistado pelo Islã. Os dois principais centros do monofisismo estão irremediavelmente perdidos. Mesmo assim, Constantinopla não abandona o monotelismo. Constante II, em 648, publica o *Type* — modelo de fé —, proibindo qualquer querela sobre o dogma e confirmando o monotelismo.

Roma não cede e, no Sínodo de Latrão, o papa Martinho I condena ao mesmo tempo o *Ecthesis* e o *Type*, declarando-os maculados pela heresia.

À resistência do papa, o imperador Constante II responde ordenando ao exarca de Ravena que detenha Martinho, que é enviado a Constantinopla. Lá, é acusado de tentar provocar uma sublevação contra o imperador nas províncias ocidentais, aprisionado após terríveis humilhações e depois finalmente enviado para o exílio na Crimeia, onde morre em setembro de 655.

A vitória de Constantino IV sobre os árabes, livrando deles Constantinopla, é sem dúvida o ponto de partida do abandono do monotelismo pelo imperador e do retorno a Roma. A reaproximação se faz no governo de Vitaliano; Constantino IV (668-685) convoca o VI Concílio ecumênico em Constantinopla, em 680, que condena o monotelismo e reconhece o papa como “chefe da principal sede da Igreja universal”. Assim, a pressão do Islã reconduz o imperador ao Ocidente.

O VI Concílio demonstra à Síria, à Palestina e ao Egito monofisistas que Constantinopla abandonara a esperança de reconciliar-se com as províncias arrancadas do Império. A paz do imperador com Roma foi comprada ao preço do abandono total das populações monofisistas e monotelistas das províncias orientais.

Constante II, aliás, já havia indicado a mesma orientação para o Ocidente, quando, apesar das divergências de doutrinas que então o separavam do papa, foi a Roma, sendo recebido por Vitaliano, com veneração, em 5 de julho de 663. Talvez ele tivesse pensado em reinstalar-se na antiga capital do Império. No entanto, teve de reconhecer que sua presença ali era impossível, sem exército para rechaçar os lombardos ameaçadores. Após doze dias, ele parte para a Sicília e se fixa em Siracusa onde, pelo menos, podia contar com sua frota. Ali morre assassinado em 668.

Pouco tempo depois, em 677, Constantino IV expulsa a frota árabe para longe de Constantinopla, obriga o califa Moawiah a pagar-lhe tributo e assegura as possessões da Itália, assinando a paz definitiva com os lombardos.⁷⁵⁶

O Império salvou Constantinopla, conservou Roma e o exarcado de Ravena, mas está doravante confinado — depois da perda da Espanha e da África — no Mediterrâneo oriental. Nesse momento, a Igreja Romana, que também acaba de perder a África e a Espanha para o avanço islâmico, está bem longe de se voltar para o Ocidente. O Concílio de 680 parece vinculá-la muito claramente à sorte do Império tornado puramente grego. Dos treze papas que governaram de 678 a 752, só dois têm origem romana: Bento II (684-685) e Gregório II (715-731). Todos os outros são sírios, gregos ou pelo menos sicilianos. Ora, a Sicília, onde o elemento grego aumentou consideravelmente por causa da imigração que se seguiu à conquista da Síria pelos muçulmanos, está quase inteiramente helenizada no final do século VII.⁷⁵⁷

A nova orientação da Igreja em direção a Bizâncio não se explica de maneira alguma por uma maior interferência do poder bizantino sobre o pontificado. O exarca, que desde Heraclius é encarregado de ratificar os papas, quase não intervém. A eleição do papa se faz, com toda a independência, no meio

romano, e é isso que torna estranhas as constantes designações de gregos para ocupar o trono de São Pedro.

Depois da paz com os lombardos, só existem na Itália bizantina algumas tropas aquarteladas; as outras estão empregadas contra o Islã. Bizâncio não pode impor sua autoridade na eleição dos papas. Mas as tropas, assim como o clero de Roma, têm papel preponderante nessa eleição. Ora, a maior parte dos chefes militares é helenizada, assim como numerosos padres, o que explica essas nomeações sírias.

Aliás, nisso as tropas não seguem nenhuma ordem vinda de Bizâncio. Isoladas do poder e sem contato com ele, não obedecem ao exarca de Ravena e tampouco ao imperador. Em 692, quando o papa Sergius recusa-se a assinar os atos do Concílio *in Trullo* que contêm algumas cláusulas contrárias aos usos de Roma, Justiniano II ordena que ele seja detido e levado para Constantinopla. Porém, a milícia romana se rebela, e o delegado imperial deve unicamente à intercessão do papa não ter sido morto.

Embora Roma faça parte do Império, o papa desfruta nela de uma independência de fato. É, ao mesmo tempo, chefe religioso, civil e militar. Mas reconhece a sua pertença ao Império; isso fortifica singularmente a sua autoridade, já que o imperador não deixa de considerá-lo como o principal personagem da Igreja; ele próprio, por outro lado, não renuncia a presidir a Igreja universal, cuja maior parte, depois da conquista da África e da Espanha, é constituída pelas províncias do Oriente.

Assim, a ruptura momentânea que sobrevém ao incidente de 692 não era desejada nem pelo papa nem pelo imperador. O último papa recebido na capital do Império foi tratado ali com as maiores honras: o imperador teria se prostrado diante dele e beijado os seus pés;⁷⁵⁸ mais uma vez, um arranjo satisfatório para as duas partes foi concluído. A paz estava restabelecida.

No entanto, a antiga querela entre ortodoxos e monotelistas é despertada periodicamente. Em 711, o advento do imperador

monotelista Filípico provoca motins em Roma. Por outro lado, a autoridade temporal do imperador sobre a Itália se enfraquece cada vez mais. Em 710, as tropas de Ravena se revoltam. O exarca é morto e substituído por um chefe escolhido pelas próprias tropas.⁷⁵⁹ Uma vigorosa intervenção do Império se impõe. Porém, a morte de Justiniano II (711) abre um período de anarquia (711-717) que permite aos búlgaros atingirem Constantinopla, enquanto os árabes avançam por terra através da Ásia Menor, e suas frotas, dominando o Egeu e a Propôntida, atacam a capital por mar (717).⁷⁶⁰

Pode-se dizer que a Europa foi salva então pelo enérgico soldado que acabava de tomar a coroa, Leão III, O Isauriano. Graças à superioridade que lhe dava sobre a frota árabe o temível fogo grego, e graças também à aliança que soube fazer com os búlgaros, ele forçou o inimigo dizimado a retirar-se após um cerco de mais de um ano (718).

Trata-se de um fato histórico muito mais importante que a batalha de Poitiers;[†] foi o último ataque tentado pelos árabes contra a cidade “protegida por Deus”. Essa foi, diz Bury, uma data ecumênica.⁷⁶¹ Desde então, até o reinado da imperatriz Irene (782-803), os árabes foram contidos e até mesmo recuaram na Ásia Menor. Nos governos de Leão e de seu filho Constantino, o Império se reergue; pela generalização do regime dos *temas*, uma reorganização administrativa lhe devolve a coesão que faltava.⁷⁶²

Leão quis rematar sua obra com uma reforma religiosa: a iconoclastia. Talvez ela possa ser explicada, em parte, pelo desejo de diminuir a oposição entre o cristianismo e o Islã, além de se reconciliar com as províncias orientais da Ásia Menor, onde os paulicianos eram numerosos.⁷⁶³

Em Roma, a promulgação da nova doutrina teve as mais graves consequências: Leão publica seu primeiro édito contra

[†] Nessa batalha, Carlos Martel arrasou os árabes em 732. [N.T.]

as imagens em 725-726.⁷⁶⁴ O papa Gregório II o excomunga imediatamente. Começa um conflito que assume repentinamente um caráter agudo. À afirmação do imperador, que pretende impor sua autoridade à Igreja, o papa responde assegurando a separação dos dois poderes, usando um tom que nenhum dos seus antecessores empregara.⁷⁶⁵ Chega ao ponto de desafiar o imperador, convidando os fiéis a se prevenirem contra a heresia que esse acaba de proclamar. Rejeitando claramente a autoridade do imperador, ele o acusa de não poder defender a Itália, ameaça-o de se voltar para as nações ocidentais e proíbe os romanos de pagarem o imposto. Logo as tropas imperiais acantonadas na Itália se rebelam por toda parte, depõem seus chefes e escolhem outros; o exarca Paulo é morto em um motim; os romanos expulsam seu duque. Toda a Itália bizantina está em plena revolta, pronta sem dúvida para nomear um anti-imperador se o papa tivesse aconselhado. Ele não fez nada disso. Deve-se ver aí um derradeiro escrúpulo de fidelidade ou o papa não queria instalar na Itália um imperador ao seu lado?⁷⁶⁶

O imperador não cede. Um novo exarca é enviado para Ravena, mas, não dispondo de tropas, nada pode fazer. A situação é ainda mais grave porque os duques lombardos de Espoleto e de Benevento, revoltados contra o seu rei, apoiam o papa. Só resta ao imperador aliar-se ao rei dos lombardos, Luitprando, que se aproveita da ocasião para subjugar os duques revoltados.

Graças a Luitprando, o exarca entra em Roma. O papa continua a opor-se à iconoclastia, mas capitula politicamente. Aceita reconhecer a autoridade temporal do imperador, mas pretende manter independência no domínio espiritual. Em 730, protesta contra o novo édito iconoclasta promulgado pelo imperador e declara destituído o patriarca de Constantinopla.

Politicamente, no entanto, o papa agora atua de acordo com o exarca, cuja autoridade se restabelece sem contestação: um

anti-imperador proclamado na Toscana é morto, e sua cabeça é enviada a Bizâncio; Ravena, após ter rechaçado uma frota bizantina, recai em poder do exarca.

Gregório II morre em 729. Seu sucessor é o sírio Gregório III, o último papa que solicita a confirmação do imperador.⁷⁶⁷ Porém, mal é entronizado, retoma a luta contra a iconoclastia. Em 731 reúne um sínodo que excomunga os destruidores de imagens. O imperador, atacado de frente, responde-lhe tirando da jurisdição de Roma todas as dioceses ao leste do Adriático (Ilíria), a Sicília, o Bruttium e a Calábria, que entrega à autoridade do patriarca de Constantinopla.⁷⁶⁸ Além disso, ele lhe toma os domínios da Igreja na Sicília, Calábria e Bruttium, que rendem anualmente 350 libras de ouro. Assim, do ponto de vista do imperador bizantino, o papa praticamente não passa de um bispo italiano. Sua influência hierárquica e sua influência dogmática não mais se exercem sobre o Oriente, do qual é excluído. A Igreja latina é expulsa, pelo próprio imperador, para fora do mundo bizantino.

No entanto, o papa não rompe com o imperador. Talvez essa fidelidade possa ser explicada pela mudança de atitude de Luitprando — que, rompendo agora com o exarca, apodera-se de Ravena e deixa clara assim a intenção de conquistar toda a Itália. Disso resultaria para o papa, se Roma caísse, ser degradado à condição de um bispo lombardo. Assim, apesar de tudo, ele se liga à causa grega. Exorta o bispo de Grado a obter da gente das lagunas — isto é, dos venezianos — que eles usem sua marinha contra os lombardos de Ravena, desprovidos de frota. Graças a esses temerários marinheiros, a cidade é retomada e novamente ocupada pelo exarca em 735. Mas Luitprando continua temível.⁷⁶⁹ Em 738, o papa alia-se contra ele com os duques de Espoleto e de Benevento, que buscam se tornar independentes.⁷⁷⁰ Porém, Luitprando ataca o duque de Espoleto em 739, força-o a se refugiar em Roma e põe-se a pilhar a Campânia romana.⁷⁷¹

Em meio a essas constantes ameaças, o papa, apoiando-se na Igreja anglo-saxã, realiza a conversão da Germânia, ainda pagã. A Igreja anglo-saxã, organizada pelo monge grego Teodoro, o qual o papa Vitaliano nomeara arcebispo de Canterbury em 669,⁷⁷² era um verdadeiro posto avançado do papado no Norte.

É dela que partem os grandes evangelizadores da Germânia: Wynfrith (São Bonifácio), que penetra ali em 678, e Willibrord, que chega ao continente em 690. Antes de realizar a missão, ele vai a Roma pedir a bênção do papa Sérgio, que o encarrega oficialmente de evangelizar a Germânia e de nela fundar igrejas, para as quais lhe dá algumas relíquias.

Willibrord parte para pregar na Frísia, onde é apoiado em sua obra por Pepino, por razões religiosas, naturalmente, mas sobretudo políticas, já que a cristianização devia favorecer a penetração franca entre os frísios. Em 696, Willibrord retorna a Roma, recebe o nome de Clemente e o *pallium*, e é sagrado bispo de Utrecht pelo papa Sérgio.⁷⁷³

Em 15 de maio de 719, Gregório II dá um mandato a Wynfrith (Bonifácio) para continuar a evangelização da Frísia em conformidade com a doutrina de Roma. É então que ele recebe o nome de Bonifácio, por causa do padroeiro do dia.⁷⁷⁴ Durante o seu apostolado na Frísia, ao lado de Willibrord, Bonifácio não cessa de beneficiar-se da proteção de Carlos Martel. Voltando a Roma em 722, Bonifácio é nomeado bispo por Gregório II, com a missão de pregar a fé na Germânia, na margem direita do Reno.⁷⁷⁵ As cartas do papa fazem dele um missionário de Roma. Em 724, o papa o recomenda a Carlos Martel⁷⁷⁶ e por fim, em 732, Gregório III o sagra arcebispo, com autorização de nomear por conta própria os bispos nos territórios que ele conquista para Cristo.

Assim, no mesmo período em que o imperador expulsa Roma do Oriente, a missão de Bonifácio abre-lhe a perspectiva de estender-se para essas *extremas occidentis regiones*, cuja con-

versão Gregório II já havia vislumbrado. Esse grande missionário, que estende sobre a Germânia a autoridade do papa de Roma, é ao mesmo tempo, pela força das circunstâncias, o protegido desse Carlos Martel, que, por outro lado, saqueia a Igreja, despoja-a e confisca seus bens para dar feudos a vassalos. Na aflição em que se encontra na Itália, como o papa não recorreria a esse todo-poderoso protetor de São Bonifácio? Em 738, este último vai novamente a Roma, onde permanece cerca de um ano. É certo que ele não fala com Gregório III só da organização da Igreja alemã, e é necessário supor que ele o aconselha a buscar apoio em Carlos Martel, pois desde 739 o papa se põe em contato com o todo-poderoso senhor do Ocidente. Envia-lhe a sua “grande condecoração”, as chaves do sepulcro de São Pedro, e, em troca da proteção que solicita a ele contra os lombardos, se oferece para abandonar o imperador.⁷⁷⁷

Carlos não podia se indispor com o rei dos lombardos, que acabara de realizar para ele uma expedição contra os sarracenos na Provença. Limita-se a responder a Gregório III enviando-lhe uma embaixada encarregada de levar-lhe a promessa de apoio — que, aliás, não veio.⁷⁷⁸ Em 741, morrem ao mesmo tempo Gregório III, Carlos Martel e o imperador Leão III. O primeiro é sucedido por Zacarias, o segundo, por Pepino e o terceiro, por Constantino V Coprônimo (741-775), um iconoclasta fanático.

Diante da perseguição religiosa, 50 mil monges gregos refugiam-se em Roma, banidos pelo imperador e exasperados contra ele. Zacarias não se faz ratificar pelo imperador. Mas, logo depois de eleito, conclui com Luitprando uma trégua de vinte anos. Luitprando aproveita-se disso para atacar novamente o exarcado em 743. Então, apesar de tudo, o papa toma o partido do imperador e, a pedido do exarca, obtém de Luitprando que ele assine em Ravena uma trégua com o Império.⁷⁷⁹

Entretanto, por intermédio de Bonifácio, as relações do papa com Pepino, muito mais favorável à Igreja do que era seu pai, tornam-se cada vez mais íntimas. Além do mais, Pepino, des-

vencilhado de Carlomano, prepara seu golpe de Estado. Para realizá-lo, deve apenas querer. Mas não quer deixar nada ao acaso. Sabendo que pode contar com o favor de Zacarias, tenta junto a ele a sua célebre diligência.

Em 751, Burchard, bispo de Wurtzburgo — um dos novos bispos criados na Germânia —, e o abade Fulrad vão a Roma apresentar ao papa a famosa questão de saber quem, entre aquele que usa o título de rei e aquele que de fato exerce os poderes, deve cingir a coroa. A resposta de Zacarias, favorável a Pepino, deveria assinalar o fim da dinastia merovíngia. O pobre rei merovíngio, que aguardava o seu destino, foi enviado para um mosteiro sem que ninguém tenha se preocupado com ele.

A partir de então realiza-se a grande mudança de orientação. O norte decididamente leva vantagem. Nele reside o poder temporal desde que o Islã arruinou a Gália meridional, e é somente ele que pode sustentar o papado, depois que o Império Grego o expulsou do Oriente.*

O ano de 751 assinala a aliança dos carolíngios com o papado. Ela é realizada no governo de Zacarias e será completada no governo de Estevão II. Para que a inversão da situação esteja completa, é necessário que o último fio que ainda liga o papa ao Império se rompa; enquanto ele subsistir, o papado é forçado a permanecer, contra a natureza, uma potência mediterrânea. E teria permanecido assim, sem dúvida, se o Islã não lhe houvesse tirado a África e a Espanha. A Germânia, ao norte, agora tem um peso maior.

Porém, a tradição era tão forte que se o imperador, em uma hipótese improvável, tivesse conseguido expulsar os lombardos, o papa teria permanecido fiel a ele. Mas em 749, com o surgimento de Aistulfo, os lombardos retomam a política conquistadora.

* Schubert encontrou termos muito justos para caracterizar essa reversão.⁷⁸⁰

Em 751 eles se apoderam de Ravena, dessa vez com firmeza. Roma não pode mais escapar à sua sorte. Em 752 o exército de Aistulfo está diante dos seus muros. Somente um socorro imediato pode salvá-la. Estevão começa por implorar ao iconoclasta. Pede-lhe um exército que venha libertar a cidade de Roma.⁷⁸¹ Constantino V, no entanto, limita-se a enviar uma embaixada ao rei dos lombardos. Aistulfo a recebe, mas recusa qualquer concessão. O papa Estevão II implora então o auxílio de Pepino, porém, antes de dar o passo decisivo, ele mesmo vai a Pávia para conseguir que Aistulfo renuncie às conquistas. Diante do fracasso que sofre, parte para a corte de Pepino, aonde chega em janeiro de 754.

O inevitável realiza-se. A tradição, quebrada por Pepino em 751, é quebrada de novo, três anos depois, pelo papa.

O novo Império

Em 754, Estevão II encontra-se, portanto, nessas *extremae occidentis regiones* cujo caminho, desde 729, Gregório II havia indicado. O que foi fazer ali? Pedir proteção a Roma, já que Aistulfo nada quis ouvir e o enviado do imperador nada obteve. Seguramente, se as suas diligências em Pávia tivessem sido bem-sucedidas, ele não teria transposto os Alpes. Ele tem consciência, sem dúvida, da gravidade da sua atitude, mas está em uma situação desesperadora.

Em Ponthion, Pepino o espera, em 6 de janeiro de 754. Estevão suplica-lhe que intervenha contra os lombardos. E Pepino jura ao papa *exarchatum Ravennae et reipublicae jura sue loca reddere* [devolver o exarcado de Ravena e seus domínios e propriedades à sua república].⁷⁸²

A julgar por esses textos, existe em tudo isso um equívoco. A questão é devolver à *respublica* aquilo que o lombardo lhe tomou. Mas a *respublica* é o Império, ou é Roma que está no Império. Pepino, que sem dúvida não deseja fazer a guerra, envia

uma embaixada a Aistulfo. Este se recusa a escutá-la; além do mais, suscita contra ele a oposição de Carlomano, que abandona a abadia do Monte Cassino e, chegando à França, é detido e morre.⁷⁸³

Assim, o rei lombardo, desastradamente, desentende-se com Pepino. Parece que Aistulfo havia verdadeiramente decidido, dessa vez, apoderar-se de Roma e de toda a Itália. Entre o papa e ele, é Pepino quem vai decidir. Antes de partir em campanha, Pepino reúne seus grandes em Quiersy-sur-Oise. Dá ao papa um diploma que contém suas promessas (14 de abril). Três meses depois, em Saint-Denis, antes de partir para a guerra, o papa renova solenemente a sagração que Bonifácio já havia concedido a Pepino e, sob pena de excomunhão, proíbe os francos de algum dia escolherem um rei fora da descendência de Pepino. Assim, a aliança é estabelecida entre a dinastia e o chefe da Igreja. Para que ela seja mais firme, Estevão dá a Pepino e aos seus dois filhos o título de *patricius Romanorum*. Ao fazer isso, está evidentemente usurpando os direitos do imperador. O exarca havia usado o título de patrício. Pepino torna-se, pois, como era o exarca, o protetor de Roma, mas em virtude de uma delegação do papa e não mais do imperador.⁷⁸⁴ Parece, aliás, que agiu por iniciativa própria e sem se preocupar com as conveniências de Pepino, que jamais usou esse título, do qual sem dúvida não dependia.

Aistulfo, vencido, devolve aos romanos, por tratado, as conquistas que havia feito, ou seja, os *patrimonia* de Narni e de Ceccano, mais os territórios do exarcado. A partir do momento em que o imperador é advertido disso, em 756, ele pede a Pepino que lhe entregue Ravena e o exarcado. Pepino recusa, apesar da grande soma que o imperador lhe promete em troca. Ele só havia agido por reverência a São Pedro, e nada poderia fazê-lo voltar atrás nas promessas.⁷⁸⁵ Além disso, no momento em que chega a embaixada imperial, a guerra entre Pepino e Aistulfo foi reiniciada, já que este último havia logo em seguida violado as

promessas. Em 1º de janeiro de 756, ele havia até mesmo feito o cerco diante de Roma. Bloqueado pela segunda vez em Pávia, o lombardo pede pela segunda vez a paz. Devolve novamente os territórios, e Pepino os entrega ao papa. Este é, portanto, doravante senhor de Roma e de seu território.⁷⁸⁶ No entanto, continua a reconhecer a soberania teórica do imperador.

É característico que em nenhuma das suas duas expedições Pepino tenha entrado em Roma. Aliás, ele não reapareceria mais na Itália, embora o sucessor de Aistulfo, Desidério, tornando rei em parte por sua influência, tenha lhe causado dificuldades. Desidério havia prometido ceder ao papa diversas conquistas lombardas de Luitprando. Mas ele só consentiu em restituir uma parcela.

O sucessor de Estevão, Paulo I (757-767), reclama em vão. Parece que então o imperador busca tirar partido das circunstâncias. Seu embaixador Jorge, que já havia negociado com Pepino em 756, chega a Nápoles em 758 e estabelece com Desidério alguns projetos de coalizão para retomar Roma e Ravena; depois, vai até a corte de Pepino, onde nada obtém, pois Pepino permanece fiel ao papa.⁷⁸⁷ Em 760, espalha-se em Roma o boato de que o imperador envia uma frota de trezentos navios contra Roma e a França.⁷⁸⁸ Sem dúvida, o papa espera assim forçar Pepino a descer para a Itália. Ainda mais tarde, ele fala de ataques que os *nefandissimi Greci* preparam contra Ravena,⁷⁸⁹ opondo a esses heréticos o *vere orthodoxus* Pepino.*

Ele sabe que o imperador continua a agir junto a Pepino. Em 762, alguns embaixadores de Pepino e do papa haviam estado em Constantinopla. Manifestamente, aliás, o imperador busca uma reaproximação. Por volta de 765, envia a Pepino o espadário Anthi e o eunuco Sinésius para tratarem da questão

* Ele lhe escreve: "*Post Deum in vestra excellentia et fortissimi regni vestri brachio existit fiducia.*" Adiante, parafraseando um texto bíblico: "*Salvum fac, Domine, Christianissimum Pippinum regem, quem oleo sancto per manus apostoli tui ungui praecepisti, et exaudi eum, in quacumque die invocaverit te.*"⁷⁹⁰

das imagens e das bodas de Gisla, filha de Pepino, com o filho do imperador.⁷⁹¹ Houve também uma grande discussão sobre as imagens em 767, em Gentilly.⁷⁹²

Porém, Pepino permanece inquebrantável e em tudo age de acordo com o papa. Quanto às dificuldades deste último com Desidério, Pepino as resolve em 763 por meio de um acordo: o papa renuncia às suas reivindicações territoriais, assim como às suas tentativas de protetorado sobre Espoleto e Benevento.⁷⁹³ Em suma, graças a ele, o papa se sente seguro contra os inimigos, seguro da ortodoxia, mas obrigado a se entregar inteiramente à sua proteção.

O reinado de Carlos Magno foi, sob todos os aspectos, o resultado do reinado de Pepino. Seu pai legou-lhe a sua política italiana, ou seja, sua política lombarda e sua política romana. Ele sobe ao trono (9 de outubro de 768) com o título de patrício, como seu irmão Carlomano. Só depois da morte deste último (dezembro de 771) ele pode realmente agir.

O rei dos lombardos, Desidério, continuava a ambicionar a posse de Roma. Em janeiro de 773, o papa Adriano teve que solicitar contra ele o auxílio de Carlos Magno. Este desce para a Itália, e enquanto o seu exército faz o cerco diante de Pávia, onde Desidério se enclausurou, ele vai a Roma para participar das festas da Páscoa (774). Intervém, então, como o grande benfeitor da Santa Sé. Não somente renova, mas estende enormemente as doações feitas ao papa por seu pai, a ponto de incluir nelas os ducados de Espoleto e de Benevento, assim como a Venécia e a Ístria.⁷⁹⁴ Depois, chegando diante de Pávia — que se rende em junho de 774 com Desidério —, ele toma para si o título de rei dos lombardos.

Até então, ele havia se contentado em ser chamado de *Carolus, gratia Dei, rex Francorum vir inluster*. Seu título agora passa a ser: *Rex Francorum et Longobardorum atque patricius Romanorum*.⁷⁹⁵

Essa inovação mostra que, para ele, o seu patriciado romano, certamente de forma diferente do que desejava o papa, é um anexo da sua realeza lombarda. O rei dos francos torna-se uma potência italiana. Seu poder, nascido na Austrásia germânica, estende-se até o Mediterrâneo. Porém, ele não se estabelece em Roma. Não se torna mediterrânico. Permanece setentrional. A Itália gravitará em sua órbita com o papado. Ele deixa ao reino lombardo uma certa autonomia, mas envia para lá alguns condes francos e distribui alguns domínios às grandes igrejas da Francia.

Quanto ao papa, ele procura naturalmente ver nesse *patri-cius* — que, em suma, recebeu o seu poder de Estevão II, em Quiersy — um protetor da sua situação. Aqui existe uma contradição fatal. Primeiramente, todo protetor torna-se facilmente um senhor. Pepino — que tão fielmente modelou sua política italiana pela do papa — não o foi, mas Carlos o será. O fato de que ele só assume o título de patrício quando conquista o reino lombardo indica que também considera esse título uma conquista: ele o possui por si próprio. Quanto ao papa — que, de 772 em diante, não data mais as suas bulas pelo ano do reinado do imperador, esperando que a partir de 781 este as date pelo ano do seu pontificado⁷⁹⁶ —, ele procura evidentemente se estender. Porém, encontra a oposição do príncipe lombardo de Benevento e do patrício da Sicília, que em nome do imperador governa, ou pretende governar, a Sicília, a Calábria e o ducado de Nápoles.

Carlos não pensa em entregar a Itália ao papa. Ele é o rei dos lombardos e, como tal, entende ser o senhor de toda a península. Quando vai a Roma pela segunda vez, nas festas da Páscoa de 780 — voltando atrás, em suma, nas suas primeiras declarações, feitas quando ele ainda não havia conquistado a coroa lombarda —, ele impede o papa de estender a autoridade sobre Espoleto, cujo duque se declara seu súdito.

Por outro lado, o Império Bizantino, onde Leão IV acabava de morrer e onde Irene renunciava à iconoclastia, esboçava uma reaproximação. Em 781, uma embaixada de Constantinopla pede a Carlos a mão de sua filha Rotrude para o jovem imperador, e o noivado é consumado.⁷⁹⁷ Não é, portanto, o momento de se desentender com o imperador. Por conseguinte, Carlos não pode favorecer as investidas do papa contra os territórios imperiais.

No final de 786, Carlos está novamente em Roma, chamado sobretudo pelas maquinações do duque de Benevento, que é obrigado a submeter-se à obediência. Porém, assim que ele parte, o duque Arichis urde uma aliança com Bizâncio, nos termos da qual ele deve receber o título de patrício e representar o imperador na Itália e mesmo em Roma. Um retorno ofensivo de Bizâncio se desenha assim bruscamente, contra o papa e contra Carlos. O choque, que se produz em 788, serve para reforçar a ascendência de Carlos sobre Benevento e para lhe valer, no Norte, a conquista da Ístria.⁷⁹⁸ Jamais, no entanto, Carlos poderá verdadeiramente impor-se a Benevento, apesar das expedições realizadas sem sucesso contra o duque em 791, 792-793, 800 e 801-802.⁷⁹⁹

Carlos protege o papa por veneração a São Pedro, mas não se subordina a ele, como fizera Pepino. Chega a ter a pretensão de ditar ao papa a sua conduta em matéria de dogma. Após a reprovação da iconoclastia pelo Concílio de Niceia em 787 — que, do ponto de vista dogmático, reconcilia Roma e Constantinopla —, Carlos recusa-se a aceitar todas as decisões. Manda compor por alguns teólogos, contra o Concílio, uma série de tratados, os *Libri Carolini*, e envia a Roma um embaixador encarregado de apresentar ao soberano pontífice uma *Capitular* que contém 85 advertências endereçadas ao papa; por fim, em 794, reúne todos os bispos do Ocidente em Frankfurt, em um concílio no qual são abandonadas diversas conclusões do Con-

cílio de Niceia, e no qual as doutrinas dos adoradores de imagens são condenadas.⁸⁰⁰

Depois da morte de Adriano, em 796, Carlos escreve ao sucessor, Leão III, que “ele é senhor e pai, rei e pastor, chefe e guia de todos os cristãos”.⁸⁰¹ E traça a conduta dele, fixando muito exatamente os limites do seu próprio poder temporal e do poder espiritual do papa.⁸⁰²

Além disso, ao suceder a Adriano, Leão III envia-lhe a bandeira da cidade de Roma⁸⁰³ e introduz a nova moda de inserir na data de suas bulas os anos de Carlos *a quo cepit Italiam*.

Está claro que Carlos não se considera mais um *patricius Romanorum*. Age como protetor da Cristandade. Nessa época, ele triunfa sobre Saxe e sobre os lombardos, submete ou rechaça para além do Theiss os ávaros (796) e, na plenitude de seu poder, pode pretender assumir esse papel. Só ele continua a existir no Ocidente, se deixarmos de lado os pequenos príncipes da Inglaterra e da Espanha.

Sua situação ultrapassa aquela que qualquer outro rei algum dia tivera. Restos de supremacia bizantina ainda vegetam na România, mas não existem nem no Norte nem nesses meios anglo-saxões e germânicos onde vive Carlos: dirigindo-se a Carlos, Alcuíno pode tratá-lo de imperador.⁸⁰⁴

Na própria Roma, o papa, embora não negue a soberania do imperador de Bizâncio, escapa-lhe de fato. Como não lhe viria a ideia, reconhecendo o poder e o prestígio de que desfruta o rei dos francos, de reconstituir em proveito de Carlos o Império que não tem mais titular no Ocidente desde o século V? Aquilo em que ele pensa, aliás, não é evidentemente em refazer o Império *in partibus Occidentis* e em dar, se é possível dizê-lo, um sucessor a Rômulo Augústulo. Fazer isso seria reconduzir o imperador a Roma e ficar sob seu poder. Ora, ele quer permanecer independente. O mosaico que manda colocar no *triclinium* de Latrão, no qual se vê São Pedro entregando o *pallium* a Leão III e o estandarte a Carlos, prova bem isso. Não é a Roma

imperial, mas a Roma de São Pedro que o papa quer exaltar ao reconstituir o Império, a cabeça da *ecclesia*, dessa *ecclesia* da qual Carlos se proclama o soldado. Não é ele próprio quem diz, falando a Leão III, que seu povo é o *populus Christianus*?

Carlos poderia outorgar a si mesmo a dignidade de imperador ou fazer com que ela lhe seja entregue por um sínodo da sua Igreja. Mas quão mais legítimo não parecerá, para toda a Cristandade, se ela lhe for conferida por iniciativa do papa! A desproporção que existe entre o título de *patricius*, usado por Carlos, e o poder que ele possui desaparecerá. Ele será o representante militar de São Pedro, assim como o papa é seu representante religioso. Ambos estarão conjugados em um mesmo sistema: o da *ecclesia*.

Em 800, Carlos conquista o Saxe e a Baviera, aniquila os ávaros e ataca a Espanha. Quase toda a Cristandade ocidental está em suas mãos.

Em 25 de dezembro de 800, colocando em sua frente a coroa imperial, o papa consagra esse Império cristão. Carlos Magno recebe seu título seguindo a forma usada em Bizâncio, ou seja, por *acclamatio*. O papa, em seguida, coloca-lhe a coroa na cabeça e o adora.*

Na forma, a ascensão de Carlos ao Império estava, portanto, conforme à legalidade.⁸⁰⁶ A aclamação do povo ocorreu, como em Bizâncio. Na realidade, entretanto, uma diferença essencial separa o advento de Carlos do advento de um imperador bizantino.

De fato, os romanos que o aclamaram não eram, como o povo de Constantinopla, os representantes de um Império, mas os habitantes de uma cidade da qual o eleito era patrício. Suas aclamações não podiam obrigar os súditos de Carlos, desde o Elba aos Pirineus. Tais aclamações eram uma encenação. Na

* Hartmann não crê em Eginhard quando este sustenta que Carlos foi surpreendido pela iniciativa de Leão III. Para ele, tudo estava combinado de antemão.⁸⁰⁵

realidade, quem deu o Império a Carlos foi o papa, o chefe da *ecclesia*, portanto, a *ecclesia*. Com isso, ele se torna o seu defensor nomeado. Seu título imperial não tem significação laica, diferentemente daquele do antigo imperador romano. A ascensão de Carlos ao Império não corresponde a nenhuma instituição imperial. Porém, por uma espécie de golpe de Estado, o patrício que protegia Roma torna-se o imperador que protege a Igreja.

O poder que ele recebe faz dele não um imperador, mas o imperador. Não pode mais haver dois imperadores, assim como não pode haver dois papas. Carlos é o imperador da *ecclesia*, tal como a concebe o papa, da Igreja Romana no sentido de Igreja universal.* Ele é *serenissimus Augustus, a Deo coronatus, magnus, pacificus, imperator*. Observem que ele não se diz *Romanorum imperator*, nem *semper Augustus*, títulos usados pelos imperadores romanos. Ele acrescenta somente *Romanorum gubernans imperium*, expressão bastante vaga que é definida pelas duas realidades *rex Francorum et Longobardorum*. Quanto ao papa, ele o chama em suas bulas de *imperante domino nostro Carolo piissimo perpetuo Augusto a Deo coronato magno et pacifico imperatore*.⁸⁰⁹

Esse defensor da Igreja, santo e devoto imperador, tem o centro do seu poder efetivo não em Roma, onde o recebeu, mas no norte da Europa. O antigo Império mediterrânico havia tido, logicamente, o seu centro em Roma. Esse, logicamente, tem o seu centro na Austrásia. O imperador de Bizâncio assiste impotente ao advento de Carlos. Pode apenas não reconhecê-lo. No entanto, em 13 de janeiro de 812 os dois impérios selam a paz. O imperador de Bizâncio aceita o novo estado de coisas,

* A situação de Carlos como chefe da Cristandade se expressa também nas suas moedas, nas quais ele faz cunhar a legenda: *Christiana religio*.⁸⁰⁷ Segundo Prou, essas moedas seriam posteriores à coroação. Elas trazem o busto imperial com a legenda: *D. N. Karlus Imp. Aug. Rex F. et L.* A cabeça está laureada à moda antiga e o busto coberto com o *paludamentum*, como os imperadores romanos do Alto Império.⁸⁰⁸

com Carlos renunciando a Veneza e à Itália meridional, que são restituídas ao Império Bizantino.⁸¹⁰ Em suma, a política de Carlos na Itália fracassou; ele não se tornou uma potência mediterrânica.

Nada demonstra melhor a subversão da ordem antiga e mediterrânica que havia prevalecido durante tantos séculos. O Império de Carlos Magno é o ponto de culminância da ruptura, pelo Islã, do equilíbrio europeu. Se ele pôde ser realizado é porque, por um lado, a separação entre Oriente e Ocidente limitou a autoridade do papa à Europa Ocidental; por outro, a conquista da Espanha e da África pelo Islã havia feito do rei dos francos o senhor do Ocidente cristão.

Sem Maomé, Carlos Magno é inconcebível.

O antigo Império Romano torna-se de fato, no século VII, um Império do Oriente; o Império de Carlos é um Império do Ocidente.

Na realidade, nenhum dos dois ignora o outro.*

Em conformidade com a direção que tomou a história, o centro desse Império está no Norte, para onde se transferiu o novo centro de gravidade da Europa. Com o reino franco austrasiano-germânico inaugura-se a Idade Média. Do século V ao século VIII subsistiu a unidade mediterrânica. A sua ruptura deslocou o eixo do mundo.⁸¹¹

O germanismo dá início ao seu papel. Até aqui a tradição romana havia tido continuidade. Uma civilização romano-germânica original vai agora se desenvolver.

O Império Carolíngio, o Império de Carlos Magno, é o cenário da Idade Média. O Estado sobre o qual está assentado é extremamente frágil e desabarará. Mas o Império subsistirá como unidade superior da Cristandade ocidental.

* O coroamento de Carlos não se explica de maneira alguma pelo fato de que nesse momento uma mulher reina em Constantinopla.

Os primórdios da Idade Média

A organização econômica e social

A opinião corrente considera o reinado de Carlos Magno uma época de restauração econômica. Por pouco falar-se-ia — tal como no domínio das letras — de renascimento. Existe aí um equívoco evidente, que se deve não só à força do preconceito em favor do grande imperador, mas se explica também por aquilo que se poderia chamar de má perspectiva.

Os historiadores sempre compararam a última fase da época merovíngia com o reinado de Carlos Magno; a partir disso, não é difícil constatar um reerguimento. Na Gália, a ordem sucede à anarquia, enquanto na Germânia, conquistada e evangelizada, constata-se sem dificuldade um progresso social evidente. Porém, se quisermos apreciar corretamente a realidade, é importante comparar o conjunto dos tempos que precederam a era carolíngia com esta última. Percebemos então que nos encontramos na presença de duas economias em pleno contraste.

Antes do século VIII, o que existe é a continuação da economia mediterrânica antiga. Depois do século VIII, há uma ruptura completa com essa economia. O mar está fechado. O comércio desapareceu. Encontramo-nos na presença de um Império no qual a terra é a única riqueza e no qual a circulação dos bens móveis está reduzida ao mínimo. Bem longe de haver progresso, há regressão. As partes que outrora eram as mais vivas da Gália são agora as mais pobres. Era o sul que dominava o movimento; agora é o norte que imprime seu caráter à época.

Porém, nessa civilização anticomercial existe uma exceção que parece contradizer tudo aquilo que acabamos de dizer. Na

primeira metade do século IX, o extremo norte do Império — ou seja, os futuros Países Baixos — foi animado por uma navegação muito ativa, que contrasta vivamente com a atonia do resto do Império.

Não é que exista aí algo absolutamente novo. Já sob o Império Romano, essa região, na qual o Escaut, o Meuse e o Reno misturam as suas águas, tinha conhecido um tráfego marítimo com a Bretanha. Ela exportava para lá o trigo, para as guarnições do Reno, e importava especiarias e outros produtos vindos pelo Mediterrâneo. Era, no entanto, somente o prolongamento da corrente comercial do mar Tirreno. Isso fazia parte da atividade geral da România; era o seu ponto extremo. O monumento à deusa Nehalennia, protetora céltica da navegação, relembra ainda a importância desse tráfego.⁸¹² Os navios chegavam a avançar até as embocaduras do Elba e do Weser. Mais tarde, quando das invasões do século III, foi necessário organizar uma frota de guerra para afastar as investidas dos saxões. O principal porto onde os navios do mar encontravam os do interior era Fectio (Vechten), perto de Utrecht.

Essa navegação, que deve ter sofrido muito com as invasões do século V e com a conquista da Bretanha pelos saxões, se recupera e tem continuidade na época merovíngia. Talvez esse comércio se estendesse, no século VIII, até a Escandinávia.⁸¹³ Em lugar de Fectio, nasceram os portos de Duurstede, às margens do Reno, e de Quentovic, na embocadura do Canche. Em Quentovic foram encontradas numerosas moedas merovíngias⁸¹⁴ e muitas moedas de Maastricht;⁸¹⁵ elas são bem mais numerosas que as de Colônia, Cambrai etc. Temos também moedas da Antuérpia, uma grande quantidade de Huy,⁸¹⁶ de Dinant e de Namur.⁸¹⁷ Enfim, muitas moedas foram cunhadas em Duurstede,⁸¹⁸ na Frísia.⁸¹⁹

Por que esse comércio, que florescia nas províncias setentrionais, teria desaparecido na época carolíngia? Nas costas do Norte o mar permanecia livre, e a tecelagem flamenga, que

alimentara a navegação desde a época romana, não desaparecera.⁸²⁰ Existem mesmo algumas novas razões que explicam a continuação dessa atividade: primeiramente a presença da corte em Aix-la-Chapelle, depois a pacificação e a anexação da Frísia. Até a catástrofe das invasões normandas, a frota mercante frísia foi muito ativa em todos os rios da região e no alto Reno.* Foram encontradas na Frísia algumas moedas de ouro.⁸²³ Enfim, os principais *tonlieux*[†] da época carolíngia — Rouen, Quentovic, Amiens, Maastricht, Duurstede e Pont-Saint-Maxence — estão todos situados no norte.^{824**} Existe, portanto, um grande comércio nesse canto setentrional do Império, e ele parece mais ativo que outrora.

Trata-se de um comércio orientado para o norte e que não tem mais contatos com o Mediterrâneo. Além dos rios dos Países Baixos, seu domínio parece compreender a Bretanha e os mares do Norte. Existe aí, portanto, uma comprovação característica do recuo mediterrânico. Nesse comércio orientado para o norte, os frísios desempenham o papel que os sírios desempenhavam no Mediterrâneo.

Para o interior, o *hinterland* de Amiens e de Quentovic estende-se até o limiar da Borgonha, mas não mais longe que isso.*** O comércio de Tournai também parece bastante importante no século IX.⁸²⁸

* Prou cita numerosos dinheiros cunhados em Duurstede no governo de Carlos Magno, Luís, O Pio e Lotário I.⁸²¹ Eles também foram cunhados em Maastricht, Visé, Dinant, Huy, Namur, Cambrai, Verdun (muito numerosos), Ardenburg, Bruges, Gand, Cassel, Courtrai, Théroutanne, Quentovic (muito numerosos), Tournai, Valenciennes, Arras, Amiens, Corbie e Péronne.⁸²²

† Ver nota na p. 55 desta edição. [N.T.]

** Em 790, Gervoldus é: *super regni negotia procurator constituitur per multos annos, per diversos portus ac civitates exigens tributa atque vectigalia, maxime in Quentawich*.⁸²⁵ Em 831, Luís, O Pio concede à igreja de Estrasburgo a isenção do *tonlieu* em todo o reino, salvo em Quentovic, Duurstede e nas *Clusae*.⁸²⁶

*** Vercauteren mostra que, nesse tesouro, nenhuma peça provém do sul do Loire e que 90% das moedas foram emitidas na região entre o Meuse e o Sena.⁸²⁷

Porém, na segunda metade do século IX, as invasões normandas puseram fim a esse comércio.⁸²⁹

Nem por isso é menos verdade que ele foi muito ativo e que pôde ser conservada ali uma atividade econômica superior. Em larga medida, aliás, esse comércio deve ter dependido cada vez mais do comércio dos escandinavos que, no século IX, exportam o vinho da França para a Irlanda.⁸³⁰ As relações que, através da Rússia, os escandinavos mantinham com o Islã devem ter dado ao seu comércio um poderoso impulso. No século IX, havia no Báltico alguns portos ou, melhor dizendo, algumas paradas marítimas importantes.* Graças à arqueologia, sabe-se que o comércio de Haithabu estendeu-se, de 850 a 1000, até Bizâncio e Bagdá, ao longo do Reno, na Inglaterra e no norte da França.

A civilização *viking*, aliás, desenvolve-se muito no século IX, como atesta o mobiliário funerário encontrado no navio de Oseberg, hoje no Museu de Oslo.⁸³² Os mais antigos *dirhems* árabes encontrados na Escandinávia seriam do final do século VII (698). Porém, a sua maior expansão data do final do século IX e de meados do século X. Em Birka, na Suécia, foram encontrados objetos do século IX de proveniência árabe e outros originários de Duurstede e da Frísia. De Duurstede, no século IX, os escandinavos de Birka exportam o vinho.⁸³³

As moedas de Birka, do século IX e do século X, espalharam-se pela Noruega, Schleswig, Pomerânia e Dinamarca; são imitações dos dinheiros de Duurstede, cunhados nos governos de Carlos Magno e de Luís, O Pio.

O Império Carolíngio tem, portanto, dois pontos econômicos sensíveis: o Norte da Itália, graças ao comércio de Veneza, e os Países Baixos, por causa do comércio frísio e escandinavo.

* Em 808-809, o porto de Réric foi destruído pelo rei da Dinamarca, que obrigou os mercadores a se fixarem em Haithabu para poder arrecadar mais facilmente o *tonlieu*.⁸³¹

Esses são os dois lugares onde terá início o renascimento econômico do século XI. Porém, nenhum dos dois pôde se desenvolver plenamente antes dessa última época: o primeiro logo será arrasado pelos normandos e o outro será entravado pelos árabes e pelas perturbações da Itália.

Nunca seria demais insistir sobre a importância dos escandinavos a partir do final do século VIII.⁸³⁴ Eles se apoderam da Frísia e saqueiam todos os vales dos rios, quase como fazem os árabes no Mediterrâneo na mesma época. Porém aqui não há, para resistir a eles, nem Bizâncio, nem Veneza, nem Amalfi. Eles arrasam tudo o que veem pela frente, esperando o momento em que retomarão as negociações.

Em 734, os normandos dirigem seu primeiro ataque a Duurstede e queimam um bairro da cidade.* Durante os três anos que se seguem, Duurstede é atacada todos os anos. Seu declínio, e o da Frísia inteira, data dessa época, embora alguns vestígios de atividade conservem-se ali até o final do século IX.

Em 842 Quentovic é atacada,⁸³⁶ e em 844 a cidade é entregue a uma terrível pilhagem da qual não se recuperou. Setenta anos mais tarde, quando as incursões dos normandos chegaram ao fim, seu comércio se transfere para Étapes.⁸³⁷

Esse comércio florescente, cujos portos de exportação eram Duurstede e Quentovic, diferia totalmente do comércio praticado pelos escandinavos. Com efeito, enquanto o comércio escandinavo não parava de se desenvolver por causa do contato que mantinha, através de Bizâncio, com o mundo oriental, o dos frísios não tinha nenhuma relação com o sul. Ele estava estritamente isolado no Norte. Nisso se distingue muito claramente do comércio que a Gália havia conhecido na época merovíngia e que espalhava — com o vinho, as especiarias, o papiro, a seda e os produtos do Oriente — a civilização mediterrânea.

* Segundo Holwerda, Duurstede teria desaparecido em 864.⁸³⁵

Praticamente não existem outros centros comerciais no Império Carolíngio além de Quentovic e Duurstede.

Pode-se atribuir certa importância a Nantes, queimada em 843, cujos barqueiros faziam algum comércio com os territórios do Loire.⁸³⁸ Mas é necessário tomar cuidado antes de admitir que a presença de um *tonlieu* seja suficiente para provar a existência de um trânsito comercial.^{839*}

Não é difícil coligir em Teodulfo, em Ermolus Nigellus, nas vidas de santos e nos poemas daqueles tempos, sem falar no famosíssimo monge de Saint-Gall, menções esporádicas a mercados e a mercadorias. Com esses elementos esparsos pode-se ser levado a construir um edifício que não passa de uma fantasia da imaginação. Bastará que um poeta diga que um rio tem alguns barcos para que, dessa banalidade, logo se conclua pela existência de um poderoso tráfego comercial; e se contentarão com a presença de alguns peregrinos em Jerusalém, ou de algum artista ou erudito oriental na corte carolíngia, para afirmar que um movimento de navegação ligava Ocidente e Oriente.

Alguns, enfim, não deixaram de invocar em favor da economia carolíngia o movimento marítimo de Veneza e das cidades do Sul da Itália, que pertenciam à economia bizantina.

Que importa que ainda se tenha podido cunhar, no século IX, algumas peças de ouro?^{840**} O que conta não é saber se temos nos textos algumas menções ao comércio e à troca. Comércio e troca existiram em todas as épocas. O que está em questão é sua importância e sua natureza. Para avaliar um movimento econômico é necessário constatar fatos em massa, e não fatos isolados, raridades e singularidades. A presença de um vendedor ambulante ou de um barqueiro disperso não prova a existência de uma economia de troca. Se percebemos que na época caro-

* Em 856, o duque da Bretanha, Erispoe, concede ao bispo o *tonlieu* dos navios em Nantes. Ora, nessa época o comércio da cidade é aniquilado pelos normandos.

** Offa, rei da Mércia, que ainda cunha algumas peças de ouro.⁸⁴¹

lândia a moedagem do ouro desapareceu, que o empréstimo a juros está proibido, que não existe mais uma classe de mercadores de profissão, que a importação de produtos orientais (papiro, especiarias, seda) cessou, que a circulação monetária está reduzida ao mínimo, que o saber ler e escrever desapareceu entre os leigos, que não se encontra mais recolhimento organizado de impostos e que as cidades não são mais do que fortalezas, podemos concluir sem temor que nos encontramos na presença de uma civilização que retroagiu a um estágio puramente agrícola, que não tem mais necessidade de comércio, de crédito e de trocas regulares para manter o corpo social.

Vimos acima que a causa essencial dessa grande transformação foi o fechamento do Mediterrâneo ocidental pelo Islã. Os carolíngios puderam deter a subida dos sarracenos para o norte, mas não puderam reabrir o mar; aliás, nem tentaram.

Diante dos muçulmanos, sua atitude foi puramente defensiva. Os principais entre eles, e até o próprio Carlos Martel, aumentaram a desordem para pôr em estado de alerta o reino atacado por todos os lados. No governo de Carlos Martel, tudo foi impiedosamente sacrificado às necessidades militares. A Igreja foi submetida a pilhagem. Houve por toda parte profundas perturbações, provocadas pela substituição dos aristocratas romanos por vassalos germânicos, partidários de Ebroin ou de Eudes da Aquitânia. Parece que o reinado de Carlos viu repetirem-se alguns problemas análogos aos das invasões germânicas. Não esqueçamos que ele queima as cidades do Sul e assim faz desaparecer tudo o que ainda subsistia de organização comercial e municipal. O mesmo ocorreu com esse grande corpo eclesiástico sobre o qual assentavam-se a caridade pública, os hospitais e a instrução que as escolas, desde então, deixaram de distribuir.

Quando Pepino sucedeu ao pai, toda a aristocracia, e por conseguinte todo o povo, devia ser tão iletrado quanto ele pró-

prio. Os negociantes das cidades se dispersaram. O próprio clero está em um estado de barbárie, de ignorância e de imoralidade do qual se poderá fazer uma ideia lendo as cartas de São Bonifácio. Diz Hincmar.⁸⁴²

Nessa época lamentável, não somente roubou-se da igreja de Reims tudo o que ela possuía de precioso, mas as casas dos religiosos foram destruídas e dilapidadas pelo bispo. Os poucos clérigos desgraçados que subsistiam procuravam meios de viver com o comércio e escondiam os dinheiros que ganhavam em cartas e manuscritos.

Por tal condição de uma das mais ricas igrejas do reino é possível julgar o que deve ter ocorrido em outros lugares.

O relato de Leidrade sobre Lyon nos informa, aliás, que as coisas lá não corriam melhor. São Bonifácio só recebe incenso em pequenos pacotes que vinham de Roma.

Quanto às moedas, elas estão em uma desordem assombrosa. Não há, por assim dizer, mais moedas de ouro. No século VIII surgem nos contratos frequentes menções ao preço de venda quitado em trigo ou em animais.⁸⁴³ Os moedeiros falsos prosperam. Não existe mais, para as moedas, nem peso nem valor.

Pepino planeja sem grande sucesso reformar o sistema monetário. A dupla iniciativa que tomou nesse domínio foi uma ruptura completa com o sistema monetário mediterrânico dos merovíngios. Daí por diante só se cunharam peças de prata, e o soldo contém doravante 12 dinheiros, sendo o dinheiro agora a única moeda real. A libra de 327 gramas de prata (a libra romana) contém, desde Pepino, 22 soldos ou 264 dinheiros; ela seria reduzida por Carlos Magno a 20 soldos ou 240 dinheiros.⁸⁴⁴

Carlos Magno conclui a reforma monetária de seu pai e funda o sistema monetário medieval. Esse sistema foi, portanto, estabelecido em uma época em que a circulação da moeda atingiu o mais baixo grau de todas as épocas. Carlos Magno

adaptou-a a um tempo em que o grande comércio desapareceu. Na época merovíngia, pelo contrário, continuara-se a cunhar moedas de ouro por causa da atividade comercial; não se pode duvidar disso quando se vê o ouro perpetuar-se com o *hyperpérion*, continuador do soldo de ouro, no mundo comercial bizantino e instalar-se no do Islã. No próprio Império Carolíngio, é característico que ainda se cunhe durante um pequeno período algumas peças de ouro nos lugares onde se conserva a atividade comercial, ou seja, ao pé dos Pirineus, onde se estabelecem algumas relações com a Espanha muçulmana, e na Frísia, onde o comércio escandinavo mantém um certo movimento de negócios.

Carlos Magno ainda cunha alguns soldos de ouro no reino lombardo, antes de nele impor o seu sistema monetário,⁸⁴⁵ o que bem comprova que, normalmente, ele não cunha o ouro. Temos alguns soldos de ouro da oficina de Uzès dos tempos de Carlos Magno. E possuímos também algumas belas peças de ouro de Luís, O Pio* trazendo a inscrição *munus divinum*. A circulação dessas peças foi bastante espalhada, levando-as a serem imitadas pelos povos comerciantes do Norte, provavelmente os frísios.⁸⁴⁷ A maioria dos exemplares conhecidos provém da Frísia, mas foram descobertos também na Noruega.

Em resumo, se é verdade que encontramos algumas moedas de ouro, de um caráter totalmente excepcional, cunhadas com os nomes de Carlos e de Luís, O Pio, nem por isso estamos autorizados a dizer que essas moedas entram no sistema monetário carolíngio. Esse sistema só comporta moedas de prata; ele é essencialmente monometálico.⁸⁴⁸

* O rei Offa da Mércia (757-796) cunha algumas moedas de ouro, mas são imitações das moedas árabes.⁸⁴⁶ Esse ouro era, sem dúvida, fornecido pelo comércio escandinavo, tal como o das moedas frísias. Mesmo assim, é uma comprovação da necessidade da moeda de ouro para o comércio a longa distância e uma confirmação da desaparecimento desse comércio nos lugares onde ela foi substituída pela moeda de prata.

Não se pode ver nessa pequena moedagem de ouro a prova de um sistema bimetalista.*

Com os carolíngios produz-se uma completa ruptura do sistema monetário. Acabou não somente o ouro, mas o soldo, base monetária. Abandona-se, além disso, a libra romana, em troca de uma libra muito mais pesada: 491 gramas, em lugar de 327. Ela é cortada em 240 rodela de prata pura que trazem ou conservam o nome de dinheiros. Esses dinheiros e os óbolos de meio-dinheiro são as únicas moedas reais. Porém, existem ao lado delas algumas moedas contábeis, simples expressões numerais, cada uma correspondendo a uma quantidade determinada de dinheiros. Provavelmente em virtude da numeração duodecimal dos germanos, o soldo corresponde a doze dinheiros, enquanto a libra contém vinte soldos. Evidentemente, essa pequena moeda não é feita para o grande comércio; sua missão principal é a de servir à clientela nos pequenos mercados locais tão frequentemente mencionados nas *Capitulares* e onde as vendas e transações comerciais se fazem *per denaratas*. As *Capitulares*, aliás, só citam dinheiros de prata.

O sistema monetário de Carlos assinala uma ruptura completa com a economia mediterrânica que durou até a invasão do Islã e havia se tornado inaplicável depois dela, como bem prova a crise monetária do século VIII. Ele se explica pela von-

* Dopsch engana-se aqui completamente.⁸⁴⁹ Contrariando a teoria corrente que admite erroneamente — segundo ele — a cunhagem da prata porque não existe mais ouro, quer, em primeiro lugar, provar que esse último metal não desapareceu no século VIII. Cita as multas em ouro que Carlos Magno e Luís impõem ao duque de Benevento, o butim obtido sobre os ávaros e o ouro trazido para o sul da França pelos muçulmanos da Espanha. Faz alusão à soma de 900 soldos de ouro dada pelo prefeito do palácio a Saint-Corbinian, à descoberta em Illanz (Coire, Suíça) de algumas peças de ouro, assim como às moedas de ouro frisias; por fim, invoca o grande luxo da época.⁸⁵⁰ Segundo ele, os carolíngios cunharam moedas de prata porque enfrentaram uma formidável crise monetária e quiseram fazer desaparecer a desconfiança que se manifestava em relação às peças de ouro ruins, substituindo-as por bons e fortes dinheiros de prata.⁸⁵¹ Esse historiador engana-se completamente, na minha opinião, comparando tal reforma com a do século XIII.

tade de acomodar-se ao atual estado de coisas, de adaptar a legislação às novas condições impostas à sociedade, de aceitar os fatos e de se submeter a eles, a fim de poder substituir a desordem pela ordem. O novo sistema, monometalista em prata, corresponde à regressão econômica à qual se chegou.

Onde a necessidade de grandes pagamentos continuava a existir, usou-se o ouro, seja o dos territórios onde ele ainda era cunhado, seja o das moedas árabes ou bizantinas.⁸⁵²

É preciso observar também a pobreza do estoque monetário e a pouca difusão da moeda. Ela aparece como ligada a esses pequenos mercados locais que abordaremos adiante. Compreende-se facilmente que ela não desempenhe mais do que um papel totalmente secundário em uma sociedade onde o imposto desapareceu. Chega-se à mesma conclusão ao se constatar a insignificância do tesouro real que, outrora, era tão essencial. A riqueza mobiliária é ínfima, quando comparada à imobiliária.

Carlos Magno também introduziu novos pesos e medidas, cujos padrões estavam depositados no palácio. Aqui também existe, portanto, uma ruptura com a tradição antiga. Porém, já em 829, os bispos assinalam a Luís, O Pio que as medidas são diversas em todas as províncias. Aqui, como em muitas outras coisas, Carlos Magno quis fazer mais do que podia.

Os carolíngios devolveram à moeda o seu caráter real. Eles fazem com que ela seja vigiada pelos condes e os *missi* e regulam o número das oficinas de cunhagem.⁸⁵³ Em 805, no entanto, quiseram centralizar a cunhagem no palácio,⁸⁵⁴ mas não tiveram êxito. Desde o reinado de Luís o Pio, amoe-dava-se na maioria das cidades.⁸⁵⁵ Porém, sob o reinado de Carlos, O Calvo, os condes usurpam o direito de fabricar moeda. Em 827, Luís, O Pio cede uma oficina monetária a uma Igreja, mas a moeda cunhada ali ainda é real. Em 920, algumas igrejas obtêm o direito de cunhar moeda com sua própria marca. É a usurpação completa, que havia sido preparada pelo abandono, por parte do rei, dos seus direitos úteis.⁸⁵⁶

Até a reforma carolíngia, a Europa cristã só teve um único sistema monetário, que era romano e mediterrânico. Agora havia dois, cada um deles correspondendo a um domínio económico específico: o bizantino e o carolíngio, o oriental e o ocidental. A moeda segue a subversão económica da Europa. Os carolíngios não dão continuidade aos merovíngios. Entre uns e outros existe o mesmo contraste completo que existe entre o ouro e a prata. Que o grande comércio tenha desaparecido e que essa desapareição explique a do ouro, é necessário mostrar agora com alguns detalhes, já que isso foi contestado.

Esse grande comércio, como já vimos e todos admitem, era mantido pela navegação do Mediterrâneo ocidental. Ora, vimos acima que o Islã, no decorrer do século VIII, fechou o mar à navegação cristã em toda parte onde a frota bizantina não pôde protegê-la. E as invasões árabes do século VIII na Provença, com o incêndio das cidades por Carlos Martel, fizeram o resto. Certamente, Pepino fincou novamente o pé sobre as costas do golfo de Lyon, restabelecendo em 752 seu poder sobre Nîmes, Maguelona, Agda e Béziers, que lhe foram entregues pelo godo Ansemundus;⁸⁵⁷ porém, nessas cidades visigóticas havia guarnições sarracenas. A população teve que rebelar-se contra elas. Narbona resistiu por mais tempo. Só em 759 os habitantes massacraram a guarnição e consentiram em receber um contingente franco, com a condição de conservarem o seu direito nacional.⁸⁵⁸

A fundação do califado Omiyade na Espanha, em 765, deu às relações do Estado carolíngio com o Islã um carácter mais pacífico. Nem essa acalmia nem a retomada da costa do golfo de Lyon reanimaram o comércio marítimo.* Os carolíngios não têm frota. Portanto, não podem reprimir os piratas que infestam o mar.

* Carlos esteve, pelo menos, com Harum de 797 a 809.⁸⁵⁹

Mesmo assim eles procuram garantir a segurança do mar: em 797 ocupam Barcelona⁸⁶⁰ e em 799, as Baleares, que os sarracenos acabam de devastar e que se entregam a Carlos.⁸⁶¹ Em 807, Pepino expulsa os mouros da Córsega com uma frota italiana.⁸⁶² Carlos parece ter desejado, por um momento, realizar a luta no mar; em 810 ordenou a construção de uma frota,⁸⁶³ mas disso nada resultou e ele não pôde impedir que os mouros arrasassem a Córsega, a Sardenha, Nice e Civita-Vecchia em 813.

O expedição organizada em 828 por Bonifácio da Toscana contra a costa da África⁸⁶⁴ também não deu maiores resultados. Incapaz de garantir a segurança do mar, Carlos limitou-se a fazer com que a costa fosse protegida contra os mouros, que nela exercem a pirataria.⁸⁶⁵ Quanto ao papa, ele também está reduzido a pôr a costa em estado de alerta para protegê-la contra as expedições dos sarracenos.⁸⁶⁶

Depois de Carlos, que teve ao menos uma política defensiva útil, é a miséria. Em 838, Marselha é invadida. Em 842 e 850, os árabes penetram até Arles. Em 852, tomam Barcelona. A costa está aberta a todos os ataques. Em 848 ela chega a ser infestada por piratas gregos, e em 859 os dinamarqueses circunavegam a Espanha e aparecem em Camargue.

Por volta de 890, alguns sarracenos da Espanha instalam-se entre Hyères e Fréjus, estabelecendo uma posição fortificada em Fraxinetum (La Garde-Frainet), na cadeia de montanhas dos Mouros.* De lá, dominam a Provença e o Delfinado, que submetem a contínuas incursões.⁸⁶⁸ É inaudito que uma frota grega, em 931, lhes tenha infligido uma derrota.

Apenas em 973 o conde Guilherme de Arles conseguiria botá-los para fora. Porém, até então, eles haviam dominado não somente a costa, mas também os desfiladeiros dos Alpes.⁸⁶⁹

* Em agosto de 890, um texto diz: *Sarrazeni Provinciam depopulantes terram in solitudinem redigebant.*⁸⁶⁷

A situação não é melhor na costa italiana. Em 935, Gênova é pilhada.*

Compreende-se que, nessas condições, os portos estejam fechados a todo tráfego. Para quem quer ir do norte para a Itália não existe mais travessia possível a não ser pelas passagens dos Alpes, onde quase sempre se corre o risco de ser roubado ou massacrado pelos homens de Fraxinetum. Constatase, aliás, que os desfiladeiros que conduzem à Provença estão agora desertos.

Seria um erro acreditar que tenha existido um comércio entre a Francia e a Espanha.** No entanto, a Espanha está em plena prosperidade. O porto de Almeria teria tido, em 970, algumas hospedarias. A única importação da Gália que ali pode ser constatada é a dos escravos levados pelos piratas e também pelos judeus de Verdun.

O grande comércio está, pois, bem morto por esse lado, desde o começo do século VIII. Tudo o que pôde ser conservado é uma venda ambulante de objetos preciosos, de proveniência oriental, exercida pelos judeus. É a ela, sem dúvida, que Teodulfo faz alusão.

Talvez subsista um certo tráfico entre Bordeaux e a Grã-Bretanha,⁸⁷¹ mas, em todo caso, é bem pouca coisa. Tudo está em concordância.

Constatou-se acima o fim da importação do papiro, das especiarias e dos tecidos de seda na Francia. Nenhum movimento de negócios ocorreu com o Islã. Aquilo que Lippmann diz sobre a fabricação do açúcar — que se expande no sul da Itália, mas não no norte da península antes do século XII — é com-

* Em 979, o bispo dessa cidade diz que *res nostrae ecclesiae vastatae et depopulatae et sine habitatore relicte*.

** Levi-Provençal observa que o canal do Languedoc foi o tributário das indústrias mulçumanas da Espanha no século X, "mas a falta de documentos sobre a questão só autoriza, neste momento, algumas hipóteses".⁸⁷⁰

probatório.⁸⁷² Os gregos da Itália poderiam ter sido os intermediários. Não o foram, e vemos muito bem por quê.*

A classe dos grandes mercadores desapareceu. Encontra-se aqui e ali um *mercator*⁸⁷⁴ ou um *negociator*, mas o que não se encontra mais são os mercadores profissionais como os da época merovíngia. Não se encontram mais homens de negócios oferecendo terras às igrejas e sustentando os pobres. Não se encontram mais capitalistas assumindo a cobrança de impostos por arrendamento e emprestando dinheiro aos funcionários. Não se escuta mais falar de comércio aglomerado nas cidades. O que subsiste, pois isso há em todas as épocas, são alguns mercadores ocasionais. Mas não se trata de uma classe de mercadores. Existem, sem dúvida, pessoas que se aproveitam de uma família para vender trigo ou até mesmo os próprios bens.** Existem, sobretudo, pessoas que seguem os exércitos para tirar proveito disso. Existem aqueles que se aventuram nas fronteiras para vender armas ao inimigo ou fazer permutas com os bárbaros. Trata-se aí de um negócio de aventureiros, no qual não é possível ver uma atividade econômica normal. O abastecimento do palácio, em Aix, propicia um serviço regular. Mas também não é uma manifestação comercial. Esses fornecedores estão submetidos ao controle do palácio.⁸⁷⁶ Deve-se assinalar a interdição do empréstimo a juros, que mostra como diminuiu a importância do capital mobiliário. Sem dúvida, seria justo ver nisso a influência da Igreja, que desde cedo o proibiu aos seus membros; porém, o fato de que essa interdição tenha sido imposta ao comércio, sobre o qual ela devia pesar durante toda a Idade Média, é certamente uma prova da desaparecimento do grande comércio. A *Capitular* de 789 proíbe qualquer lucro sobre o

* O monge de Saint-Gall relata que Luís, O Pio dava, nas grandes festas, algumas *preciosissima vestimenta* aos grandes oficiais do seu palácio. Seria seda?⁸⁷³

** Ordem aos bispos para vigiarem os tesouros das igrejas "*quia dictum est nobis, quod negotiatores Judaei necnon et alii gloriantur, quod quicquid eis placeat possint ab eis emere*".⁸⁷⁵

dinheiro ou sobre qualquer outra coisa dada como empréstimo.^{877*} O Estado adota a interdição publicada pela Igreja.**

Portanto, como regra geral, na época carolíngia não existem mais mercadores de profissão; no máximo encontram-se, sobretudo durante as fomes, mercadores ocasionais e servos de abadia que transportam os produtos das terras e os vendem ou os compram em caso de escassez. Se o comércio se extingue, é porque não existem mais escoadouros para ele, pois a população urbana desapareceu; melhor dizendo, não existe mais comércio senão no palácio durante o tempo em que, nos reinados de Carlos Magno e de Luís, O Pio, ele está fixado em Aix. Recorreu-se ali a mercadores, mas a mercadores especiais que são, em certa medida, agentes de abastecimento, sujeitos à jurisdição do palácio e colocados sob as ordens de *magistri*.***

Eles estão isentos do pagamento dos *tonlieux* em Cluses, em Duurstede e em Quentovic. Além disso, parecem ter feito os seus negócios ao mesmo tempo que os do imperador.⁸⁸⁵

Em algumas cidades e seguramente em Estrasburgo, em 775,⁸⁸⁶ o bispo havia organizado um serviço de abastecimento

* “*Usura est ubi amplius requiritur quam datur; verbi gratia si dederis solidos 10 et amplius requisieris; vel si dederis modium unum frumenti et iterum super aliud exigeris.*”⁸⁷⁸ M. Dopsch tentou inutilmente provar que os carolíngios não agiram contra os juros, o que ele só conseguiu fazer por meio de um desvio: alegando que não existe proibição de que leigos cobrem juros.⁸⁷⁹

** Segundo M. Dopsch, Carlos nada inovou em matéria de legislação antiusura e limitou-se a dar continuidade à tradição merovíngia, que proibia os juros aos clérigos.⁸⁸⁰ O mesmo autor apresenta exemplos pouco convincentes para provar que o empréstimo a juros foi praticado na época carolíngia. É evidente: se o proibiam, é porque existia. O único fato interessante é a sua interdição.⁸⁸¹ Ele conclui com esta afirmação inverossímil: “*Von einer verkehrsfreundlichen Tendenz der Karolinger oder ihrer Gesetzgebung kann also wohl doch nicht die Rede sein.*”⁸⁸²

*** A *Capitular de disciplina palatii* (por volta de 820) confia a um certo Ernardus a vigilância das “*mansiones omnium negociatorum, sive in mercato sive aliubi negotientur, tam christianorum quam et judaeorum*”.⁸⁸³ Existem portanto, ao que parece, algumas lojas permanentes. Ernardus seniscalcus (?), dizem Boretius-Krause, tem a tabela. Uma fórmula das *Formulae Imperiales* de 828 acrescenta que os mercadores apresentarão suas contas em maio no palácio.⁸⁸⁴

com alguns de seus homens, que Carlos isenta do *tonlieu* em todo o reino, exceto em Quentovic, Duurstede e Cluses.

Ocorria a mesma coisa, como se sabe, com as grandes abadias.⁸⁸⁷ Vê-se bem que tudo isso não é, propriamente falando, comércio. Trata-se de abastecimento privilegiado. É, além disso, um abastecimento com um raio muito amplo, pois se estende do mar do Norte aos Alpes.

Poderíamos considerar como estando em contradição com tudo isso o número muito grande e incessantemente crescente de mercados fundados em todo o Império. Pode-se admitir que tenha havido regularmente um em cada *civitas*, e eles são encontrados em grande quantidade de burgos, ao lado das abadias etc. É preciso no entanto tomar cuidado para não confundi-los com as feiras; na época carolíngia só encontramos uma única feira, a de Saint-Denis.

Tudo o que sabemos mostra que esses pequenos mercados só são frequentados por camponeses dos arredores, alguns vendedores ambulantes e barqueiros. Neles se vende “por dinheiros”, isto é, no varejo. Eles têm tanta significação como lugares de reunião quanto como lugares de venda.* As *Capitulares* dizem que são frequentados por servos, ou seja, camponeses. Ali aparecem alguns vendedores ambulantes clandestinos, como o *negociator* que vai de mercado em mercado oferecer uma espada roubada do conde da Borgonha e que, não conseguindo vendê-la, a devolve ao dono.^{891**} Ali também são vistos alguns judeus. Agobardo chega a se queixar do fato de que, para facilitar-lhes o acesso aos mercados, as atividades são suspensas aos sábados.⁸⁹³

* “Ut... familia nostra ad eorum opus bene laboret et per mercata vacando non eat.”⁸⁸⁸ Carlos proíbe que se realizem mercados aos domingos, mas somente “in diebus in quibus homines ad opus dominorum suorum debent operari”.⁸⁸⁹ Ver também os padres que “per diversos mercatus indiscrete discurrunt”.⁸⁹⁰

** Outro vendedor ambulante é o *mercator* assinalado na *Vita S. Germani* que, montado em seu asno, *quidquid in una villa emebat, carius vendere satagebat in altera*.⁸⁹²

No dia da festa do santo, nos mosteiros, havia um afluxo da *familia*, vinda de muito longe, e algumas transações eram feitas entre os seus membros.^{894*} Os *Milagres de São Remacle* relatam que o servo encarregado de guardar a vinha do mosteiro em Remagen, tendo ido ao mercado, nele havia comprado dois bois que perdeu no caminho, em consequência das copiosas libações às quais se havia entregue.⁸⁹⁵ A festa religiosa coincidia, portanto, com uma feira. Segundo Waitz, não é necessária a autorização real para a fundação de um mercado, a menos que ela comporte uma isenção ou uma doação do *tonlieu*. Mais tarde, uma oficina monetária é às vezes montada junto ao mercado e, nesse caso, existe concessão real. O édito de Pîtres⁸⁹⁶ mostra que o número de mercados não para de crescer, já que ele fala daqueles que existiam no governo de Carlos Magno, daqueles que começaram no governo de Luís e daqueles que foram abertos no reinado de Carlos, O Calvo. Ora, a decadência econômica não para de se acentuar por causa das incursões normandas; é a prova de que o número dos mercados não se explica por um pretenso desenvolvimento do comércio, mas pelo seu redobramento sobre si mesmo.

Desde 744, a *Capitular de Soissons* havia encarregado os bispos de abrir em cada cidade um *legitimus forus*.⁸⁹⁷ Nenhum desses pequenos mercados era muito frequentado.** Na maior parte do tempo, neles só eram vendidos galinhas, ovos etc. Mas, sem dúvida, em alguns mercados mais favorecidos, era possível obter objetos fabricados. Acontecia provavelmente assim com os tecidos na região flamenga. Um formulário do *Codex Laudunensis*, originário de Gand, apresenta o texto de uma carta na qual um clérigo envia cinco soldos a um amigo, pedindo que

* É aquilo que é chamado de *forum anniversarium*, ou *mercata annuale*, por oposição ao *forum hebdomadarium*.

** Vercauteren mostra que M. Dopsch, para conferir uma grande significação ao mercado de Laon, serviu-se de textos que não falam dele.⁸⁹⁸

este lhe compre um *cucullum spissum* [capuz].⁸⁹⁹ Mas é impossível concluir disso que tenham havido ali mercados importantes e qualquer coisa que se parecesse com um movimento de negócios.

Esses pequenos mercados, tão numerosos, deviam ser alimentados pela indústria doméstica de oleiros, ferreiros e tecelões rurais, para as necessidades da população local, como em todas as civilizações primitivas. Nada além disso, certamente; não se encontra aí nenhum traço da fixação de mercadores ou de artesãos. O fato de que muitas vezes se estabelece uma pequena oficina monetária nos mercados também comprova a ausência de circulação. Em 865, aliás, Carlos, O Calvo concede o direito de abrir uma oficina monetária ao bispo de Châlons, pois este não pode obter os dinheiros cunhados nas oficinas reais.⁹⁰⁰

Nesses mercados não se consegue obter nada de origem longínqua. Assim, Alcuíno teria um *negociator* que ele envia para fazer compras na Itália.⁹⁰¹ No século VIII, saxões e frísios só são encontrados, praticamente, na feira de Saint-Denis.⁹⁰²

As transações mais importantes, à medida que apareciam, não se faziam nos mercados. Deviam ocorrer onde a oportunidade se apresentasse. Relacionavam-se a alguns objetos preciosos, pérolas, cavalos, gado. O texto de uma *Capitular* mostra que nisso consistia o comércio dos *negociatores* propriamente ditos; estes últimos,⁹⁰³ “os especialistas, os profissionais”, eram quase exclusivamente judeus.

Com eles, estamos na presença de pessoas que, de fato, vivem do comércio. Praticamente só eles, junto com alguns venezianos, estão nesse caso. Para se convencer disso, basta ler as *Capitulares*, nas quais a palavra *judaeus* aparece continuamente acoplada à palavra *mercator*.^{*} Esses judeus continuam a ativi-

* O próprio Dopsch declara: *Die Handelsleute und Juden, was ja vielfach dasselbe war*.⁹⁰⁴

dade de seus compatriotas, que vimos espalhados por toda a bacia do Mediterrâneo antes da invasão do Islã.* Mas a continuação em condições bastante diferentes.

A perseguição que eles sofreram na Espanha, no final da época visigótica, quando Egica (687-702) havia chegado ao ponto de proibir-lhes o comércio com o estrangeiro e com os cristãos, não se transmitiu ao Império Franco. Pelo contrário, eles foram colocados sob a proteção do soberano, que os liberou do *tonlieu*. Luís, O Pio promulgou em favor deles uma *Capitular*, hoje perdida, que proíbe que sejam perseguidos de outro modo que *secundum legem eorum* [segundo a lei deles].⁹⁰⁵ Assassinar os judeus acarretava uma multa em proveito da *camera* do rei. São privilégios muito importantes, dos quais eles não haviam desfrutado antes; mostram que o rei os considerava indispensáveis.

Os carolíngios, aliás, serviam-se muito frequentemente deles. Envia judeus como embaixadores a Harum-al-Raschid. E vimos acima que havia judeus entre os mercadores do palácio, fixados em Aix-la-Chapelle.

Luís, O Pio havia tomado a seu serviço e concedido uma proteção especial ao judeu Abraão de Saragoça, que o servia fielmente no palácio.⁹⁰⁶ Nada semelhante encontramos em favor de um mercador cristão.

Por volta de 825, Luís, O Pio concede um privilégio a Davi Davitis, a Josefo e a seus correligionários que habitavam Lyon.⁹⁰⁷ Eles são liberados do *tonlieu* e de outros direitos referentes à circulação e colocados sob a proteção do imperador (*sub mundeburdo et defensione* [sob tutela e defesa]). Podem viver de acordo com sua fé, celebrar seus ofícios no palácio, contratar cristãos *ad opera sua facienda* [para fazer seus trabalhos], comprar escravos estrangeiros e vendê-los no Império, fazer

* Encontram-se no século IX alguns judeus em Narbona, em Vienne, sobretudo em Lyon e talvez também em outras partes do Sul.

trocas e traficar com quem lhes agrade — portanto, se for necessário, com o estrangeiro.⁹⁰⁸

O que sabemos dos judeus pelas *Formulas* é confirmado pelo que escreve Agobardo em seus opúsculos, redigidos de 822 a 830. Com furor, ele ressalta as riquezas dos judeus, a reputação de que desfrutam no palácio, os atos que o imperador mandou fazer a favor deles pelos *missi* em Lyon e a clemência desses *missi* em relação a eles. Os judeus, diz, fornecem vinho aos conselheiros do imperador; os parentes dos príncipes e as mulheres dos palatinos mandam presentes e vestimentas às mulheres judias; erguem-se novas sinagogas.* Seria possível ouvir um antissemita falando de “barões” judeus. Lidamos aqui, incontestavelmente, com grandes mercadores que não podem ser dispensados. Chega-se ao ponto de permitir que eles tenham servidores cristãos. Podem ter terras. Temos a prova disso pela região de Narbona, onde são proprietários de terras cultivadas por cristãos, pois eles não são rurais. O papa já se queixava desse estado de coisas em 768-772.⁹¹⁰ Eles também têm terras e vinhas em Lyon, em Vienne, na Provença e nos arrabaldes das cidades. Sem dúvida, as adquiriram como forma de investir seus lucros.

O comércio que fazem é, portanto, o grande comércio e, ao mesmo tempo, o comércio exterior. Por meio deles o mundo ocidental ainda se corresponde com o Oriente. O intermediário não é mais o mar, mas a Espanha. Através dela os judeus estão em contato com as potências da África muçulmana e com Bagdá. Ibn Kordadbeh, no *Livro das Rotas* (854-874), fala dos judeus radamitas:

Falam o persa, o romano, o árabe, as línguas franca, espanhola e eslava. Viajam do Ocidente para o Oriente e do Oriente para o Ocidente, ora por terra, ora por mar. Trazem do Ocidente eunucos, mulheres escravas, meninos, seda, peles e espadas.

* Em Lyon.⁹⁰⁹

Embarcam no país dos francos, no mar Ocidental, e se dirigem para Farama (Pelusa).* [...] Vão para o Sind, a Índia e a China. Na volta, estão carregados de almíscar, aloés, cânfora, canela e outros produtos das regiões orientais. Alguns navegam para Constantinopla, a fim de lá venderem suas mercadorias; outros retornam para o país dos francos.⁹¹¹

Talvez alguns viessem através do Danúbio, mas a maioria seguramente chegava pela Espanha. É às suas importações, sem dúvida, que se referem os versos de Teodulfo relativos às riquezas do Oriente.⁹¹² A Espanha também é mencionada no texto de uma fórmula de Luís, O Pio a propósito do judeu Abraão de Saragoça. O que sabemos dos mercadores de Verdun⁹¹³ mostra que estavam em contato com esse país. Também se sabe que alguns judeus importavam tecidos de Bizâncio e do Oriente no reino de Leão.⁹¹⁴ Os judeus são, portanto, fornecedores de especiarias e de tecidos preciosos. Porém, vê-se pelos textos de Agobardo que também vendem vinho.⁹¹⁵ E se ocupam, às margens do Danúbio, com o comércio do sal.⁹¹⁶ No século X, possuem salinas perto de Nurembergue.⁹¹⁷ Também fazem o comércio de armas. Além disso, exploram tesouros das igrejas.⁹¹⁸

Porém, sua grande especialidade é, como vimos, o comércio de escravos. Alguns são vendidos no próprio país, mas a maioria é exportada para a Espanha. No final do século IX, o centro desse comércio de escravos e de eunucos era Verdun.⁹¹⁹ As informações sobre a venda de eunucos datam do século X; porém, já entre 891 e 900, os *Miracula S. Bertini* falam dos *Verdunenses negotiatores* indo para a Espanha. Segundo Luitprando, esse comércio gerava enorme lucro. O comércio de escravos tinha sido rigorosamente proibido em 779 e 781,⁹²⁰ e a proibição foi renovada em 845.⁹²¹ Mas ele continuou.

Agobardo mostra que esse comércio vinha de muito longe, dando continuidade sem dúvida ao da época merovíngia. Con-

* Cidade destruída perto de Port-Said, no litoral do Egito.

ta que, no começo do século IX, um homem veio a Lyon depois de ter escapado de Córdoba, onde tinha sido vendido como escravo por um judeu de Lyon. Ele afirma, a propósito disso, que lhe falaram de crianças roubadas ou compradas por judeus para serem vendidas.⁹²²

Por fim, é preciso acrescentar que os judeus dedicavam-se ao comércio da prata, sobre o qual temos, aliás, poucas informações.

Ao lado desses judeus ricos e viajantes, provavelmente pequenos vendedores ambulantes frequentavam os mercados. Mas foram os judeus que deram continuidade ao grande comércio. E os objetos desse comércio são justamente aqueles que um texto de 806 nos assinala como a especialidade dos *mercatores*: o ouro, a prata, os escravos e as especiarias.⁹²³

Com exceção dos judeus e dos frísios, praticamente não existiram naquela época mercadores propriamente ditos (não me refiro aos mercadores ocasionais). É possível deduzir isso a partir do favorecimento de que desfrutaram os judeus; se não fossem indispensáveis, não teriam sido protegidos a esse ponto. Por outro lado, já que os judeus podiam empregar os cristãos, muitos de seus agentes devem ter sido considerados *mercatores christiani*. Aliás, a linguagem está aí para comprová-lo: “judeu” e “mercador” tornam-se sinônimos.⁹²⁴

Ao lado dos judeus, deve ter existido, aqui e ali, um veneziano que atravessou os Alpes, mas isso deve ter sido bem raro.

O judeu é o mercador profissional dos tempos carolíngios. Mas é evidente que ele não pôde alimentar uma importação considerável. Vê-se isso pela raridade das especiarias e pelo declínio do luxo. O fato de que esse comércio é terrestre, e não marítimo, também o condena a ser muito reduzido. Mas, por isso mesmo, foi muito mais lucrativo.

Uma prova da desimportância do comércio reside no fato de que nem nas *Formulae* nem nos diversos atos daquela época se faz alusão a ele. Uma *Capitular* de 840 menciona em seu

lugar *cautiones* e dinheiro confiado *ad negociandum*⁹²⁵ e outra, de 880, *scriptum fiduciationis*,⁹²⁶ pois trata-se de Veneza. O direito comercial conservou-se nos lugares onde se manteve o comércio mediterrânico. Desapareceu quando o mar foi fechado.

De tudo isso, podemos concluir que uma regressão comercial transformou, mais do que nunca, a terra na base essencial da vida económica. Ela já o era na época merovíngia, mas nela a circulação das mercadorias ainda desempenhava importante papel. Antes do fechamento do mar, vimos que ainda subsistia um comércio de produtos da terra, sobre o qual, aliás, estamos mal informados. Os grandes proprietários pagam o imposto em moeda e os seus *conductores* entregam-lhes os rendimentos dos seus domínios também em dinheiro. Isso implica, naturalmente, a venda dos produtos da terra. A quem eles eram vendidos? Aos habitantes das cidades, sem dúvida, que ainda são numerosos. Talvez, também, com a intenção de comercialização. Ora, no governo dos carolíngios não encontramos mais vestígios dessa circulação normal dos produtos da terra. A melhor prova disso reside no desaparecimento do azeite para a iluminação das igrejas, assim como do incenso. Eles não chegam mais nem mesmo da Provença. Daí o surgimento dos *cerarii*, que não são anteriores ao final do período merovíngio. Eginhard, em Seligenstadt, incapaz de obter cera, é forçado a mandar trazê-la dos seus domínios de Gand.

A mesma observação, bem mais impressionante ainda, podemos fazer quanto ao vinho. Não é mais possível obtê-lo no comércio, a não ser, aqui e ali, por intermédio de um judeu. Como é indispensável, mesmo que seja apenas para o culto, faz-se de tudo para obter terras que o produzam. O fato é impressionante e significativo para as abadias dos Países Baixos. E ainda mais eloquente em razão de essas abadias situarem-se nesse território em cujos rios os frísios circulam. O pequeno tráfico ao qual estes últimos se dedicam não é, pois, suficiente

para que se obtenha o vinho; no entanto, até as incursões dos normandos subsiste um certo trânsito de vinho da França para a Escandinávia.

Para estar seguro de ter vinho é necessário poder produzi-lo por conta própria, pois, ainda que ele exista no comércio, não é certo poder dispor de dinheiro para comprá-lo. Só há um meio: obter vinhedos. As abadias do vale do Meuse conseguem alguns nas margens do Reno e do Mosela; as da bacia do Escaut, nas margens do Sena.^{927*} Mandava-se que esse vinho fosse levado por servos, que o carregavam até o mosteiro em excelentes condições, graças às isenções de *tonlieu*. Todas as abadias têm, nelas mesmas, os seus meios de abastecimento. Não precisam de ninguém. Constituem uma pequena *commonwealth* que se basta a si mesma. Não é preciso considerar essas abadias, como faz Imbart de La Tour, mercadores privilegiados, mas, como ele, é forçoso dizer: “Por meio de um conjunto de corveias as igrejas organizaram seus transportes pelos rios ou pelos caminhos”.⁹²⁸ Elas faziam ser conduzidos assim os produtos necessários para o seu consumo.**

Durante as fomes, certamente os proprietários dominiais que podiam dispor de trigo ou de vinho eram solicitados a vendê-lo e aumentavam os preços — o que levou, aliás, à intervenção do imperador, que quis impedir esses lucros injustos. Mas não se pode ver nisso, como faz Dopsch, bem como na proibição de vender cavalos fora do Império, a prova de um comércio regular.⁹³²

* O que comprova que esses domínios servem para suprir as insuficiências do comércio é que eles serão vendidos quando este reaparecer.

** Dopsch procura provar que elas produziam para os mercados. Não vejo isso em parte alguma.⁹²⁹ Mas é verdade que, em caso de insuficiência de sua própria colheita, buscava-se obter o *vinum peculiare* para poder abastecer as *villae dominicae*.⁹³⁰ Suponho que isso era comprado quando de uma colheita superabundante. Mas não é possível deduzir daí a existência de um *beträchtlicher Weinhandel*.⁹³¹ Outros textos, que ele cita para provar que a produção dominial trabalha com vistas ao mercado, não têm nenhuma pertinência.

Quando lemos a correspondência de Loup de Ferrières, vemos que ele considera a necessidade de vender e de comprar como algo deplorável. Busca-se a possibilidade de escapar disso.

O fato de o rei Carlos, O Calvo ter retomado a “célula” de Saint-Josse,* no mosteiro de Ferrières, resulta em que os monges não recebem mais vestimentas e quase nenhum peixe nem queijo; devem viver de legumes comprados,⁹³³ mas trata-se aí de um caso excepcional.

O domínio da abadia de Saint-Riquier está organizado de modo a produzir tudo aquilo que é necessário para a subsistência dos monges.⁹³⁴

Em 858 os bispos endereçam uma carta ao rei, recomendando que governe as suas *villae* de maneira que elas possam se bastar a si mesmas.⁹³⁵

Nos estatutos de Adalardo de Corbie, da primeira metade do século IX, surpreendemos uma administração dominial totalmente fechada. Parte alguma refere-se à venda. As prestações semanais a serem fornecidas ao mosteiro, cuja população máxima é de quatrocentas pessoas, são minuciosamente estabelecidas para todo o ano, de janeiro a janeiro. Trabalham no mosteiro alguns *matricularii* e *laici*; encontramos nele, notadamente, sapateiros, pisoeiros, ourives, carpinteiros, preparadores de pergaminho, ferreiros, médicos etc.⁹³⁶ Vive-se das prestações, quase sempre *in natura*, dos servos e de suas corveias. Daí a organização dos *curtes*, que me parece uma criação da época.**

Ora, é necessário representar a sociedade daquela época como semeada de mosteiros e de fundações eclesiásticas, que são os órgãos característicos dela. Só nesses lugares, graças à escrita, pode existir uma economia.

* Saint-Josse, departamento de Pas-de-Calais, circunscrição e cantão de Montreuil-sur-Mer.

** Segundo J. Havet, *mansus* seria uma palavra carolíngia.⁹³⁷ Brunner menciona, no entanto, alguns *servi mansionarii* desde a segunda metade do século VII.⁹³⁸

A terra eclesiástica é a única que aumenta por causa das doações piedosas feitas pelos fiéis. Quanto ao domínio real, ele diminui sem cessar por causa dos benefícios que precisam ser criados incessantemente. Esses benefícios passam para a aristocracia militar — altos funcionários ou *militēs* [pequenos vassallos] —, que é o que existe de menos produtivo. Não se pode verdadeiramente supor que ela faça um comércio qualquer. Assim, os grandes senhores buscam explorar as terras da Igreja, impondo-se a ela como procuradores e devorando seus recursos. A rigor, teoricamente, os foreiros poderiam produzir para a venda, mas eles são cada vez mais sobrecarregados de corveias e de censos.^{†*}

Há entre eles uma grande quantidade de miseráveis que vivem de esmolas ou se alugam no tempo da colheita. Nenhum deles trabalha para o mercado. O maior desejo de todas as pessoas que têm alguma terra é se colocar sob a proteção dos mosteiros para escapar das exigências que os senhores da justiça exercem sobre eles.

Em suma, toda essa sociedade cai na dependência dos detentores da terra ou dos detentores da justiça, e o poder público assume cada vez mais um caráter privado. A independência econômica está no seu ponto mais baixo, tal como a circulação monetária.

Nas *Capitulares* ainda se fala muito dos *pauperes liberi homines* [homens pobres livres]; porém, em uma multidão de casos, é visível que esses *homines* têm, cada um, um senhor.

O poder real interveio, enquanto algum prestígio lhe restou, para impedir a opressão dos fracos e dos pobres, com uma intenção de moralidade cristã. A legislação econômica de Carlos e de Luís, em vez de procurar fomentar o lucro, condena-o, ao contrário, como um *turpe lucrum* [ganho ilícito].

[†] Taxa que era paga anualmente ao senhorio pela posse de uma terra. [N.T.]

* Ver o quadro que os bispos fazem dos foreiros do rei em 858.⁹³⁹

Depois, toda intervenção real desaparece na anarquia da feudalidade, acima da qual continua a flutuar a miragem do Império cristão. É a Idade Média.

A organização política

Muitos historiadores consideram aquilo que chamam de a Época Franca como um bloco, fazendo do período carolíngio a continuação e o desenvolvimento do merovíngio. Trata-se de um erro evidente, por diversas razões.

1ª O período merovíngio pertence a um meio totalmente diferente do meio carolíngio. Existe ainda, nos séculos VI e VII, um Mediterrâneo com o qual se mantêm relações constantes, e a tradição imperial tem continuidade em todos os tipos de domínios.

2ª A influência germânica, rechaçada ao norte na fronteira, é muito fraca, somente perceptível em certos ramos do direito e dos processos.

3ª Entre o belo período merovíngio, que se estende até por volta de meados do século VII, e o período carolíngio existe um bom século de lamacentia decadência, no decorrer do qual muitas características da civilização antiga se apagam; outras, pelo contrário, são elaboradas; aí está a origem do período carolíngio. Os ancestrais dos carolíngios não são os reis merovíngios, mas os prefeitos do palácio. Carlos Magno não dá continuidade de maneira alguma a Dagoberto, mas a Carlos Martel e a Pepino.

4ª A identidade do nome *regnum Francorum* não deve iludir. O novo reino vai até o Elba e engloba uma parte da Itália. Ele contém quase tantas populações germânicas quantas são as romanas.

5ª Enfim, as relações com a Igreja se modificam completamente. O Estado merovíngio, assim como o Império Romano, é laico. O rei merovíngio é *rex Francorum*. O rei carolíngio é *Dei*

gratia rex Francorum,* e essa pequena adição é o indício de uma profunda transformação. Isso é tão verdadeiro que as gerações posteriores não compreendem o uso merovíngio. Copistas e falsários, depois, sobrecarregam com um *Dei gratia* o título, a seus olhos inadmissível, dos reis merovíngios.

Assim, as duas monarquias — das quais tentamos mostrar aqui que a segunda deveu-se de alguma maneira à submersão do mundo europeu pelo Islã —, em vez de se prolongarem uma na outra, ao contrário, opõem-se uma à outra.

Na grande crise em que afunda o Estado criado por Clóvis, o que desaba, no fundo, são as bases romanas.

Em primeiro lugar, a concepção do poder real. Na forma que adquiriu no governo dos merovíngios, ela não é, sem dúvida, uma simples transposição do absolutismo imperial. Admito que o poder real não seja, em grande parte, senão um despotismo de fato. Mas nem por isso é menos verdade que, para ele mesmo e para os seus súditos, todo o poder do Estado está concentrado no rei.

Tudo aquilo que lhe pertence é sagrado; ele pode elevar-se acima das leis sem que ninguém questione isso, pode mandar furar os olhos dos inimigos e confiscar propriedades sob o pretexto de lesa-majestade.** Ele não tem nada, nem ninguém, a poupar. O poder que mais se parece com o seu é o do imperador bizantino, levando-se em conta as diferenças enormes que o nível desigual das civilizações faz surgir entre eles.

Toda a administração merovíngia conserva, aproximadamente, o caráter burocrático da romana. Sua chancelaria, com seus referendários leigos, é calcada na de Roma; o rei toma seus agentes onde quer, mesmo entre escravos;*** sua guarda de

* A fórmula ainda não é de regra no reinado de Pepino, mas o é a partir de Carlos Magno.⁹⁴⁰

** Na época carolíngia, o crime de lesa-majestade torna-se sinônimo de *Herisliz* e de *infidelitas*.⁹⁴¹ Ele só é citado por imitação da Antiguidade.⁹⁴²

*** Ver o exemplo característico do conde Leudaste, o inimigo de Gregório de Tours.

antrustions lembra a guarda pretoriana. Para falar a verdade, as populações sobre as quais ele reina não concebem outra forma de governo. Trata-se, aliás, da forma de todos os reis daquele tempo, ostrogodos, visigodos ou vândalos. Cabe observar que, se os reis assassinam uns aos outros, os povos não se rebelam. Há tentativas de ambiciosos, mas não há sublevações populares.

A decadência merovíngia decorre da fraqueza crescente do poder real. Tal fraqueza, da qual os carolíngios tiram proveito, tem como causa o desequilíbrio da administração financeira; ainda aqui, estamos em plena Roma. Pois, como vimos, o rei alimenta o seu tesouro sobretudo por meio do imposto. Tal imposto desmorona, junto com a moeda de ouro, durante a grande crise do século VIII. A noção de imposto público desaparece ao mesmo tempo que desaparecem, nas cidades, os integrantes da cúria.

Deixam de existir os moedeiros que faziam com que esse imposto chegasse ao tesouro sob a forma de soldos de ouro. O último, creio, é mencionado no governo de Pepino. Assim, os prefeitos do palácio deixam de receber o imposto. A realeza que erigem, quando do seu golpe de Estado, é uma realeza na qual a noção romana de imposto público é abolida.

Os reis da nova dinastia, como muito tempo depois deles os reis da Idade Média, terão como recursos regulares somente as rendas do seu domínio.* Sem dúvida, subsistem algumas *paraveredi* ou *mansiones* [prestações], que remontam à época romana, e particularmente o *tonlieu*. Porém, tudo isso se degrada. O *droit de gîte*[†] pertence mais aos funcionários do que ao rei. Quanto ao *tonlieu*, que arrecada cada vez menos à medida que a circulação se restringe, os reis fazem a doação dele a algumas abadias e aos grandes senhores.

* Do imposto romano, resta os *justiciae*.

† *Droit de gîte* era uma taxa que os reis da França cobravam das cidades, dos burgos, bispados e abadias como indenização pelos custos das suas viagens, passagens ou estadias por esses lugares. [N.T.]

Houve quem quisesse provar a existência de um imposto no governo dos carolíngios. Existe, com efeito, na parte germânica do império, o costume dos “dons” anuais. Além disso, os reis realizam algumas coletas e arrecadações de dinheiro na época das invasões normandas. Porém, foram expedientes que não se mantiveram. Na realidade, é preciso sempre repetir, o que faz o poderio financeiro do rei é o seu domínio — seu fisco, se preferirem. É preciso acrescentar a ele, ao menos no governo de Carlos Magno, o butim de guerra. A base financeira ordinária do poder real é puramente rural. Por isso os prefeitos do palácio confiscam tantas terras da Igreja. O rei é — e, para se manter, deve permanecer — o maior proprietário do reino. Não existe mais cadastro, não existem mais registros de taxas, não existem mais funcionários financeiros; portanto, não existem mais arquivos, repartições e contas. Os reis não têm finanças. Compreende-se a novidade que isso introduz no mundo. O rei merovíngio comprava ou pagava os homens em ouro. O rei carolíngio deve entregar a eles pedaços do seu domínio. Existe nisso uma causa formidável de enfraquecimento que é compensada pelo butim, enquanto dura a guerra, no governo de Carlos Magno, mas cujos efeitos logo surgirão depois dele. Repitamos: isso assinala uma clara ruptura com a tradição financeira romana.

A essa primeira diferença essencial entre o merovíngio e o carolíngio junta-se uma segunda. O novo rei, como dissemos, é rei pela graça de Deus. A sagração, novidade introduzida no governo de Pepino, faz dele, de alguma forma, um personagem sacerdotal.* O merovíngio era totalmente laico. O carolíngio só cinge a coroa com a intervenção da Igreja. E o rei, por meio da sagração, entra para ela. Tem agora um ideal religioso, e seu poder padece de limitações, aquelas que lhe impõe a moral cristã. Não se vê mais os reis se permitirem assassinatos arbitrários

* Não existe unção em Bizâncio nessa época.⁹⁴³

e excessos do poder pessoal, coisas corriqueiras na época merovíngia. Basta ler, em relação a isso, *De rectoribus Christianis*, de Sedulius de Liège, ou *De via regia*, de Smaragde, composto, como crê Ebert, entre 806 e 813.

Por meio da sagração, a Igreja adquire influência sobre o rei. O caráter laico do Estado, desde então, se desvanece. Podemos citar aqui dois textos de Hincmar:⁹⁴⁴ “É a unção, ato episcopal e espiritual”, escreve em 868 a Carlos, O Calvo, “é a essa bênção, muito mais que ao vosso poder terrestre, que vós deveis a dignidade real.” Lê-se, além disso, nas atas do Concílio de Sainte-Macre: “A dignidade dos pontífices é superior à dos reis: pois os reis são sagrados reis pelos pontífices, ao passo que os pontífices não podem ser consagrados pelos reis.” A sagração impõe ao rei deveres perante a Igreja. Segundo Smaragde, ele deve, com todas as suas forças, consertar aquilo que poderia ter-se introduzido nela de defeituoso, mas também deve favorecer-lhe e fazer com que lhe seja pago o dízimo.⁹⁴⁵

Nessas condições, compreende-se que a realeza associe agora a sua ação à da Igreja. Basta ler as *Capitulares* para ver que elas se preocupam tanto com a disciplina eclesiástica e com a moral quanto com a administração secular.

Aos olhos dos reis carolíngios, administrar os súditos é penetrá-los da moral eclesiástica. Suas concepções econômicas são dominadas pela Igreja. Os bispos são seus conselheiros e seus funcionários. Os reis lhes confiam as funções de *missi* e fazem os clérigos entrarem para as chancelarias. Existe aí um contraste manifesto com os merovíngios, que recompensam seus referendários leigos nomeando-os bispos. A partir de Hithierius — o primeiro eclesiástico que aparece na chancelaria no governo de Carlos Magno —, durante séculos não haverá mais leigos na chancelaria real.⁹⁴⁶ Bresslau acredita, equivocadamente, que a invasão das repartições do palácio pela Igreja provém do fato de que os primeiros carolíngios desejavam substituir por um pessoal austrasiano o pessoal românico dos merovíngios, e

que para isso eles tiveram de voltar-se para os austrasianos clérigos, os únicos que sabiam escrever. Não, eles quiseram a colaboração da Igreja.

Além disso, eles só podem encontrar pessoas instruídas entre os clérigos. Durante a crise, a instrução dos leigos desapareceu. Os próprios prefeitos não sabem escrever. Os esforços platônicos de Carlos Magno para difundir a instrução entre o povo não podiam ter êxito; a academia do palácio teve apenas alguns alunos. Entramos no período em que clérigo e letrado são sinônimos; daí a importância da Igreja, que, em um reino onde praticamente ninguém mais compreende o latim, impõe sua língua por longos séculos à administração. É preciso fazer um esforço para compreender o alcance desse fato. Foi enorme. Uma nova característica medieval aparece: a de uma casta religiosa que submete o Estado à sua influência.

Ao lado dela, o rei é forçado, além disso, a contar com o estamento militar, que contém toda a aristocracia leiga e todos os homens livres que permaneceram independentes. Sem dúvida, vemos o nascimento desse estamento militar desde a época merovíngia. Porém, a aristocracia dessa época apresenta um singular contraste com a dos tempos carolíngios. Os grandes proprietários romanos, os *senatores*, não aparecem primordialmente — quer residam no campo, quer nas cidades — como militares. São instruídos. Procuram sobretudo funções no palácio e na Igreja. Provavelmente, foi entre os seus *antrustions* germânicos que o rei recrutou os seus chefes de guerra e os seus soldados de guarda. É certo que a aristocracia fundiária tentou desde cedo dominá-lo, mas não conseguiu.*

Não vemos que o rei governe com ela nem que lhe conceda alguma participação no governo durante o tempo em que permanece poderoso. Ele lhe confere imunidade, mas não lhe entrega nenhum dos direitos da coroa — do mesmo modo, aliás,

* Ver o que dissemos, acima, de Ebroin e de Brunehaut.

que faz com as Igrejas. Contra ela, tem armas terríveis: os processos de lesa-majestade e os confiscos.

Para fazer frente a essa aristocracia, o rei devia evidentemente permanecer muito poderoso, ou seja, muito rico. Pois a aristocracia, assim como, aliás, a Igreja, aumenta incessantemente a autoridade sobre o povo. Essa evolução social, iniciada no Baixo-Império, tem continuidade. Os grandes senhores têm soldados privados, uma grande quantidade de *vassi* que solicitam apoio e constituem para eles uma temível clientela.

Na época merovíngia, essa autoridade senhorial dos proprietários ainda não se manifesta fora do direito privado. Porém, no meio da anarquia e da decadência, quando irrompe a luta entre os prefeitos do palácio, agrupando atrás deles as facções de aristocratas, a instituição vassálica se transforma e adquire importância crescente. Seu caráter militar surge plenamente quando o carolíngio triunfa sobre os rivais. A partir de Carlos Martel, o poder do rei repousa essencialmente sobre seus vassalos militares do norte.*

Ele lhes concede alguns “benefícios” — terras — em troca do serviço militar, terras que ele confisca das Igrejas. Diz Guilhiermoz:⁹⁴⁸ “Por sua importância, as concessões vassálicas passaram a tentar não mais somente as pessoas de pequena ou de mediana condição, mas os próprios grandes senhores.”

Isso correspondia ao interesse do concedente, que outorga doravante generosos benefícios “com o encargo, para o concessionário, de servir não mais somente com a sua pessoa, mas com um número de vassalos proporcional à importância do benefício concedido”.⁹⁴⁹ Assim Carlos Martel pôde constituir uma poderosa clientela austrasiana, com a qual ele fez suas guerras. O sistema continua depois dele.

* O Império de Carlos Magno é um império de vassalagens. Carlos esperou governar com seus próprios vassalos e compeliu os homens a se tornarem vassalos destes últimos.⁹⁴⁷

No século IX os reis fazem com que todos os grandes senhores do reino e até mesmo os bispos⁹⁵⁰ lhes prestem juramento de vassalagem. Cada vez mais, parece que só são verdadeiramente submissos ao rei aqueles que lhe prestaram homenagem. O súdito desaparece por trás do vassalo. Hincmar já adverte Carlos, O Calvo do perigo que disso resulta para a autoridade real.⁹⁵¹ A necessidade, para os primeiros prefeitos, de constituir para si uma tropa fiel, formada por beneficiários presos por juramento, levou a uma transformação profunda do Estado. Dali por diante, o rei será forçado a contar com vassalos que têm força militar. A organização dos condados é perturbada, pois os vassalos escapam à jurisdição do conde. Na guerra, eles próprios comandam os seus soldados, e o conde chefia apenas os homens livres. Talvez seus domínios desfrutassem de imunidade.⁹⁵² Eles são chamados de *optimates regis*.

A crônica de Moissac, em 813, os chama de *senatus* [senado] ou de *majores natu Francorum* [antepassados dos francos]. Com efeito, juntamente com os altos eclesiásticos e os condes, eles formam o conselho do rei.⁹⁵³ O rei permite, portanto, que partilhem do seu poder político. O Estado começa a assentar-se sobre os laços contratuais estabelecidos entre rei e vassalos.

Começa o período feudal.

Tudo teria ficado bem se o rei tivesse podido conservar os seus vassalos. Porém, salvo no seu próprio domínio, eles passam, no final do século IX, para a suserania dos condes. À medida que o poder declina, a partir das guerras civis que marcam o fim do reinado de Luís, O Pio, os condes tornam-se independentes. Com o rei, só mantêm relações de suserano e vassalo. Arrecadam para si as *regalia*. Reúnem diversos condados em um só.* O reino perde o caráter administrativo para se transformar em um bloco de principados independentes, vinculados

* Muito característica, a esse propósito, é a história da formação do condado de Flandres.

ao rei por uma vassalagem que este último não pode mais fazer respeitar. O poder real dissolveu-se.

Era inevitável que fosse assim. O prestígio de Carlos Magno não deve iludir. Ele ainda pôde governar por causa do poderio militar, da riqueza proveniente do butim e da preeminência de fato na Igreja. Por isso, pôde reinar sem finanças regulares e se fazer obedecer por funcionários que, sendo grandes proprietários, teriam podido viver de maneira independente. O que é uma administração que não é mais assalariada? Como impedi-la, quando ela quiser, de administrar para si mesma e não para o rei? O que poderão fazer vigilantes como os *missi*? Sem dúvida, Carlos quis administrar, mas não pôde. Quando lemos as *Capitulares*, nos espantamos com a diferença entre aquilo que elas ordenam e aquilo que se faz. Carlos ordenou que todos enviassem seus filhos à escola; que só houvesse uma casa da moeda; que fossem abolidos os preços usurários em tempos de fome. Estabeleceu preços máximos. Foi impossível concretizar tudo, pois isso supunha a obediência, irrealizável, dos grandes senhores que se sabiam independentes, ou dos bispos que, quando ele morreu, proclamaram a superioridade do espiritual sobre o temporal.

A base econômica do Estado — a grande propriedade sem mercados — não correspondia ao caráter administrativo que Carlos Magno esforçou-se para conservar.

Os proprietários não precisavam de segurança, já que não faziam comércio. Uma forma de propriedade como essa arranjava-se muito bem com a anarquia: os que têm a terra não necessitam de rei.

Será que por isso Carlos esforçou-se para conservar a classe dos homens livres de pouca condição? Ele tentou, mas não pôde. Os grandes domínios continuaram a se estender, e a liberdade continuou a desaparecer.

Quando começam as invasões normandas, o Estado já está impotente. É incapaz de tomar medidas defensivas seguindo

um plano qualquer e de agrupar exércitos que possam resistir aos invasores. Cada um vai para o seu lado. Pode-se dizer, como Hartmann: *Heer und Staat werden durch die Grundherrschaft und das Lehnwesen zersetzt* [Exército e Estado são desmembrados pelos donos de terras e pelo sistema feudal].⁹⁵⁴

O rei dá cabo daquilo que ainda restava de seus *regalia*. Abandona agora o *tonlieu* e o direito de fabricar moeda. A realeza se despojou de tudo o que ainda havia herdado — e era bem pouco. Acaba por não ser mais do que uma forma. A evolução se completa quando na França, com Hugo Capeto, ela se torna eletiva.

A civilização intelectual

Como vimos, as invasões germânicas não fazem desaparecer o latim como língua da România, a não ser nos territórios onde se estabelecem maciçamente os francos, salianos e ripuários, os alamanos e os bávaros. Aliás, a romanização dos germanos imigrados se faz com uma rapidez surpreendente.*

Os vencedores, espalhados e casados com mulheres locais que impõem a sua língua, aprendem o latim. Não exercem sobre o latim nenhuma ação, a não ser a de introduzir nele um bom número de termos de direito, de caça, de guerra e de agricultura,⁹⁵⁶ que se difundem a partir das regiões belgas, onde os germanos são numerosos, até o Sul.

Mais rápida é a romanização de burgondes, visigodos, ostrogodos, vândalos e lombardos. Segundo Gamillscheg,⁹⁵⁷ quando os mouros se apoderam da Espanha, da língua gótica só subsistem alguns nomes de pessoas e de lugares.

Pelo contrário, a perturbação havida no mundo mediterrânico pela introdução do Islã provoca, no domínio das línguas, uma profunda transformação. Na África, o latim desaparece

* Segundo Gamillscheg, ela devia ter feito grandes progressos já em 600 e está completamente acabada em 800.⁹⁵⁵

diante do árabe. Na Espanha, em contrapartida, ele se conserva, mas não tem mais bases: nenhuma escola, nenhum mosteiro, nenhum clero instruído. Os vencidos servem-se de um dialeto românico que não se escreve. Desaparece o latim, que havia se conservado tão bem na península até a véspera da conquista. Começa o espanhol.

Na Itália, em compensação, ele se conserva melhor; algumas escolas isoladas continuam a subsistir em Roma e em Milão.

Porém, é na Gália que mais bem podemos surpreender a perturbação e suas causas.

Conhecemos suficientemente a incorreção bárbara do latim merovíngio; no entanto, ainda é o latim vivo.⁹⁵⁸ Ele também é ensinado, ao que parece, nas escolas; aqui e ali, alguns bispos e senadores leem e por vezes até mesmo procuram escrever o latim clássico.

O latim merovíngio não é em nada uma língua vulgar. As influências germânicas que sofreu são insignificantes. Os que o falam podem entender e se fazer entender em toda a România. Ele talvez seja mais incorreto no Norte da França do que em outros lugares, mas, apesar de tudo, trata-se de uma língua que se fala e se escreve para se fazer entender. A Igreja serve-se dela tanto para as necessidades de propaganda quanto para a administração e a justiça.⁹⁵⁹

Ensina-se essa língua nas escolas. Os leigos a aprendem e a escrevem. Está vinculada à língua do Império — tal como a cursiva, na qual se escreve —, à escrita da época romana. Já que ainda se escreve muito para os serviços da administração e do comércio, ela é fixada.

No entanto, ela desaparece no decorrer da grande perturbação do século VIII. A anarquia política, a reorganização da Igreja, o fim das cidades, o desaparecimento do comércio e da administração — sobretudo das finanças — e o fim das escolas laicas a impedem de se conservar com sua alma latina. Ela se abastarda e se transforma, segundo as regiões, em dialetos

românicos. Os pormenores escapam, mas o fato seguro é que o latim, como tal, deixa de ser entendido por volta do ano 800, a não ser pelo clero.*

Precisamente nesse momento em que o latim deixa de ser uma língua viva e cede lugar aos idiomas rústicos, dos quais derivarão as línguas nacionais, ele se torna aquilo que vai permanecer durante séculos: uma língua erudita, nova característica medieval que data da época carolíngia.

A origem desse fenômeno deve ser buscada no único território romano no qual a invasão germânica havia extirpado completamente o romanismo: a Bretanha dos anglo-saxões.

A conversão desse país partira, como já se viu, do Mediterrâneo e não da Gália, que estava muito próxima. São os monges de Agostinho, enviados por Gregório, O Grande em 596, que provocam o movimento, já iniciado antes deles pelos monges célticos da Irlanda.⁹⁶¹

No século VII, São Teodoro de Tarso e seu companheiro Adriano acrescentam à religião que traziam consigo algumas tradições greco-romanas. Uma nova cultura logo se desenvolve na ilha, fato que Dawson considera com razão como “o acontecimento mais importante ocorrido entre as épocas de Justiniano e de Carlos Magno”.⁹⁶² Entre esses puros germanos que eram os anglo-saxões, a cultura latina é introduzida de chofre, ao mesmo tempo que a religião. Aquela se beneficia do entusiasmo que se sentia por esta. Desde a conversão, que se fez sob a influência e a direção de Roma, os anglo-saxões têm os olhos fixados na cidade santa. Vão a Roma incessantemente e trazem de lá relíquias e manuscritos. Submetem-se ao seu impulso e aprendem sua língua, que, para eles, não sendo língua vulgar, mas língua sagrada, desfruta de incomparável prestígio. Desde

* Em 813, um sínodo provincial em Tours decreta: “*Ut easdem homilias quisque aperte transferre studeat in rusticam Romanam linguam, aut Theotiscam, quo facilius cuncti possint intelligere quae dicuntur.*”⁹⁶⁰

o século VII existem entre eles alguns homens, como o poeta Aldhelm e Beda, O Venerável, cujos conhecimentos contrastam espantosamente com aquilo que existe, desse ponto de vista, no Ocidente.

Aos missionários anglo-saxões deve-se atribuir o despertar intelectual no governo de Carlos Magno. Antes deles, houve os monges irlandeses e sobretudo o maior de todos, Columbano, desembarcado na Gália por volta de 590, o fundador de Luxeuil e de Bobbio. Eles pregaram o ascetismo no meio de uma religião em decadência, mas não se vê que tenham tido a menor influência literária.

Ocorreu de modo totalmente diferente com os anglo-saxões; seu objetivo é espalhar o cristianismo na Germânia, pela qual a Igreja merovíngia nada ou quase nada havia feito. Nisso eles foram ao encontro da política dos carolíngios. Daí a enorme influência de um Bonifácio, o organizador da Igreja germânica e, por esse fato, o intermediário entre o papa e Pepino, O Breve.

Carlos Magno consagrou-se à obra de renascimento literário ao mesmo tempo que à restauração da Igreja. O principal representante da cultura anglo-saxã, Alcuíno — chefe da escola de York —, entra para seu serviço em 782, como diretor da escola do palácio, e exerce doravante uma influência decisiva sobre o movimento literário daquele tempo.

Assim, pela mais curiosa inversão das coisas — aliás, a confirmação mais evidente da ruptura provocada pelo Islã —, é o norte que, na Europa, toma o lugar do sul, tanto como centro literário quanto como centro político.

É ele que vai espalhar agora a cultura que recebeu do Mediterrâneo. O latim, que do outro lado do estreito havia sido uma língua viva, é nele, desde o princípio, somente a língua da Igreja. Aquela que lhe trouxeram não é a língua incorreta dos negócios e da administração, feita para as necessidades da vida laica; é a língua que se conserva nas escolas mediterrânicas. Teodoro era de Tarso, na Cilícia, e havia estudado em Atenas

antes de ir para Roma. Adriano, africano de nascimento, abade de um mosteiro vizinho de Nápoles, era tão versado em grego quanto em latim.⁹⁶³

O que propagam entre os seus neófitos é, portanto, a tradição clássica, a língua correta que aqui não tem necessidade, como no continente, de fazer concessões ao uso para se fazer compreender, já que o povo não fala latim, mas anglo-saxão. Assim, os mosteiros ingleses recebem diretamente a herança da cultura antiga. Ocorreu o mesmo no século VI, quando os sábios bizantinos trouxeram para a Itália não o grego vulgar e vivo da rua, mas o grego clássico das escolas.

Assim, entre os anglo-saxões acham-se, ao mesmo tempo, reformadores da língua* e reformadores da Igreja. A barbárie na qual esta última havia caído se manifestava pelos maus costumes, o mau latim, o mau canto e a má escrita. Reformar era reformar tudo de uma vez. Algumas questões de gramática e de escrita logo adquiriram a significação de um apostolado. Pureza do dogma e pureza da língua seguem lado a lado. Do mesmo modo que os anglo-saxões, que o adotaram imediatamente,⁹⁶⁵ o rito romano espalha-se por todo o Império ao mesmo tempo que a cultura latina. Esta foi, portanto, o instrumento por excelência daquilo que é chamado de “renascimento carolíngio”, ainda que tenham existido paralelamente alguns homens como Paulo Diácono, Pedro de Pisa e Teodulfo. No entanto, é um renascimento puramente clerical. Não toca o povo, que não o compreende mais. É ao mesmo tempo uma retomada da tradição antiga e uma ruptura com a tradição romana, interrompida pelo embargo do Islã sobre as regiões mediterrânicas. A sociedade laica daquele tempo, puramente agrícola e militar, não tem mais o que fazer com o latim. Este não é mais do que a língua da casta sacerdotal, na qual se concentra toda a instrução e que se distancia cada vez mais desse

* Devemos ao próprio Bonifácio um tratado de gramática.⁹⁶⁴

povo do qual ela se considera, por ordem divina, a condutora. Por alguns séculos só haverá ciência na Igreja. Portanto, a ciência e a cultura intelectual, ao mesmo tempo que se afirmam, se rarefazem. O “renascimento carolíngio” coincide com o analfabetismo geral dos leigos. Estes ainda sabiam ler e escrever no governo dos merovíngios; não sabem mais no governo dos carolíngios. O soberano que provoca e sustenta esse movimento, Carlos Magno, da mesma forma que seu pai, Pepino, O Breve, não sabe escrever. Alguns cortesãos, para agradá-lo, aprendem latim. Homens como Eginhard, Nithard e Angilberto são meteoros fugidios. No conjunto, a imensa maioria da aristocracia laica permanece distanciada de um movimento que só interessa àqueles que querem fazer carreira na Igreja.

Na época merovíngia, a administração real requeria uma certa cultura por parte dos leigos que se destinavam a ela. Agora, na medida em que ela ainda deve ser recrutada entre os letrados — por exemplo, para os serviços da chancelaria —, vai buscá-los na Igreja. Quanto ao resto, não tendo mais burocracia, ela não tem mais o que fazer com pessoas instruídas. A imensa maioria dos condes é gente iletrada. O tipo do *senator* merovíngio desapareceu. A aristocracia não fala mais latim, não lê mais e não escreve mais, a não ser por algumas ínfimas exceções que confirmam a regra.*

A reforma da escrita, que se realiza na mesma época, acaba de caracterizar o “renascimento carolíngio”. Essa reforma consiste na substituição da cursiva pela minúscula, isto é, de uma escrita corrente por uma caligrafia cuidadosa. Enquanto a tradição romana foi conservada, a cursiva romana manteve-se em todos os povos da bacia mediterrânica. Trata-se, em certo sentido, de uma escrita de negócios, da escrita de uma época em

* Brunner constata isso destacando que, depois de Carlos, os escribas judiciários cuja nomeação ele havia ordenado não puderam ser mantidos por causa da repugnância dos leigos (germanos) em relação ao *Urkundenbeweis*.⁹⁶⁶

que escrever é uma necessidade cotidiana. E a difusão do papiro segue paralelamente a essa necessidade constante de se corresponder e de consignar. A grande crise do século VIII necessariamente restringiu o uso da escrita. Esta praticamente não é mais requerida a não ser para a cópia de livros. Ora, para isso usa-se a maiúscula e a uncial,[†] escritas que haviam sido introduzidas na Irlanda quando da evangelização da ilha.* É de lá que, no mais tardar no final do século VII, da uncial (ou da semiuncial) sai a minúscula, que já aparece no antifonário de Bangor (680-690).⁹⁶⁸ Os anglo-saxões tomaram esses manuscritos, assim como aqueles que lhes foram trazidos pelos missionários vindos de Roma, como exemplo e modelo.⁹⁶⁹

Da minúscula insular e dos *scriptoria* romanos, onde a semiuncial era muito apreciada, sai, no começo do século IX, a minúscula perfeita ou minúscula carolina.⁹⁷⁰ O primeiro exemplo datado é o evangeliário escrito por Godescalco em 781, por ordem de Carlos Magno, que não sabia escrever.^{971**} Alcuíno faz do mosteiro de Tours um centro de difusão dessa nova escrita,^{***} que devia determinar toda a evolução posterior da escrita na Idade Média.⁹⁷³

Diversos mosteiros, que podem ser comparados às oficinas tipográficas do Renascimento, satisfazem a necessidade crescente de livros e tratam da difusão desses novos caracteres: ao lado de Tours estão Corbie, Orleans, Saint-Denis, Saint-Wandrille, Fulda, Corvey, Saint-Gall, Reichenau e Lorsch. Na maior parte deles, sobretudo em Fulda, há alguns monges anglo-saxões.⁹⁷⁴

[†] Escrita usada pelos romanos a partir do século I e pelos gregos a partir do século IV, que se constituía de letras grandes e arredondadas. Mesmo conservando a forma das maiúsculas, elas já prenunciavam as minúsculas. [N.T.]

* A Irlanda foi convertida pelos bretões da Inglaterra (São Patrício) no século V, pouco antes da chegada dos saxões.⁹⁶⁷

** M. Rand pensa ter descoberto já um exemplo de minúscula precarolíngia no Euphrosin da Biblioteca Nacional de Paris, que ele situa em 725-750.⁹⁷²

*** Tours é também um centro de pintura.

Observar-se-á que quase todos esses mosteiros estão situados no norte, entre o Sena e o Weser. Nesse território, cujo centro é formado pelos domínios carolíngios primitivos, a nova cultura eclesiástica — ou, se preferirem, o “renascimento carolíngio” — conhece a sua maior eflorescência.

Constata-se sempre o mesmo fenômeno. A cultura, até então difundida nas regiões do Mediterrâneo, emigrou para o norte. Lá se elaborará a civilização da Idade Média. Aliás, é surpreendente constatar que a maioria dos escritores dessa época é originária das regiões irlandesas, anglo-saxãs ou francas, situadas ao norte do Sena; é o caso, por exemplo, de Alcuíno, Nason, Ethelwulf, Hibernicus Exul, Sedulius Scotus, Angilberto, Eginhard, Raban Maur, Walahfrid Strabon, Gottschalc, Ermenrich, Wandalberto, Agius, Thegan de Treves, Nithard, Smaragde, Ermoldus Nigellus, Agobardo (arcebispo de Lyon), Pascásio Radberto, Ratram, Hincmar e Milon de Saint-Amand. Das regiões meridionais e mediterrânicas são originários Paulo Diácono, Teodulfo de Orleans, Paulino de Aquileia, Jonas, Prudêncio (bispo de Troyes), Bertharius (abade do Monte Cassino), Audradus, Florus de Lyon, Heric de Auxerre e Servat Loup de Sens.

A Germânia convertida passa a participar subitamente do centro de uma civilização à qual ela havia permanecido até então estranha. A cultura, que havia sido totalmente romana, torna-se romano-germânica, mas se localiza, para falar a verdade, no seio da Igreja.

No entanto, é evidente que se opera inconscientemente na Europa uma nova orientação com a qual o germanismo colabora. A corte de Carlos Magno e o próprio imperador são muito menos latinizados do que os merovíngios. Com o novo curso das coisas, grande quantidade de funcionários foram buscados na Germânia e alguns vassalos austrasianos foram instalados no Sul. As mulheres de Carlos Magno são todas alemãs.

Algumas reformas judiciárias — como a dos almotacés,[†] por exemplo — são originárias das regiões de onde vem a dinastia. No governo de Pepino o clero se germaniza,⁹⁷⁵ e no governo de Carlos Magno os germanos abundam entre os bispos em território românico. Em Auxerre, Angelelmo e Heribaldo são bávaros; em Estrasburgo, Bernoldo é saxão; no Mans, três west-falianos se sucedem; em Verdun, Hilduíno é alemão; em Langres, Herulfus e Ariolfus provêm de Augsburgo; Wulferius, em Vienne, e Leidrade, em Lyon, são bávaros. Creio firmemente que a recíproca não é verdadeira. Que se comparem, para avaliar a diferença, um Chilperico, poeta latino, e Carlos Magno, que manda recolher os antigos cantos germânicos!

Tudo isso devia produzir uma ruptura com as tradições romanas e mediterrânicas, fazer o Ocidente viver por conta própria e produzir uma aristocracia mesclada por suas ascendências, suas hereditariedades. Não será então que entrarão para o vocabulário muitos termos cuja origem situa-se seguramente mais cedo? Não existem mais bárbaros. Existe uma grande comunidade cristã tão ampla quanto a *ecclesia*. Essa *ecclesia*, sem dúvida, olha para Roma. Mas Roma desligou-se de Bizâncio; precisa olhar para o norte. O Ocidente vive agora a sua própria vida. Prepara-se para manifestar suas possibilidades, suas virtualidades, sem receber outra palavra de ordem que não seja a da religião.

Existe uma comunidade de civilização da qual o Império Carolíngio é o símbolo e o instrumento. Pois, se o elemento germânico nela colabora, trata-se de um elemento germânico romanizado pela Igreja. Subsistem diferenças, sem dúvida. O Império se desmembrará, mas cada uma de suas partes subsistirá, pois a feudalidade respeitará a realeza. Em suma, a cultura da Idade Média primitiva até o renascimento do século XII — este, sim, um verdadeiro renascimento — será marcada, e

[†] Na Idade Média, assessor do tribunal condal. [N.T.]

permanecerá assim, com o cunho carolíngio. A unidade política desapareceu, mas subsiste uma unidade internacional de cultura. Do mesmo modo como os Estados fundados no século V no Ocidente pelos reis bárbaros conservaram a característica romana, a França, a Alemanha e a Itália conservaram a característica carolíngia.

Conclusão

De tudo o que precede destacam-se, ao que parece, duas constatações essenciais:

1ª As invasões germânicas não puseram fim nem à unidade mediterrânea do mundo antigo nem àquilo que se pode constatar de essencial na cultura romana, tal como ela ainda se conservava no século V, na época em que não existe mais imperador no Ocidente.

Apesar das turbulências e das perdas que delas resultaram, não surgem novos princípios na ordem econômica, na ordem social, na situação linguística e nas instituições. O que subsiste de civilização é mediterrâneo. No litoral se conserva a cultura e é de lá que saem as novidades: monacato, conversão dos anglo-saxões, arte bárbara etc.

O Oriente é o fator fecundante. Constantinopla é o centro do mundo. Em 600 o mundo ainda não assumiu uma fisionomia qualitativamente diferente daquela que tinha em 400.

2ª A ruptura da tradição antiga teve como instrumento o avanço rápido e imprevisto do Islã. Sua consequência foi separar definitivamente Oriente e Ocidente, pondo fim à unidade mediterrânea. Territórios como a África e a Espanha, que continuavam a participar da comunidade ocidental, gravitam doravante na órbita de Bagdá. Outra religião e outra cultura, em todos os domínios, surgem aí. O Mediterrâneo ocidental, transformado em um lago muçulmano, deixa de ser o caminho das trocas e das ideias que ele não havia deixado de ser até então.

O Ocidente é obstruído e forçado a viver por conta própria, como um vaso fechado. Pela primeira vez o eixo da vida histó-

rica é empurrado do Mediterrâneo para o norte. Como consequência disso o reino merovíngio entra em decadência. Surge uma nova dinastia, originária das regiões germânicas do Norte, a carolíngia.

O papa alia-se a ela, rompendo com o imperador, que, absorvido pela luta contra os muçulmanos, não pode mais defendê-lo. Assim, a Igreja adapta-se ao novo curso das coisas. Em Roma, no novo Império que funda, não existe nada além dela. Sua influência é tanto maior pelo fato de que o Estado, incapaz de conservar a administração, se deixa absorver pela feudalidade, consequência fatal da regressão econômica. Todas as consequências disso surgem de forma gritante depois de Carlos Magno. Com diferentes nuances segundo as regiões, a Europa, dominada pela Igreja e pela feudalidade, adquire nova fisionomia. Começa a Idade Média, para conservar a locução tradicional. A transição é longa. Pode-se dizer que ela ocupa todo o século que vai de 650 a 750. Nesse período de anarquia, a tradição antiga se perde e os elementos novos predominam.

A evolução termina em 800 com a constituição do novo Império que consagra a ruptura do Ocidente com o Oriente, pelo próprio fato de que ele dá ao Ocidente um novo Império Romano; é a prova evidente de que ele rompeu com o antigo, que tem continuidade em Constantinopla.

Uccle, 4 de maio de 1935

Maomé e Carlos Magno*

O final do século VIII viu realizar-se na Europa Ocidental um estado de coisas sem precedentes. Pela primeira vez desde a aurora dos tempos históricos, o foco — não somente do movimento político, mas do movimento geral da civilização — transfere-se da bacia do Mediterrâneo para a do mar do Norte. O eixo do Império Romano estava na Itália; o do Império Carolíngio está situado na região compreendida entre o Reno e o Sena. Os morins,^{††} que, durante tantos séculos, perdidos no ponto extremo setentrional do mundo civilizado, haviam sido considerados os *extremi hominum*, ocupam doravante uma situação central. É Roma que se encontra agora relegada e como que atirada para a fronteira da nova Europa.

Talvez não se tenha refletido suficientemente sobre a importância dessa transformação. Acostumados com ela há um milhão de anos, não nos conscientizamos suficientemente daquilo que ela apresenta de extraordinário, quase monstruoso ou pelo menos anormal. Até então, com efeito, a civilização europeia havia sido construída às margens do Mediterrâneo pelo trabalho, sucessivo ou simultâneo, do Egito, da Síria, da Fenícia, da

† Apresentamos, como complemento, o artigo de Henri Pirenne que deu origem a este livro, publicado na *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, tomo I, janeiro de 1922. [N.T.]

* As páginas seguintes expõem, de maneira muitíssimo sumária, uma ideia que pareceu interessante a alguns historiadores aos quais tive a oportunidade de dá-la a conhecer. É impossível apresentar aqui todos os desenvolvimentos que ela comporta. Limitei-me a assinalar os seus traços principais e, sobretudo, a determinar claramente o ponto de vista de onde ela surge.

†† Tribo gaulesa que habitava a região da atual Bélgica. Ela é mencionada por Júlio César em *A guerra das Gálias*. [N.T.]

Grécia e de Roma. Esta última, a derradeira operária dessa obra admirável, reuniu em um único Estado todos os povos dos quais ela era a herdeira. O Império que fundou, compreendendo todos esses povos, é um Império essencialmente mediterrânico.* Sua unidade geográfica impressiona ao primeiro golpe de vista; constitui sua força e lhe transmite incomparável beleza. Suas províncias agrupam-se em torno do mar como as aleias de um grande parque em torno de um tanque. Em vez de separá-las, ele as aproxima, unindo-as por meio de uma navegação rápida e fácil. Por meio dele trocam-se os produtos dos climas tão diversos, mas igualmente férteis, desse mundo privilegiado. Ele junta a Europa à Ásia e à África; melhor dizendo, ainda não se percebe a diferenciação entre Ásia, Europa e África, à qual estamos há tanto tempo habituados. O *Orbis Romanus* uniu-as indissolúvelmente na comunhão de uma mesma civilização.

Nas regiões orientais do Mediterrâneo, que foram o seu berço, tal civilização se desenvolve até o ponto máximo e com o maior vigor. Roma praticamente é apenas o centro político e o garantidor. Graças a ela, Antióquia, Esmirna, Alexandria e mais tarde Constantinopla podem transmitir ao Ocidente, em paz, suas indústrias, suas filosofias e suas religiões. Que seja suficiente lembrar aqui a difusão dos cultos orientais e do cristianismo.

É tudo isso, é esse equilíbrio europeu milenar que se rompe, não momentaneamente, mas para sempre, quando surge o Império Carolíngio. Poder-se-ia dizer que um cataclismo desloca bruscamente o eixo do mundo. Há sessenta séculos ele se encontrava no sul do continente. Ei-lo agora fixado no norte. Algumas regiões e povos que desde sempre haviam estado confinados na barbárie ou que dela haviam saído com dificuldade acham-se subitamente chamados para ocupar a posição prin-

* O Império só estendeu sua fronteira norte até o Reno para proteger, como por uma trincheira, a bacia do Mediterrâneo.

cial. O Oriente e o Ocidente estão separados um do outro. A navegação mediterrânica não atinge mais o litoral da Gália, e sua desapareição carrega consigo a do comércio e da indústria. As cidades cuja atividade ela sustentava se despovoam e caem em ruína. A economia urbana é substituída por uma economia rural sem mercados. Em suma, em todos os domínios se realiza uma completa subversão da ordem tradicional. Saindo da comunidade mediterrânica, a Europa Ocidental, ou seja, a Europa carolíngia, constitui um mundo distinto. Quer a observemos do ponto de vista político, quer religioso, quer econômico, é em toda parte o mesmo espetáculo. O Império Franco opõe-se ao Império Bizantino, a Igreja latina à Igreja grega, os grandes domínios e os senhorios feudais às cidades manufatureiras e ao governo burocrático dos territórios regidos por Constantinopla.

Como explicar um fenômeno de tão vasto alcance, que determinou o curso da civilização europeia? Vale a pena apresentar essa questão. Parece que os historiadores deixaram não somente de respondê-la, mas até mesmo de notar que ela existia. Estranho esquecimento, à primeira vista, mas que pode ser compreendido sem dificuldade. Convém, ao que parece, buscar a razão disso no hábito inveterado que adquirimos de considerar em si, como quantidades incomensuráveis, por assim dizer, a Antiguidade e a Idade Média.* Dir-se-ia que entre esta e aquela cavou-se um abismo intransponível. Ninguém se arrisca a transpô-lo. Os historiadores da Antiguidade detêm-se em uma das suas bordas, os medievalistas detêm-se na outra. Nem os primeiros buscarão descer mais abaixo, nem os segundos remontarão mais acima. Disso resulta que eles não se encontram; entre as suas posições existe uma espécie de *no man's land* [terra de ninguém]. As equipes estudam o seu tema como

* Observe-se que quase todas as histórias ditas gerais ou universais começam no final da Antiguidade. Se quiséssemos tratar da questão em todos os seus desenvolvimentos, seria necessário assinalar que a concepção que reserva aos filólogos o estudo da Antiguidade contribuiu amplamente para a situação aqui assinalada.

se ele constituísse um bloco autônomo. Elas o examinam não do exterior, mas de dentro. Procedendo assim, só obtêm uma visão incompleta e deformada. Do ponto em que se colocam, o horizonte que descortinam é muito estreito; seu olhar não pode se prolongar para longe.

É preciso reconhecer que as divisões que impomos à história, por necessidades de exposição ou de pesquisa, não correspondem à realidade. São etiquetas cômodas, maneiras de falar às quais convém não atribuir precisão científica. Ocorre com elas o mesmo que com as expressões por meio das quais designamos as fases da nossa existência. Quem pensa em atribuir algum rigor aos termos infância, juventude, maturidade e velhice? Entre nascimento e morte, nossa vida sofre transformações das quais nenhuma começa ou acaba em uma data fixa. O que é verdadeiro para ela é bem mais verdadeiro para a vida da sociedade. Sua continuidade não se divide em compartimentos e, assim como a corrente de um rio, não suporta divisões estanques. A Antiguidade não termina. Ela se prolonga, por meio de grande quantidade de nuances e de gradações, na Idade Média, assim como a Idade Média se prolonga na Idade Moderna. Do ponto de vista propriamente histórico, impõem-se à atenção justamente os períodos intermediários, de transição, pois neles podem ser mais bem observadas as mudanças sociais que constituem o próprio objeto da história.

Se isso é verdadeiro, resulta daí que os medievalistas, ao abordarem o estudo do Império Carolíngio como o fazem, apresentam mal o problema a ser resolvido. Sendo medievalistas, eles o consideram unicamente pelo lado — ou, se preferirem, em função — da Idade Média; abstêm-se de considerá-lo pelo lado da Antiguidade. A partir disso só levam em conta uma parte dos elementos da questão. Sua solução não é adequada. Aos seus olhos, o povo franco, desde a conquista da Gália por Clóvis, determinou o futuro da Europa. Eles veem no reino merovíngio o ponto de partida e a condição essencial da

obra carolíngia. Como consequência, atribuem aos germanos uma importância capital. Não é somente a escola alemã que saúda neles os fundadores do novo mundo estabelecido sobre as ruínas do mundo antigo.

Tudo só é exato em certa medida. É evidente que Clóvis prepara Carlos Magno, e não é menos evidente que as instituições germânicas exercem uma ação profunda sobre as instituições da Europa medieval. Porém, é indispensável saber se isso devia necessariamente ser assim. Em outros termos, é importante perguntar se a influência de Clóvis e dos germanos impôs-se em virtude do seu vigor próprio ou em virtude das circunstâncias. Não se creia que tratamos aqui de nos entregar ao jogo pueril de reconstruir a história de uma maneira diferente da que ela se deu. Trata-se — o que é bem diferente — de apreciar em seu real valor as forças que atuaram em seu desenvolvimento. A questão implica o juízo que se deve fazer das causas que provocaram na Europa essa perturbação do equilíbrio a que me referi. Não me parece que exista algo que seja mais essencial para uma apreciação científica daquilo que se convencionou chamar de Idade Média.

Se, em vez de nos fecharmos no estudo de Clóvis e dos francos, lançamos um olhar panorâmico sobre a dissolução do mundo romano no século V e se, sobretudo, observamos aí o curso dos acontecimentos não do ponto de vista da Europa *que será*, mas do ponto de vista da Europa *que ainda é* — ou seja, não direcionando o olhar para o norte, mas direcionando-o para o Mediterrâneo —, o espetáculo que descortinamos é bem diferente daquele que conhecemos. Aquilo que costumamos considerar essencial revela-se acessório. A Gália merovíngia, em vez de concentrar em si o interesse, surge como uma potência secundária, representando um papel bastante apagado. Ficamos surpreendidos ao constatar que, apesar do desmoronamento do Império Romano no Ocidente, o Mediterrâneo não deixa de ser o foco da vida histórica. Sua atração impõe-se irresistivelmente

aos bárbaros. A partir do momento em que eles atravessaram o Reno ou o Danúbio, é para lá que se dirigem, impacientes para se estabelecer em suas margens e para desfrutar de sua beleza.

No decorrer do século V, os vândalos instalam-se na África, os visigodos, na Aquitânia e na Espanha, os burgundes, no vale do Reno e os ostrogodos, na Itália. Os francos, que se deixaram ultrapassar nessa corrida para o Sul, não são exceção à regra. Clóvis tentou conquistar a Provença. Foi necessário que Teodorico interviesse para impedi-lo de empurrar as fronteiras do seu reino até a Côte d'Azur. Porém, esse primeiro insucesso não devia desencorajar os seus sucessores. Um quarto de século mais tarde, em 536, eles se aproveitarão da ofensiva de Justiniano contra os ostrogodos para fazer com que Vitiges lhes conceda a região cobiçada. Desde então, a dinastia merovíngia tende incansavelmente a tornar-se uma potência mediterrânica. Em 542, Childeberto e Clotário arriscam uma expedição, aliás mal sucedida, para além dos Pirineus. A Itália, sobretudo, atrai a cobiça dos reis francos. Eles aliam-se aos bizantinos na guerra contra os ostrogodos e depois contra os lombardos, na esperança de fincar pé no sul dos Alpes. Constantemente frustrados, obstinam-se todavia em estender suas terras em direção ao mar azul. Já em 539 Teudeberto atravessou os Alpes, e quando Narses, em 553, tiver reconquistado os territórios que ele havia anexoado, numerosos esforços serão feitos em 584-585 e de 588 a 590 para se apoderar novamente deles.

A invasão germânica não pôs fim à importância histórica do Mediterrâneo. Ele permanece para os germanos aquilo que era antes deles, o centro da Europa, o Mare Nostrum. A Itália continua a desempenhar aí o papel principal. Porque a ocupa, Teodorico (493-526) exerce sobre os Estados bárbaros uma hegemonia da qual Clóvis e seus contemporâneos não procuram escapar. O equilíbrio tradicional é ainda de tal modo poderoso que, quando Teodorico desaparece, Justiniano (527-565) pode conceber e quase completar a reconstituição do Império Roma-

no. A África, a Espanha e a Itália são reconquistadas; o Mediterrâneo torna-se novamente um lago romano. Bizâncio, é verdade, esgotada pelo imenso esforço que acaba de fazer, não pode nem realizar nem manter essa restauração do mundo antigo. Porém, se os lombardos lhe tomam uma parte da Itália (568) e se os visigodos libertam-se do seu jugo, ela não abandona as suas pretensões. A luta que sustenta contra os inimigos — da qual depende, nesse momento, a sorte da Europa — prova bem que essa sorte continua a ser jogada em torno do Mediterrâneo.

Aquilo que é verdadeiro para o movimento político não o é menos, se não for ainda mais, para a civilização. Seria necessário lembrar que Boécio (480-525) e Cassiodoro (477-c. 562) são italianos como São Bento (480-543) e como Gregório, O Grande (590-604), e que Isidoro de Sevilha (570-636) é espanhol? É a Itália que conserva as últimas escolas, ao mesmo tempo que difunde o monacato no norte dos Alpes e leva o cristianismo aos anglo-saxões (596). É nela que se encontra aquilo que ainda subsiste da cultura antiga e aquilo de novo que está sendo gerado no seio da Igreja. Em seus traços essenciais, a fisionomia da Europa após as invasões germânicas mantém-se em conformidade com a fisionomia da Europa romana. Graças à navegação mediterrânea, o Ocidente permanece sob a influência econômica do Oriente até meados do século VII. De Bizâncio, da Ásia Menor e do Egito, mercadores judeus, mas sobretudo sírios, continuam a abastecê-lo com objetos de luxo, tecidos preciosos e vinhos finos. Por seu intermédio, ele recebe o ouro necessário para cunhar moedas e o papiro do qual se servem os copistas ou os escreventes de chancelaria.

No entanto, a Gália merovíngia se debate em uma assustadora decadência. O Estado fundado pela conquista de Clóvis logo cai em decomposição. Ali, o que ainda subsistia da civilização romana se dissolve com surpreendente rapidez. A barbárie predomina em toda parte, na vida política, na vida social e na moral privada. Os fatos dão o mais trágico desmentido à

ideia convencional de que a invasão germânica rejuvenesceu e vivificou, por um afluxo de forças vigorosas, a decrepitude romana. Os francos aceitam o cristianismo, mas se mostram tão incapazes de fazer dele a regra dos seus costumes quanto de propagá-lo. É preciso que alguns apóstolos vindos da Aquitânia, da Irlanda* ou da Itália o levem para a Alsácia, a Suíça, os Países Baixos e a Inglaterra. A desmoralização e a inércia do povo se equivalem às dos seus reis. A sociedade dos tempos merovíngios não atesta juventude, mas decadência. Gregório de Tours (538-594), que viveu no meio dela e ficou espantado com isso, resume melancolicamente sua impressão nestas palavras desalentadas: *mundus senescit*, o mundo envelhece.

Se nos reportamos ao começo do século VII, observamos que a Europa Ocidental, apesar das catástrofes que se abateram sobre ela e das comoções que sofreu, não rompeu com a evolução histórica da Antiguidade. Continuam os mesmos cenários, sob as mesmas influências. Nenhum indício anuncia o fim da comunidade de civilização estabelecida pelo Império Romano, das colunas de Hércules ao mar Egeu e das costas do Egito e da África às da Itália e da Espanha. Apesar da invasão germânica, o mundo novo não perdeu o caráter mediterrânico do mundo antigo. Às margens do Mediterrâneo se concentra e se alimenta tudo o que é ativo. Só o reino franco, confinado em seu isolamento setentrional, parece privado de toda chance de futuro.

De tudo aquilo que se podia prever de modo natural e racional, nada se realizou. Um acontecimento brusco e imprevisto lançou-se na corrente da história, interrompeu a série de causas e consequências, fez de algum modo com que ela refluisse sobre si mesma e, por suas repercussões inesperadas, pôs fim à tradição.

* A atividade da Igreja irlandesa, longe de enfraquecer essa tese, pelo contrário, a confirma. O cristianismo foi introduzido na Irlanda, na época romana, por missionários vindos de Marselha.

A invasão muçulmana — na qual, durante a vida de Maomé (571-632), ninguém tinha podido pensar e para a qual ninguém tinha podido se preparar — abateu-se sobre o universo com a força elementar de um cataclismo cósmico. Não precisou de muito mais do que cinquenta anos para estender-se do mar da China ao oceano Atlântico. Nada resiste diante dela. No primeiro choque, ela derruba o Império Persa (637-644) e arrebatou ao Império Bizantino, sucessivamente, a Síria (634-636), o Egito (610-642), a África (698), a Espanha (711), a Córsega, a Sardenha, as ilhas Baleares, a Apúlia e a Calábria. Sua marcha invasora só cessará no começo do século VIII, quando os muros de Constantinopla, de um lado (718), e os soldados de Carlos Martel, do outro (732), quebraram a grande ofensiva envolvente contra os dois flancos da Cristandade. Então, ela se detém. Sua força expansiva está esgotada, mas foi suficiente para mudar a face da Terra.

O ímpeto súbito do Islã destruiu a antiga Europa. Pôs fim à comunidade mediterrânica que havia sobrevivido ao Império Romano. O mar familiar e quase doméstico, em torno do qual ela se agrupava, torna-se subitamente estranho e hostil. Desde alguns séculos, a existência social era fundamentalmente a mesma em todo o seu litoral; a religião, a mesma; os costumes e as ideias, os mesmos ou quase isso. A invasão dos bárbaros do norte não havia modificado nada de essencial nessa situação. Eis que de repente lhe são arrebatados os territórios onde nossa civilização havia nascido. O culto do profeta toma o lugar da fé cristã, o direito muçulmano substitui o direito romano, a língua árabe se sobrepõe às línguas grega e latina. O Mediterrâneo, um lago romano, torna-se um lago muçulmano. A navegação bizantina não ousa mais arriscar-se em alto-mar e não ultrapassa mais as costas da Itália meridional. Não há mais navios sírios no mar Tirreno. No século VII perde-se qualquer vestígio do intercâmbio comercial entre Oriente e Ocidente, ainda tão ativo no século VI. A substituição que se realiza na

Gália, nessa época, da moeda de ouro pela moeda de prata e do papiro pelo pergaminho fornece a prova significativa e irrefutável da desapareição desse intercâmbio.

Pela primeira vez desde que fora integrada ao Império Romano, a Europa Ocidental acha-se colocada em condições totalmente novas. O Mediterrâneo, que a havia até então posto em contato com o mundo exterior, torna-se uma barreira que a isola. Cortadas as relações com Bizâncio, ela é forçada a dobrar-se sobre si mesma e a viver de portas fechadas. Então o seu centro de gravidade — se podemos falar assim — se desloca do sul para o norte. O Estado franco, que até então só desempenhara um papel histórico de segunda ordem, torna-se o árbitro do seu destino. É impossível ver apenas um jogo do acaso na simultaneidade entre o bloqueio do Mediterrâneo pelo Islã e a entrada em cena dos carolíngios. Examinando as coisas do alto, percebe-se claramente uma relação de causa e efeito entre ambos. O Império Franco lança as bases da Idade Média europeia. Porém, a missão que cumpriu teve como condição prévia e essencial a subversão da ordem tradicional do mundo. Nada o teria chamado a isso se a evolução histórica não tivesse sido desviada do seu curso e, por assim dizer, tirada do seu eixo pela invasão muçulmana. Sem o Islã, o Império Franco jamais teria existido. Sem Maomé, Carlos Magno seria inconcebível.

NOTAS

- ¹ Eug. Albertini, *L'Empire romain*, coleção "Peuples et civilisations", publicada sob a direção de L. Halphen e Ph. Sagnac, t. IV, Paris, 1929, p. 388. Ver a resenha, por A. Grenier, de Holland Rose, *The Mediterranean in the Ancient World*, 2ª ed., 1934, *Revue historique*, t. 173, 1934, p. 194.
- ² Bratianu, "La Distribution de l'or et les raisons économiques de la division de l'Empire romain", *Istros, Revue roumaine d'archéologie et d'histoire ancienne*, t. I, 1934, fasc. 2. Ver também o estudo de Paulova, "L'Islam et la civilisation méditerranéenne", *Vestník české Akademie* (Memórias da Academia tcheca), Praga, 1934.
- ³ P. Perdrizet, "Scété et Landevenec", *Mélanges N. Jorga*, Paris, 1933, p. 745.
- ⁴ Albertini, *op. cit.*, p. 365.
- ⁵ Código Teod., III, 14, 1. Ver F. Lot, *Les Invasions germaniques*, Paris, 1935 (Bibl. hist.), p. 168.
- ⁶ Albertini, *op. cit.*, p. 412; F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 79-90, coleção "História geral", publicada sob a direção de G. Glotz.
- ⁷ Ver F. Lot, *op. cit.*, p. 22.
- ⁸ Albertini, *op. cit.*, p. 332.
- ⁹ L. Halphen, *Les Barbares*, "Peuples et civilisations", t. V, 1926, p. 74.
- ¹⁰ Albertini, *op. cit.*, p. 359.
- ¹¹ É possível ver, sobre o nomadismo, as excelentes observações de E.-F. Gauthier, *Genséric, roi des Vandales*, Paris, 1932, *in fine*.
- ¹² F. Dahn, *Die Könige des Germanen*, t. VI, 1871, p. 50.
- ¹³ L. Schmidt, *Geschichte des deutschen Stämme bis zum Ausgang des Völkerwanderung. Die Ostgermanen*, 2ª ed., Munique, 1934, p. 400-403.
- ¹⁴ *Ibid.*, p. 426.
- ¹⁵ L. Halphen, *op. cit.*, p. 16.
- ¹⁶ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, t. I, p. 35.
- ¹⁷ Ver C. Dawson, *The Making of Europe*, Nova York, 1932, tradução francesa *Les Origines de l'Europe*, Paris, 1934, p. 110.
- ¹⁸ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, t. I, p. 43.
- ¹⁹ Orósio, *Adversus Paganos*, VII, 43, ed. K. Zangemeister, 1882, p. 560.
- ²⁰ L. Schmidt, *op. cit.*, p. 453.
- ²¹ E. Stein, *Geschichte des Spätromischen Reiches*, t. I, 1928, p. 403.
- ²² F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, t. I, p. 44.
- ²³ E. Stein, *op. cit.*, p. 404.
- ²⁴ H. Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte*, Leipzig, 2ª ed., 1906, t. I, p. 67. Sobre o regulamento de partilha, ver E. Stein, *op. cit.*, p. 406.
- ²⁵ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, t. I, p. 51.
- ²⁶ E. Stein, *op. cit.*, p. 482.
- ²⁷ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, t. I, p. 63.

- ²⁸ L. Halphen, *op. cit.*, p. 32.
- ²⁹ E. Gautier, *op. cit.*, p. 233-235.
- ³⁰ A. Coville, *Recherches sur l'histoire de Lyon du V^e siècle au IX^e siècle (450-800)*, Paris, 1928, p. 121.
- ³¹ H. Brunner, *op. cit.*, 2^a ed., t. I, p. 65-66.
- ³² L. Halphen, *op. cit.*, p. 35.
- ³³ L. Schmidt, *op. cit.*, p. 317.
- ³⁴ L. Halphen, *op. cit.*, p. 45
- ³⁵ *Ibid.*, p. 46.
- ³⁶ *Lettres de Saint-Avit*, ed. Peiper, M. G. H. SS. Antiq., t. VI², p. 100.
- ³⁷ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, II, 38.
- ³⁸ F. Lot, *Les Invasions*, p. 128.
- ³⁹ A. Demangeon e L. Fèbvre, *Le Rhin. Problèmes d'histoire et d'économie*, Paris, 1935, p. 50ss.
- ⁴⁰ Ed. H. Saupe, M. G. H. SS. Antiq., t. I², 1877.
- ⁴¹ Sobre os vestígios romanos na Alsácia, Suíça e Baviera, ver F. Lot, *Les Invasions*, p. 217 e 220.
- ⁴² G. des Marez, *Le Problème de la colonisation franque et du régime agraire dans la Basse-Belgique*, Bruxelas, 1926, p. 25.
- ⁴³ Ver F. Lot, "De l'Origine et de la signification historique et linguistique des noms de lieux en ville et en court", *Romania*, t. LIX (1933), p. 199ss. Ver também as observações de M. Bloch em *Annales d'histoire économique et sociale*, 1934, p. 254-260, e de J. Vannérus em *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. XIV, 1935, p. 541ss.
- ⁴⁴ G. Kurth, *Études franques*, t. I, p. 262.
- ⁴⁵ Gamillscheg, *Romania Germanica*, t. I, 1934, p. 46: *Das Land zwischen Seine und Loire ist fränkisches Kulturgebiet, aber nicht mehr Siedlungsgebiet.*
- ⁴⁶ E. Stein, *op. cit.*, p. 3.
- ⁴⁷ C. Jullian, *Histoire de la Gaule*, t. V, p. 27.
- ⁴⁸ *Ibid.*, t. VII, p. 29.
- ⁴⁹ Dahn, *op. cit.*, t. VI, p. 50.
- ⁵⁰ L. Schmidt, *op. cit.*, p. 403.
- ⁵¹ E. Gautier, *op. cit.*, p. 97.
- ⁵² *Historia persecutionis Africanae provinciae*, I, 1, ed. Halm, M. G. H. SS. Antiq., t. III¹, p. 2.
- ⁵³ *Ibid.*, p. 138.
- ⁵⁴ E. Stein, *op. cit.*, p. 477.
- ⁵⁵ E. Gautier, *op. cit.*, p. 141.
- ⁵⁶ L. Schmidt, *op. cit.*, p. 168.
- ⁵⁷ Ver, sobre isso, a recente teoria exposta por M. H. Gregoire, "La Patrie des Nibelungen", *Byzantion*, t. IX, 1934, p. 1-40, e as objeções formuladas por M. F. Ganshof em *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. XIV, 1935, p. 195-210.

- ⁵⁸ Ver F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 58-59.
- ⁵⁹ Coville, *op. cit.*, p. 153ss.
- ⁶⁰ Doren, *Italienische Wirtschaftsgeschichte* (coleção Brodnitz), t. I, 1934, p. 29.
- ⁶¹ L. Schmidt, *op. cit.*, p. 293.
- ⁶² L. Hartmann, *Das Italienische Königreich*, t. I, p. 72, em *Geschichte Italiens im Mittelalter*, t. I.
- ⁶³ C. Dawson, *The Making of Europe*, p. 98.
- ⁶⁴ Para a desapareição da língua dos visigodos, ver Gamillscheg, *op. cit.*, t. I, p. 394ss, e L. Schmidt, *op. cit.*, p. 527.
- ⁶⁵ Martroye, *Genséric. La conquête vandale en Afrique et la destruction de l'Empire d'Occident*, Paris, 1907, p. 308.
- ⁶⁶ H. Zeiss, *Die Grabfunde aus dem Spanischen Westgotenreich*, Berlim, 1934, p. 126 e 138.
- ⁶⁷ Coville, *op. cit.*, p. 167ss.
- ⁶⁸ Dahn, *op. cit.*, t. V, p. 170.
- ⁶⁹ Ver F. Lot, *Les Invasions*, p. 225ss e Gamillscheg, *op. cit.*, t. I, p. 293-295.
- ⁷⁰ E. Pittard, *Les Races et l'histoire*, 1924, p. 135.
- ⁷¹ Gautier, *op. cit.*, p. 316.
- ⁷² L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 93.
- ⁷³ H. Brunner, *op. cit.*, 2ª ed., t. I, p. 504.
- ⁷⁴ F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 390.
- ⁷⁵ F. Lot, *Les Invasions*, p. 274.
- ⁷⁶ Ed. B. Krusch, M. G. H. SS. rer. Merov., t. II, p. 123.
- ⁷⁷ *Das Italienische Königreich*, t. I, da *Geschichte Italiens*, p. 76.
- ⁷⁸ L. Schmidt, *op. cit.*, p. 151.
- ⁷⁹ *Ibid.*, p. 163.
- ⁸⁰ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, X, 15.
- ⁸¹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 64.
- ⁸² Cassiodoro, *Variae*, IV, I, 2, ed. Th. Mommsen, M. G. H. SS. Antiqu., t. XII, p. 114. Ver L. Schmidt, *op. cit.*, p. 340.
- ⁸³ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 261.
- ⁸⁴ *Ibid.*, p. 233.
- ⁸⁵ Procópio, ed. Dewing (The Loeb Classical Library), 1919, t. III, p. 22-24.
- ⁸⁶ Coville, *op. cit.*, p. 175ss.
- ⁸⁷ L. Schmidt, *op. cit.*, p. 146 e 149.
- ⁸⁸ *Ibid.*, p. 527-528.
- ⁸⁹ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, V, 44 e VI, 46.
- ⁹⁰ Gautier, *op. cit.*, p. 270.
- ⁹¹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 284.
- ⁹² *Hist. Franc. Praefatio*, ed. Arndt, M. G. H. SS. rer. Merov., t. I, p. 7.
- ⁹³ Gregório, O Grande, *Regist.*, XIII, 34, ed. Hartmann, M. G. H. Epist., t. II, p. 397.

- ⁹⁴ Jaffé-Wattenbach, *Regesta pontificum Romanorum*, t. I, 2ª ed., p. 212, n. 1899.
- ⁹⁵ H. Pirenne, "Le Char à bœufs des derniers Mérovingiens. Note sur un passage d'Eginhard", *Mélanges Paul Thomas*, 1930, p. 555-560.
- ⁹⁶ Ver L. Schmidt, "Zur Geschichte Rätien unter der Herrschaft der Ostgoten", *Zeitschrift für Schweizerische Geschichte*, t. XIV, 1934, p. 451.
- ⁹⁷ *Ibid.*, p. 387.
- ⁹⁸ *Ibid.*, p. 292: *das gotische Volkskönigtum Theoderichs war erloschen*.
- ⁹⁹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 100.
- ¹⁰⁰ Gautier, *op. cit.*, p. 207.
- ¹⁰¹ L. Schmidt, *op. cit.*, p. 113.
- ¹⁰² Albertini, "Ostrakon byzantin de Négrine (Numidie)", *Cinquantenaire de la Faculté des Lettres d'Alger*, 1932, p. 53-62.
- ¹⁰³ Martroye, "Le Testament de Genséric", *Bulletin de la Société des Antiquaires de France*, 1911, p. 235.
- ¹⁰⁴ Albertini, "Actes de vente du V^e siècle, trouvés dans la région de Tébessa (Algérie)", *Journal des Savants*, 1930, p. 30.
- ¹⁰⁵ R. Heuberger, *Über die Vandalische Reichskanzlei und die Urkunden des Könige des Vandalen*, Mitteilungen des Öster. Institut für Geschichtsforschung, XI Ergänzungsband, O. Redlich... Zugeeignet, 1929, p. 76-113.
- ¹⁰⁶ *Chronicon*, ed. Mommsen, M. G. H. SS. Antiq., t. XI, p. 184-206.
- ¹⁰⁷ Ch. Saumagne, "Ouvriers agricoles ou rôdeurs de celliers? Les Circoncellions d'Afrique", *Annales d'histoire économique et sociale*, t. VI, 1934, p. 353.
- ¹⁰⁸ M. Bloch, *Revue historique*, mar.-abr. 1930, p. 336. Sobre a romanização extraordinariamente rápida dos visigodos, ver Gamillscheg, *op. cit.*, t. I, p. 394ss.
- ¹⁰⁹ F. Lot, *La Fin du monde antique et le début du Moyen Age*, coleção "L'Évolution de l'humanité", Paris, 1927, p. 329.
- ¹¹⁰ *Ibid.*
- ¹¹¹ M. Bloch, *Les Rois thaumaturges*, 1924, p. 461.
- ¹¹² Texto do 30º cânone do VI Concílio de Toledo, citado por Ziegler, *Church and State in Visigothic Spain*, 1930, p. 101.
- ¹¹³ F. Lot, *op. cit.*, p. 329.
- ¹¹⁴ Ziegler, *op. cit.*, p. 126.
- ¹¹⁵ F. Lot, *op. cit.*, p. 329.
- ¹¹⁶ P. Guilhiermoz, *Essai sur l'origine de la noblesse en France au Moyen Age*, 1902, p. 13, n. 55.
- ¹¹⁷ Ver as narrativas muito detalhadas em Coville, *op. cit.*, p. 77-238.
- ¹¹⁸ *Ibid.*, p. 109.
- ¹¹⁹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 218-219.
- ¹²⁰ L. Schmidt, *op. cit.*, p. 169 e 178.

- ¹²¹ *Lex Gundobada*, X, ed. R. de Salis, M. G. H. Leges, t. II¹, p. 50.
- ¹²² É o ponto de vista que defendem notadamente H. Brunner, em *Deutsche Rechtsgeschichte*, e G. Waitz, em *Deutsche Verfassungsgeschichte*.
- ¹²³ F. Lot, *Les Invasions*, p. 208.
- ¹²⁴ Aberg, *Die Franken und Westgothen in der Völkerwanderungszeit*, Uppsala, 1922.
- ¹²⁵ Gamillscheg, *op. cit.*, t. I, p. 294.
- ¹²⁶ R. Buchner, *Die Provence in Merowingischer Zeit*, Stuttgart, 1933, p. 2, n. 5.
- ¹²⁷ G. Richter, *Annalen des fränkischen Reichs im Zeitalter der Merowinger* (1873), p. 48, e F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 205.
- ¹²⁸ G. Richter, *op. cit.*, p. 61.
- ¹²⁹ *Ibid.*, p. 63.
- ¹³⁰ *Ibid.*, p. 102.
- ¹³¹ *Ibid.*, p. 160.
- ¹³² *Ibid.*, p. 165.
- ¹³³ *Ibid.*, p. 177.
- ¹³⁴ H. von Sybel viu bem isso em *Entstehung des Deutschen Königthums*, 2ª ed., 1881. Conferir a polêmica sustentada contra ele por G. Waitz, *Deutsche Verfassungsgeschichte*, t. II, 1ª parte, 3ª ed., 1882, p. 81ss.
- ¹³⁵ *Ibid.*, t. II, 2ª parte, p. 273.
- ¹³⁶ *Ibid.*, n. 3.
- ¹³⁷ *Ibid.*, t. II, 2ª parte, p. 122ss.
- ¹³⁸ *Ibid.*, p. 124.
- ¹³⁹ Brunner, *op. cit.*, t. II, 2ª ed., p. 77-80.
- ¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 364-365.
- ¹⁴¹ F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 271.
- ¹⁴² H. Bresslau, *Handbuch der Urkundenlehre*, t. I, 2ª ed., 1912, p. 360-362.
- ¹⁴³ Waitz, *op. cit.*, t. II, 2ª parte, 3ª ed., p. 241.
- ¹⁴⁴ *Ibid.*, t. II, 1ª parte, p. 205ss.
- ¹⁴⁵ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, t. I, p. 200, n. 98.
- ¹⁴⁶ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VI, 46; Waitz, *op. cit.*, t. II, 1ª parte, 3ª ed., p. 212, cita Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, IX, 8: *agendo contra voluntate vestram atque utilitatem publicam*.
- ¹⁴⁷ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, V, 25; VI, 37; IX, 13; IX, 14; X, 19.
- ¹⁴⁸ Para a situação entre os anglo-saxões, ver W. Stubbs, *Histoire constitutionnelle de l'Angleterre*, ed. e trad. franc. G. Lefèbre e Ch. Petit-Dutaillis, t. I, 1907, p. 183.
- ¹⁴⁹ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, t. I, p. 208.
- ¹⁵⁰ Dahn, *op. cit.*, t. VI, p. 290.
- ¹⁵¹ H. Pirenne, "Le cellarium fisci, Académie royale de Belgique", *Bulletin de la Classe des Lettres et des Sciences Morales et Politiques*, 5ª série, t. XVI, 1930, n. 5-7, p. 202.

- ¹⁵² Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, III, 34.
- ¹⁵³ H. Pirenne, "Liberté et propriété en Flandre du VII^e au XI^e siècle", Académie Royale de Belgique, *Bulletin de la Classe des Lettres*, 1911, p. 522-523.
- ¹⁵⁴ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, V, 28.
- ¹⁵⁵ Fustel de Coulanges, *Les Transformations de la royauté pendant l'époque carolingienne*, p. 19.
- ¹⁵⁶ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VI, 42.
- ¹⁵⁷ *Ibid.*, VI, 45; VII, 9; VII, 15.
- ¹⁵⁸ S. Dill, *Roman Society in Gaul in the Merovingian Age*, 1926, p. 280.
- ¹⁵⁹ *Gesta Dagoberti regis*, c. 17, M. G. H. SS. rer. Merov., t. II, p. 406.
- ¹⁶⁰ G. Richter, *op. cit.*, t. I, p. 98.
- ¹⁶¹ *Ibid.*, p. 161.
- ¹⁶² Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, V, 38.
- ¹⁶³ Dahn, *Könige des Germanen*, t. VI, p. 290.
- ¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 260.
- ¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 275.
- ¹⁶⁶ Vênancio Fortunato, *Carmina*, VI, 5, ed. Krusch, M. G. H. SS. Antiq., t. IV, p. 136ss.
- ¹⁶⁷ H. Bresslau, *op. cit.*, t. I, 2^a ed., p. 364-367. Ver também H. Sproemberg, "Marculf und die fränkische Reichskanzlei", *Neues Archiv*, t. XLVII, 1927, p. 124-125.
- ¹⁶⁸ Loening, *Geschichte des Deutschen Kirchenrechts*, t. II, 1878, p. 262. Ver também C. Dawson, *op. cit.*, p. 221-222.
- ¹⁶⁹ L. Duchesne, *L'Église au VI^e siècle*, Paris, 1925, p. 528.
- ¹⁷⁰ Gregório de Tours, *Liber vitae patrum*, VI, 3, M. G. H. SS. rer. Merov., t. I, p. 681-682.
- ¹⁷¹ *Ibid.*, p. 727ss.
- ¹⁷² Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, III, 25.
- ¹⁷³ Ver Ebert, *Histoire de la littérature du Moyen Age en Occident*, trad. Aymeric e Condamin, t. I, 1883, p. 618.
- ¹⁷⁴ A. Vasiliev, *Histoire de l'Empire byzantin*, trad. franc., Paris, 1932, t. I, p. 203, n. 2.
- ¹⁷⁵ R. Buchner, *Die Provence in Merowingischer Zeit*, 1933, p. 3.
- ¹⁷⁶ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 229; F. Lot, *La Fin du monde antique*, p. 303.
- ¹⁷⁷ A. Vasiliev, *op. cit.*, t. I, p. 178.
- ¹⁷⁸ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 261.
- ¹⁷⁹ F. Kiener, *Verfassungsgeschichte der Provence*, Leipzig, 1900, p. 22.
- ¹⁸⁰ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 289-290.
- ¹⁸¹ *Ibid.*, p. 301.
- ¹⁸² F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 157.
- ¹⁸³ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 302.
- ¹⁸⁴ *Ibid.*, t. I, p. 328.

- ¹⁸⁵ Richter, *op. cit.*, p. 57-58.
- ¹⁸⁶ F. Lot, *La Fin du monde antique et le début du Moyen Age*, p. 310.
- ¹⁸⁷ Vasiliev, *op. cit.*, t. I, p. 181.
- ¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 220-221.
- ¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 261.
- ¹⁹⁰ L. Hartmann, *Geschichte Italiens im Mittelalter*, t. II, 1ª parte, 1900, p. 58ss.
- ¹⁹¹ Gasquet, *L'Empire byzantin et la monarchie franque*, p. 198.
- ¹⁹² *Ibid.*, p. 185ss.
- ¹⁹³ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II, 1ª parte, p. 72.
- ¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 89.
- ¹⁹⁵ Vasiliev, *op. cit.*, t. I, p. 263.
- ¹⁹⁶ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II, p. 176.
- ¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 198, n. 2.
- ¹⁹⁸ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VI, 24.
- ¹⁹⁹ *Ibid.*, X, 15.
- ²⁰⁰ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II, 1ª parte, p. 85.
- ²⁰¹ C. Dawson, *op. cit.*, p. 221.
- ²⁰² Migne, *Patr. Lat.*, t. 51, c. 617.
- ²⁰³ *Eucharisticos*, ed. Brandes, *Corp. Script. Eccles. Latin.*, t. XVI, 1888, p. 311.
- ²⁰⁴ H. Pirenne, "Le Fisc royal de Tournai", *Mélanges F. Lot*, 1925, p. 641.
- ²⁰⁵ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VI, 20.
- ²⁰⁶ E. Lesne, *La Propriété ecclésiastique en France aux époques romaine et mérovingienne*, Paris-Lille, 1910, p. 309. Ver também o texto de São Cesário de Arles, citado em F. Kiener, *Verfassungsgeschichte der Provence*, p. 37, n. 84.
- ²⁰⁷ F. Kiener, *Verfassungsgeschichte der Provence*, Leipzig, 1900, p. 34ss.
- ²⁰⁸ R. Buchner, *Die Provence in Merowingischer Zeit*, Stuttgart, 1933, p. 30.
- ²⁰⁹ F. Kiener, *op. cit.*, p. 34.
- ²¹⁰ R. Buchner, *op. cit.*, p. 30, n. 1.
- ²¹¹ Gregório, O Grande, *Registr.*, III, 33, ed. Ewald-Hartmann, M. G. H. Epist., t. I, p. 191.
- ²¹² *Ibid.*, VI, 10, p. 388-389.
- ²¹³ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 947. Ver Buchner, *op. cit.*, p. 31.
- ²¹⁴ L. Hartmann, *Geschichte Italiens im Mittelalter*, t. II, p. 159, n. 16.
- ²¹⁵ Cassiodoro, *Variae*, XII, 22, M. G. H. SS. Antiq., t. XII, p. 378.
- ²¹⁶ *Leges Visigothorum*, IX, 2, 9, ed. Zeumer, M. G. H. Leges, t. I, p. 377. Verlinden, "L'Esclavage dans le monde ibérique médiéval", *Anuario de Historia del Derecho Español*, t. XI, 1934, p. 353-355.
- ²¹⁷ Para a sobrevivência das grandes famílias, ver, por exemplo, a dos Syagrii, estudada por A. Coville, *Recherches sur l'histoire de Lyon*, p. 5ss.
- ²¹⁸ Verlinden, *op. cit.*, *Anuario*, t. XI, p. 347.
- ²¹⁹ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, IX, 38. Ver Fustel de Coulanges, *L'Alleu et le domaine rural*, p. 375.

- ²²⁰ P. Charlesworth, *Trade-routes and commerce of the Roman Empire*, Cambridge, 2ª ed., 1926, p. 178, 202, 220 e 238.
- ²²¹ Ver, de maneira geral, P. Scheffer-Boichorst, "Zur Geschichte der Syrer im Abendlande", *Mitteilungen des Österr. Instit. für Geschichtsforschung*, t. VI, 1885, p. 521ss; L. Bréhier, "Les colonies d'Orientaux en Occident au commencement du Moyen Age", *Byzant. Zeitschr.*, t. XII, 1903, p. 1ss; Fustel de Coulanges, *La Monarchie franque*, p. 257; J. Ebersolt, *Orient et Occident*, 1928-1929, 2 v.
- ²²² Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, 22; ver Bréhier, *L'Art en France des invasions barbares à l'époque romane*, p. 36 e 38.
- ²²³ I, 19, SS. rer. Merov., t. III, p. 463.
- ²²⁴ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VIII, 1.
- ²²⁵ SS. rer. Merov., t. III, p. 226. Krusch, o editor desse texto, considera esse fato como *non credible!*
- ²²⁶ E. Leblant, *Inscriptions chrétiennes de la Gaule*, t. I, p. 207 e 328. Cf. n. 225 e 613a. Ver Héron de Villefosse, "Deux inscriptions chrétiennes trouvées à Carthage", *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 1916, p. 435.
- ²²⁷ E. Leblant, *op. cit.*, t. I, p. 205, n. 125.
- ²²⁸ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, 31.
- ²²⁹ *Ibid.*, X, 26.
- ²³⁰ Concílio de Narbona, Mansi, *Sacrorum Conciliorum... Collectio*, t. IX, c. 1015 e 1017.
- ²³¹ A. A. S. S. Boll. Nov., t. I, p. 323.
- ²³² P. de Moreau, *Les Missions médiévales (Histoire générale comparée des missions)*, publicada pelo barão Descamps, 1932, p. 171).
- ²³³ Procópio, V, 8, 21, ed. Dewing, t. III, 1919, p. 74.
- ²³⁴ Resenha de R. Dussaud da obra de P. Perdrizet, "Le Calendrier parisien à la fin du Moyen Age" (1933), *Syria*, t. XV, 1934, p. 210.
- ²³⁵ Monsenhor L. Duchesne, *L'Église au VI^e siècle*, 1925, p. 191, n. 2.
- ²³⁶ Perdrizet, "Le Calendrier parisien à la fin du Moyen Age", p. 35 e 287-289.
- ²³⁷ J. Baum, *Aufgaben des frühchristlichen Kunstforschung in Britannien und Irland*, 1934, citado pelos *Forschungen und Fortschritte*, t. XI, 1935, c. 223.
- ²³⁸ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VIII, 15.
- ²³⁹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 262.
- ²⁴⁰ *Ibid.*, p. 222.
- ²⁴¹ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 1564.
- ²⁴² *Ibid.*, n. 1104.
- ²⁴³ *Vita patrum Emeritensium*, Migne, *Patr. Lat.*, t. 80, col. 139.
- ²⁴⁴ XII, 2, 14, M. G. H. Leges, t. I, ed. K. Zeumer, p. 420.
- ²⁴⁵ XII, 2, 13, ed. Zeumer, *loc. cit.*, p. 419.
- ²⁴⁶ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 1157.

- 247 F. Kiener, *op. cit.*, p. 28; F. Vercauteren, *Étude sur les Civitates de la Belgique Seconde*, Bruxelas, 1934, p. 446.
- 248 Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, V, 11.
- 249 *Ibid.*
- 250 M. G. H. SS. rer. Merov., t. IV, p. 374-375.
- 251 Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, V, 11.
- 252 *Ibid.*, 17.
- 253 *Chronique du pseudo-Frédégaire*, IV, 65, M. G. H. SS. rer. Merov., t. II, p. 153.
- 254 Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, V, 11.
- 255 Gregório de Tours, *Liber in Gloria Martyrum*, cap. 21, ed. Krusch, M. G. H. SS. rer. Merov., t. I, p. 501.
- 256 Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, V, 11. Sobre os judeus de Lyon, ver Co-ville, *op. cit.*, p. 538ss.
- 257 Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VI, 17.
- 258 Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 1115.
- 259 *Ibid.*, n. 1104.
- 260 *Ibid.*, n. 1879.
- 261 *Ibid.*, n. 1157.
- 262 *Ibid.*, n. 1743-1744.
- 263 M. G. H. Concilia, ed. Maasen, t. I, p. 67.
- 264 M. G. H. Capit., ed. Boretius-Krause, t. I, p. 22.
- 265 Ziegler, *Church and State in Visigothic Spain*, p. 189.
- 266 A. Ebert, *op. cit.*, trad. franc. Aymeric e Condamin, t. I, 1883, p. 631.
- 267 Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 1757.
- 268 J. Aronius, *Regesten der Geschichte der Juden*, p. 21, n. 59.
- 269 Jaffé-Wattenbach, *op. cit.*, n. 1564.
- 270 *Ibid.*, n. 1293.
- 271 Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, V, 6.
- 272 Aronius, *Regesten zur Geschichte der Juden*, p. 19, n. 53.
- 273 Gregório de Tours, *Liber in Gloria Confessorum*, c. 95, ed. Krusch, M. G. H. SS. rer. Merov., t. I, p. 809.
- 274 Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, IV, 12.
- 275 *Ibid.*, VI, 5.
- 276 *Ibid.*, IV, 35.
- 277 *Gesta Dagoberti*, ed. Krusch, M. G. H. SS. rer. Merov. t. II, p. 413.
- 278 Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, 35; *Vita S. Eligii*, SS. rer. Merov., t. IV, p. 702.
- 279 Venâncio Fortunato, *Vita Sancti Germani*, c. 47, M. G. H. SS. rer. Merov., t. VII, p. 401-402.
- 280 Fr. Cumont, *Comment la Belgique fut romanisée*, 2ª ed., Bruxelas, 1919, p. 25-29.

- ²⁸¹ H. Pirenne, "Draps de Frise ou draps de Flandre?", *Vierteljahrschr. für Soz. und Wirtschaftsgeschichte*, t. VI, 1909, p. 313.
- ²⁸² Pauly-Wissowa, *Real-Encyclopädie*, t. VII, c. 75, n. 12.
- ²⁸³ F. Vercauteren, "Catapulus et Catabolus", *Bulletin Ducange*, t. II, 1925, p. 98.
- ²⁸⁴ Cassiodoro, *Variae*, V, 39, M. G. H. SS. Antiq., t. XII, p. 164.
- ²⁸⁵ Diehl, *L'Afrique byzantine*, p. 500; G. Millet, "Sur les sceaux des commerciaux byzantins", *Mélanges G. Schlumberger*, t. II, 1924, p. 324-326.
- ²⁸⁶ "Si quis transmarinus negociator aurum, argentum, vestimenta vel quelibet ornamenta... vendiderit", *Lex Visigothorum*, XI, 3, 1, ed. K. Zeumer, M. G. H. Leges, t. I, p. 404.
- ²⁸⁷ M. Laurent, *Les Ivoires prégothiques conservés en Belgique*, 1912, p. 9, 17, 20, 84.
- ²⁸⁸ *Cooperturium Sarmaticum*. Gregório de Tours, *Liber Vitae Patrum*, c. 11, ed. Krusch, SS. rer. Merov., t. I, p. 701.
- ²⁸⁹ Gregório de Tours, *Liber in Gloria Confessorum*, c. 110, ed. Krusch, *loc. cit.*, p. 819.
- ²⁹⁰ Fustel de Coulanges, *La Monarchie franque*, p. 257.
- ²⁹¹ Quanto ao luxo merovíngio, ver *Vita S. Eligii episcopi Noviomagensis*, I, 12, ed. Krusch, M. G. H. SS. rer. Merov., t. IV, p. 678.
- ²⁹² Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VI, 10; VI, 35; X, 16; *Liber in gloria martyrum*, SS. rer. Merov., t. I, p. 491, 535, 549; *Liber de virtutibus S. Martini*, I, 11, *ibid.*, p. 595; II, 23, *ibid.*, p. 617.
- ²⁹³ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, p. 29.
- ²⁹⁴ Sobre esses vinhos, ver *Vie de Porphyre, évêque de Gaza*, de Marco, O Diácono, publicada por H. Grégoire e M.-A. Kugener, Paris, 1930, p. 124-126.
- ²⁹⁵ Gregório de Tours, *Liber in Gloria Confessorum*, c. 64, ed. Krusch, *loc. cit.*, p. 785.
- ²⁹⁶ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, 29.
- ²⁹⁷ M. G. H. Epist. Merov., t. I, p. 209, por volta de 630-647.
- ²⁹⁸ *Vita S. Martini*. II, v. 81, ed. Leo, M. G. H. SS. Antiq., t. IV², p. 316.
- ²⁹⁹ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 1483.
- ³⁰⁰ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VI, 6.
- ³⁰¹ F. Cumont, *Fouilles de Doura-Europos*, 1926, p. xxxiii.
- ³⁰² F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 356.
- ³⁰³ *Epistula de observatione ciborum*, ed. Liechtenhan, 1928 (*Corpus Medicorum Latinorum*, t. VIII¹).
- ³⁰⁴ L. Levillain, *Examen critique des chartes... de Corbie*, 1902, p. 235, n. 15.
- ³⁰⁵ E. Jeanselme, "Sur un aide-mémoire de thérapeutique byzantin", *Mélanges Ch. Diehl*, t. I, 1930, p. 150, n. 12; Ducange, *op. cit.*
- ³⁰⁶ *Formulae*, I, 11, ed. Zeumer, p. 49.

- ³⁰⁷ Krusch, *Ursprung und Text von Markulfs Formelsammlung*, Nachrichten von der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen, 1916, p. 256.
- ³⁰⁸ G. Waitz, *Deutsche Verfassungsgeschichte*, t. IV, 2ª ed., p. 23.
- ³⁰⁹ Sproemberg, "Marculf und die Fränkische Reichskanzlei", *Neues Archiv*, t. 47, 1927, p. 89, admite o ponto de vista de Krusch.
- ³¹⁰ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VI, 32.
- ³¹¹ H. Pirenne, "Le Commerce du papyrus dans la Gaule mérovingienne", *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 1928, p. 178-191.
- ³¹² Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, V, 5: *O si te habuisset Marsilia, sacerdotem! Numquam naves oleum aut reliquas species detulissent nisi cartam tantum, quo maiorem opportunitatem scribendi ad bonos infamandos haberes. Sed paupertas cartae finem imponit verborum.*
- ³¹³ Gregório de Tours, *Liber in gloria martyrum*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. I, p. 558; *Liber de virtutibus S. Martini*, *ibid.*, p. 644; *Liber Vitae Patrum*, *ibid.*, p. 698.
- ³¹⁴ F. Vercauteren, *Étude sur les Civitates*, p. 211-212.
- ³¹⁵ Lauer e Samaran, *Les Diplômes originaux des Mérovingiens*, Paris, 1908.
- ³¹⁶ Cassiodoro, *Variae*, III, 7, ed. Mommsen, M. G. H. SS. Antiq., t. XII, p. 83. Esse texto me foi gentilmente emprestado por M. Kugener.
- ³¹⁷ Buchner, *Die Provence*, p. 44-45. Ele se apoia notadamente em Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, V, 5.
- ³¹⁸ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, IV, 43.
- ³¹⁹ R. Buchner, *op. cit.*, p. 44-45.
- ³²⁰ Marculfo, *Supplementum*, I, ed. Zeumer, p. 107.
- ³²¹ Buchner, *Die Provence in Merowingischer Zeit*, p. 45.
- ³²² *Vita S. Filiberti abbatis Gemeticensis*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. V, p. 602.
- ³²³ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, 35.
- ³²⁴ Pseudo-Fredegário, *Chronica*, IV, 42, SS. rer. Merov., t. II, p. 141; *Vita Columbani*, I, 29, *ibid.*, t. IV, p. 106; *Liber Historiae Francorum*, c. 40, *ibid.*, t. II, p. 310.
- ³²⁵ *Vita S. Eligii*, II, 13, M. G. H. SS. rer. Merov., t. IV, p. 702.
- ³²⁶ Juliano de Toledo, *Historia Wambae*, SS. rer. Merov., t. V, p. 525.
- ³²⁷ R. Buchner, *op. cit.*, p. 32.
- ³²⁸ *Ibid.*, p. 33.
- ³²⁹ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, IX, 22.
- ³³⁰ F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 258-259.
- ³³¹ *Annales Petaviani*, M. G. H. SS., t. I, p. 17.
- ³³² Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, IX, 22.
- ³³³ *Ibid.*, IX, 21 e 22.
- ³³⁴ *Ibid.*, X, 25.
- ³³⁵ *Ibid.*, VIII, 39 e VI, 14.

- ³³⁶ *Chronica*, IV, 18, SS. rer. Merov., t. II, p. 128: *Eo anno cladis glandolaria Marsilia et reliquas Provinciae civitates graviter vastavit.*
- ³³⁷ Ver Verlinden, *op. cit.*, *Anuario de historia del derecho español*, t. XI (1934), p. 312.
- ³³⁸ *Lex Wisigothorum*, III, 4, 17, ed. Zeumer, M. G. H. Leges, t. I, p. 157.
- ³³⁹ Fredegário, *op. cit.*, IV, 48, M. G. H. SS. rer. Merov., t. II, p. 144. Ver Ch. Verlinden, "Le Franc Samo", *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. XII, 1933, p. 1090-1095.
- ³⁴⁰ Fustel de Coulanges, *La Monarchie franque*, p. 258.
- ³⁴¹ M. G. H. Concilia, ed. Maasen, t. I, p. 210.
- ³⁴² *Vita S. Eligii*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. IV, p. 676.
- ³⁴³ Verlinden, *op. cit.*, p. 379.
- ³⁴⁴ SS. rer. Merov., t. II, p. 482. Ver Lesne, *La Propriété ecclésiastique en France*, I, 1910, p. 359.
- ³⁴⁵ Gregório de Tours, *Liber Vitae Patrum*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. I, p. 712.
- ³⁴⁶ Guilhiermoz, *Essai sur l'origine de la noblesse en France au Moyen Age*, p. 74.
- ³⁴⁷ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 1386.
- ³⁴⁸ De Moreau, *Saint Amand*, 1927, p. 133. Sobre essas compras de cativos, ver Lesne, *op. cit.*, p. 357 e 369.
- ³⁴⁹ *Vita S. Gaugerici*, ed. Krusch, M. G. H. SS. rer. Merov., t. III, p. 656. Ver Vercauteren, *Étude sur les Civitates de la Belgique Seconde*, p. 213.
- ³⁵⁰ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, 46.
- ³⁵¹ Fredegário, *op. cit.*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. II, p. 134-135.
- ³⁵² Guiman, *Cartulaire de Saint-Vaast d'Arras*, ed. Van Drival, p. 167.
- ³⁵³ *Ibid.*, p. 165.
- ³⁵⁴ P. Rolland, *Deux tarifs du tonlieu de Tournai*, Lille, 1935, p. 17.
- ³⁵⁵ Paulo Diácono, *Historia Langobardorum*, ed. Bethmann & G. Waitz, I, 1, M. G. H. SS. rer. Langob. et Ital., p. 48.
- ³⁵⁶ Sobre a venda dos escravos em Marselha, ver *Vita Boniti*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. VI, p. 121. Sobre o comércio dos escravos, ver A. Dopsch, *Wirtschaftliche und soziale Grundlagen des Europäischen Kulturentwicklung*, Viena, 2ª ed., 1924, t. II p. 175; Br. Hahn, *Die Wirtschaftliche Tätigkeit des Juden im Fränkischen und Deutschen Reich bis zum zweiten Kreuzzug*, Freiburg, 1977, p. 23; Fustel de Coulanges, *L'Alleu et le domaine rural*, p. 279.
- ³⁵⁷ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 1467.
- ³⁵⁸ *Ibid.*, n. 1409.
- ³⁵⁹ *Vita S. Eligii*, I, 10, M. G. H. SS. rer. Merov., t. IV, p. 677. Ver Buchner, *op. cit.*, p. 47.
- ³⁶⁰ M. G. H. Formulae, ed. Zeumer, p. 189, n. 9.
- ³⁶¹ *Ibid.*, p. 22, n. 51.

- ³⁶² Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 1467.
- ³⁶³ Jaffé-Wattenbach, *op. cit.*, n. 1629, e também os n. 1409 e 1242, do ano 593, onde ainda está se tratando da compra de escravos cristãos por um judeu.
- ³⁶⁴ *Registr.*, VI, 10, M. G. H. Epist., t. I, p. 388. Um texto de Lydus assinala também os tecidos de Arras, *De Magistratibus*, I, 77, ed. Wuensch, Teubner, 1903, p. 21. Ver, no entanto, as reservas feitas por F. Vercauteren, *Étude sur les Civitates de la Belgique Seconde*, p. 183.
- ³⁶⁵ A. Dopsch, *Wirtschaftliche Grundlagen*, t. II, 2ª ed., p. 439.
- ³⁶⁶ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, III, 34.
- ³⁶⁷ Venâncio Fortunato, *Carmina*, III, 10, M. G. H. SS. Antiq., t. IV¹, p. 62.
- ³⁶⁸ F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 365.
- ³⁶⁹ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, 46.
- ³⁷⁰ *Ibid.*, VII, 45.
- ³⁷¹ Gregório de Tours, *Liber in Gloria Confessorum*, c. 110, SS. rer. Merov., t. I, p. 819.
- ³⁷² *Leges Ahistulfi regis*, ed. F. Bluhme, M. G. H. Leges, t. III, *in-folio*, p. 196, aº 750.
- ³⁷³ Cassiodoro, *op. cit.*, II, 26, M. G. H. SS. Antiq., t. XII, p. 61. Ver A. Dopsch, *Wirtschaftliche Grundlagen*, t. II, 2ª ed., p. 437.
- ³⁷⁴ Doren, *Italianische Wirtschaftsgeschichte*, 1934, p. 122.
- ³⁷⁵ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, X, 21.
- ³⁷⁶ Leblant, *Inscriptions*, t. I, p. 41. Ver Coville, *op. cit.*, p. 534.
- ³⁷⁷ J. Havet, *Oeuvres*, t. I, 1896, p. 229.
- ³⁷⁸ Leblant, *Inscriptions*, t. II, p. 520, n. 645.
- ³⁷⁹ Prou e Vidier, *Recueil de chartes de Saint-Benoît-sur-Loire*, 1900, t. I, p. 7. Ver, sobre esse mesmo mercador, Fustel de Coulanges, *La Monarchie franque*, p. 256, n. 5.
- ³⁸⁰ M. Prou, *Catalogue des monnaies carolingiennes de la Bibliothèque Nationale*, Paris, 1896, p. xxxviii.
- ³⁸¹ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, p. 37: “*Chariulfus valde dives ac prae-potens, cujus adpotecis ac prumtuariis urbi valde referta erant.*”
- ³⁸² Gregório de Tours, *Liber de virtutibus S. Martini*, IV, 29, SS. rer. Merov., t. I, p. 656.
- ³⁸³ J. Havet, *Oeuvres*, t. I, p. 230, e o texto citado na p. 84, n. 6.
- ³⁸⁴ Pardessus, *Diplomata*, t. II, p. 16, n. CCLVII.
- ³⁸⁵ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, 37.
- ³⁸⁶ *Ibid.*, VI, 32.
- ³⁸⁷ *Ibid.*, VIII, 33.
- ³⁸⁸ Citado por F. Kiener, *op. cit.*, p. 29, n. 38: *sutores, aurifices, fabri vel reliqui artifices.*
- ³⁸⁹ *Ibid.*, p. 15.

- ³⁹⁰ F. Vercauteren, *Étude sur les Civitates de la Belgique Seconde*, p. 354 e 359.
- ³⁹¹ Em relação a Angers, ver Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VIII, 42.
- ³⁹² Vita S. Leobini, c. 62, ed. Krusch, SS. Antiq., t. IV², p. 79.
- ³⁹³ Blanchet, *Les Enceintes romaines de la Gaule*, Paris, 1907, p. 208 e 211.
- ³⁹⁴ *Ibid.*, p. 202, n. 3.
- ³⁹⁵ *Lex Visigothorum*, III, 4, 17, ed. Zeumer, M. G. H. Leges, p. 157.
- ³⁹⁶ M. G. H. Epist., t. III, p. 214.
- ³⁹⁷ F. Vercauteren, *op. cit.*, p. 450.
- ³⁹⁸ Levillain, "Étude sur l'abbaye de Saint-Denis", *Bibl. de l'École des Chartes*, t. XCI, 1930, p. 14.
- ³⁹⁹ L. G. de Valdeavellano, "El mercado. Apuntes para su estudio en Léon y Castilla durante la Edad Media", *Anuario de Historia del Derecho Español*, t. VIII, 1931, p. 225.
- ⁴⁰⁰ *Lex Visigothorum*, IX, 2, 4, ed. Zeumer, M. G. H. Leges, t. I, in-quarto, p. 368.
- ⁴⁰¹ G. Waitz, *op. cit.*, t. II, 2ª parte, 3ª ed., p. 309.
- ⁴⁰² M. G. H. Diplomata, in-folio, ed. Pertz, p. 46, n. 51. Ver outra menção de *portus*, *Recueil des chartes de Stavelot-Malmédy*, ed. J. Halkin & Roland, t. I, p. 13, n. 4.
- ⁴⁰³ Marculfo, ed. Zeumer, M. G. H. Formulae, p. 107.
- ⁴⁰⁴ M. G. H. Capit., t. I, p. 22.
- ⁴⁰⁵ Cassiodoro, *Variae*, V, 39, M. G. H. SS. Antiq., t. XII, p. 165.
- ⁴⁰⁶ G. Waitz, *op. cit.*, t. II, 2ª parte, 3ª ed., p. 301.
- ⁴⁰⁷ *Gesta Dagoberti*, c. 33, ed. Krusch, M. G. H. SS. rer. Merov., t. II, p. 413.
- ⁴⁰⁸ Stein, *Geschichte des Spätrömischen Reiches*, t. I, p. 177.
- ⁴⁰⁹ Gunnar Mickwitz, *Geld und Wirtschaft im Römischen Reich des IV. Jahrhunderts nach Christi*, Helsingfors, 1932, p. 190.
- ⁴¹⁰ M. Prou, *Catalogue des monnaies mérovingiennes de la Bibliothèque Nationale*, Paris, 1892, p. LXXXV.
- ⁴¹¹ A. Dopsch, *Die Wirtschaftsentwicklung des Karolingerzeit, vornehmlich in Deutschland*, t. II, 2ª ed., 1922, p. 300.
- ⁴¹² Engel e Serrure, *Traité de numismatique du Moyen Age*, t. I, Paris, 1891, p. 177.
- ⁴¹³ *Ibid.*, p. 179-180.
- ⁴¹⁴ M. Prou, *Catalogue des monnaies mérovingiennes*, p. XXVII-XXVIII.
- ⁴¹⁵ *Ibid.*, p. XVI.
- ⁴¹⁶ *Ibid.*, p. XV.
- ⁴¹⁷ *Ibid.*, p. XXVI.
- ⁴¹⁸ *Ibid.*, p. XXXII.
- ⁴¹⁹ *Ibid.*, p. XXXIV-XXXV.
- ⁴²⁰ *Ibid.*, p. XXXIX.
- ⁴²¹ *Ibid.*, p. LXIV.

- ⁴²² Engel e Serrure, *Traité de numismatique du Moyen Age*, t. I, p. 50.
- ⁴²³ M. Prou, *Catalogue des monnaies mérovingiennes*, p. LXV.
- ⁴²⁴ F. Lot, *Un Grand domaine à l'époque franque. Ardin en Poitou*, Cinquantenaire de l'École pratique des Hautes Études, Bibliothèque de l'École des Hautes Études, fasc. 230, Paris, 1921, p. 127. Ver *Codex Theodosianus*, XII, 6, 13, lei de 367.
- ⁴²⁵ Engel e Serrure, *Traité de numismatique du Moyen Age*, t. I, p. 97.
- ⁴²⁶ A. Luschin von Ebengreuth, *Allgemeine Münzkunde und Geldgeschichte des Mittelalters und der Neueren Zeit*, Munique e Berlim, 2ª ed., 1926, p. 97.
- ⁴²⁷ M. Prou, *Catalogue des monnaies mérovingiennes*, p. LXXXI. Creio que isso se adapta bastante bem ao texto da *Vita Eligii*, I, 15, M. G. H. SS. rer. Merov., t. IV, p. 681.
- ⁴²⁸ M. Prou, *op. cit.*, p. LI.
- ⁴²⁹ *Ibid.*, p. LXX e LXXXII.
- ⁴³⁰ *Ibid.*, p. LXXXI.
- ⁴³¹ *Ibid.*, p. XLVII.
- ⁴³² Lesne, *op. cit.*, p. 273.
- ⁴³³ Ver A. Riegl, *Spätromische Kunstindustrie*, 1927, p. 381.
- ⁴³⁴ Sobre a riqueza dos particulares em ouro e em pedras preciosas, ver Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, X, 21, e sobretudo IX, p. 9: a mulher do duque Rauching tem um tesouro que equivale ao de um rei.
- ⁴³⁵ O trabalho de Kloss, *Goldvorrat und Geldverkehr im Merowingerreich*, 1929, não leva em conta alguns textos citados por Lesne, *op. cit.*, p. 200.
- ⁴³⁶ Sobre a riqueza da Igreja, ver Lesne, *op. cit.*, p. 200.
- ⁴³⁷ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, 24.
- ⁴³⁸ G. Richter, *Annalen des fränkischen Reichs im Zeitalter der Merovinger*, 1873, p. 98.
- ⁴³⁹ *Ibid.*, p. 161.
- ⁴⁴⁰ M. Prou, *Catalogue des monnaies mérovingiennes*, p. XI e CV.
- ⁴⁴¹ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, p. 358.
- ⁴⁴² M. Bloch, "Le Problème de l'or au Moyen Age", *Annales d'histoire économique et sociale*, 1933, t. V, p. 1ss; Soetbeer, "Beiträge zur Geschichte des Geld- und Münzwesens in Deutschland", *Forschungen Zur Deutschen Geschichte*, t. II, 1862, p. 307; A. Luschin von Ebengreuth, *Allgemeine Münzkunde und Geldgeschichte*, 2ª ed., 1926, p. 41.
- ⁴⁴³ *Lex Visigothorum*, XI, 3, 1, ed. Zeumer, M. G. H. Leges, t. I, p. 404: *Si quis transmarinus negotiator aurum, argentum, vestimenta, vel quelibet ornamenta provincialibus nostris vendiderit, et competenti pretio fuerint venundata...*
- ⁴⁴⁴ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VI, p. 2.
- ⁴⁴⁵ Cassiodoro, *Variae*, XII, 22, M. G. H. SS. Antiq., t. XII, p. 378.
- ⁴⁴⁶ Guiman, *Cartulaire de Saint-Vaast d'Arras*, p. 167; P. Rolland, *Deux tarifs du tonlieu de Tournai*, p. 37.

- ⁴⁴⁷ F. Lot, *Un Grand domaine à l'époque franque*, fasc. 230, p. 123. Ele apresenta como fonte Gregório de Tours, *Liber vitae Patrum*, SS. rer. Merov., t. I, p. 669.
- ⁴⁴⁸ F. Lot, *op. cit.*, p. 125.
- ⁴⁴⁹ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, 23.
- ⁴⁵⁰ *Ibid.*, III, 34.
- ⁴⁵¹ Marculfo, II, 26, M. G. H. *Formulae*, ed. Zeumer, p. 92.
- ⁴⁵² *Lex romana Visigothorum*, II, 33, ed. Haenel, p. 68-70.
- ⁴⁵³ Concílio de Orleans de 538, c. 30, M. G. H. *Concilia*, t. I, p. 82; Concílio de Clichy de 626-627, c. 1, *ibid.*, p. 197.
- ⁴⁵⁴ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, IV, 35.
- ⁴⁵⁵ *Ibid.*, 12.
- ⁴⁵⁶ M. G. H. *Concilia*, t. I, p. 67, a^o 535 e p. 158, a^o 583.
- ⁴⁵⁷ A. Luschin, *op. cit.*, p. 83; M. Prou, *op. cit.*, p. LXXVI.
- ⁴⁵⁸ Sidônio Apolinário, *Epistulae*, VII, 7, ed. Luetjohann, M. G. H. SS. Antiq., t. VIII, p. 110.
- ⁴⁵⁹ Concílio de Orleans de 538, *loc. cit.*, p. 82.
- ⁴⁶⁰ Concílio de Clichy de 626-627, *loc. cit.*, p. 197.
- ⁴⁶¹ Ebert, *Histoire de la littérature latine au Moyen Age*, trad. Aymeric e Condamin, t. I, p. 445.
- ⁴⁶² *Ibid.*, p. 461.
- ⁴⁶³ R. Buchner, *op. cit.*, p. 85.
- ⁴⁶⁴ Ebert, *op. cit.*, t. I, p. 442.
- ⁴⁶⁵ *Ibid.*, p. 464.
- ⁴⁶⁶ *Ibid.*, p. 467.
- ⁴⁶⁷ *Ibid.*, p. 468.
- ⁴⁶⁸ *Ibid.*, p. 556.
- ⁴⁶⁹ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, IV, 46.
- ⁴⁷⁰ *Ibid.*, III, 36.
- ⁴⁷¹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 191.
- ⁴⁷² Ebert, *op. cit.*, t. I, p. 409.
- ⁴⁷³ *Ibid.*, p. 457.
- ⁴⁷⁴ *Ibid.*, p. 458.
- ⁴⁷⁵ *Ibid.*, p. 460.
- ⁴⁷⁶ Manitius, *Geschichte der Christlich-Lateinischen Poesie*, p. 402.
- ⁴⁷⁷ A. Coville, *op. cit.*, p. 226.
- ⁴⁷⁸ Manitius, *op. cit.*, p. 402.
- ⁴⁷⁹ Sobre o caráter da cultura entre os francos, pode-se ver H. Pirenne, "De l'État de l'instruction des laïques à l'époque mérovingienne", *Revue bénédictine*, abril-julho 1934, p. 165.
- ⁴⁸⁰ Consulte-se R. Buchner, *op. cit.*, p. 84.

- ⁴⁸¹ Hélène Wieruszowski, "Die Zusammensetzung des gallischen und fränkischen Episkopats bis zum Vertrag von Verdun", *Bonner Jahrbücher*, t. 127, 1922, p. 1-83.
- ⁴⁸² Baum, *op. cit.*, citado pelos *Forschungen und Fortschritte*, t. XI, 1935, c. 222 e 223.
- ⁴⁸³ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VIII, p. 15. Sobre outros excessos de ascetismo, ver Dill, *Roman Society in Gaul in the Merovingian Age*, p. 356.
- ⁴⁸⁴ Ver sua *Vita*, publicada nos *SS. rer. Merov.*, t. III, p. 457.
- ⁴⁸⁵ L. Duchesne, *Fastes épiscopaux de l'ancienne Gaule*, t. I, 2ª ed., 1907, p. 145.
- ⁴⁸⁶ *Ibid.*, p. 142ss.
- ⁴⁸⁷ Schubert, *Geschichte des christlichen Kirche im Frühmittelalter*, p. 61.
- ⁴⁸⁸ Ver De Moreau, *Les Missions médiévales*, p. 188.
- ⁴⁸⁹ Hauck, *Kirchengeschichte Deutschlands*, t. I, p. 288ss.
- ⁴⁹⁰ *Ibid.*, t. I, p. 296.
- ⁴⁹¹ Sigeberto III, *Rec. des chartes de Stavelot-Malmédy*, ed. J. Halkin & Rolland, t. I, p. 1 e 5.
- ⁴⁹² Sobre os mosteiros do século VII, ver Hauck, *Kirchengeschichte Deutschlands*, t. I, p. 298.
- ⁴⁹³ De Moreau, *op. cit.*, p. 138.
- ⁴⁹⁴ *Ibid.*, p. 165.
- ⁴⁹⁵ Beda, *Historia Ecclesiastica*, IV, 1; Migne, *Patrologia Latina*, t. 95, c. 171-172.
- ⁴⁹⁶ Hauck, *op. cit.*, t. I, p. 122.
- ⁴⁹⁷ Ebert, *op. cit.*, t. I, p. 588.
- ⁴⁹⁸ *Ibid.*, p. 482.
- ⁴⁹⁹ *Ibid.*, p. 503.
- ⁵⁰⁰ Roger, *L'Enseignement des lettres classiques d'Ausone à Alcuin*, 1905, p. 187ss.
- ⁵⁰¹ Jaffé-Wattenbach, *op. cit.*, n. 1824.
- ⁵⁰² Gregório de Tours, *Hist. Franc. Praefatio: philosophantem rhetorem intelligunt pauci, loquentem rusticum multi*. Ver Schubert, *op. cit.*, p. 67.
- ⁵⁰³ Rostovtzeff, *Iranians and Greeks in South Russia*, Oxford, 1922, p. 185-186. Ver, sobre esse tema, Bréhier, *L'Art en France des invasions barbares à l'époque romane*, p. 17ss, e sobretudo p. 23 e 26.
- ⁵⁰⁴ Bréhier, *op. cit.*, p. 38.
- ⁵⁰⁵ *Ibid.*, p. 28.
- ⁵⁰⁶ J. Martinez Santa-Olalla, *Grundzüge einer Westgotischen Archäologie*, 1934, citado pelos *Forschungen und Fortschritte*, t. XI, 1935, c. 123.
- ⁵⁰⁷ Gregório de Tours, VI, 2. Ver Fustel de Coulanges, *Les Transformations de la royauté pendant l'époque carolingienne*, p. 19-20.
- ⁵⁰⁸ H. Zeiss, "Zur ethnischen Deutung frühmittelalterlicher Funde", *Germania*, t. XIV, 1930, p. 12.

- ⁵⁰⁹ Bréhier, *op. cit.*, p. 59.
- ⁵¹⁰ *Ibid.*, p. 56.
- ⁵¹¹ Dawson, *The Making of Europe*, p. 97.
- ⁵¹² Michel, *Histoire de l'art*, t. I, 1905, p. 397.
- ⁵¹³ N. Aberg, *The Anglo-Saxons in England during the Early Centuries after the Invasions*, 1926, p. 7-8.
- ⁵¹⁴ Michel, *op. cit.*, t. I, p. 399.
- ⁵¹⁵ *Ibid.*
- ⁵¹⁶ E. Babelon, "Le Tombeau du roi Childéric", *Mém. de la Soc. des Antiq. de France*, 8^a série, t. VI, 1924, p. 112.
- ⁵¹⁷ L. Schmidt, *Geschichte des Deutschen Stämme. Die Ostgermanen*, p. 193. Ver o *faber argentarius* que cita a *Lex Burgundionum*, X, 3, ed. von Salis, M. G. H. Leges, t. II, p. 50.
- ⁵¹⁸ Bréhier, *op. cit.*, p. 61.
- ⁵¹⁹ *Ibid.*, p. 63.
- ⁵²⁰ *Ibid.*, p. 67.
- ⁵²¹ *Ibid.*, p. 69.
- ⁵²² *Ibid.*, p. 107.
- ⁵²³ *Ibid.*, p. 107.
- ⁵²⁴ *Ibid.*, p. 109.
- ⁵²⁵ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, VII, 36.
- ⁵²⁶ São Gregório, *Registrum*, IX, 208, ed. Hartmann, M. G. H. Epistolae, t. II, p. 195.
- ⁵²⁷ Ed. R. Poupardin, p. 23.
- ⁵²⁸ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, II, 16.
- ⁵²⁹ *Vita Droctovei*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. III, p. 541.
- ⁵³⁰ Hauck, *op. cit.*, t. I, p. 220.
- ⁵³¹ *Ibid.*
- ⁵³² *Ibid.*, p. 208. Veremos outros exemplos em E. Lesne, *op. cit.*, p. 338.
- ⁵³³ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, V, 45.
- ⁵³⁴ *Ibid.*, V, 46.
- ⁵³⁵ Hauck, *op. cit.*, t. I, p. 220, n. 8.
- ⁵³⁶ Fortunato, *Carmina*, II, 8, M. G. H. SS. Antiq., t. IV, p. 37.
- ⁵³⁷ Desidério de Cahors, *Vita*, ed. Poupardin, p. 38.
- ⁵³⁸ *Ibid.*, p. 19.
- ⁵³⁹ *Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 1931, p. 154ss.
- ⁵⁴⁰ Bréhier, *op. cit.*, p. 111.
- ⁵⁴¹ H. Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte*, t. II, 2^a ed., 1928, p. 316.
- ⁵⁴² *Ibid.*, p. 418.
- ⁵⁴³ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II, p. 70.

- ⁵⁴⁴ F. Lot, "À quelle époque a-t-on cessé de parler latin?", *Bulletin Ducange*, t. VI, 1931, p. 100.
- ⁵⁴⁵ Gregório de Tours, *Hist. Franc.*, III, 33.
- ⁵⁴⁶ *Ibid.*, 36.
- ⁵⁴⁷ *Vita S. Boniti*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. IV, p. 120.
- ⁵⁴⁸ M. G. H. Formulae, ed. Zeumer, p. 4 e 176.
- ⁵⁴⁹ H. Brunner, *op. cit.*, t. I, 2ª ed., p. 577.
- ⁵⁵⁰ H. Pirenne, "De l'État de l'instruction des laïques à l'époque mérovin-gienne", *Revue bénédictine*, t. XLVI, 1934, p. 165.
- ⁵⁵¹ L. Hartmann, 2ª ed., 1928, t. II², p. 27.
- ⁵⁵² M. Prou, *Manuel de paléographie*, 4ª ed., 1924, p. 65.
- ⁵⁵³ F. Lot, *op. cit.*, *Bulletin Ducange*, t. VI, 1931, p. 102; Muller, "On the Use of the Expression *Lingua Romana* from the I to the IX Century", *Zeitschrift für Romanische Philologie*, t. XLIII, 1923, p. 9; F. Vercauteren, "Le Romanus des sources franques", *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. XI, 1932, p. 77-88.
- ⁵⁵⁴ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 1899.
- ⁵⁵⁵ Vasiliev, *Histoire de l'Empire byzantin*, trad. franc., t. I, 1932, p. 265.
- ⁵⁵⁶ *Ibid.*, p. 265, citando Dussaud, *Les Arabes en Syrie avant l'Islam*, Paris, 1907.
- ⁵⁵⁷ *Ibid.*, p. 274.
- ⁵⁵⁸ *Ibid.*, p. 263.
- ⁵⁵⁹ *Ibid.*, p. 280.
- ⁵⁶⁰ L. Halphen, *Les Barbares. Des grandes invasions aux conquêtes turques du XI^e siècle*, Paris, 1926, p. 132.
- ⁵⁶¹ Dawson, *Les Origines de l'Europe*, trad. franc., p. 153.
- ⁵⁶² Vasiliev, *op. cit.*, t. I, p. 279, citando Goldziher, *Vorlesungen über den Islam*, 1910.
- ⁵⁶³ *Ibid.*, p. 275.
- ⁵⁶⁴ Julien, *Histoire de l'Afrique du Nord*, 1931, p. 320.
- ⁵⁶⁵ Vasiliev, *op. cit.*, t. I, p. 282.
- ⁵⁶⁶ L. Halphen, *op. cit.*, p. 139.
- ⁵⁶⁷ Julien, *op. cit.*, p. 318.
- ⁵⁶⁸ *Ibid.*, p. 319.
- ⁵⁶⁹ *Ibid.*, p. 320. Esse autor parece minimizar o papel dos bizantinos em pro-veito dos bérberes.
- ⁵⁷⁰ *Ibid.*, p. 321.
- ⁵⁷¹ *Ibid.*, p. 322-323.
- ⁵⁷² *Ibid.*, p. 323.
- ⁵⁷³ *Ibid.*, p. 327.
- ⁵⁷⁴ F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 240.
- ⁵⁷⁵ L. Halphen, *op. cit.*, p. 142-143.

- ⁵⁷⁶ Breysig, *Jahrbücher des Fränkischen Reiches. Die Zeit Karl Martels*, p. 77-78.
- ⁵⁷⁷ *Ibid.*, p. 84.
- ⁵⁷⁸ *Ibid.*, p. 86.
- ⁵⁷⁹ H. Hahn, *Jahrbücher des Fränkischen Reiches*, 741-752, p. 141.
- ⁵⁸⁰ *Miracula S. Filiberti*, M. G. H. SS. t. XV, p. 303. Ver W. Vogel, *Die Normannen und das Fränkische Reich*, Heidelberg, 1907, p. 51, n. 4.
- ⁵⁸¹ *Chronique du pseudo-Frédegair, Continuatio*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. II, p. 191.
- ⁵⁸² Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 2424.
- ⁵⁸³ Böhmer-Muhlbacher, *Regesten*, p. 138.
- ⁵⁸⁴ Poupardin, *Monuments de l'histoire des abbayes de Saint-Philibert*, 1905, p. 66.
- ⁵⁸⁵ L. Hartmann, *op. cit.*, t. III, p. 170-171.
- ⁵⁸⁶ Richter e Kohl, *Annalen des Fränkischen Reiches im Zeitalter der Karolinger*, p. 132.
- ⁵⁸⁷ Kleinclausz, *Charlemagne*, Paris, 1934, p. 326ss.
- ⁵⁸⁸ *Ibid.*, p. 330.
- ⁵⁸⁹ Richter e Kohl, *op. cit.*, p. 141.
- ⁵⁹⁰ *Annales regni Francorum*, 799, ed. Kurze, M. G. H. SS. in us. schol., p. 180.
- ⁵⁹¹ Kleinclausz, *op. cit.*, p. 332, n. 2.
- ⁵⁹² *Annales regni Francorum*, 806 e 807, ed. Kurze, p. 122 e 124.
- ⁵⁹³ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 2515; Kleinclausz, *op. cit.*, p. 331.
- ⁵⁹⁴ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 2524.
- ⁵⁹⁵ L. Hartmann, *op. cit.*, t. III, p. 179. Ver Richter e Kohl, *op. cit.*, p. 260.
- ⁵⁹⁶ M. G. H. Capit., t. II, p. 67.
- ⁵⁹⁷ L. Hartmann, *op. cit.*, t. III, p. 224.
- ⁵⁹⁸ M. G. H. Capit., t. II, p. 377.
- ⁵⁹⁹ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, p. 330.
- ⁶⁰⁰ M. G. H. Capit., t. II, p. 66.
- ⁶⁰¹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. III, p. 213.
- ⁶⁰² Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 2959.
- ⁶⁰³ Gay, *L'Italie méridionale et l'Empire Byzantin*, 1904, p. 130.
- ⁶⁰⁴ M. G. H. Capit., t. II, p. 67.
- ⁶⁰⁵ Schaube, *Handelsgeschichte der Romanischen Völker des Mittelmeer gebiets*, Munique, 1906, p. 26.
- ⁶⁰⁶ L. Hartmann, *op. cit.*, t. III, p. 265, 288 e 296.
- ⁶⁰⁷ Bédier, "Charlemagne et la Palestine", *Revue historique*, t. CLVII, 1928, p. 281.
- ⁶⁰⁸ Ver M. Prou, *Catalogue des monnaies mérovingiennes*, p. xxvii-xxviii.
- ⁶⁰⁹ Kleinclausz, "La Légende du protectorat de Charlemagne sur la Terre sainte", *Syria*, 1926, p. 211-233.

- ⁶¹⁰ Bédier, *op. cit.*, *Revue historique*, t. CLVII, 1928, p. 277-291.
- ⁶¹¹ R. Buchner, *op. cit.*, p. 48. Lauer, *Les Diplômes originaux des Mérovingiens*, p. 24. Ver Levillain, "Études sur l'abbaye de Saint-Denis", *Bibl. de l'École des Chartes*, t. XCI, p. 288ss.
- ⁶¹² R. Buchner, *op. cit.*, p. 49.
- ⁶¹³ M. G. H. Capit., t. II, p. 361, § 31.
- ⁶¹⁴ M. Thompson, *Economic and Social History of the Middle Ages*, 1928, p. 269.
- ⁶¹⁵ *Liber Vitae Patrum*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. I, p. 742.
- ⁶¹⁶ M. Levillain, "Les Statuts d'Adalhard", *Le Moyen Age*, 1900, p. 335.
- ⁶¹⁷ *Polyptyque de l'abbé Irminon*, ed. B. Guérard, t. II, p. 336.
- ⁶¹⁸ Ducange, *Glossarium*, v^o *pulmentum*.
- ⁶¹⁹ M. G. H. Capit., t. I, p. 90. *Capitular* "de villis", c. 70.
- ⁶²⁰ M. G. H. Capit., t. I, p. 91, *ibid.*
- ⁶²¹ *Formulae*, ed. K. Zeumer, p. 292.
- ⁶²² M. G. H. Capit., t. II, p. 10.
- ⁶²³ *Ibid.*, p. 83.
- ⁶²⁴ M. G. H. Epist. selectae, in-8^o, t. I, 1916, ed. Tangl, p. 156.
- ⁶²⁵ *Ibid.*, p. 97.
- ⁶²⁶ *Ibid.*, p. 189 e 191.
- ⁶²⁷ M. G. H. Capit., t. I, p. 251.
- ⁶²⁸ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II², p. 102ss.
- ⁶²⁹ Ch. Diehl, *Une République patricienne. Venise*, p. 5.
- ⁶³⁰ *Ibid.*, p. 7.
- ⁶³¹ R. Buchner, *op. cit.*, p. 58.
- ⁶³² Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 2480.
- ⁶³³ Richter e Kohl, *op. cit.*, t. II, p. 166.
- ⁶³⁴ *Ibid.*, p. 172; Hartmann, *op. cit.*, t. III, p. 60.
- ⁶³⁵ Richter e Kohl, *op. cit.*, t. II, p. 178.
- ⁶³⁶ L. Hartmann, *op. cit.*, t. III, p. 62.
- ⁶³⁷ Richter e Kohl, *op. cit.*, t. II, p. 188; L. Hartmann, *op. cit.*, t. III, p. 64.
- ⁶³⁸ L. Hartmann, *op. cit.*, t. III, p. 66.
- ⁶³⁹ L. Hartmann, "Die Wirtschaftlichen Anfänge Venedigs", *Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte*, t. II, 1904, p. 434-442.
- ⁶⁴⁰ Schaube, *op. cit.*, p. 3.
- ⁶⁴¹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. III, p. 68.
- ⁶⁴² Schaube, *op. cit.*, p. 3, n. 3 e p. 22; A. Dopsch, *Die Wirtschaftsentwicklung des Karolingerzeit*, t. II, 2^a ed., p. 143.
- ⁶⁴³ M. G. H. Capit., t. II, p. 130.
- ⁶⁴⁴ Thompson, *Economic and Social History of the Middle Ages*, 1928, p. 267.
- ⁶⁴⁵ R. Buchner, *op. cit.*, p. 59.
- ⁶⁴⁶ F. L. Ganshof, "Note sur un passage de la vie de saint Géraud d'Aurillac",

Mélanges Jorga, 1933, p. 295-307.

⁶⁴⁷ Bréhier, "Bulletin historique. Histoire byzantine", *Revue historique*, t. CLIII, 1926, p. 205.

⁶⁴⁸ Gay, *L'Italie méridionale et l'Empire Byzantin*, p. 66.

⁶⁴⁹ *Ibid.*, p. 46-48.

⁶⁵⁰ Engel e Serrure, *Traité de numismatique du Moyen Age*, p. 288.

⁶⁵¹ *Annales regni Francorum*, 820, ed. Kurze, M. G. H. SS. in us. schol., p. 153: *In Italico mari octo naves negotiatorum de Sardinia ad Italiam revertentium*.

⁶⁵² Gay, *op. cit.*, p. 112.

⁶⁵³ *Ibid.*, p. 33.

⁶⁵⁴ *Ibid.*, p. 41-42.

⁶⁵⁵ *Ibid.*, p. 249.

⁶⁵⁶ *Ibid.*, p. 98 e 127.

⁶⁵⁷ *Ibid.*, p. 128.

⁶⁵⁸ *Ibid.*, p. 98.

⁶⁵⁹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. III², p. 35.

⁶⁶⁰ *Ibid.*, t. III¹, p. 249.

⁶⁶¹ M. G. H. Capit., t. II, p. 67.

⁶⁶² Gay, *op. cit.*, p. 129.

⁶⁶³ F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 237.

⁶⁶⁴ Fustel de Coulanges, *L'Invasion germanique et la fin de l'Empire*, p. 559.

⁶⁶⁵ Fustel de Coulanges, *Les Transformations de la royauté pendant l'époque carolingienne*, p. 85.

⁶⁶⁶ G. Richter, *Annalen des fränkischen Reichs im Zeitalter der Merowinger*, p. 168.

⁶⁶⁷ *Ibid.*, p. 167.

⁶⁶⁸ Fustel de Coulanges, *Les Transformations de la royauté pendant l'époque carolingienne*, p. 9. Em sentido contrário, ver F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, t. I, p. 321-322.

⁶⁶⁹ G. Richter, *op. cit.*, p. 49 e 53.

⁶⁷⁰ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 267.

⁶⁷¹ *Ibid.*, p. 282-283.

⁶⁷² *Ibid.*, p. 284. Ver G. Richter, *op. cit.*, p. 57.

⁶⁷³ G. Richter, *op. cit.*, p. 58.

⁶⁷⁴ *Ibid.*, p. 69.

⁶⁷⁵ *Ibid.*, p. 70 e 72.

⁶⁷⁶ *Ibid.*, p. 81.

⁶⁷⁷ *Ibid.*, p. 87 e 93.

⁶⁷⁸ *Ibid.*, p. 92.

⁶⁷⁹ *Ibid.*, p. 94.

⁶⁸⁰ *Ibid.*, p. 159 e 161.

⁶⁸¹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II, p. 247.

- ⁶⁸² Guilhiermoz, *Essai sur les origines de la noblesse*, p. 70.
- ⁶⁸³ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, p. 318-320.
- ⁶⁸⁴ *Ibid.*, p. 340.
- ⁶⁸⁵ Fustel de Coulanges, *Les Transformations*, p. 29ss.
- ⁶⁸⁶ Ver todos os exemplos apresentados por Fustel de Coulanges da redução ou da abolição do imposto fundiário. Fustel de Coulanges, *Les Transformations*, p. 32ss. Sobre as imunidades, ver F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, p. 316-317.
- ⁶⁸⁷ H. Pirenne, "Le Cellarium fisci", *Bulletin de la Classe des Lettres de l'Académie royale de Belgique*, 1930, p. 202.
- ⁶⁸⁸ F. Lot, "La Conquête du pays d'entre Seine-et-Loire par les Francs", *Revue historique*, t. CLXV, 1930, p. 249-251.
- ⁶⁸⁹ *Fastes épiscopaux de l'ancienne Gaule*, 3 v.
- ⁶⁹⁰ Duchesne, *op. cit.*, t. II, p. 88.
- ⁶⁹¹ *Ibid.*, t. II, p. 64.
- ⁶⁹² *Ibid.*, t. II, p. 62.
- ⁶⁹³ *Ibid.*, t. II, p. 55.
- ⁶⁹⁴ *Ibid.*, t. II, p. 52.
- ⁶⁹⁵ *Ibid.*, t. II, p. 46.
- ⁶⁹⁶ *Ibid.*, t. II, p. 97.
- ⁶⁹⁷ *Ibid.*, t. II, p. 98.
- ⁶⁹⁸ *Ibid.*, t. II, p. 181.
- ⁶⁹⁹ *Ibid.*, t. II, p. 194.
- ⁷⁰⁰ *Ibid.*, t. II, p. 229.
- ⁷⁰¹ *Ibid.*, t. I, p. 235.
- ⁷⁰² *Ibid.*, t. I, p. 261.
- ⁷⁰³ *Ibid.*, t. I, *passim*.
- ⁷⁰⁴ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, p. 332.
- ⁷⁰⁵ *Ibid.*, p. 311, n. 69.
- ⁷⁰⁶ Ed. Poupardin, p. 56.
- ⁷⁰⁷ Coville, *Recherches sur l'histoire de Lyon*, p. 283.
- ⁷⁰⁸ F. Rousseau, *La Meuse et le pays mosan en Belgique*, Namur, 1930, p. 45 e 221 (*Annales de la Société d'Archéologie de Namur*, t. XXXXI).
- ⁷⁰⁹ *Recueil des chartes de Stavelot-Malmedy*, ed. Roland & J. Halkin, t. I, p. 39.
- ⁷¹⁰ F. Rousseau, *op. cit.*, p. 226.
- ⁷¹¹ G. Richter, *op. cit.*, p. 159.
- ⁷¹² *Vita S. Eligii*, II, 20, M. G. H. SS. rer. Merov., t. IV, p. 712.
- ⁷¹³ H. Wieruszowski, *op. cit.*, *Bonner Jahrbücher*, 1921.
- ⁷¹⁴ Ver os textos em Fustel de Coulanges, *Les Transformations*, p. 80.
- ⁷¹⁵ *Ibid.*, p. 100.
- ⁷¹⁶ *Ibid.*, p. 101.
- ⁷¹⁷ *Ibid.*, p. 106.

- ⁷¹⁸ G. Richter, *op. cit.*, p. 173.
- ⁷¹⁹ Fustel de Coulanges, *op. cit.*, p. 168.
- ⁷²⁰ *Ibid.*, p. 178.
- ⁷²¹ G. Richter, *op. cit.*, p. 174.
- ⁷²² *Ibid.*, p. 175. Segundo o *Liber Historiae Francorum*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. II, p. 322, c. 48, ele era: *statura pusillum, sapientia ignobilem, consilio inutilem*.
- ⁷²³ *Liber Historiae Francorum*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. II, p. 323.
- ⁷²⁴ G. Richter, *op. cit.*, p. 177.
- ⁷²⁵ *Ibid.*, p. 182.
- ⁷²⁶ *Ibid.*, p. 181.
- ⁷²⁷ *Ibid.*, p. 182.
- ⁷²⁸ *Ibid.*, p. 183: *fuit illo tempore valida persecutio*.
- ⁷²⁹ *Ibid.*, p. 176.
- ⁷³⁰ *Ibid.*, p. 184.
- ⁷³¹ *Ibid.*, p. 185.
- ⁷³² *Ibid.*, p. 185.
- ⁷³³ Fustel de Coulanges, *Les Transformations*, p. 189.
- ⁷³⁴ G. Richter, *op. cit.*, p. 185.
- ⁷³⁵ *Liber traditionum S. Petri*, ed. A. Fayen, 1906, p. 5.
- ⁷³⁶ Breysig, *op. cit.*, p. 87-88.
- ⁷³⁷ G. Richter, *op. cit.*, p. 186.
- ⁷³⁸ *Ibid.*, p. 187.
- ⁷³⁹ *Ibid.*, p. 195.
- ⁷⁴⁰ *Ibid.*, p. 196.
- ⁷⁴¹ *Ibid.*
- ⁷⁴² *Ibid.*, p. 197.
- ⁷⁴³ M. Prou, *Catalogue des monnaies mérovingiennes*, p. CX.
- ⁷⁴⁴ Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte*, 2^a ed., t. I, p. 581, n. 31.
- ⁷⁴⁵ G. Richter, *op. cit.*, p. 202.
- ⁷⁴⁶ *Ibid.*, p. 214.
- ⁷⁴⁷ *Ibid.*, p. 203-204.
- ⁷⁴⁸ Vasiliev, *op. cit.*, t. I, p. 228.
- ⁷⁴⁹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 384.
- ⁷⁵⁰ Vasiliev, *op. cit.*, t. I, p. 201-202.
- ⁷⁵¹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. I, p. 392-394.
- ⁷⁵² Vasiliev, *op. cit.*, t. I, p. 225.
- ⁷⁵³ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II¹, p. 180.
- ⁷⁵⁴ Vasiliev, *op. cit.*, t. I, p. 228.
- ⁷⁵⁵ *Ibid.*, p. 294.
- ⁷⁵⁶ *Ibid.*, p. 283.

- ⁷⁵⁷ Gay, *op. cit.*, p. 9-10.
- ⁷⁵⁸ Vasiliev, *op. cit.*, t. I, p. 297.
- ⁷⁵⁹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II, p. 77-78.
- ⁷⁶⁰ Vasiliev, *op. cit.*, t. I, p. 313.
- ⁷⁶¹ *Ibid.*, p. 314.
- ⁷⁶² *Ibid.*, p. 331.
- ⁷⁶³ *Ibid.*, p. 339.
- ⁷⁶⁴ *Ibid.*, p. 342.
- ⁷⁶⁵ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 2180. Ver L. Hartmann, *op. cit.*, t. II, p. 94.
- ⁷⁶⁶ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II, p. 95.
- ⁷⁶⁷ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, p. 257.
- ⁷⁶⁸ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II, p. 111-112.
- ⁷⁶⁹ *Ibid.*, t. II², p. 134.
- ⁷⁷⁰ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 2244.
- ⁷⁷¹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II², p. 138.
- ⁷⁷² Schubert, *Geschichte der Christlichen Kirche im Frühmittelalter*, p. 269.
- ⁷⁷³ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, p. 244.
- ⁷⁷⁴ Schubert, *op. cit.*, p. 300.
- ⁷⁷⁵ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 2159-2162.
- ⁷⁷⁶ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 2168. Ver Schubert, *op. cit.*, p. 301.
- ⁷⁷⁷ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 2249.
- ⁷⁷⁸ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II², p. 170-171.
- ⁷⁷⁹ *Ibid.*, t. II², p. 144.
- ⁷⁸⁰ Schubert, *op. cit.*, p. 287.
- ⁷⁸¹ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n. 2308.
- ⁷⁸² Böhmer-Muhlbacher, *Die Regesten des Kaiserreichs*, t. I, 2^a ed., p. 36.
- ⁷⁸³ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, p. 410.
- ⁷⁸⁴ *Ibid.*, p. 411.
- ⁷⁸⁵ L. Oelsner, *Jahrbücher des Fränkischen Reiches unter König Pippin*, 1871, p. 267.
- ⁷⁸⁶ Böhmer-Muhlbacher, *op. cit.*, p. 42-43.
- ⁷⁸⁷ L. Oelsner, *op. cit.*, p. 320-321.
- ⁷⁸⁸ *Ibid.*, p. 346. Ver *Codex Carolinus*, ed. Gundlach, M. G. H. Epist., t. III, p. 521.
- ⁷⁸⁹ *Codex Carolinus*, M. G. H. Epist., t. III, p. 536.
- ⁷⁹⁰ *Ibid.*, p. 539.
- ⁷⁹¹ L. Oelsner, *op. cit.*, p. 396-397.
- ⁷⁹² Böhmer-Muhlbacher, *op. cit.*, p. 53.
- ⁷⁹³ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, p. 413.
- ⁷⁹⁴ Böhmer-Muhlbacher, *op. cit.*, p. 73. Ver F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, p. 422.

- ⁷⁹⁵ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, p. 423.
- ⁷⁹⁶ Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, p. 289.
- ⁷⁹⁷ F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, p. 425.
- ⁷⁹⁸ *Ibid.*, p. 427.
- ⁷⁹⁹ *Ibid.*
- ⁸⁰⁰ Dawson, *Les Origines de l'Europe*, trad. franc., p. 227.
- ⁸⁰¹ *Ibid.*, p. 226.
- ⁸⁰² "Nostrum est: secundum auxilium divinae pietatis sanctam undique Christi ecclesiam ab incursu paganorum et ab infidelium devastatione armis defendere foris, et intus catholicae fidei agnitione munire. Vestrum est, sanctissime pater: elevatis ad Deum cum Moyse manibus nostram adjuvare militiam, quatenus vobis intercedentibus Deo ductore et datore populus Christianus super inimicos sui sancti nominis ubique semper habeat victoriam, et nomen domini nostri Jesu Christi to clarificetur in orbe." Aleuini Epistolae, n. 93, ed. Dümmler, M. G. H. Epist., t. IV, p. 137-138.
- ⁸⁰³ Böhmer-Muhlbacher, *op. cit.*, p. 145.
- ⁸⁰⁴ *Ad decorem imperialis regni vestri*. F. Lot, Pfister e Ganshof, *op. cit.*, p. 457, n. 10.
- ⁸⁰⁵ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II², p. 348.
- ⁸⁰⁶ *Ibid.*, p. 350.
- ⁸⁰⁷ *Ibid.*, p. 334.
- ⁸⁰⁸ M. Prou, *Catalogue des monnaies carolingiennes*, p. xi.
- ⁸⁰⁹ A. Giry, *Manuel de Diplomatie*, p. 671. No governo de Justiniano, se dizia: *imperante domino nostro Justiniano perpetuo augusto*. *Ibid.*, p. 668.
- ⁸¹⁰ L. Hartmann, *op. cit.*, t. III¹, p. 64.
- ⁸¹¹ L. Hartmann, *op. cit.*, t. II², p. 353, viu bem isso. Ver também Dawson, *The Making of Europe*, p. 147.
- ⁸¹² Cumont, *Comment la Belgique fut romanisée*, p. 26 e 28.
- ⁸¹³ Vogel, *Die Normannen*, p. 44ss.
- ⁸¹⁴ Prou, *Catalogue des monnaies mérovingiennes*, p. 245-249.
- ⁸¹⁵ *Ibid.*, p. 257-261.
- ⁸¹⁶ *Ibid.*, p. 261-264.
- ⁸¹⁷ *Ibid.*, p. 265-266.
- ⁸¹⁸ *Ibid.*, p. 267-269.
- ⁸¹⁹ *Ibid.*, p. 269-270. Sobre o comércio de Duurstede, ver Vogel, *Die Normannen*, p. 66ss.
- ⁸²⁰ H. Pirenne, "Draps de Frise ou draps de Flandre?", *Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, t. VII, 1909, p. 309-310.
- ⁸²¹ Prou, *Catalogue des monnaies carolingiennes*, p. 9-12.
- ⁸²² *Ibid.*, p. 14-38.
- ⁸²³ *Ibid.*, p. xxxiii.
- ⁸²⁴ F. Vercauteren, *Étude sur les Civitates*, p. 453.

- ⁸²⁵ *Gesta abbatum Fontanellensium*, ed. M. G. H. SS. in usum scholarum, p. 46.
- ⁸²⁶ Ver G. G. Dept, "Le mot Clusa dans les diplômes carolingiens", *Mélanges H. Pirenne*, t. I, p. 89.
- ⁸²⁷ F. Vercauteren, "L'Interprétation économique d'une trouvaille de monnaies carolingiennes faite près d'Amiens", *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. XIII, 1934, p. 750-758.
- ⁸²⁸ F. Vercauteren, *Étude sur les Civitates*, p. 246-247.
- ⁸²⁹ Sobre os exageros de Bugge a propósito do comércio dos normandos com a França, ver Vogel, *Die Normannen*, p. 417-418.
- ⁸³⁰ Bugge, "Die Nordeuropäischen Verkehrswege im frühen Mittelalter", *Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, t. IV, 1906, p. 271.
- ⁸³¹ *Annales regum Franc.*, ed. Kurze, 808, p. 126.
- ⁸³² De Moreau, *Saint Anschaire*, 1930, p. 16.
- ⁸³³ Sobre Birka, ver a *Vita Anskarii*, ed. G. Waitz, M. G. H. SS. in us. schol., p. 41.
- ⁸³⁴ H. Pirenne, *Les Villes du Moyen Age*, p. 46ss.
- ⁸³⁵ Vogel, *Die Normannen*, p. 68 e 72.
- ⁸³⁶ *Ibid.*, p. 88.
- ⁸³⁷ *Ibid.*, p. 100.
- ⁸³⁸ *Ibid.*, p. 90.
- ⁸³⁹ Ver um bom exemplo em *ibid.*, p. 138, n. 2.
- ⁸⁴⁰ F. Vercauteren, em F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 608.
- ⁸⁴¹ *Ibid.*, p. 693.
- ⁸⁴² *Vita S. Remigii*, M. G. H. SS. rer. Merov., t. III, p. 251.
- ⁸⁴³ M. Prou, *Catalogue des monnaies mérovingiennes*, p. vii.
- ⁸⁴⁴ Luschin von Ebengreuth, *Allgemeine Münzkunde*, 2ª ed., 1926, p. 161.
- ⁸⁴⁵ M. Prou, *Catalogue des monnaies carolingiennes*, p. xxxii.
- ⁸⁴⁶ F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 693.
- ⁸⁴⁷ M. Prou, *op. cit.*, p. xxxiii.
- ⁸⁴⁸ M. Prou, *op. cit.*, p. xxxv.
- ⁸⁴⁹ Dopsch, *Naturalwirtschaft und Geldwirtschaft*, 1930, p. 120. Ele retoma aquilo que disse no t. II, 2ª ed., 1922, de sua *Wirtschaftsentwicklung des Karolingerzeit*, p. 306.
- ⁸⁵⁰ Dopsch, *Wirtschaftsentwicklung des Karolingerzeit*, t. II, p. 319-320.
- ⁸⁵¹ *Ibid.*, p. 309ss.
- ⁸⁵² M. Prou, *Catalogue des monnaies carolingiennes*, p. xxxi-xxxii; M. Bloch, "Le Problème de l'or au Moyen Age", *Annales d'histoire économique et sociale*, 1933, p. 14.
- ⁸⁵³ M. Prou, *op. cit.*, p. LXXIV.
- ⁸⁵⁴ *Ibid.*, p. LXIX.
- ⁸⁵⁵ *Ibid.*, p. LI.

- ⁸⁵⁶ *Ibid.*, p. LXI.
- ⁸⁵⁷ Richter e Kohl, *Annalen des Fränkischen Reichs im Zeitalter der Karolinger*, t. II, 1ª parte, p. 1; L. Oelsner, *Jahrbücher des Fränkischen Reiches unter König Pippin*, p. 340.
- ⁸⁵⁸ Richter e Kohl, *op. cit.*, t. II, 1ª parte, 1885, p. 16.
- ⁸⁵⁹ Kleinclausz, *Charlemagne*, p. 342.
- ⁸⁶⁰ Richter e Kohl, *op. cit.*, p. 116.
- ⁸⁶¹ *Ibid.*, p. 144.
- ⁸⁶² *Ibid.*, p. 173. Ver *ibid.*, p. 184, 810.
- ⁸⁶³ *Ibid.*, p. 186.
- ⁸⁶⁴ Kohl, *Annalen des Fränkischen Reichs im Zeitalter der Karolinger*, t. II, 2ª parte, 1887, p. 260.
- ⁸⁶⁵ Abel e Simson, *Jahrbücher des Fränkischen Reiches unter Karl dem Grossen*, t. II, p. 427.
- ⁸⁶⁶ *Ibid.*, t. II, p. 488-489.
- ⁸⁶⁷ M. G. H. Capit., t. II, p. 377.
- ⁸⁶⁸ A. Schaube, *Handelsgeschichte des Romanischen Völker*, p. 98.
- ⁸⁶⁹ *Ibid.*, p. 99.
- ⁸⁷⁰ Levi-Provençal, *L'Espagne musulmane au siècle X*, 1932, p. 183.
- ⁸⁷¹ Thompson, *An Economic and Social History of the Middle Ages*, 1928, p. 314.
- ⁸⁷² Lippmann, *Geschichte des Zuckers*, 2ª ed., 1929, p. 283.
- ⁸⁷³ Ver R. Haepke, "Die Herkunft des friesischen Gewebe", *Hansische Geschichtsblätter*, t. XII, 1906, p. 309.
- ⁸⁷⁴ E. Sabbe, "Quelques types de marchands des IX^e et X^e siècles", *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. XIII, 1934, p. 176-187.
- ⁸⁷⁵ M. G. H. Capit., t. I, p. 131.
- ⁸⁷⁶ Waitz, *Deutsche Verfassungsgeschichte*, t. IV, 2ª ed., 1885, p. 45.
- ⁸⁷⁷ *Ibid.*, p. 51.
- ⁸⁷⁸ M. G. H. Capit., t. I, p. 53ss e 132.
- ⁸⁷⁹ M. Dopsch, *op. cit.*, t. II, p. 278.
- ⁸⁸⁰ *Ibid.*, p. 281.
- ⁸⁸¹ *Ibid.*, p. 282-284.
- ⁸⁸² *Ibid.*, p. 286.
- ⁸⁸³ M. G. H. Capit., t. I, p. 298.
- ⁸⁸⁴ *Formulae*, ed. Zeumer, p. 314.
- ⁸⁸⁵ "Et si vehicula infra regna... pro nostris suorumque utilitatibus negotiandi gratia augere voluerint." M. G. H. *Formulae*, ed. Zeumer, p. 315.
- ⁸⁸⁶ G. G. Dept, *op. cit.*, *Mélanges Pirenne*, t. I, p. 89.
- ⁸⁸⁷ Sobre a circulação dos barcos das abadias, ver Levillain, *Recueil des actes de Pépin I^{er} et de Pépin II, rois d'Aquitaine*, 1926, p. 19, n. VI, p. 59; n. XVII,

- p. 77; n. XXI, p. 170; n. XLI. Ver Imbart de La Tour, "Des immunités commerciales accordées aux églises du VII^e au IX^e siècle", *Études d'Histoire du Moyen Age dédiées à G. Monod*, 1896, p. 71.
- ⁸⁸⁸ M. G. H. Capit., t. I, p. 88.
- ⁸⁸⁹ *Ibid.*, t. I, p. 150, § 18.
- ⁸⁹⁰ *Ibid.*, t. II, p. 33. Sobre o caráter ínfimo das transações e os ardis das mulheres que se servem de maus dinheiros, ver *ibid.*, t. II, p. 301, *sub anno* 861. Ver também, para esse pequeno comércio varejista, *ibid.*, t. II, p. 319, *aº* 864: "illi, qui panem coctum aut carnem per deneratas aut vinum per sextaria vendunt".
- ⁸⁹¹ Flodoardo, *Historia Remensis*, IV, 12, M. G. H. SS., t. XIII, p. 576.
- ⁸⁹² Huvelin, *Essai historique sur le droit des marchés et des foires*, p. 151, n. 4.
- ⁸⁹³ Waitz, *op. cit.*, t. IV, 2^a ed., p. 47, n. 3.
- ⁸⁹⁴ *Ibid.*, p. 52.
- ⁸⁹⁵ *Miracula S. Remacii Stabulenses*, M. G. H. SS., t. XV, p. 436.
- ⁸⁹⁶ Waitz, *op. cit.*, t. IV, 2^a ed., p. 53 e 54 n.
- ⁸⁹⁷ M. G. H. Capit., t. I, p. 30.
- ⁸⁹⁸ Vercauteren, *Étude sur les Civitates de la Belgique Seconde*, p. 334.
- ⁸⁹⁹ *Ibid.*
- ⁹⁰⁰ Prou, *Catalogue des monnaies carolingiennes*, p. LXII.
- ⁹⁰¹ Waitz, *op. cit.*, t. IV, 2^a ed., p. 42, n. 3.
- ⁹⁰² Huvelin, *op. cit.*, p. 149.
- ⁹⁰³ M. G. H. Capit., t. I, p. 129, c. 11.
- ⁹⁰⁴ M. Dopsch, *op. cit.*, t. I, 2^a ed., p. 168.
- ⁹⁰⁵ *Ibid.*, t. II, 2^a ed., p. 345. M. G. H. Formulae, ed. Zeumer, *Formulae Imperiales*, p. 311, n. 32; p. 314, n. 37; p. 309, n. 30; p. 310, n. 31; p. 325, n. 52. Todas essas fórmulas são do reinado de Luís, O Pio, provavelmente de antes de 836. Ver Coville, *Recherches sur l'histoire de Lyon*, p. 540.
- ⁹⁰⁶ M. Dopsch, *op. cit.*, t. I, 2^a ed., p. 68. M. G. H. Formulae, ed. Zeumer, *Formulae Imperiales*, p. 325, n. 52, *liceat illi sub munde burdo et defensione nostra quiete vivere et partibus palatii nostri fideliter deservire*.
- ⁹⁰⁷ M. G. H. Formulae, ed. Zeumer, p. 310.
- ⁹⁰⁸ Coville, *op. cit.*, p. 540.
- ⁹⁰⁹ *Ibid.*, p. 541.
- ⁹¹⁰ Jaffé-Wattenbach, *Regesta pontificum Romanorum*, n. 2389.
- ⁹¹¹ "Le Livre des routes et des voyages", ed. e trad. franc. C. Barbier de Maynard, em *Journal asiatique*, 6^a série, t. V, 1865, p. 512.
- ⁹¹² Ed. Dümmler, M. G. H. *Poetae latini aevi carolini*, t. I, p. 460-461, 499, etc.
- ⁹¹³ Rousseau, *La Meuse et le pays mosan en Belgique*, 1930, p. 72.
- ⁹¹⁴ Sanchez-Albornoz, *Estampas de la Vida en León durante el siglo X*, 1926, p. 55.
- ⁹¹⁵ Agobardo, *Epistolae*, ed. Dümmler, M. G. H. Epist., t. V, p. 183.

- ⁹¹⁶ M. G. H. Capit., t. II, p. 250.
- ⁹¹⁷ Aronios, *Regesten zur Geschichte der Juden*, p. 56.
- ⁹¹⁸ "Dictum est nobis, quod negotiatores Judaei necnon et alii gloriantur, quod quicquid eis placeat possint ab eis emere." M. G. H. Capit., t. I, p. 131, 806.
- ⁹¹⁹ Agobardo, *Epistolae*, M. G. H. Epist., t. V, p. 183; Rousseau, *La Meuse et le pays mosan en Belgique*, p. 72.
- ⁹²⁰ M. G. H. Capit., t. I, p. 51 e 190.
- ⁹²¹ *Ibid.*, t. II, p. 419.
- ⁹²² *Epist.*, loc. cit., p. 185, e Coville, *op. cit.*, p. 541-542.
- ⁹²³ Auro, argento et gemmis, armis ac vestibus necnon et mancipiis non casatis et his speciebus quae proprie ad negotiatores pertinere noscuntur. M. G. H. Capit., t. I, p. 129.
- ⁹²⁴ "Mercatores, id est Judaei et ceteri mercatores", *ibid.*, t. II, p. 252; "mercatores hujus regni, christiani sive Judei", *ibid.*, t. II, p. 419; "mansiones omnium negotiatorum... tam christianorum quam et Judaeorum", *ibid.*, t. I, p. 298; "de cappis et aliis negotiatoribus, videlicet ut Judaei dent decimam et negotiatores christiani undecimam", *ibid.*, t. II, p. 361.
- ⁹²⁵ *Ibid.*, t. II, p. 134.
- ⁹²⁶ *Ibid.*, t. II, p. 140.
- ⁹²⁷ Van Werveke, "Comment les établissements religieux belges se procuraient-ils du vin au haut Moyen Age?", *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. II, 1923, p. 643.
- ⁹²⁸ Imbart de La Tour, "Des immunités commerciales accordées aux églises du VII^e au IX^e siècle", *Études d'histoire du Moyen Age dédiées à G. Monod*, 1896, p. 77.
- ⁹²⁹ M. Dopsch, *op. cit.*, t. I, 2^a ed., p. 324ss.
- ⁹³⁰ M. G. H. Capit., t. I, p. 83, Capit. de Villis, c. 8.
- ⁹³¹ M. Dopsch, *op. cit.*, t. I, 2^a ed., p. 324.
- ⁹³² *Ibid.*, p. 324ss.
- ⁹³³ Loup de Ferrières, *Correspondance*, ed. L. Levillain, t. I, 1927, p. 176, n. 42, a^o 845.
- ⁹³⁴ "Ut omnis ars, omneque opus necessarium intra loci ambitum exerceretur." Hariulfo, *Chronique de Saint-Riquier*, ed. F. Lot, 1894, p. 56.
- ⁹³⁵ "Sufficienter et honeste cum domestica corte vestra possitis vivere." M. G. H. Capit., t. II, p. 438.
- ⁹³⁶ L. Levillain, "Les Statuts d'Adalhard", *Le Moyen Age*, 1900, p. 352. Ver também Hariulfo, *Chronique de Saint-Riquier*, ed. F. Lot, p. 306.
- ⁹³⁷ J. Havet, *Oeuvres*, t. I, p. 31.
- ⁹³⁸ Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte*, 2^a ed., t. I, p. 370.
- ⁹³⁹ M. G. H. Capit., t. II, p. 437, § 14.
- ⁹⁴⁰ Giry, *Manuel de Diplomatie*, p. 318.
- ⁹⁴¹ Waitz, *op. cit.*, t. III, 2^a ed., p. 308-309.

- ⁹⁴² *Ibid.*, t. IV, 2ª ed., p. 704.
- ⁹⁴³ M. Bloch, *Les Rois thaumaturges*, 1924, p. 65.
- ⁹⁴⁴ Citados por Bloch, *ibid.*, p. 71.
- ⁹⁴⁵ Ebert, *Histoire de la littérature du Moyen Age*, trad. franc. J. Aymeric e Condamin, t. II, p. 127.
- ⁹⁴⁶ Bresslau, *Handbuch der Urkundenlehre*, t. I, 2ª ed., p. 373-374.
- ⁹⁴⁷ F. Lot, Pfister e Ganshof, *Histoire du Moyen Age*, t. I, p. 668.
- ⁹⁴⁸ Guilhiermoz, *Essai sur les origines de la noblesse*, p. 125.
- ⁹⁴⁹ *Ibid.*, p. 123.
- ⁹⁵⁰ *Ibid.*, p. 128.
- ⁹⁵¹ *Ibid.*, p. 129, n. 13.
- ⁹⁵² *Ibid.*, p. 134.
- ⁹⁵³ *Ibid.*, p. 139, n. 4.
- ⁹⁵⁴ L. Hartmann, *op. cit.*, t. III¹, p. 22.
- ⁹⁵⁵ Gamillscheg, *Romania Germanica*, t. I, p. 294.
- ⁹⁵⁶ Guilhiermoz, *op. cit.*, p. 152ss.
- ⁹⁵⁷ Gamillscheg, *op. cit.*, t. I, p. 397-398.
- ⁹⁵⁸ F. Lot, "A quelle époque a-t-on cessé de parler latin?", *Bulletin Ducange*, t. VI, 1931, p. 97ss.
- ⁹⁵⁹ H. Pirenne, "De l'État de l'instruction des laïques à l'époque mérovin-gienne", *Revue bénédictine*, t. XLVI, 1934, p. 165-177.
- ⁹⁶⁰ Ver Gamillscheg, *Romania Germanica*, t. I, p. 295. O texto está em Mansi, *Sacrorum Conciliorum... Collectio*, t. XIV, col. 855.
- ⁹⁶¹ Dawson, *Les Origines de l'Europe*, trad. franc., p. 208.
- ⁹⁶² *Ibid.*, p. 213.
- ⁹⁶³ *Graecae pariter et latinae linguae peritissimus*. Beda, *Historia Ecclesiastica*, IV, 1ª ed.; Migne, *Patr. lat.*, t. XCV, c. 171.
- ⁹⁶⁴ Dawson, *op. cit.*, p. 229.
- ⁹⁶⁵ *Ibid.*, p. 231.
- ⁹⁶⁶ Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte*, t. II, 2ª ed., p. 250.
- ⁹⁶⁷ Dawson, *op. cit.*, p. 103.
- ⁹⁶⁸ Prou, *Manuel de paléographie*, 4ª ed., 1924, p. 99.
- ⁹⁶⁹ *Ibid.*, p. 102.
- ⁹⁷⁰ *Ibid.*, p. 105.
- ⁹⁷¹ *Ibid.*, p. 169.
- ⁹⁷² Ver *Speculum*, abril de 1935, p. 224.
- ⁹⁷³ Ver W. Köhler, *Die Karolingischen Miniaturen. Die Schule von Tours*, t. I²: *Die Bilder*, Berlim, 1933.
- ⁹⁷⁴ Dawson, *op. cit.*, p. 231.
- ⁹⁷⁵ H. Wieruzowski, "Die Zusammensetzung des gallischen und fränkischen Episkopats bis zum Vertrag von Verdun", *Bonner Jahrbücher*, t. 127, 1922, p. 1-83.

1ª edição, setembro de 2010

Impressão: RR Donnelley, SP
Papel da capa: Cartão supremo 250g/m²
Papel do miolo: Pólen bold 70g/m²

Tipografia: Minion, 11/14

O final do século VIII viu realizar-se na Europa Ocidental um estado de coisas sem precedentes. Pela primeira vez desde a aurora dos tempos históricos o foco, não somente do movimento político, mas do movimento geral da civilização, transfere-se da bacia do Mediterrâneo para a do mar do Norte. O eixo do Império Romano estava na Itália; o do Império Carolíngio está situado na região compreendida entre o Reno e o Sena. As tribos gaulesas, que durante tantos séculos, perdidas no ponto extremo setentrional do mundo civilizado, haviam sido consideradas como *extremi homini*, ocupam doravante uma posição central. É Roma que se encontra agora relegada e como que atirada para a fronteira da nova Europa.

Talvez não se tenha refletido suficientemente sobre a importância dessa transformação.

Henri Pirenne

ISBN 978-85-7866-032-1



9 788578 660321